

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 6 n. 2 • Julho-Dezembro de 2016 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê Editorial: Jorge Leite Júnior, Fábio José Bechara Sanchez, Fabiana Luci de Oliveira, Syntia Alves e Felipe Padilha (editor assistente)

Conselho Editorial: Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba - Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) Celi Scalón (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales - France) Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 6, n. 2, jul-dez (2016) - , - São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2016.

Semestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Sumarios.org (nacional) e LA Referencia; RCAAP e REDIB (internacionais).

Endereço:

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Dossiê Sociologia digital

ORGANIZADO POR **RICHARD MISKOLCI**

Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade 275

RICHARD MISKOLCI

No coração pulsante da cultura – Entrevista com Eva Illouz 299

EVA ILLOUZ

Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas:
notas iniciais de uma pesquisa em aplicativos móveis
para relacionamentos afetivos/sexuais 309

LARISSA PELÚCIO

Perspectivas tecnexamânicas e tecnomágicas
no ativismo digital brasileiro recente: uma trajetória possível..... 335

ADRIANO BELISÁRIO FEITOSA DA COSTA

PEDRO P. FERREIRA

Hombres a um clic de distancia - Aspectos metodológicos
de una investigación online369

FERNANDO FRANCO PEPLÓ

Artigos

Liderança Política: Virtù e Parresía389

SILVANA MARIA CORRÊA TÓTORA

MIGUEL CHAIA

Transformaciones jurídicas y “revolución de los derechos”:
el caso argentino 413

MAXIMILIANO NICOLÁS CAMPANA

A crítica segundo a crítica latino-americana 431

ELISKA ALTMANN

O *Ethos* da Inovação Social: implicações ético-políticas
para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes..... 447

ADRIANE VIEIRA FERRARINI

Corpos em situação de rua: entre práticas de normalização e resistência	467
DAIANE GASPARETTO DA SILVA	
FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS	
DOLORES GALINDO	

Resenha

Em defesa de uma sociologia em escala individual	487
PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES	

Contents

Dossier Digital Sociology

DOSSIER ORGANIZED BY **RICHARD MISKOLCI**

Digital Sociology: notes on research in the
era of network communication 275
RICHARD MISKOLCI

The beating heart of culture - Interview with Eva Illouz..... 299
EVA ILLOUZ

Affections, market and contemporary masculinities:
preliminary notes of a research on mobile applications
for affective/sexual relationships 309
LARISSA PELÚCIO

Technoshamanic and technomagic perspectives
in recent brazilian digital activism: one possible trajectory 335
ADRIANO BELISÁRIO FEITOSA DA COSTA
PEDRO P. FERREIRA

Men at a click away - methodological aspects
of an online research 369
FERNANDO FRANCO PEPLIO

Articles

Political leadership: Virtú and Parresía..... 389
SILVANA MARIA CORRÊA TÓTORA
MIGUEL CHAIA

Legal changes and “the Rights Revolution”:
the Argentine case 413
MAXIMILIANO NICOLÁS CAMPANA

Criticism according to the Latin American critics 431
ELISKA ALTMANN

The Ethos of Social Innovation:
ethical-political implications for the study
of practices produced in different environments 447
ADRIANE VIEIRA FERRARINI

Bodies in the streets: between standardization practices and resistance.....	467
DAIANE GASPARETTO DA SILVA	
FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS	
DOLORES GALINDO	

Book reviews

In defense of a sociology on individual scale.....	487
PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES	

Dossiê Sociologia digital

ORGANIZADO POR RICHARD MISKOLCI

Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade

Richard Miskolci¹

Resumo: Neste artigo, discuto as transformações históricas que têm contribuído para a consolidação de uma era digital assim como as iniciativas de pesquisa que buscam compreender o contexto sociotécnico no qual vivemos. Argumento que a proposta de uma sociologia digital não envolveria apenas repensar metodologias, antes uma agenda de pesquisa ampla e uma reflexão teórico-conceitual sobre os usos contemporâneos das mídias digitais. A era digital não se caracteriza apenas por rupturas e novidades, mas também por continuidades e aprofundamentos de fenômenos previamente abordados pela sociologia, como a exposição midiática e a influência da comunicação e seus conteúdos na cultura contemporânea.

Palavras-chave: sociologia digital; usos das mídias digitais; relações sociais mediadas em rede.

Digital Sociology: notes on research in the era of network communication

Abstract: *In this paper, I discuss the historical changes that have contributed to the consolidation of a digital era as well the research initiatives that try to understand the sociotechnical context in which we live in. My main argument is that the project of a digital sociology should not just be based on rethinking methodologies,*

¹ Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Pesquisador do CNPq – São Carlos – Brasil – ufscar7@gmail.com.

but especially a new broad research agenda and proper theoretical and conceptual tools to comprehend the contemporary uses of digital media. The digital era is not just defined by ruptures and novelties, but also by continuities and the deepening of social phenomena previously studied by sociology like the mediatic exposure and the influence of communication and its contents in contemporary culture.

Keywords: *digital sociology; uses of digital media; networked mediated social relations.*

Em uma manhã de 2016, um sociólogo acorda com o despertador de seu *smartphone*. Ao desligá-lo, se depara com as atualizações na tela do equipamento. Durante a rotina matinal, começa a ouvir os sons da chegada de e-mails e mensagens instantâneas até que se senta diante do computador portátil e o liga, dando início a um novo dia de trabalho. Ao abrir o navegador para responder e-mails, também abre, na aba de trás, uma rede social que usa para divulgar pesquisas de sua área. Divide sua atenção entre os correios eletrônicos, as mensagens no *smartphone*, as da rede social, assim como lê notícias nos *sites* dos principais jornais.

Cumprida a primeira tarefa do dia, a de responder as mensagens de trabalho, volta-se para um artigo ao qual se dedica há algumas semanas. Precisa de fontes que busca *online*, acessa e lê em periódicos disponíveis em portais científicos até que sua agenda eletrônica o avisa – pelo *smartphone* integrado ao computador – que tem uma reunião dentro de uma hora. Começa a se preparar enquanto recebe mensagens de texto de uma colega de trabalho atualizando-o sobre a pauta. A reunião é por videoconferência e versa sobre um projeto que integra uma rede de pesquisa espalhada pelo país e com colaboradores no exterior. O dia e horário fora programado por causa do fuso distinto em que cada um se encontra. Na reunião, trocam apresentações, arquivos e consolidam um projeto conjunto.

Tal descrição de algumas horas no cotidiano de um/a pesquisador/a em nossos dias mostra algo que já se tornou trivial: nossa prática profissional é inseparável do uso das tecnologias comunicacionais. Desde 1995, quando a Internet passou a ser disseminada comercialmente, começamos a adentrar – em diferentes velocidades e intensidades – em uma realidade social em que as relações mediadas por plataformas comunicacionais em rede ganham centralidade na vida de um número cada vez maior de pessoas mundo afora. Na perspectiva de Manuel Castells (2011), entramos definitivamente na sociedade em rede, a era em que vivemos sob a hegemonia das tecnologias da informação e comunicação

(TICs): o conjunto convergente da microeletrônica, computação (*hardware e software*), telecomunicações e optoeletrônica.

Vivemos a consolidação de transformações tecnológicas e sociais articuladas e que não podem mais serem compreendidas em separado, assim como suas consequências econômicas e políticas. Alguns compreendem sociologia digital como uma área emergente da disciplina com objeto próprio de investigação, outros – mais preocupados com aspectos metodológicos – podem defini-la como a possibilidade de dar conta da intensidade de relações sociais mediatizadas pelas tecnologias (*big data*²) e há também quem reconheça nela o potencial para criação de um conjunto teórico e conceitual articulado e transversal que virá a modificar a disciplina como um todo. Qualquer que seja a definição de sociologia digital, refletir sobre seu potencial é um exercício necessário para compreender nosso passado recente e, sobretudo, nosso presente.

Neste artigo, partirei de uma breve reconstituição histórica da criação e disseminação das tecnologias comunicacionais em rede para adentrar na discussão sobre como começamos a viver em uma sociedade digital. Vemos a consolidação de um processo sociotécnico em que as relações sociais passam a ser crescentemente criadas, mantidas ou aprofundadas por meio do uso de equipamentos para comunicação em rede. Em outras palavras, na sociedade digital passamos a viver em um contínuo *on-offline*, no qual – conectados em rede por meio de plataformas – consumimos, mas também criamos e compartilhamos conteúdos.

Por fim, adentrarei no debate recente sobre uma sociologia digital. Argumentarei que vivemos a consolidação de um processo confluyente de transformações tecnológicas e sociocomunicacionais que abrem não apenas um novo campo investigativo para a sociologia ou a necessidade de atualizar suas metodologias. A sociedade digital convida a sociologia a rearticular suas teorias e conceitos sobre o social, os quais passam a ser repensados a partir de um contexto em que as relações passam a ser cada vez mais mediadas e moldadas pela exposição intensificada às mídias.

As Tecnologias Comunicacionais em Rede

As tecnologias atuais foram desenvolvidas, em sua grande maioria, a partir dos estímulos estatais durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, após seu fim, durante o auge da chamada Guerra Fria, o período em que Estados

2 Essa vertente metodológica de compreensão do que seria Sociologia Digital – e que poderia ser melhor caracterizada como pesquisa social digital (*digital social research*) – tende a priorizar o rastreamento digital de comportamentos questionando a necessidade de entrevistas ou até mesmo a morte dos *surveys*.

Unidos e União Soviética disputavam liderança política em termos globais. Em outros termos, são – desde a origem – tecnologias impulsionadas pelo Estado a partir de objetivos bélicos, além de disputas políticas e estratégicas³.

Ainda que, teoricamente, um artigo de Alan Turing⁴ da década de 1930 já estabelecesse as condições para a criação do que hoje compreendemos como computador, foi apenas durante e logo após a guerra que surgiram os primeiros em três dos protagonistas do conflito bélico: o Z-3 na Alemanha (1941), o Colossus no Reino Unido (1943) e, nos Estados Unidos, o primeiro foi o ENIAC (1946). Conta-se que o computador americano usava tanta energia que as luzes de Filadélfia piscaram quando foi ligado pela primeira vez. Eram máquinas enormes, caras e de difícil manuseio, mas que não demoraram a ganhar versões para uso civil, como o UNIVACI (1951), o primeiro computador a processar o censo norte-americano.

O componente que permitiria o desenvolvimento da tecnologia computacional foi o transistor, inventado em Nova Jersey em 1947, o qual seria posteriormente miniaturizado pela *Texas Instruments* a ponto de caberem muitos em um único chip de silício em 1954. A disputa espacial entre Estados Unidos e União Soviética impulsionaria a miniaturização eletrônica levando também à queda dos preços. O primeiro computador eletrônico produzido industrialmente foi o EES-1, criado pela Bell, em 1969, uma subdivisão da empresa de telefonia AT&T. Um marco que evidencia o vínculo hoje indissociável entre o telefone e a computação, além de começar a tornar o setor privado um ator mais importante no desenvolvimento e, posteriormente, disseminação dessas tecnologias.

De qualquer forma, ainda foi uma iniciativa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos por meio de sua agência ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada) que lançou a ARPANET em setembro de 1969, uma rede de comunicação que inicialmente conectava a Universidade da Califórnia em Los Angeles com a de Santa Barbara, Stanford na região de San Francisco e uma

3 Baseio essa reconstituição histórica em Castells (2011), Athique (2013), Martino (2015) e Nicolaci-da-Costa (2002). A análise de Castells confere maior protagonismo aos empreendedores do Vale do Silício enquanto a de Athique sublinha a centralidade dos investimentos estatais para o desenvolvimento da era digital.

4 Turing seria reconhecido por ter inventado o computador e quebrado os códigos dos nazistas contribuindo para a vitória dos aliados na II Grande Guerra, mas foi condenado por homossexualismo, castrado quimicamente e terminou por se suicidar em 1954. Apenas no fim de 2013 recebeu o perdão real. No ano seguinte, seria lançado o filme *The Imitation Game*, drama norte-americano sobre a história da quebra dos códigos nazistas por Turing e sua equipe durante a II Guerra Mundial. Sucesso de público e crítica, a película – dirigida por Morten Tyldun e escrita por Graham Moore – baseou-se na biografia de Andrew Hodges *Alan Turing: the Enigma*. Dentre as biografias de Alan Turing disponíveis, destaco a de David Leavitt intitulada *The man who knew too much: Alan Turing and the invention of the computer* (2006).

universidade de Utah. Ainda durante a Guerra Fria, o objetivo era criar um sistema de comunicação que não fosse vulnerável a ataques nucleares.

É na década de 1970 que empreendedores começam a entrar nessa história, o que exige contrabalancear as narrativas, como a do mencionado Castells, que os enaltecem como responsáveis pela revolução tecnológica reatualizando o mito do *self-made man* do capitalismo norte-americano. O culto recente à figura de Steve Jobs, fundador da Apple morto em 2011 com apenas 56 anos, reforçou essa mitologia alçando-o a ícone de uma geração que filmes e documentários tentam apresentar como a mistura bem sucedida entre *hippie* e homem de negócios. Assim, os antagonismos entre os ideais da contracultura e os do mercado são apagados em uma síntese que mereceria ser questionada por estudos que associassem a reconstituição histórica e a análise crítica sobre a primeira geração de empreendedores do Vale do Silício⁵.

Iniciativas privadas e feitas por empreendedores tecnológicos na década de 1970 se assentaram na base previamente construída pelo Estado. Foram menos invenção do que inovação, ou seja, menos descobertas e mais a criação e comercialização de equipamentos e programas capazes de disseminar o uso da tecnologia pela população. É nesse caminho que a Intel inventou o microprocessador, em 1971, e em 1975 surgiu o protótipo do que posteriormente seria o MacIntosh, mas que ainda funcionava com a linguagem Basic até que, em 1981, a IBM lançou o *Personal Computer* (PC), cuja característica de ser montado com base em equipamentos e peças disponíveis no mercado geraria uma espécie de clonagem que o disseminaria anos mais tarde.

Os *softwares* para computadores pessoais surgem em 1984, ou seja, o sistema operacional do primeiro MacIntosh que teria seu uso facilitado pelo uso dos ícones inventados pela XEROX e a primeira versão do Windows da Microsoft. De qualquer forma, os computadores pessoais e seus *softwares* eram ainda caros e pouco disseminados, mesmo porque o que popularizaria seu uso, a possibilidade de conexão, avançava mais vagarosamente. Apenas em 1983 a ARPANET se divide em uma para uso militar (MILNET) e outra (ARPA-Internet), ainda sob sustentação militar, mas operada pela *National Science Foundation*. Portanto, o

5 Nessa direção crítica, Van Dijck (2016: 32) problematiza o vocabulário das plataformas conectivas atuais sublinhando a diferença entre os termos comunidade, amigo ou colaboração em suas versões automatizadas e comerciais *online*. A pesquisadora holandesa resgata o uso do comunitarismo da contracultura pela indústria de computadores desde a década de 1980, interpretando-a como a utopia de que seria possível criar um novo espaço público fora do corporativo. Tal utopia adquiriria nova “embalagem” depois da virada do milênio em que a reconfiguração da Internet em um ecossistema de plataformas conectivas “mais socializadoras” seria chamada de Web 2.0 enfatizando supostas características como interatividade e participação.

protótipo da Internet comercial permanecia restrito às universidades e seu uso ainda era feito em equipamentos relativamente caros e com interfaces que apenas esboçavam uma simplificação para o usuário comum.

Na década de 1990 ocorrem mudanças fundamentais para que a nascente Internet se tornasse funcional. Logo no início da década, a partir da criação do *www* a partir da cultura dos *hackers*, Tim Berners-Lee efetiva a tecnologia do hipertexto idealizada na década de 1970. A linguagem de marcação de hipertexto (*hypertext mark-up language* ou HTML), o protocolo de troca de arquivos HTTP e o padrão de endereços, o URL (*Uniform Resource Locator*) lançam as bases para que, por meio de navegadores criados a partir de 1992 fosse mais simples e dinâmico navegar. Em 1994 era lançado o mais popular por muitos anos, o Netscape.

Em maio de 1995, a Internet é privatizada nos Estados Unidos e rapidamente se expande para outros países, o que só foi possível por duas razões articuladas: na mesma época se consolidara uma indústria de componentes eletrônicos em países como Taiwan, Coréia e China com preços competitivos em nível global, barateando a montagem de clones do PC mundo afora, e mudanças políticas em muitos países levaram à privatização das telecomunicações expandindo o acesso a linhas telefônicas em locais como o Brasil, onde elas eram raras e caras.

Assim, o acesso a computadores de mesa e sua conexão por via telefônica começaram a disseminação das relações em rede pela sociedade. Inicialmente, os equipamentos não eram acessíveis à maior parte da população e o acesso era caro. Era necessário ter um computador, pagar um provedor de internet e a conexão telefônica. Além disso, a velocidade era muito lenta para os padrões atuais, pois a conexão era feita predominantemente por linhas analógicas. O conteúdo, assim como a interface, também eram muito menos interativos. Essas características explicam porque os primeiros usuários da Internet foram uma minoria social privilegiada em termos econômicos e educacionais.

No início do milênio, o acesso passou a se dar cada vez mais por banda larga e a interface da rede se tornou mais amigável para que os usuários passassem a ser criadores de conteúdo. A chamada Web 2.0 tornou possível o sucesso das plataformas que conhecemos como redes sociais, como o antigo Orkut⁶ e o atual Facebook. Além dessas melhoras na rede, na qualidade e velocidade, no barateamento dos equipamentos, dois outros fatores articulados

6 O *orkut* foi uma rede social norte-americana lançada em 2004 e que teve muito sucesso na Índia e no Brasil, onde chegou a ter 30 milhões de usuários. Projetada por um engenheiro turco, Orkut Büyükkökten, usava o nome de seu criador e era mantida pelo Google, mas foi superada pelo Facebook e oficialmente extinta em 2014.

e indissociáveis permitiriam que a rede alcançasse a maior parte da população brasileira em 2014: o crescimento econômico baseado na inserção das classes populares no universo do consumo, o que disseminou a telefonia celular com acesso à rede entre os mais pobres.⁷

No Brasil, os telefones inteligentes (*smartphones*) foram os popularizadores das tecnologias comunicacionais em rede. Seu preço reduzido e interface simples e acessível a leigos no universo da computação ampliou o número de pessoas que usam – sobretudo – programas de trocas de mensagens instantâneas, redes sociais e *sites* de compartilhamento de fotos e vídeos. Para não mencionar os crescentemente populares aplicativos de busca de parceiros amorosos e sexuais.⁸

Comparável apenas ao impacto da Primeira Revolução Industrial, a que vivemos atualmente marca também uma mudança no eixo histórico da produção e difusão tecnológica, já que seu centro passou da Europa para a Costa Oeste norte-americana e os países orientais.⁹ Ainda que as plataformas sejam predominantemente criadas na região do Vale do Silício, região metropolitana de San Francisco, e os equipamentos montados em países como China, Coreia e Taiwan seus usos são localizados.

Os conteúdos que circulam são marcados pela hegemonia da indústria do entretenimento sediada em Los Angeles, mas, além de ressignificados em diferentes contextos nacionais, se associam (ou competem) com os de outros centros produtores. O caráter globalizante das novas tecnologias não impede e até incentiva a criação e compartilhamento de culturas locais, fazendo com que a rede não seja homogênea, antes com variações regionais marcantes a ponto de alguns considerarem a existência de tantas redes (ou Internets) quanto culturas nacionais, regionais ou locais (cf. Martel, 2015).

Nessa breve história da emergência e disseminação das tecnologias comunicacionais em rede busquei ressaltar sua origem em tecnologias bélicas criadas por altos investimentos estatais durante a II Guerra Mundial e a Guerra Fria, a

7 Segundo dados da PNAD de 2014, pouco mais de 50% da população brasileira tinha acesso à rede e – em sua maioria – por meio do uso de telefones inteligentes cujo custo caiu consideravelmente nos últimos anos. Há clara desigualdade regional no acesso e Estados do Centro-Sul têm porcentagem muito maior da população conectada em relação à média nacional.

8 As tecnologias comunicacionais do presente transformaram-nos como seres desejantes, estenderam a nós novos horizontes aspiracionais marcados por expectativas e ideais muito diferentes dos que moldavam as vidas sexuais e amorosas construídas apenas ou predominantemente face a face. Já está disponível uma considerável bibliografia obre o impacto das novas tecnologias na busca amorosa, na qual destaco Illouz (2007), Beleli (2015), Pelúcio (2015), Miskolci (2013; 2014), Schaeffer (2013; 2015) e Zago (2013).

9 Lima e Oliveira (2016) discutem o trabalho digital trazendo elementos para compreender a inserção brasileira nessa nova área econômica.

entrada com maior protagonismo do setor privado e empreendedores a partir da década de 1970 e o início do uso delas pela sociedade há apenas pouco mais de duas décadas, mais exatamente a partir da privatização da Internet em 1995.

A partir dos fatos históricos, econômicos e culturais mencionados, temos elementos para, na seção seguinte, começar a refletir sobre o cenário em que nos inserimos atualmente como a criação de uma sociedade digital.

Sociedade Digital

Em meados da década de 1990, Nicholas Negroponte (1995) afirmou que vivíamos em um mundo com uma linguagem comum: a digital. Sua percepção foi visionária, pois seriam necessários mais alguns anos para que tal linguagem pudesse se disseminar não apenas pela modernização do aparato de produção e consumo, mas sobretudo pela expansão das telecomunicações permitida pela popularização dos telefones celulares. Nos termos de Castells, é essa expansão da telefonia que nos traz à era da conectividade perpétua, o que levou um grande número de pesquisadores a afirmar que vivemos em uma era digital (Athique, 2013; Baym, 2010). Quais seriam suas características?

Para começar, precisamos compreender melhor o que é digital. As mídias analógicas tinham uma base material como o disco de vinil, o filme da câmera fotográfica ou do antigo projetor de cinema, o papel dos jornais e revistas, enquanto nas digitais esse suporte físico perde espaço já que o conteúdo midiático é convertido em sequências numéricas, ou melhor, em dígitos, de onde deriva o termo digital (Martino, 2015: 10-11). Atualmente, por meio de diferentes equipamentos eletrônicos, conteúdos passam a ser acessados digitalmente,¹⁰ o que permite que sejam também armazenados e compartilhados, pois usuários de mídias digitais não são apenas consumidores-receptores isolados, mas também criadores e emissores que passaram a se conectar entre si.

Digital, nesse sentido, não é uma definição técnica e, sim, uma caracterização de nosso mundo como marcado pela conexão por meio de tecnologias comunicacionais contemporâneas que se definem cotidianamente como digitais e atualmente envolvem o suporte material de equipamentos (como *notebooks*, *tablets* e *smartphones*), diferentes tipos de rede de acesso (banda larga fixa ou

10 Computadores e equipamentos similares armazenam dados apenas sob a forma de números, os quais são mantidos no sistema de numeração posicional em que todas as quantidades se apresentam com base em dois números, zero e um (0 e 1): o sistema binário. Isso permite simplificar os cálculos pela lógica booleana (de George Boole, matemático inglês). Em computação, dígito binário é bit (abreviatura de *binary digit*) e o agrupamento de oito deles é chamado de byte (*binary term*).

celular), conteúdos compartilháveis (frequentemente gerados em outras mídias como jornais, revistas e televisão) e, por fim, mas não por menos, plataformas *online* (como Facebook, Twitter, YouTube).

Em termos sociológicos, o que define nossa era é a conexão em rede por meios tecnológicos de forma que digital se opõe ao analógico enfatizando o aprimoramento técnico enquanto a conexão em rede por meios comunicacionais baseados em plataformas enfatiza a maneira como se constroem relações sociais. Assim, ao referirmo-nos a mídias digitais tendemos a sintetizar ambas as transformações – tecnológica e social – ou melhor, um mesmo processo histórico – ainda em consolidação – de mudança sociotécnica de uma sociedade baseada predominantemente nas relações face a face para uma em que as relações mediadas pela conectividade ganham importância mesmo que não substituam as presenciais.

Na perspectiva de José Van Dijck (2016), é fundamental reconhecermos que desde a chamada Web 2.0 passamos da comunicação em rede para uma socialidade moldada por plataformas, assim como de uma cultura participativa para uma de conectividade, noção crítica que problematiza a redução das novas tecnologias a meras facilitadoras da comunicação, sublinhando o caráter automatizado da conexão online entre pessoas. Na conectividade, entre outros aspectos, a socialidade envolve o uso de botões que funcionam por algoritmos acionando opções de gosto, preferências e afetos. Em outros termos, desde a virada do milênio com a disseminação da banda larga e dos sites que buscaram tornar mais social a rede também passamos a entrar em uma era em que a socialidade passou a se tornar mais técnica.

O avanço da conectividade tem se passado em ritmos e intensidades diferentes de acordo com o país em que se vive, o nível socioeconômico de cada um, assim como sua faixa etária e nível educacional. O corte entre os com acesso e os desconectados não justifica ignorar que os dados apontam para crescimento exponencial dos inseridos nessa nova realidade em boa parte das sociedades, inclusive na brasileira.¹¹ A vasta produção acadêmica sobre as desigualdades no acesso expressa a preocupação com a inserção digital de toda a população, assim como políticas governamentais e iniciativas de órgãos internacionais. Portanto, ainda que não

11 Em *survey* com estudantes universitários brasileiros, Tom Dwyer (2015) constatou que todos afirmam estarem conectados e 61,7% deles apontam o uso da internet como sua principal atividade de lazer. Também há trabalhos socioantropológicos sobre o uso de *lan-houses* fora do Centro-Sul brasileiro como o de Silva e Gushiken (2010), na periferia de São Paulo (Borges, 2009), assim como sobre o uso das novas tecnologias por jovens de bairros periféricos de São Paulo (Pereira, 2010).

estejamos todos conectados, boa parte das pessoas assume que essa comunicação existe, informa, vincula, além do que tudo aponta para que em algum momento estejamos todos (ou quase todos) conectados, o que já permite refletir sobre essa realidade da sociedade conectada por meios comunicacionais em rede como inexorável.

O processo histórico que insere a maior parte da população em relações digitais mediadas tem mudado o que compreendemos como sociedade e, claro, relações sociais. A maioria das análises sobre o acesso ampliado à internet a partir da década de 1990 tendiam a compreender as relações em rede como se dando em uma esfera à parte, a qual – usando o vocábulo do escritor de ficção científica William Gibson (original de 1983, 2008 edição em português) – chamaram de ciberespaço (Lévy, 1999). Até mesmo as comunidades *online* eram descritas por sociólogos como Ray Oldenberg como versões contemporâneas das antigas praças, cafés e clubes. Instalou-se, assim, a oposição equivocada do real/virtual, a qual dissocia esferas ao invés de focar em seu caráter relacional e auto-influenciador.

Hoje temos experiência e conhecimento suficientes para afirmar que as relações mediadas não se dão em um universo à parte, o que os longevos conceitos de ciberespaço e virtual ainda impedem muitos de reconhecer. Relações mediadas se dão em um contínuo *on-offline*, no qual se inserem todos aqueles e aquelas que usam meios comunicacionais em rede em seu cotidiano. Nancy K. Baym assim define o que chama de “mito do ciberespaço”: “a comunicação mediada não é um espaço, é uma ferramenta adicional que as pessoas usam para se conectar, uma ferramenta que só pode ser entendida como profundamente embebida e influenciada pelas realidades diárias da vida corporificada (2010: 152).”

As relações sociais têm passado a se dar crescentemente de forma mediada pelo uso das tecnologias comunicacionais em rede e suas plataformas conectivas, o que não as transfere para outro espaço, tampouco as torna menos diretas, nos termos da socióloga Christine Hine (2009: 7); o que se passa é que nossas relações se dão em um novo contexto cultural que precisamos investigar e compreender em seus próprios termos. O antigo território definidor das comunidades passa a ser substituído pelos valores, códigos culturais, assim como características técnico-comunicacionais que criam e delimitam as redes nas quais nos inserimos. Assim, ainda que a maioria das pessoas se refira à Internet, *sites* e aplicativos como lugares é mais profícuo, em termos analíticos, compreendê-los reconhecendo sua existência mais autônoma em relação ao território e mais moldada pelo tecnológico-comunicacional.

Ao contrário das visões pessimistas que viam na disseminação da Internet uma redução das relações, já temos evidências para constatar que – ao contrário – elas se intensificam e se tornam mais constantes, pois as pessoas conectadas tendem a ampliar sua rede relacional e estão em constante interação com o trabalho, amigos, família e parceiros/as. A vida conectada tem ampliado, intensificado e modificado nossas relações sociais assim como induzido nossa progressiva auto-compreensão como verdadeiros sujeitos digitais. O acesso via celular criou a experiência de nos tornarmos seres conectados e em constante troca de conteúdos ao ponto de expressões cotidianas como “estou sem bateria” ou “estou com pouco sinal” comprovarem que equipamentos como os *smartphones* foram incorporados como parte de nosso ser e subjetividade. A convergência de tecnologias não uniu apenas a computação e o telefone, mas também a câmera fotográfica e de gravação de forma que – por meio de equipamentos como telefones inteligentes – passamos a poder registrar e compartilhar imagens de nosso cotidiano e de nós mesmos, ampliando a percepção sobre nossa inserção social.

Talvez o retrato de nossa época possa ser apontado na prática do selfie, o autorretrato feito pela câmera digital integrada ao smartphone para a exibição em redes sociais ou envio por programas de mensagens instantâneas. O selfie é o resultado da experiência de conectividade por meio de plataformas, o que induz seus usuários a apresentarem-se ao seu público segundo os padrões de beleza hegemônicos. A expectativa midiática incita ao uso de filtros, ferramentas ou aplicativos que “melhoram” a imagem, permitindo apresentar pele mais lisa, sem marcas de cansaço, dentes mais brancos¹². Também incita à adoção de diferentes técnicas corporais que vão das dietas, exercícios, consumo de roupas e cosméticos até as cirurgias estéticas. Dessa forma, o caráter técnico-midiático das plataformas induz a uma imersão em um contexto cultural no qual decisões e escolhas são tomadas a partir de valores disseminados midiaticamente.

As novas tecnologias incitam seus usuários a um trabalho constante com a própria imagem e as possibilidades de adquirir prestígio ou status não apenas online, mas também nas relações off-line em que aquelas pertencentes a grupos que não tinham como criar uma persona pública começam a ganhar visibilidade. Simone Ávila (2014) explorou como a expansão do acesso à Internet

12 No começo do milênio, o programa mais conhecido de correção fotográfica era o *Photoshop*. Atualmente, com as câmeras integradas nos celulares inteligentes, as possibilidades de uso de filtros e mecanismos de correção se ampliaram desde as disponibilizadas pelos próprios aplicativos de imagens instalados nos aparelhos até as mais sofisticadas disponíveis em aplicativos especializados.

permitiu a transexuais encontrarem fontes para se autocompreender. Algo similar se deu com pessoas intersex, as quais eram alijadas da organização política pelo preconceito off-line.

A conexão perpétua é indissociável da imersão em uma sociedade na qual desenvolvemos relações distintas das do passado, o que envolve não apenas compreender seus aspectos tecnológicos, mas também comunicacionais. Em termos sociológicos, o que nos interessa como cientistas sociais não é analisar equipamentos, sistemas operacionais ou plataformas, antes as relações sociais que elas permitem, moldam ou negociam. Constatação que pode auxiliar a não confundir o estudo de um tema com o de um site ou rede social online, pois as fronteiras de um campo investigativo não costumam ser delimitadas por uma única plataforma. Também é necessário reconhecer que elas permitem uma miríade de usos, inclusive articulados, assim como tais tecnologias comunicacionais globalmente disseminadas não contradizem contextos culturais localizados.

Nossa própria compreensão corporal e subjetiva alterada forma um sujeito afeito a relações em que a sociedade passa a ser compreendida como audiência e aquilo que já compreendemos como esfera pública é reconfigurada em termos que desafiam o vocabulário político, o que é perceptível na recente recusa da representatividade em nome de valores ascendentes como os de protagonismo. Não é mero acaso a popularidade da demanda de protagonismo na vida política contemporânea, pois um dos feitos das mídias digitais e suas plataformas de socialização foi justamente a de alçar pessoas comuns a uma experiência que, na era da comunicação de massa vertical, era restrita aos astros e estrelas da ficção televisa e cinematográfica.¹³

De expectadores da mídia de massa, as mídias digitais alçam seus usuários a protagonistas de suas próprias vidas.¹⁴ Sob tal inflexão tecnomidiática gostaria de chamar a atenção para três aspectos: primeiro, que as redes sociais online podem incentivar o engajamento político, o que não equivale necessariamente à participação na esfera pública tampouco apoio a valores democráticos e de justiça social; segundo, a esfera online opera sem regulações e mediações de justiça, o que pode transformá-la em um verdadeiro vale-tudo no qual assistimos conflitos, cruzadas

13 Nas redes ativistas brasileiras *online*, foi rápida a adesão ao vocabulário midiático do protagonismo nos últimos anos, o qual se associa à demanda do “local de fala” em uma competição por visibilidade entre seus membros/as e destes/as em relação a acadêmicos. Empreendimentos investigativos poderiam reconstituir historicamente e analisar sociologicamente essa inserção do ativismo no enquadramento midiático, assim como a disputa por protagonismo/local de fala se relaciona com a experiência de sujeitos marcados pela ausência de reconhecimento coletivo.

14 Exploro em detalhe esta inflexão no último capítulo de meu livro *Desejos Digitais* (Miskolci, 2017/no prelo) e, de forma ainda parcial em meu artigo na coletânea organizada por Pelúcio et alli (2015).

morais e perseguições individuais e, por fim, em contextos como o brasileiro, talvez por nosso histórico de justiça lenta e desigual, a substituição da demanda de justiça pelos meios apropriados pela rede têm levado à reatualização, agora na era digital, da substituição da justiça pela vingança ou punição.

As plataformas *online* atraem justamente por eliminarem intermediários dando a falsa impressão de que a rapidez equivale à eficiência. *Online*, especialmente nas chamadas redes sociais, deparamo-nos com um contexto emocionalmente denso em que experiências pessoais ganham apoio automático. A automatização do apoio materializado em ferramentas de redes sociais – como a curtida (*like*) e o compartilhamento no Facebook – induzem e premiam a postagem capaz de chamar a atenção por meio do apelo imagético e a chamada sem que seu conteúdo seja efetivamente lido e sua veracidade avaliada. O apoio, portanto, se dá frequentemente rompendo princípios básicos de respeito de direito à defesa e ao contraditório.

Na sociedade digital, a vida política pode ser enriquecida pela ampliação das vozes e faces com maiores condições de repercussão pública, mas até o momento tendeu mais a reproduzir a concentração em algumas pessoas que agem como nódulos privilegiados dentro de redes de informação delimitadas por interesses ou perspectivas políticas comuns. Pierre Mercklé, em *Sociologie des réseaux sociaux* (2011), observa que a horizontalidade das redes não apaga as relações de poder e que – nesse contexto – tendem a ser pautadas no prestígio, na reputação e na qualidade e quantidade dos contatos de seus participantes.

Além disso, redes sociais pouco ou nada dialogam com redes antagônicas porque têm limites, mesmo que não sejam visíveis. Queila Souza e Carlos Quandt definem bem: “Uma rede social ou comunidade produz e conserva um limite cultural, não material, que impõe restrições ao comportamento de seus membros.” (2008: 28) Assim, redes de discussão política *online* que articulam plataformas distintas como Facebook, Twitter e Whatsapp na troca de informações e reflexões colhidas em provedores de conteúdo compartilhável – quer sejam *blogs* independentes ou da grande mídia – tendem mais a reforçar laços previamente existentes, ampliar a rede receptora, mas tem impacto baixo em redes rivais. Características cujo dinamismo abre uma agenda de pesquisa promissora.

No Brasil, o uso de plataformas como o Facebook tem gerado divergências e conflitos que dividem os usuários em redes mais ou menos coesas segundo valores partilhados e interesses políticos comuns. O caráter horizontal da conectividade por redes sociais que alguns tendem a chamar irrefletidamente de democratizante pode, ao contrário, ser o responsável por comportamentos autoritários e agressivos. Na plataforma, os sujeitos sentem-se mais seguros para

expressar opiniões divergentes e conflitivas, além de contar com o apoio de outros usuários que – em situação similar face a face – talvez não se expusessem tampouco adeririam a reações coletivas. Sobretudo, tais experiências que marcaram a socialidade *online* em anos recentes têm provado que suas consequências se estendem ao *off-line*.

Desde ao menos as chamadas Jornadas de Junho de 2013,¹⁵ que a vida política nacional foi obrigada a reconhecer a relação intrínseca entre as redes sociais e as ruas, portanto como as relações *online* têm o poder de pautar as *off-line*. As Jornadas de Junho de 2013 – organizadas pelas novas tecnologias comunicacionais em rede – tiveram como estopim o aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo, portanto em uma demanda de mobilidade urbana que remonta, ao menos, desde a Revolta do Vintém (1879-1880). A despeito da palavra de ordem “vem para a rua, vem”, pouco se refletiu como o uso de mídias digitais amplia a demanda por mobilidade, já que seu uso envolve a reconfiguração do perímetro urbano no que Scott McQuire (2008) denomina de cidades-mídia. Tampouco se explorou suficientemente, em suas origens digitais, como as ações diretas nas ruas se associaram ao *slogan* “não me representa” em uma demanda que pode ser interpretada como a de uma política mais direta e participativa, mas também como uma forma emergente de compreensão da relação entre subjetividade e política.¹⁶

Dentre as razões para essa insuficiente reflexão de como a sociedade digital se articula às transformações políticas brasileiras recentes destaco, por ofício e pelo foco deste artigo, na necessidade de repensar nossa tradição teórico-conceitual sociológica e, em especial, sua articulação com as teorias sobre a subjetividade. Na passagem do século XIX para o XX, a sociologia se consolidou a partir de teorias desenvolvidas em meio à industrialização e urbanização enfatizando fenômenos econômicos e políticos como as tensões envolvendo Estado, mercado e o movimento trabalhador. As ciências psi, por sua vez, detiveram-se nas experiências íntimas desses processos que levaram à consolidação de um modelo de família que – hoje sabemos – engendrava regulações de gênero, sexualidade e, inclusive, de relações étnico-raciais. As ênfases distintas dos saberes apoiavam-se na aparente divisão entre público e privado, gerando teorias sobre estrutura-ação e subjetividade que pouco se influenciavam.

15 Para uma análise das Jornadas de Junho de 2013 consulte Barreira (2014).

16 As discussões sobre democracia na era digital são das mais profícuas, dentre elas destaco as de Athique (2013) e Martino (2015), ambos com referências à obra de Papacharissi (2010). Sobre as relações entre subjetividade e política recomendo Pait e Laet (In: Pelúcio et alli, 2015) assim como a bibliografia feminista e queer sob o tema, como a já citada Ávila (2014) e Natansohn (In: Pelúcio et alli, 2015).

A urbanização marcou a sociedade industrial e o sistema capitalista, assim como a cidade delimitou o paradigma da vida psíquica para as ciências psi e a ação social na sociologia. A democracia e a esfera pública são produto dessa realidade histórica, a qual passa a ser transformada pela ascensão da mídia de massas no século XX e, agora percebemos, fortemente abalada pelo advento das tecnologias comunicacionais em rede e das plataformas de conectividade desde a virada do milênio. Segundo Nicolaci-da-Costa: “algumas tecnologias também podem alterar radicalmente nossos modos de ser (como pensamos, como percebemos e organizamos o mundo externo e interno, como nos relacionamos com os outros e com nós mesmos, como sentimos etc).” (2002: 193)

Sigmund Freud, ao analisar a experiência psíquica nas famílias urbanas do início do século XX, reconheceu a ascensão do indivíduo ligada à diminuição das proibições externas e o surgimento do superego. Georg Simmel, ao debruçar-se sobre a vida na metrópole, compreendeu a reconfiguração da vida psíquica indissociável de novas relações sociais. Sociologia e psicanálise, portanto, buscaram analisar o mesmo fenômeno histórico e cultural contribuindo para a criação de um vocabulário teórico e conceitual que até recentemente permitia-nos compreender nosso mundo. Na esteira dessa história, na seção seguinte argumentarei que encaramos agora o desafio de rearticular teorias e conceitos e, desta vez, sem separar o social do psíquico tampouco da cultura.

Sociologia Digital

A sociologia digital ainda é um projeto. Ela não é uma área consolidada de investigações dentro da disciplina tampouco sabemos ainda se virá a ser apenas isso. Suas descobertas e emergente vocabulário teórico-conceitual podem apontar – num futuro de universalização da conectividade – para contribuições transversais em todas as áreas que formam a disciplina. Afinal, o enquadramento digital de nossa era tende a abarcar os outros recortes ou priorizações que regem diferentes perspectivas sobre o social em nossos dias, como o de sociedade de risco ou da vigilância.

Mencionada ao menos desde 2009 em um artigo de fundo metodológico do sociólogo norte-americano Jonathan Wynn, posteriormente na coletânea *Digital Sociology: critical perspectives* (2013) organizada por Orton-Johnson e Prior, apontada como um caminho a seguir por Adrian Athique no epílogo de seu *Digital Media and Society: an introduction* (2013), apenas em 2015 ganhou uma obra completamente devotada a seu projeto: *Digital Sociology* da pesquisadora australiana Deborah Lupton. Dentre os pontos explorados por Lupton (2015), destaco sua ênfase na prática profissional digitalizada, a qual envolve os efeitos

da participação política e da divulgação das pesquisas pelos meios digitais no desenvolvimento de uma sociologia pública e o que denomina de sociologia digital crítica, a qual envolveria o desenvolvimento teórico-conceitual para analisar nossa realidade contemporânea.

Na parca bibliografia internacional produzida sobre sociologia digital é perceptível uma vertente que enfatiza aspectos computacionais e uma reflexão ainda pouco desenvolvida sobre os comunicacionais. Compreendida nestes termos, abarcaria apenas os que demandam uma atualização da sociologia às novas fontes de dados e ferramentas de análise em uma ênfase mais metodológica e computacional das transformações recentes. Trata-se de uma concepção parcial e insuficiente dos impactos que as tecnologias da informação causaram nas relações sociais, mais focado em reformar a metodologia com ênfase na vertente quantitativa ou eletrônica de análise de dados por meio do emprego de *softwares*. Athique sublinha que a pesquisa quantitativa já passou por décadas de adaptação à nova realidade computacional, “o problema, então, não é tanto o de alcançar a mudança tecnológica, antes o de evitar qualquer confusão entre dados digitais e o mundo que os produz.” (2013: 262)

As mudanças trazidas pelo avanço das relações mediadas podem ser um incentivo a mais à incorporação dos CAQDAS (*Computer Assisted Qualitative Data Analysis*), meios computacionais para analisar documentos digitais no formato de texto, imagem, vídeo ou áudio (cf. Nascimento, 2016) assim como podem reforçar as vertentes de pesquisa qualitativa. Como sociólogos/as, direcionamos nosso interesse às relações sociais, o que nos leva não a estudar computadores, *softwares* ou plataformas eletrônicas de comunicação, antes a pesquisar como os sujeitos usam a tecnologia em sua vida cotidiana. Dessa maneira, com o objetivo de compreender o sentido que rege os usos das tecnologias comunicacionais em rede o aspecto qualitativo é reforçado dentro da própria vertente quantitativa, devido à necessidade de formas inovadoras de criação de variáveis de pesquisa assim como na análise dos dados.

Abordagens qualitativas envolvendo a etnografia, a análise de conteúdo, visual e de discurso tornam-se fundamentais quando se reconhece que as mídias atuais não superam as anteriores, antes as rearticulam em um processo de convergência que pode até ser compreendido como aprofundamento da exposição social às mídias de massas. O advento da comunicação de massa por meio da popularização do rádio e do cinema na primeira metade do século XX foi intensificado pela disseminação da televisão após a década de 1950. Contexto em que a aparente divisão do trabalho intelectual entre sociologia e psicanálise passa a ser borrada por vertentes como a da Escola de Frankfurt. A teoria crítica

explorou a subjetividade em suas relações com a política e a economia, por exemplo, nas reflexões sobre a indústria cultural e a formação do totalitarismo.

Na linha da teoria crítica, atualmente se destaca Eva Illouz. Especialista nos estudos sobre como a mídia molda comportamentos desde a invenção do cinema e da propaganda modernos na primeira metade do século XX (Illouz, 1997), a socióloga marroquina desenvolveu reflexões inovadoras sobre o fenômeno das mídias digitais em uma de suas Conferências Adorno, publicadas em *Intimidades Congeladas* (2007). Sua maior contribuição para uma sociologia digital pode repousar na forma como articula a sociologia aos estudos midiáticos com uma compreensão da cultura mais afeita à realidade contemporânea, na qual “ela é um determinante poderoso para a ação.” Ainda segundo Illouz (em entrevista neste dossiê, 2016):

O que penso é que muita da cultura contemporânea, especialmente cultura de aconselhamento, tem um efeito pragmático. Ela nos faz fazer coisas. Ela diz algo – e não apenas faz com que nos percebamos como entidades carentes de autotransformação – mas nos faz agir. Ela tem essa capacidade de nos fazer agir em direção à autotransformação, o ato de refletir sobre nós mesmos, o ato de mudar nossas emoções. Assim, penso que a maior parte da cultura contemporânea é performativa, ela nos leva a fazer coisas.

A despeito da importância da vertente crítica, é importante ponderar que ela tende – quer na Escola de Frankfurt ou em herdeiros atuais – a enfatizar a dominação dos meios comunicacionais sem dar a devida atenção às ambiguidades da recepção, os deslocamentos de sentido e os efeitos inesperados da disseminação da conectividade. Há espaço para a divergência, dissidência e transformação na realidade aberta pelas novas tecnologias, assim a cultura pode ser compreendida também como espaço de disputa político-social, como na vertente dos Estudos Culturais britânicos.

Em contraste com a Escola de Frankfurt, formada por intelectuais oriundos de um país em que a sociedade civil aderiu ao totalitarismo, os Estudos Culturais britânicos, formados a partir do final da década de 1950, desenvolveram-se atentos às demandas de emancipação da sociedade civil na década seguinte. Em outras palavras, devido a outro contexto histórico-social, lograram desenvolver uma abordagem diversa da sociedade da mídia. A compreensão sociológica da cultura como esfera histórica de disputa política permite superar a divisão artificial entre o social e o subjetivo abrindo condições para explorar fenômenos

contemporâneos envolvidos na consolidação de uma sociedade digital, ou seja, na qual as relações sociais são crescentemente mediadas.

Pesquisas e obras recentes de estudiosos interdisciplinares sobre a era digital podem ser reconhecidas como importantes contribuições para uma sociologia digital. Sem a pretensão de fazer um histórico completo dessas obras, antes de enumerar algumas que se destacam pela originalidade, a solidez de investigação ou a capacidade de síntese sublinho livros como *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo* (2008) de Paula Sibilia, *The Media City: media, architecture and urban space* (2008) de Scott McQuire, *Personal Connections in the Digital Age* (2010) de Nancy K. Baym, *Alone Together* (2011) de Sherry Turkle, o excelente *Digital Media and Society – An Introduction* (2013) de Adrian Athique assim como coletâneas lançadas em livros ou em revistas no Brasil como as de Beleli e Miskolci (2015) e a de Pelúcio et alli (2015).

Dentre as contribuições que obras como as citadas acima trazem para um campo de pesquisas e reflexões teórico-conceituais envolvendo o que podemos chamar de sociologia digital destaco a forma como mostram a reconfiguração entre público e privado, o que se expressa de variadas formas: desde a publicização cotidiana de si explorada por Sibilia, a forma como o espaço e o tempo são flexibilizados nas reflexões de McQuire, as novas formas relacionais mediadas analisadas por Baym, os paradoxos da conexão solitária na perspectiva de Turkle e a sólida síntese de nossa era digital feita por Athique, o qual encerra seu livro com um capítulo intitulado *Towards a Digital Sociology* (Em direção a uma sociologia digital). As coletâneas brasileiras, por sua vez, dialogam com todas essas fontes em estudos empíricos originais sobre o papel que as mídias desempenham no cotidiano nacional em segmentos os mais diversos.

Uma perspectiva aberta à interdisciplinaridade permitiria à sociologia digital reencontrar a atualidade da tese do sociólogo David Riesman sobre as transformações subjetivo-estruturais causadas pela exposição à mídia. Em seu clássico livro *The lonely crowd* (1950), Riesman afirmava que – nos Estados Unidos da América – as pessoas passaram a construir um *self* voltado para a aprovação alheia, uma autocompreensão dinâmica vinculada aos novos laços sociais e expectativas em uma sociedade urbana moldada pela mídia de massas. Desde então, isso não apenas se expandiu mundialmente, mas se aprofundou com a emergência das mídias digitais, nas quais os sujeitos estão continuamente expostos às comunicações de massa.

A passagem da tela grande do cinema para a pequena da televisão até chegar às menores nos *smartphones* marca não apenas a passagem do entretenimento público para o doméstico até o individual, mas – sobretudo – um aumento

crescente no nível de exposição às mensagens midiáticas da eventual visita ao cinema passando pela audiência diária à TV até chegarmos às atualizações constantes nos celulares conectados em rede. Ao contrário do que inicialmente se pensou, a era digital não representou a superação da comunicação de massas, já que ela ainda é a grande provedora dos conteúdos acessados nos dispositivos.

O fato acima permite reconhecer continuidades entre o passado analógico e o presente digital, as quais evocam os temores históricos de uma sociedade dominada por meio do controle e da manipulação da informação. A passagem das mídias verticais do *broadcasting* para as horizontais em rede não levou à supressão do poder das grandes empresas de comunicação, podendo – muitas vezes e de acordo com o contexto – resultar em sua ampliação. Portanto, reflexões sociológicas envolvendo a indústria cultural e vertentes similares podem encontrar um campo expandido de pesquisa e análise.

De qualquer forma, o caráter distópico das vertentes que podem ser enquadradas no determinismo tecnológico, como a dos frankfurtianos, precisa ser contrabalanceado pelas teorias que delineiam o que alguns chamam de moldagem social da tecnologia (*social shaping of technology* em inglês, muitas vezes abreviado como SST na literatura especializada). Raymond Williams foi um dos sociólogos que mais contribuíram para superar o determinismo tecnológico, desde seu livro *Communications* (1962) até *Television: technology and cultural form* (1974), no qual colocou em xeque a noção de “efeito midiático” que via no conteúdo midiático a capacidade de reprogramar o comportamento de seu público. Segundo ele, o determinismo tecnológico é marcado por “uma visão fortemente poderosa e largamente ortodoxa sobre a natureza da transformação social” (1974: 13).

Uma sociologia digital pode problematizar tanto as expectativas utópicas de respostas técnicas para dilemas culturais e políticos assim como as profecias distópicas sobre o caráter potencialmente destrutivo da tecnologia para as relações sociais. Pode, portanto, partir da constatação do caráter social, criativo e aberto dos usos da tecnologia, os quais variam socialmente e só podem ser aferidos por meio das práticas cotidianas. Em outras palavras, as tecnologias midiáticas se inserem em um contexto maior que tanto as origina quanto as transforma moldando sujeitos que, por sua vez, as modificam.

No que envolve as relações de poder, na era digital as relações crescentemente mediadas não são apenas inseridas em aparatos de dominação e controle, mas também encontram ferramentas para a resistência. Quer o pessimismo das perspectivas focadas nos macro-dispositivos do poder quer o otimismo do foco apenas no potencial de organização a partir dos grupos historicamente

subalternizados não dão conta de um contexto mais complexo, incerto e, muitas vezes, paradoxal. A convergência de tecnologias e mídias tem inserido ruído nas pautas políticas, por exemplo, na forma como demandas de reconhecimento de diferenças de gênero, sexualidade e étnico-raciais circulam pelas plataformas online materializando a asserção feminista de que o pessoal é político.

As relações entre tradição e modernidade, vida adulta e juventude assim como até entre rural e urbano passam a ser reconfiguradas em negociações que apenas investigações localizadas podem auxiliar-nos a compreender.¹⁷ Miriam Adelman et alli (2015) mostram que o uso de mídias conectivas geram uma imersão que pode ser interpretada sociologicamente como uma intensificação da convocação que a modernidade faz - inicialmente, como permissão, e posteriormente, quase obrigação - aos sujeitos de elaborarem uma “narrativa do eu”, que pode tomar os formatos mais diversos, desde as mais “pós-modernas” até releituras de noções de “tradições culturais”. Estas últimas também encontram nas plataformas online novos canais de produção e circulação de discursos, contribuindo, por exemplo, para uma maior fluidez ou trânsito entre culturas rurais e urbanas (Adelman et alli, 2015) ou exacerbando a tendência de trocas entre culturas “tradicionais”, diaspóricas e globalizadas já apontada por Appadurai (1998) no final dos anos noventa.

Neste curto artigo, busquei fornecer um balanço parcial das mudanças e permanências envolvidas na emergência de uma sociedade digital assim como em seu estudo e análise por pesquisas que podem estar configurando o que alguns chamam de sociologia digital. A sociedade contemporânea não é simplesmente a antiga acrescida de tecnologias tampouco um monstro tecnificado, antes um *work in progress* na era de consolidação das novas tecnologias comunicacionais. Produto de uma era digital, boa parte das relações sociais do presente se constroem por meio de plataformas no contínuo on-offline. Relações que têm modificado os sujeitos, nossa sociedade e também a sociologia.

Referências

ADELMAN, Miriam et alli. Ruralidades atravessadas: jovens do meio campeiro e narrativas sobre o Eu e O(s) Outro(s) nas redes sociais *cadernos pagu* Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n.44, 2015, pp.141-170.

17 Nessa temática destaco a citada pesquisa de Adelman et alli (2015) desenvolvida por meio da observação do uso que jovens da cultura equestre na região Sul do Brasil fazem de uma rede social e a de Mary L. Gray (2009) sobre o papel da Internet na autocompreensão de jovens como homossexuais em uma região predominantemente rural dos Estados Unidos.

- ATHIQUE, Adrian. *Digital Media and Society: an Introduction*. Cambridge, Polity Press, 2013.
- APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2014.
- BARREIRA, Irllys. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar* São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v.4, n.1, 2014, pp.145-164.
- BAYM, Nancy K. *Personal Connections in the Digital Age*. Cambridge, Polity Press, 2010.
- BELELI, Iara. Amores Online In: Pelúcio, Larissa; de Souza, Luís Antônio Francisco; Magalhães, Bóris Ribeiro de; Sabatine, Thiago Teixeira (Orgs). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília, Cultura Acadêmica, 2012. pp.56-73
- . O Império das Imagens: construção de afinidades nas mídias digitais *cadernos pagu* Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n.44, 2015, pp.91-114.
- BORGES, Fabio Mariano. Sociabilidade nas *lan houses* das periferias In: *Ponto e Vírgula* São Paulo, PUC, 2009, pp.218-234.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede V.1: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- DWYER, Tom. *Lifestyles, Media Use, Horizons, and International Student Mobility: a survey of Chinese and Brazilian students* In: *Sociologies in Dialogue* Porto Alegre, Sociedade Brasileira de Sociologia, v. 1, n.1, 2015, pp. 32-48.
- GIBSON, William. *Neuromancer*. São Paulo, Aleph, 2008 [1983].
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional In: Giddens, Anthony; Lash, Scott e Beck, Ulrich. *Modernidade Reflexiva*. São Paulo, Editora Unesp, 2012.
- GRAY, Mary L. *Out in the Country: youth, media, and queer visibility in rural America*. New York/London, New York University Press, 2009.
- HINE, Christine. How can qualitative internet researchers define the boundaries of their projects? In: Markham, Annette N. e Baym, Nancy K. *Internet Inquire: conversations about method*. Los Angeles/London, Sage, 2009, pp.1-20.
- ILLOUZ, Eva. *Intimidades Congeladas: las emociones en el capitalismo*. Buenos Aires, Katz, 2007.

- _____. No coração pulsante da cultura – Entrevista com Eva Illouz . *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFSCar, v. 6, n. 2, 2016, pp. .
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- LIMA, Jacob C. e Oliveira, Daniela R. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional In: *Sociedade e Estado*. Brasília, Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UnB, 2016. (no prelo)
- LUPTON, Deborah. *Digital Sociology*. New York/London, Routledge, 2015.
- MARTEL, Frederic. *Smart: o que você não sabe sobre a Internet* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes*. Petrópolis, Vozes, 2015.
- MCQUIRE, Scott. *The media city: media, architecture and urban space*. London, Sage, 2008.
- MERCLÉ, Pierre. *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris, La Découverte, 2011.
- MISKOLCI, Richard. *Desejos Digitais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2017 (no prelo).
- _____. Networks of Desire: the specter of AIDS and the use of digital media in the quest for secret same-sex relations in São Paulo. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology* Brasília, v.10, n.1, 2013, pp. 40-70.
- _____. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais *Cronos*. Natal, UFRN, v.12, n. 2, 2011, pp. 9-22.
- _____. San Francisco e a Nova Economia do Desejo. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo, CEDEC, 91, 2014 , pp.269-295.
- PELÚCIO, Larissa. Narrativas Infiéis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas. *cadernos pagu* Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n.44, 2015, pp.31-60.
- PELÚCIO, Larissa; Pait, Heloísa; Sabatine, Thiago. *No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia – desafios teóricos e metodológicos do presente*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2015.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. “A maior zoeira”: experiências juvenis na periferia de São Paulo. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: PPGAS-USP, 2010.
- ORTON-JOHNSON, Kate e PRIOR, Nick. *Digital Sociology: critical perspectives*. London, Palgrave MacMillan, 2013.
- PAPACHARISSI, Zizi. *A Private Sphere: democracy in the digital age*. Cambridge/ Malden, Polity Press, 2010.
- RIESMAN, David. *The Lonely Crowd: a study of changing American character*. New Haven/London: Yale University Press, 1967 [1950].

- SCHAEFFER, Felicity Amaya. Governando corpos e identidades virtuais: indústrias de cibercasamento entre os Estados Unidos e a América Latina In: *cadernos pagu* (44) Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2015, pp.115-140.
- . *Love and Empire – Cybermarriage and Citizenship across the Americas* New York/London: New York University Press, 2013.
- SIBILIA, Paula. O show do Eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, Lawrenberg A. e Gushiken, Yuji. *Lan House*: novos mapas de acesso digital na cidade de Cuiabá. In: *Conexão*. Caxias do Sul: UCS, v.9 , n.18, 2010. Pp. 75-88.
- SOUZA, Queila e Quandt, Carlos. Metodologia de Análise de Redes Sociais In: Duarte, Fábio; Quandt, Carlos e Souza, Queila. *O tempo das redes* São Paulo, Perspectiva, 2008.
- TURKLE, Sherry. *Alone Together: why we expect more from technology and less from each other*. New York, Basic Books, 2011.
- TYLDON, Morten. *The Imitation Game*. Filme. EUA/Reino Unido, Black Bear Pictures, 2014. Cor, 114 min.
- VAN DIJCK, José. *La Cultura de la Conectividad: una história crítica de las redes sociales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.
- WILLIAMS, Raymond. *Communications*. Baltimore: Penguin, 1962.
- . *Television: technology and cultural form*. London, Collins, 1974.
- ZAGO, Luiz Felipe. *Os Meninos – Corpo, gênero e sexualidade através de um site de relacionamentos*. Tese de Doutorado, Educação, UFRGS, 2013.

Recebido em 27/05/2016

Aprovado em 14/06/2016

Como citar este artigo:

MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 275-297.

No coração pulsante da cultura — Entrevista com Eva Illouz¹

The beating heart of culture - Interview with Eva Illouz

Eva Illouz nasceu no Marrocos, em uma família judia que emigrou para a França em 1971, quando ela tinha dez anos. Estudou literatura em Paris, quando começou a se interessar pela sociologia, e fez seu doutorado em literatura e comunicação, nos Estados Unidos. Seu primeiro livro, *Consuming the romantic utopia: love and the cultural contradictions of capitalism* (1997), tornou-se referência para compreender as relações entre o amor e o capitalismo, tema que desenvolveu na esfera das relações por mídias digitais na pesquisa que apresentou – a convite de Axel Honneth – em uma de suas Conferências Adorno, em Frankfurt, e depois publicou em *Cold Intimacies: the making of emotional capitalism* (2007).

Autora de nove livros, dentre os quais *Saving the Modern Soul: therapy, emotions and the culture of self help* (2008), *Why love hurts: a sociological explanation* (2012) e *Hard Core Romance: Fifty Shades of Gray, Best Sellers and Society* (2014), suas investigações lidam com fontes históricas, culturais e midiáticas buscando aprofundar o estudo das relações entre emoções e capitalismo, sobretudo por meio do impacto do uso das mídias de massa ou segmentadas.

A pesquisadora concedeu esta entrevista a Richard Miskolci² por telefone e Skype em duas partes: a primeira em janeiro, quando estava em Paris, e a segunda em março, em Jerusalém.

1 Departamento de Sociologia e Antropologia – Universidade Hebraica de Jerusalém – Jerusalém – Israel – e-mail: illouz@mscc.huji.ac.il

2 Entrevista e tradução de Richard Miskolci – Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFSCar – São Carlos – Brasil – e-mail: ufscar7@gmail.com

Richard Miskolci: Você é uma espécie de pesquisadora global, já que nasceu fora do centro da produção sociológica, mas estudou na França e nos Estados Unidos e hoje está baseada em Israel. Poderia contar um pouco sobre essa experiência?

Eva Illouz: Sou baseada em Israel e na França porque atualmente sou *directrice d'études na Haute École en Sciences Sociales*, onde Bourdieu, Barthes e Derrida lecionaram. Realmente, eu nasci em uma família de judeus no Marrocos e por isso o pertencimento lá era condicional. Não compreendo o nacionalismo em nenhuma de suas formas e penso que – quando imigramos para a França – o que eu amei não foi ela como nação. Amei a língua francesa, a cultura e amei a escola e o sistema político. Eu me senti próxima disso. Naturalmente eu me senti conectada à cultura e à língua, mas como uma imigrante eu sabia que tinha que me esforçar muito. Essa sempre foi minha impressão sobre estar na França ou nos Estados Unidos, nada era garantido. Acho que isso me fez uma caricatura do judeu desenraizado. É uma caricatura do século XIX sobre os judeus, de que seriam sem raízes e cosmopolitas e essa é minha vida porque eu nunca me identifiquei completamente com nenhuma nação. É possível se identificar completamente com cultura e ideias e eu diria que essa é minha experiência.

R. M.: Você poderia falar um pouco sobre sua educação e início como socióloga? Onde você estudou?

E. I.: Estudei literatura e comunicação na *Annenberg School of Communication*, a qual provavelmente é a mais conhecida escola de estudos dos efeitos da mídia. Então, comecei como uma pesquisadora da mídia interessada no impacto dela nas imagens mentais e nas práticas. É por isso que eu escolhi o tema do amor romântico; inicialmente, porque pensei que poucos tópicos me permitiriam entender tão claramente a forma como a mídia molda – ou não molda – práticas românticas.

A Universidade da Pennsylvania também foi onde [Erving] Goffman lecionou. Ele já tinha morrido quando eu cheguei, mas eles ainda têm um departamento de sociologia maravilhoso. Estudei lá com um sociólogo que não é muito conhecido fora dos Estados Unidos, mas que é maravilhoso: seu nome é Charles L. Bosk. Ou seja, de certa forma – ainda que eu tenha estudado sociologia na graduação na França – meu conhecimento sociológico é muito autodidata porque meu treino formal foi em literatura e estudos da mídia. Meu treino em sociologia foi individual, predominantemente autodidata.

R.M.: A despeito do seu autodidatismo na sociologia suas obras mostram um profundo conhecimento sociológico. Quais foram suas influências sociológicas iniciais?

E.I.: O sociólogo que mais me influenciou foi Max Weber. Weber – acredito – foi o sociólogo que mais se preocupou com a modernidade e não tinha uma espécie de narrativa otimista dela como Marx ou Durkheim. Ele é quem entendeu os paradoxos da liberdade e, para ele, quanto mais nos libertamos mais nos disciplinamos, mais precisamos da lei para interferir, regular nossas relações e, de fato, podemos ver quanto Weber influenciou Foucault e Adorno. É exatamente o pensamento que os influenciou e que me influenciou muito ao me fazer a mesma questão que Weber fazia a si mesmo: como é o mundo cognitivo e emocional das pessoas? Como ele é diferente do mundo anterior? Como ele se tornou racionalizado? Qual é a influência da economia e da ciência na esfera emocional?

R.M.: E qual foi seu interesse de pesquisa principal no início de sua carreira?

E.I.: Quando eu comecei a escrever meu doutorado a questão que me preocupava era, ao mesmo tempo, sociológica e filosófica, e era uma das questões que tinha sido central para a Escola de Frankfurt: como a era moderna – na forma do capitalismo, indústrias culturais e tecnologias midiáticas – transforma o conteúdo e a natureza do *self*?

Para os sociólogos, o *self* é a entidade responsável pelo desejo, a volição, a intenção, pelas maneiras em que diferentes ações de um indivíduo são coordenadas, nomeadas, integradas em uma moldura maior. Por exemplo, encarar as ações de alguém como determinadas por um comando divino leva a reter um sentido diferente daquele determinado por um ideal secular de autonomia individual. Um objeto fundamental de minha pesquisa é mostrar como o *self* muda na modernidade, o que – por sua vez –, inevitavelmente, se associa à questão maior, mas crucial, se a modernidade impede ou incentiva o florescimento humano. Quando eu cheguei nos Estados Unidos, eu vinha da França, onde a *Dialética do Esclarecimento* tinha uma influência, ao mesmo tempo, direta e indireta na paisagem intelectual e eu era influenciada pelo programa intelectual da Escola de Frankfurt, que basicamente tentou entender a organização do *self* dentro e pelas instituições do capitalismo e pelo que chamavam de indústrias culturais. Uma das afirmações mais importantes de Adorno e Horkheimer, como se sabe bem, é que apesar de maior liberdade e igualdade podia-se observar na modernidade o capitalismo estandardizado, comodificado e a individualidade racionalizada.

O projeto da Escola de Frankfurt foi o de entender por que o florescimento humano permaneceu impedido apesar dos aparentes avanços das políticas modernas. Assim, o que era tão interessante no projeto deles era o fato de que eles não afirmavam que utopias modernas falharam, mas que, no entanto, essas utopias se realizaram sem trazer a felicidade e, de certas formas, até impediram o desenvolvimento humano.

R. M.: Como a experiência americana impactou suas ideias?

E. I.: Nos Estados Unidos, quando eu cheguei fiz dois encontros intelectuais muito diferentes: o primeiro foi o grande otimismo e crença dos intelectuais norte-americanos nas instituições da modernidade. O capitalismo pode ter sido criticado, mas no sentido de que ele apenas precisava ser melhorado, não de que suas raízes eram fundamentalmente opressivas. Esse encontro com o otimismo intelectual não me tornou uma otimista, mas me fez duvidar fortemente de qualquer narrativa *a priori* da modernidade ou do desenvolvimento humano. Por *a priori* eu quero dizer uma narrativa em que o roteiro e o final já são conhecidos previamente quer seja uma narrativa final e de decadência ou de emancipação e progresso. Por isso, ainda que eu tenha sido muito inspirada pela tradição da teoria crítica, uma das premissas da minha obra foi a de avaliar diferentes formas de desenvolvimento humano sem presumir saber previamente como ele deveria ser, o que seria, qual deveria ser o fim da narrativa. Isso pode parecer uma tarefa trivial para historiadores ou psicólogos, mas a sociologia é muito frequentemente normativa e é por isso que não é tão simples quanto parece.

Meu segundo encontro intelectual foi com a forte tradição empírica que caracteriza o trabalho acadêmico norte-americano. Nos Estados Unidos, o que Adorno e Horkheimer chamavam de indústrias culturais foram pesquisadas nos termos e categorias dos efeitos ou recepção das mídias e essas foram exploradas com as ferramentas da psicologia e da psicologia social de um lado e dos estudos de recepção, história e antropologia do outro.

Meu trabalho emergiu do encontro entre as grandes questões filosóficas sobre a natureza do *self* nas instituições da modernidade de um lado e da vertente fortemente empírica da pesquisa acadêmica americana do outro. Mesmo que eu quisesse manter uma conexão com os modos filosóficos de investigar minha percepção era de que a questão do impacto da modernidade na individualidade tinha que ser discutido empírica e comparativamente, ou seja, a questão era saber precisamente onde o *locus* de transformação do *self* estava, quais

instituições eram responsáveis por quais transformações, como elas fizeram isso e, mais crucialmente, a questão para mim era entender a natureza da transformação do *self* sem ter uma narrativa da modernidade claramente delineada.

Decidi estudar essas transformações por meio do tema do amor quase sem perceber naquela época que ele seria um tema tão bom. Apenas depois eu percebi que o amor realmente me trouxe para o coração pulsante – se posso dizer – da cultura moderna. Pode parecer que o amor é uma atividade prazerosa, mas não uma fundamental para conhecer a sociedade. Mas, na verdade, estudar o amor é como estudar gênero ou o poder: ele nos traz para o cerne e a fundação da modernidade e nos ajuda a fazer de forma direta a questão da natureza, do processo e da transformação da individualidade na modernidade.

R. M.: Como uma socióloga inicialmente treinada como pesquisadora de mídia e comunicação, como você entende sua produção intelectual?

E.I.: Eu diria que sou uma socióloga porque eu analiso a interação entre a estrutura social, as práticas culturais e a ecologia midiática. Diria que este é o triângulo no qual minha obra se move. A ecologia da indústria cultural, a estrutura social do capitalismo e as práticas românticas.

R. M.: Então, é possível afirmar que seu principal objeto de pesquisa é a cultura?

E. I.: Meu objeto de análise é a cultura: a cultura é, notoriamente, ao mesmo tempo, complexa e vaga. Ela é a matriz de ideias, crenças, valores, formas de fazer e interpretar eventos. A cultura existe em *designs* arquiteturais, discurso, códigos de vestimenta assim como no conteúdo e na forma das crenças das pessoas. Assim, para descobrir como as pessoas rotineiramente interpretam seu mundo na cultura moderna, eu tento unir uma grande variedade de dados adquirida de muitas fontes: filmes, imagens de propaganda, romances, livros de aconselhamento, jornais, revistas, ou seja, textos culturais que são produzidos para a leitura e o consumo, e entrevistas com pessoas e/ou observações etnográficas delas em seus contextos cotidianos. É como lidar com um grande quebra-cabeças, só que você não sabe como a imagem final se parece. Um dos problemas do meu trabalho é descobrir como juntar as partes em uma compreensão coerente de todos os fragmentos que eu junto para entender como algo tão escorregadio como ideias e práticas, amor ou individualismo mudam. Pense

na cultura como sendo um determinante poderoso para a ação, mas, porque ela é a água proverbial em que nadamos, é frequentemente difícil de pegar.

Outro desafio no estudo da cultura é avaliar seu impacto. Por exemplo, o cristianismo tornou a imagem do Cristo sofredor central para sua iconografia e teologia, mas se você quer dizer se ela molda a visão de mundo das pessoas, então se torna complicado. O que ela molda? Quanto? Como ela faz isso? Para estudar a cultura você tem que ser um pouco malabarista e segurar muitas bolas ao mesmo tempo, você tem que entender o que pode estar acontecendo na cabeça das pessoas e entender o que pode estar moldando-as: se instituições como a Igreja estão realmente moldando a visão de mundo das pessoas, o que em suas visões de mundo elas estão moldando? Por exemplo, que seu sofrimento é merecido ou que lhes trará redenção e, finalmente, se instituições competem umas com as outras na moldagem das interpretações disponíveis para as pessoas, por exemplo, tradições disponíveis oralmente podem ter tido tanto impacto nas ideias das pessoas sobre o sofrimento quanto as teorias formalizadas pela Igreja.

R. M.: Você poderia descrever brevemente seus interesses intelectuais de forma que pudéssemos compreender seus livros dentro de um projeto intelectual?

E.I.: Por meio do tema do amor tive um fio importante para entender e seguir o círculo completo das instituições e subjetividade e o capitalismo foi o principal *link* conectando os dois. De fato, eu entendi progressivamente que o capitalismo era um vetor crucial explicando como emoções e instituições se organizam na modernidade e o grande guarda-chuva sob o qual eu organizei cada vez mais minha agenda de pesquisa tem girado em torno da questão sobre como o capitalismo molda e transforma a vida emocional e a individualidade. A pesquisa que tenho desenvolvido desde meu doutorado tenta entender vários aspectos da intersecção de emoções, capitalismo e cultura. Qual o papel da mídia de massas (filmes, livros de auto-ajuda, revistas femininas, publicidade, televisão) em prover e definir o vocabulário, metáforas e modelos causais com os quais concebemos, pensamos sobre e lidamos com a vida emocional? Como as emoções se tornaram entrelaçadas com o consumo e a produção? E qual é o significado e o impacto de tal entrelaçamento nas relações e na felicidade humanas?

Cinco temas dominam minha obra: um tema dominante concerne o fato de que o capitalismo, tanto na esfera do consumo quanto da produção, transformou padrões emocionais; o segundo grande tema de meu trabalho tem a ver

com o papel da psicologia clínica popular na moldagem da identidade moderna; o terceiro tema que perpassa minha obra é a transformação da arquitetura ou ecologia da escolha; um quarto tema é aquele sobre a distribuição desigual do desenvolvimento emocional e da felicidade emocional. Acho que não podemos parar de analisar como emoções são construídas e organizadas por práticas institucionais: ao contrário, assim que elas são organizadas por instituições elas causam coisas para as pessoas e, finalmente, o quinto tema, que é um tema meta-teórico, é aquele do desenvolvimento humano e da crítica social.

Não quero fazer a análise da cultura por meio da contagem das várias formas pelas quais ela emancipa ou reprime, entrega “lixo” ou “tesouros”, se conforma ou não a um modelo do desenvolvimento humano. Meu dilemma é como pensar sobre o desenvolvimento humano e ainda o fazer sem um forte enquadramento normativo. Minha visão disso é que devemos fazer análises históricas e sociológicas comparativas, ou seja, devemos comparar diferentes caminhos para diferentes formas de bem-estar providas por diferentes sociedades.

R.M.: *Consuming the romantic utopia* é um livro fundamental sobre o amor e o capitalismo. Seus últimos trabalhos parecem lidar com um cenário em que o capitalismo e/ou o mercado não têm a mesma centralidade na explicação sobre as relações pessoais contemporâneas. O que mudou?

E.I.: Eu escrevi *Consuming the romantic utopia* quando – creio – a internet ainda não existia. O que mudou drasticamente desde então é a Internet e os *sites* de sexo. Primeiro, os *sites* de busca de parceiros e depois os aplicativos para equipamentos móveis, assim como a indústria da pornografia que cresceu tremendamente e a cultura do sexo sem compromisso [*hookup culture*] nas universidades norte-americanas que mudaram profundamente o papel do compromisso em casais heterossexuais. Diria que essas foram as três principais mudanças: 1. a maior disponibilidade de material sexual que mudou – acredito – as práticas sexuais; 2. a cultura do sexo sem compromisso que legitima mais do que antes – tanto para rapazes quanto moças – as relações puramente sexuais sem envolvimento e 3. a comodificação dos encontros por meio dos *sites* de encontro que significam também uma alta rotatividade de parceiros. Assim, a tecnologia está realmente dirigindo a mudança social no sentido de que tornou a escolha, a própria grande disponibilidade de escolha de parceiros uma realidade. Esse fato muda realmente as práticas prévias dos parceiros heterossexuais.

R.M.: Você analisou o uso de *sites* de encontros em uma época em que o texto era mais importante para a auto-apresentação do que hoje. Você refletiu sobre as mudanças nesse tipo de busca *online*?

E.I.: Acho que a visualidade é a confirmação de que, de fato, a busca *online* é apenas sobre sexo, que é sobre ser sexualmente atraente. Acho que enquanto o texto expressava a possibilidade de duas pessoas emocionalmente, psicologicamente compatíveis se encontrarem, a era da visualidade expressa o fato de que é apenas sobre ser sexualmente atraente.

R.M.: Você identifica diferenças relevantes entre o uso de websites em computadores de mesa e o de aplicativos em equipamentos móveis, como *smartphones*? O que você acha que a mobilidade e a conectividade perpétua adiciona às expectativas e práticas que você investigou quando a busca amorosa *online* era feita em casa por meio de computadores de mesa?

E.I.: Torna a possibilidade de encontrar imediata, a torna sem esforço e de uma maneira que aumenta a possibilidade – por ser geolocalizada – de que você possa conhecer pessoas que são como você porque pessoas que são como você vão aos mesmos lugares, digamos, uma discoteca ou uma livraria específica. Mas, ao mesmo tempo, o que acho que a busca móvel faz é simplesmente tornar esses encontros muito mais descartáveis. Eles são mais rápidos e você pode terminá-los muito mais rapidamente.

R. M.: Em seus dois últimos livros você afirma claramente que você está pesquisando relações heterossexuais, mas às vezes alude a tópicos homossexuais. Hoje em dia é ainda possível trabalhar com essa divisão binária entre hetero-homossexualidade ou esse binário também se borrou, contribuindo para as tensões irresolvidas em que vivemos desde a década de 1960?

E. I.: Claro que se borrou, mas eu acho francamente que muito das contradições, conflitos, dificuldades – não todas – mas as dificuldades que eu documentei estão conectadas mesmo com a heterossexualidade porque ela é fundamentalmente uma instituição para a reprodução biológica e para prover recursos econômicos para duas pessoas. A homossexualidade, nesse sentido, é a forma sexual que alcança muito melhor as promessas da Revolução Sexual e da modernidade. A heterossexualidade é realmente alocada entre estruturas pré-modernas e aspirações, estruturas e aspirações modernas, fica mesmo entre as duas. Há ainda a família, as crianças, o cuidado com elas e a divisão do trabalho entre filhos e marido. Mas a homossexualidade muitas vezes não é sobre família,

não é sobre reprodução, não sobre recursos econômicos, ela é sobre o desejo e a afirmação da força do desejo passa por ela. Assim, penso que há uma diferença no sentido de que a homossexualidade é a que tem sido mais capaz de viver com a promessa da modernidade.

R. M.: Para encerrar... Seu trabalho lida criativamente com as relações entre representações e práticas sociais. Você poderia explicar como você lida com essas duas vertentes do pensamento sociológico? Sua atenção às representações serve para um público marcado por uma experiência comum de práticas? Ou as representações podem moldar práticas em novos significados e ações?

E. I.: Não acho que a cultura representa coisas fora dela. Acho que precisamos pensar sobre um aspecto muito mais pragmático da cultura. Por exemplo, o gênero do romance, as estruturas narrativas do amor que podem ser usadas depois para moldar narrativas vividas do amor. Quando você pensa na narrativa do amor é muito difícil realmente fazer uma distinção entre o caráter narrativo da vida, entre apaixonar-se e o caráter ficcional das histórias, eles estão entrelaçados um com o outro. Assim, eu diria, veja o discurso psicológico... Como o *Cinquenta tons de cinza*³ é também sobre tentar superar o hiato entre palavras e ação, é sobre levar você a fazer coisas. Portanto, diria que não acho que a cultura contém imagens que, de alguma forma, podem ser traduzidas ou convertidas em imagens mentais. O que penso é que muita da cultura contemporânea, especialmente cultura de aconselhamento, tem um efeito pragmático. Ela nos faz fazer coisas. Ela diz algo – e não apenas faz com que nos percebamos como entidades carentes de autotransformação – mas nos faz agir. Ela tem essa capacidade de nos fazer agir em direção à autotransformação, o ato de refletir sobre nós mesmos, o ato de mudar nossas emoções. Assim, penso que a maior parte da cultura contemporânea é performativa, ela nos leva a fazer coisas.

Referências:

- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- ILLOUZ, Eva. *Consuming the romantic utopia: love and the cultural contradictions of capitalism*. Berkeley, University of California Press, 1997.

3 *Best-seller erótico da escritora inglesa Erika Leonard James publicado em 2011 e analisado por Ilouz em Hard Core Romance (2014) como exemplar paradigmático da produção cultural prosumer, fenômeno contemporâneo em que artefatos culturais como livros passam a ser escritos em interação com leitores nas mídias sociais.*

- _____. *Hard Core Romance: Fifty Shades of Gray, best sellers and society*. Chicago, The University of Chicago Press, 2014.
- _____. *Cold Intimacies: the making of emotional capitalism*. London, Polity Press, 2007.
- _____. *Saving the Modern Soul: therapy, emotions and the culture of self help*. Berkeley, University of California Press, 2008.
- _____. *Why Love Hurts: a sociological explanation*. London, Polity Press, 2012.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Cia das Letras, 2004.

Recebido em 27/05/2016

Aprovado em 30/06/2016

Como citar este artigo:

ILLOUZ, Eva. No coração pulsante da cultura – Entrevista com Eva Illouz. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 299-308.

Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas: notas iniciais de uma pesquisa em aplicativos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais¹

Larissa Pelúcio²

Resumo: Neste artigo apresento discussão metodológica a partir de resultados preliminares de pesquisa sobre masculinidades contemporâneas, tecnologias e afetos, centrando o campo investigativo em dois aplicativos móveis para fins de relacionamentos amorosos/sexuais, nos quais considero como colaboradores homens nascidos entre 1945 e 1986. À etnografia *on-line* somo a análises sobre a emergência de uma nova ética emocional associada ao mercado sexual e amoroso contemporâneo, tomando como referencial teóricos os estudos de gênero, sexualidade e sobre mídias digitais e subjetividades, a partir de perspectiva sócio-antropológica.

Palavras-chave: aplicativos móveis; masculinidades contemporâneas; happn; Adote um Cara; sexualidade; metodologia em pesquisa on-line.

¹ Parte das reflexões aqui apresentadas foram desenvolvidas juntamente com Richard Miskolci em apresentação de trabalho realizada durante o Simpósio Temático Mídias Digitais, Práticas Culturais e Dissidências de Gênero, no II Seminário Internacional Desfazendo Gênero, em setembro de 2015, na cidade de Salvador (BA).

² Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) - Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Bauru – Brasil - larissapelucio@gmail.com

Affections, market and contemporary masculinities: preliminary notes of a research on mobile applications for affective/sexual relationships

Abstract: This article presents a methodological discussion from preliminary results of a research on contemporary masculinities, technologies and affections whose investigation field is focused on two mobile applications for romantic/sexual relationships from which men born between 1945 and 1986 are taken as collaborators. The online ethnography is combined with the analysis of the emergence of a new emotional ethics associated with sexual and romantic contemporary market which takes the studies on gender and sexuality, digital media and subjectivities in a socio-anthropological perspective as a theoretical reference.

Keywords: mobile applications; contemporary masculinities; happn; Adote um Cara; sexuality; online research methodology.

Nunca fui tão nativa. Imersa em conversas que começam pelos *chats* dos próprios aplicativos para relacionamentos amorosos e sexuais, migro sem pudor para o WhatsApp³. Lembro-me quando temia esse contato que parecia me deixar sempre “on call”, ao alcance de hipotéticas chamadas que podiam ser feitas pelos homens que concordam em colaborar com minha pesquisa. Percebo hoje, um ano depois desses temores, que meus interlocutores, assim como eu, desenvolveram formas de driblar assédios indesejados, de cortar contatos que já não lhes interessam a partir de estratégias que mesclam formas tradicionais de negociação de afetos, bastante marcadas por lugares previsíveis de gênero, tensionados pelas novas possibilidades que as comunicações digitais permitem.

Fui aprendendo com eles como negociar as conversações e aproximações por esses meios, assim como interromper contatos que ocorrem em uma temporalidade marcada por intensificações de (des)afetos, aceleração na construção de intimidades, em uma dinâmica de trocas emocionais que geram ansiedades, mas que parecem rapidamente se dissolver na teia de contatos que vamos construindo desde a primeira aproximação via *chats*⁴

3 Sistema de comunicação síncrona associado a um número de smartphone por meio do qual se pode trocar além de mensagens de texto, mensagens em áudios, fotos, *links* diversos.

4 Os aplicativos móveis para encontros têm uma ferramenta que permite que as pessoas possam conversar de forma síncrona, se desejarem. Nos dois aplicativos que estou explorando, esse contato só é possível quando há a combinação de interesse por meio do “crush”, no *happn*, quer dizer, do “encontrão”, entre os/as usuários/as, pela manifestação de ambas as pessoas do seu interesse pela outra ou do aceite do “charme” por parte da mulher, no Adote um Cara.

dos aplicativos, passando pelo uso do WhatsApp com gravação de áudios, pedido de amizade no Facebook e Instagram, tentativas de conversas pelo Skype ou tudo isso num espaço de tempo comprimido, num universo relacional ampliado. Converso com vários homens ao mesmo tempo. Sou pesquisadora. Eles conversam com muitas mulheres simultaneamente, são investidores emocionais.

“Como o capitalismo molda e transforma a vida emocional e a individualidade?”, interroga-se Eva Illouz⁵, inspirando minhas próprias questões frente ao uso intensificado dos aplicativos móveis para fins de relacionamentos. As emoções moduladas pela lógica dos algoritmos matemáticos vão traçando combinações entre pares, nos colocando frente a formas de organizarmos a exposição de quem somos e de nossos interesses, muito próxima àquelas que regem as dinâmicas do mercado. Construir um perfil para si em *sites* e/ou aplicativos para relacionamentos é um processo altamente racionalizado, independente de estarmos fazendo uma pesquisa. Registrar-se é construir uma espécie de “versão computacional de quem você é” (Illouz, 2011: 111). Mobiliza esforços de síntese e de comodização. Como se anunciar da melhor forma? Como se diferenciar nos vastos catálogos em que estes *sites* e aplicativos se transformam? Como traduzir iconograficamente o melhor de si?

Os aplicativos móveis para fins de relacionamentos amorosos/sexuais integram um complexo campo no qual a dinâmica da vida contemporânea pautada pela aceleração do tempo, maior exigência no campo do trabalho e a sua flagrante precarização. Some-se a esse cenário um conjunto de ansiedades que entrelaçam esfera pública e privada, tais como o aumento da violência urbana, as urgências emocionais relativas aos anseios estimulados por diversos discursos que nos convocam a sermos felizes, saudáveis, aventureiros/as. Conformando as já muito discutidas transformações na esfera íntima da família e do amor romântico (Giddens, 1993; Bauman, 2004; Illouz, 2009) coadunam-se com as possibilidades emocionais ofertadas pelas novas tecnologias, pactuando uma estreita relação entre estas e os sentimentos.

O uso intensificado de aplicativos móveis para relacionamentos nos coloca frente a uma das mais sensíveis transformações sociais do presente, incidindo sobre a forma como temos constituído novos horizontes aspiracionais relativos a desejos sexuais e afetivos marcadas por desafiante negociações sexuais e de gênero, aprendizados tecnológicos. Este incidem fortemente nas nossas formas de sentir e administrar emoções, além de exigir todo um aprendizado para lidar com modos/etiquetas de comunicação que estão sendo constituídos ao mesmo

5 Ver entrevista neste dossiê.

tempo em que são articulados. Isto é, temos sido levadxs⁶ a acionar esses códigos relacionais no momento mesmo que os colocamos em prática. Vale para quem está nos aplicativos em busca de sexo, companhia ou amor; aplica-se também para quem pesquisa nesses ambientes.

Em novembro de 2015 criei meu perfil de pesquisadora no aplicativo móvel *Adote um Cara*, de origem francesa e que acabara de chegar ao Brasil investindo em forte publicidade em diferentes canais midiáticos, na qual o protagonismo feminino nas abordagens foi reforçado como diferencial visando arrebanhar usuários e usuárias nacionais. Dois meses depois, filiei-me ao *happn*, também francês. A geolocalização é o grande atrativo desse aplicativo que chegou em 2015 ao Brasil, rivalizando com o Tinder pelo uso do GPS (*Global Positioning System*) para promover os encontros entre usuários/as. A diferença é que no *happn* é possível perceber o circuito das pessoas, quer dizer, por onde elas transitam, que lugares consomem e, até mesmo, a que distância aproximada está de você naquele momento, agudizando a possibilidade do encontro presencial.

Para compor os perfis nos aplicativos citados, escolhi cuidadosamente as fotos⁷, selecionadas a partir de minucioso exercício reflexivo/imersivo por meio do qual avaliei como desejava me mostrar para os outros. Usei toda a possibilidade iconográfica que aqueles aplicativos me ofereceram⁸. Valendo-me da mesma linguagem publicitária, enxuta, quase slogans pessoais, acionadas pelos homens que se cadastram ali. Aprendo com eles. No disputado mercado dos afetos *on-line* somos incitadxs a constituir um “eu virtual” competitivo, o que implica em saber se diferenciar a partir da criatividade textual e de certa

6 Opto pelo x no lugar das vogais que indicam gênero a fim de borrar o binarismo e ampliar o leque das experiências relativas às vivências generificadas.

7 Uso fotos estilo *selfie*, de rosto; outras em plano americano, tiradas por amigxs, mas que tenham boa qualidade de imagem, cor e que valorizem aquilo que considero bonito em mim e, finalmente, as de corpo inteiro. Dica que foi me dada por um dos meus colaboradores, quando me ensinou que deixar ver seu corpo (mesmo que vestido) por inteiro ajuda a criar interesse ou não a partir de elementos corporais considerados “reais”, pois quem os avaliará será aquele que examina o conjunto de fotos do perfil que despertou o interesse e não a descrição que a própria pessoa faz de si. Avaliam a roupa, o ambiente, a maquiagem, os pés (não somente os sapatos, mas o pé como objeto de fetiche), as poses, entre outros elementos apreensíveis nas fotografias. Procuro, ainda, oferecer um conjunto de fotos que torne possível ao interessado saber mais sobre meus hábitos (fazendo exercício físico), trabalhando com o notebook no colo, em algum lugar para onde viajei...

8 No *happn* pode-se postar até 09 fotos, as quais não precisam ser, necessariamente, da figura do/da usuário/a; enquanto no *Adote*, é possível publicar 08 fotos que devem, necessariamente, ser da pessoa registrada, a qual deve mostrar o rosto e não deve estar com outras pessoas na foto. São vetadas fotos de objetos, animais, pessoas públicas, paisagens, enfim, aquelas em que não se possa identificar a quem pertence aquele perfil. Em ambos aplicativos nudez e cenas de violências estão interditos.

convencionalidade corporal, a fim de obter um número maior de admiradorxs e, assim, lograr nossos intuitos difusos⁹.

Lidar com relações de gênero, tecnologias e afetos a partir de perspectiva sócio-antropológica tem sido um desafio metodológico sensível, marcado não apenas pela exigência imersiva, mas também pela dinâmica transformação dos usos dos recursos comunicacionais digitais, que tornam técnicas, estratégias e caminhos metodológicos escorregadios, mas não intransitáveis. É sobre esses trânsitos, negociações e técnicas na busca de estabelecer uma discussão ético-metodológica sobre pesquisas nas quais sexo e amor encontram com o mercado e com as mídias digitais contemporâneas que versa este texto.

Concentro-me, sobretudo, em minha pesquisa sobre masculinidades contemporâneas, negociações de afetos e constituição subjetiva em tempos de intenso uso de recursos comunicacionais digitais, na qual tomo como campo privilegiado de investigação a adesão de homens nascidos entre 1955 e 1985 a dois aplicativos móveis voltados para a constituição de parcerias amorosas e/ou sexuais. Metodologicamente, associa à etnografia *on-line* análises sobre a emergência de uma nova ética emocional relativa ao circuito sexual/amoroso contemporâneo experienciado por meios digitais.

Trata-se, no entanto, de pesquisa ainda em curso, cujos resultados preliminares estão sendo analisados por referenciais teóricos que dialogam com os estudos de gênero e sexualidade em sua perspectiva pós-estruturalistas, valendo-me, ainda, de inspirações vindas do campo da Comunicação, mais afeito aos Estudos Culturais.

Pesquisa, intimidades e tecnologias

A pesquisa por mídias digitais tornou mais acessível e compreensível a vida íntima – afetiva, amorosa e sexual –, expandindo os limites investigativos antes restringidos pelas dificuldades impostas pela exposição face a face, na qual barreiras morais delimitavam mais radicalmente o que se podia dizer ou mostrar. Em outros termos, o contato mediado expandiu a pesquisa em rede, aumentando tanto o número de sujeitos quanto o território explorável, incentivando, na

9 Refiro-me a intensões difusas tomando a sério o que os homens com os quais tenho interagido até o momento (118, dos quais, até o momento, 33 contribuíram/contribuem de forma mais efetiva). Muitos deles dizem que procuram “ver no que dá”, “companhia”, “pode ser que não role sexo, mas pode virar amizade”, “conhecer pessoas interessantes”... Poucos dão centralidade ao sexo, ainda que ao longo das conversas este seja um elemento importante e desejado, mas pelo que declaram, não estão lá apenas em busca de encontros sexuais.

perspectiva de muitxs investigadores, a realização – por exemplo – de etnografias multissituadas (Marcus, 1998).

A internet comercial e, posteriormente, a Web 2.0¹⁰ e todos os seus desdobramentos tecnológicos abriram nas últimas décadas um campo investigativo profícuo, no qual práticas sexuais invisibilizadas e, mesmo, perseguidas socialmente encontraram lócus de expressão significativo. Esses usos chamaram a atenção de pesquisadoras e pesquisadores que perceberam no *on-line* possibilidades investigativas e analíticas difíceis de serem acessadas no *off-line*.

Na área de pesquisa em gênero e sexualidade, o contato mediado permitiu acesso a sujeitos cujos desejos, práticas sexuais e até mesmo demandas políticas permaneciam invisíveis ou apenas tangencialmente analisados nas pesquisas sociais. São exemplos relevantes a forma como a internet facilitou o contato com homens que se relacionam com outros homens em segredo (Miskolci, 2013, 2014; Zago, 2012), a possibilidade de entrevistar e etnografar clientes de trabalhadorxs do sexo (Pelúcio, 2009), adeptos de culturas sexuais alternativas (Braz, 2012; Freitas, 2011; Vencato, 2013) e inclusive grupos que passaram a se compreender politicamente por meio da web, como pessoas intersex e homens transexuais (Ávila, 2004).

As mídias digitais têm nos ajudado a compreender os limites morais que operam no constrangimento da expressão de desejos e afetos que desafiam normas e convenções sociais. Mesmo porque têm sido empregadas como meio tecnológico para flexibilizar limites às relações entre pessoas do mesmo sexo, às práticas sexuais não-convencionais e mesmo à conjugalidade monogâmica (Pelúcio & Cervi, 2011; Pelúcio, 2015) e as históricas barreiras para que mulheres fletem e busquem parceiros segundo seus próprios interesses e critérios (Beleli, 2012).

Além das expansões e vantagens de pesquisar com o uso de mídias digitais, surgem também novos desafios investigativos. Temos sido provocadxs a usar tais recursos não apenas como ferramenta e campo de investigação, mas como elemento para reflexão de novas formas de nos relacionarmos sexual e afetivamente, na constituição de novas subjetividades e identidades políticas

10 A Web 2.0 começa a ser elaborada em 2004. O sistema “foi popularizado pela O’Reilly Media e pela MediaLive International como denominação de uma série de conferências que tiveram início em outubro de 2004 (O’Reilly, 2005 apud Primo, 2007, nota de rodapé 3). Ainda segundo Ales Primo “A Web 2.0 é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo” (Idem: 21)

provocadas pela comunicação mediada por computadores, smartphones, tablets e outros dispositivos similares (Nathson, 2015; Pait & Laet, 2015).

As mídias digitais voltadas para trocas, encontros e relacionamentos amorosos/ sexuais, incluem desde salas de bate-papo a aplicativos móveis, são entendidas nesta proposta de trabalho “como meios que permitem criar redes relacionais seletivas dentro de uma espécie de mercado amoroso e sexual, o qual ascendeu a partir da chamada Revolução Sexual e agora apenas passou a ser visualizável por meio de *sites* e aplicativos” (Miskolci, 2014: 20). Mas também responde a um conjunto de transformações sociais e econômicas marcadamente neoliberais que, a partir de meados dos anos de 1980, incidiram diretamente na forma das pessoas constituírem relações. Individualismo, competitividade, estímulo ao risco e às experimentações, precarização de relações tidas como duradouras, seja no âmbito do mundo do trabalho ou das relações domésticas, são algumas destas mudanças que acabam conformando um novo *ethos* emocional que ajuda a conformar um mercado afetivo regido por códigos fluídos, mas operantes, ao qual alguns *sites* e aplicativos para fins de encontros parece corresponder.

“Alguém interessado em explorar o estudo das mídias digitais precisa estar atento para o fato de que elas potencializam e transformam meios anteriores de comunicação”, propõe Richard Miskolci, “os quais, por sua vez, já foram inovadores e causaram grandes mudanças sociais e subjetivas. Um bom exemplo é o de como as mensagens instantâneas atuais foram precedidas pelo serviço postal, em especial, o telegrama, o qual já foi a forma avançada e rápida da troca de correspondência.” (Miskolci, 2011: 10). Porém, há nos usos contemporâneos, singularidades flagrantes, as quais não podem ser entendidas em sua radicalidade, senão considerarmos a dimensão histórica, social, cultural e política que incidem sobre os usos que fazemos das tecnologias e como estas têm se imiscuído com os afetos e emoções.

“As máquinas são sociais antes de serem técnicas”; isso significa dizer que “há uma tecnologia humana antes de haver uma tecnologia material” (DELEUZE, 2005, p. 49), ou seja, que para cada período histórico existem tecnologias – máquinas, aparatos técnicos – que são produtos de uma organização histórica, política e cultural específica e das relações de poder que aí se exercem. Não são os aparatos técnicos que determinam quem somos e como somos; existem, sim, máquinas que se articulam com os contextos históricos e políticos de uma dada cultura tanto para responder às urgências

ai colocadas quanto para oportunizar novos modos de produção de subjetividade (Guattari, 2008 apud Zago, 2015: 151).

Esses aparatos servem também para testarmos escolhas metodológicas, valendo-nos exatamente dessa dimensão afetiva, política e cultural dos meios. O que de fato queremos saber? Quais canais de comunicação são mais rentáveis para nossos propósitos? Quais temas, assuntos, funcionam melhor quando a comunicação é potencialmente sincrônica ou quando é entendida como assíncrona? Essas são perguntas que me parecem pertinentes de serem enfrentadas quando passamos a acessar mais amiúde nosso campo de pesquisa, o qual, quase sempre, se espalha em rede. Enfim, como nos lembra Christine Hine é preciso “observar detalhadamente as formas em que se experimenta o uso da tecnologia” (2004, p. 163).

Dialeticamente, pode ser produtivo considerar a maneira que as tecnologias, criadas por vezes com propósitos diversos, incidem nas formas de experiencarmos contemporaneamente os sentimentos, modulando-os a partir de uma “nova economia do desejo” (Miskolci, 2014). Esta se orienta pela sensação de abundância de parceiras/os potenciais disponíveis em um largo catálogo humano, organizado a partir de uma lógica matemática (combinações por meio de algoritmos), o que, por sua vez, implica em urgência dos contatos e, desejavelmente, de encontros¹¹.

Cito Richard Miskolci, que após intensa etnografia e profícua reflexão, atenta para a estreita relação entre esfera pública e íntima, de maneira que as formas contemporâneas de relações regidas pelo que ele nomeia como “nova economia do desejo”, carregam para os suportes e meios de interação *on-line* a lógica das estruturas sociais do presente, e, assim, seus valores e contradições. “Economia aqui se refere tanto ao universo da produção e do consumo quanto à forma como se regula o desejo” (Miskolci, 2016, p. 234).

11 Quando a combinação de interesses se dá por meio dos mecanismos cibernéticos de cada aplicativo, a comunicação deve ser estabelecida na maior brevidade de tempo possível. Não fazê-lo, como metodologicamente escolhi proceder (o que deixarei mais claro mais à frente), quase sempre implica em não desenvolver minimamente o contato, quer dizer, aquelas pessoas não virão a se comunicar em tempo algum. Esse silêncio parece ser mais recorrente atualmente do que em outros momentos, pois já começam a aparecer em perfis do *happn*, por exemplo, advertências nesse sentido: “se for para dar *crush* e deixar no vazio, nem vem”. Trabalho com a hipótese de que esse comportamento, quer dizer, aceitar o cortejo sinalizado por ferramentas digitais como “charmes” e “*crushs*”, é quase que fazer um estoque de possibilidades de relacionamento, dada a abundância de perfis e a possibilidade cada vez mais recorrente das pessoas estarem flertando com outras tantas ao mesmo tempo em que elegem novas possibilidades de afeições.

As relações entre afeto, sexo e amor passam a se dar em uma nova configuração econômica, de trabalho e de consumo, em que as relações sociais se dão crescentemente por meios comunicacionais em rede. De forma geral, refiro-me à maneira como as vidas sexuais e amorosas e o próprio desejo das pessoas passam a se expressar no contexto contemporâneo, em que passamos a viver em uma sociedade pós-industrial, centrada em serviços, no consumo, na segmentação midiática e em formas de trabalho “flexíveis”. (Idem, *ibid.*)

A flexibilidade emocional reproduz algumas das características do termo aplicado ao mundo do trabalho, com contratos fluídos e informalização das pactuações que regiam as relações entre as partes envolvidas. Sem regulações claras, estão todos um tanto tateantes diante desse novo regime de gestão dos sentimentos. A flexibilização carrega muitas incertezas e umas tantas inseguranças.

Masculinidades em tempos de aplicativos

A maioria dos meus colaboradores da pesquisa reconhece que, apesar das mudanças sociais e culturais nas relações de gênero do presente, ainda é mais vantajoso ser homem, colocando por terra a ideia de “crise de masculinidade” bastante presente nas pesquisas publicadas na década de 1990 (Oliveira, 2000). Quando articulam dessa forma, estão claramente partindo de uma perspectiva relacional, ou seja, comparando suas vidas, oportunidades, liberdades, autonomia, possibilidades profissionais, amorosas e sexuais, com as de mulheres que formam seu círculo de relações e, muitas vezes ainda, refletindo sobre situações sociais nas quais as questões de gênero aparecem de forma mais flagrante: violência sexual e/ou domésticas, menores salários, obrigações morais e sociais mais exigentes.

Ensaio uma definição provisória para o que tenho chamado de masculinidades contemporâneas, propondo que são aquelas que têm sido tensionadas pelos discursos de gênero do presente, os quais carregam de forma mais ou menos sistematizada heranças das lutas feministas, reposicionando o lugar das mulheres nas negociações das relações entre feminilidades e masculinidades, expressas em corpos que não têm, necessariamente, a ancoragem do gênero na genitália. Os sentidos mais prismáticos dos gêneros e as contestações sobre a forma de experienciá-los, mesmo na estreita moldura dos binarismos, tem proporcionado um novo vocabulário para que homens pensem relacionalmente (ou não) o “ser homem”, questionando a forma de performar essa experiência a partir de valores tradicionais como “honra”, “força”, “dominação”, “trabalho”,

relativizados em suas falas, quando consideram que mulheres também têm acionado esses atributos nas relações cotidianas.

Mesmo sem abandonarem de todo aqueles princípios historicamente associados à masculinidade, outros valores parecem atravessar as experiências tateantes desses homens frente às mudanças do presente. Assim, a “aventura” relacionada à prática de esportes, a viagens e a tentativas de reconfigurar o campo de relações amorosas e sexuais vincula-se à “adrenalina”, uma espécie de substância contemporânea que azeita a masculinidade, por meio de sua presumida capacidade de denotar vigor, virilidade e juventude. Ainda que considerem o protagonismo feminino no campo afetivo (“as mulheres aqui querem mais sexo que os homens”, me escrevem com frequência), paradoxalmente, essas iniciativas ainda estão alocadas em um lugar desvantajoso, sobretudo quando se trata de negociar os termos das relações amorosas.

Apesar desta percepção, a maior parte deles julga que houve muitos avanços para as mulheres e que seriam hoje mais independentes, “liberadas” sexualmente, “donas de si”. Observações que aparecem em diversas conversas em tom celebratório, mas que no decorrer das interações ganha, comumente, outros sentidos. Esta festejada emancipação não parece trazer conforto para meus interlocutores na negociação dos encontros encetados por meio dos aplicativos, pois o que alegam com frequência é que muitas mulheres não têm conteúdo para levar adiante uma conversa, que reforçam o machismo ao exporem seus corpos por meio de fotos enviadas aos seus interlocutores, entre outras queixas que carregam, não raro, um tom vitimário, quase sempre associando a indiferença de suas pretendentes em relação a eles por não serem homens de posses ou por não parecerem suficientemente atraentes aos olhos delas. Esta última observação, tende a associar a avaliação das mulheres sobre eles como superficial e fútil.

Talvez, o que de fato esteja em curso seja uma tensão entre as reconfigurações de gênero, em uma sociedade na qual, há mais de uma década, temas como sexualidades dissidentes, direitos sexuais e de gênero têm ocupado grandemente a arena pública, impactando o campo privado. As pessoas têm, inclusive, assimilado novas palavras para pensar em si e nas relações à sua volta, assim como reavivado conceitos mais antigos, que parecem, voltam a ter centralidade como descritores potentes para pensarem em suas próprias relações íntimas.

Por esses meios, as conversas caminham rapidamente para a intimidade, inclusive com a pesquisadora, e podem terminar com a mesma brevidade com que se alcançou o estágio de confissões e desabafos. Negociar fronteiras entre confiança, intimidades, segredos e profissionalismo é um exercício exigente. Mas, sem construir confiança, termo estruturante das etnografias, sem humanizar-me

diante deles, percebo que as conversas, já bastante difíceis de sustentar por meios digitais, tendem a se transformar em questionários tediosos.

A temporalidade comprimida somada a intensificação dos investimentos e da construção de intimidade faz com que em poucas horas a colaboração seja qualitativamente preciosa. Na mesma velocidade, porém, pode se diluir, e nunca mais conversamos. Reproduce-se, assim, na pesquisa um ritmo de aproximações e distanciamentos muito semelhante àquele reportado pelos homens com quem conversei sobre como são as relações que estabelecem por meio dos aplicativos.

A intimidade emocional aparece como um desejo bastante presente, expresso pelos homens que colaboram comigo. Desejo que tende a se frustrar pelo descomprometimento atribuído quase sempre à outra pessoa. Declarações do tipo “aceitam o charme¹², mas nunca respondem às mensagens”; “mentem”; “não levam a conversa à diante”; “diz que tá sempre ocupada e quando vc vai olhar, tá lá *on-line* o dia todo”; “no fim, querem só sexo e eu não sou esse tipo de cara”, sinalizam que o insucesso no estabelecimento de laços mais sólidos é responsabilidade das mulheres. A pesquisadora não está isenta de ser ela também alguém que abandona a relação, ainda que haja mais tolerância e ponderação quando esse tipo de cobrança surge relativa ao trabalho. Ao fim, é pesquisa. Isso eles entendem e reafirmam, é uma escusa da qual quase me isenta de julgamentos mais duros. Quase, pois eles surgem e são temas para conversas que rendem bons dados¹³. Registro, porém, que sou bastante “abandonada”. Acabo assumindo o “*ethos* da flexibilidade”.

12 Ferramenta existente nos dois aplicativos que tem servido de campo de encontros de colaboradores para esta pesquisa. Por meio de recurso, representado em ambos pelo ícone de uma varinha de condão, pode-se chamar a atenção da mulher que despertou interesse no usuário, sinalizando, assim, a intensão de conversar e se aproximar daquela pessoa.

13 É interessante como as recusas a participar da pesquisa pode gerar bons dados para a reflexão ético-metodológica. Algumas vezes, antes da recusa, há um processo de negociação por meio do qual sou questionada sobre a metodologia etnográfica, muito imprecisa para grande parte de meus interlocutores, bem como sobre como procederei eticamente em relação aos dados. Mesmo esclarecendo por escrito e/ou áudio, já no primeiro contato por WhatsApp, quando fica manifesto o interesse em conhecer a proposta da pesquisa, houve quem me cobrasse o uso do Consentimento Livre Esclarecido e tenha recusado de maneira quase grosseira a participar por não considerar a pactuação nos moldes antropológicos, confiável. Nesta negociação, fica evidente que pertencimento de classe e geração são marcadores que se interseccionam com exercícios de masculinidades, ora competindo comigo intelectualmente, por vezes, insistindo em me demover do propósito da pesquisa a fim de desenvolver com o interlocutor relação que secundarize os propósitos do contato, a saber, a pesquisa. Há ainda aqueles, quase sempre os que estão entre 40 e 50 anos, que procuraram testar seu grau de desejabilidade, insistindo em saber o porque de ter aceito o charme deles ou porque mostrei interesse em conhecê-los, recusando a explicação acadêmica como suficiente para justificar o contato.

Pelos dados que tenho até o momento, talvez não seja arriscado dizer que a ideia de relações flexíveis é muitas vezes uma via de mão única, mais que uma norma regulatória e presumida destas relações digitais. Parece ser mais uma demanda do que uma disposição de quem usa esses recursos em busca de parcerias amorosas e/ou sexuais. “Enquanto não acho a pessoa certa, vou me divertindo com as erradas”, cita Gustavo, um homem branco de 32 anos, rindo de uma frase que ouviu certa feita e que traduz sua conduta nos aplicativos. Ele se separou há pouco, não quer nada sério por hora, mas tem a perspectiva de encontrar “mulheres legais”. O que significa que aceitem sair com ele, que não façam cobranças relativas à continuidade dos encontros, que não intensifiquem as conversas pelo WhatsApp depois da primeira transa e que estejam dispostas a um outro encontro se forem convidadas pelo mesmo homem. Por outro lado, Alan, 37 anos, negro, tenente da Polícia Militar, lamenta que as mulheres não queiram nada sério, não levam as conversas à diante, falam com muitos homens ao mesmo tempo e não estão dispostas a um encontro “de verdade”, sinalizando que ele estaria disposto a algo menos “flexível”.

Silvio tem 36 anos, que também se define como negro, jornalista, casado, me interroga quando insisto em saber o que ele quis dizer quando afirmou que no aplicativo *Adote um Cara*, “as mulheres são piores que muitos homens”. Ele: “Não sendo puritano, apenas entendo que mulher que sai com qualquer um a qualquer hora, não vejo como boa companhia (...). Quando tu encontras alguém que saiu com 4 em uma semana, ou ainda, esta em dificuldade financeira ou toma 30 remédios, que tu achas?”. E conclui: “acho que o destino esta me afastando daqui”. A “flexibilidade” sexual dessas mulheres parece ser um impedimento maior para o envolvimento com elas do que o fato dele ser casado.

Alguns desses interlocutores de pesquisa expressam em suas observações valores que deveriam reger relações de gênero, nos quais a masculinidade ainda parece ser um lugar privilegiado para o julgamento do outro. Há uma certa superioridade moral atravessando essas análises da alteridade, deste outro “corporificado” nas mulheres com as quais se relacionam, ainda que efemeramente, por meios digitais.

Teias desejanter

Capturada por essas teias desejanter, percebo que muitas vezes o que leva potenciais interlocutores a se tornarem efetivamente colaboradores, respondendo “sim” ao meu convite para integrar a pesquisa, estranhamente tem a ver

como utopias emocionais¹⁴ do presente: posso ajudá-los a se entenderem mais; torno-me uma interlocutora que tende a responder frequentemente suas abordagens, atendendo suas expectativas de diálogo mais sincrônico, o que significa terem alguém com quem falar em momentos nos quais se sentem sós ou dispostos a uma conversa intimista; podem testar comigo suas habilidades de sedução, uma vez que não é incomum que tenham elogios à minha aparência e sinalizem a vontade de me encontrarem pessoalmente, esperando que eu também diga algo sobre seu grau de desejabilidade. Como Renato, 49, branco, do ramo de comunicações jornalísticas, morando em São Paulo, que insiste: “por que me escolheu?”. Explico mais uma vez sobre a pesquisa, sobre o fato dele ter mais de quarenta anos e ser empresário, entre outras variáveis importantes, sobre as quais não fui explícita, mas suas fotos procuravam lhe conferir um lugar de classe privilegiado. Não se convencia, voltava à pergunta: “por que me escolheu?”. Mais argumentações de minha parte, todas centradas nos objetivos de pesquisa. “Mas aí não passei de um número dentro de seu universo de pesquisa”, pondera e declina do convite para participar. Renato queria que eu falasse como “Larissa” e, talvez, oferecesse a ele “um grande reforço para autoestima”, o que Pedro, 40, ator, vivendo em São Paulo, considera que o *happn* lhe dá.

Como separar o que penso “não como pesquisadora, mas como Larissa?”, se o que me coloca nessas teias desejantes é minha posição justamente de pesquisadora? Será que há mesmo essa cisão entre um eu, supostamente mais “selvagem”, pois não estaria domesticado pelo pensamento racionalista da ciência¹⁵, e essa outra figura supostamente segura de si e de suas certezas, a pesquisadora? O quanto estamos assim tão seguras, se o campo nos afeta de diferentes formas, inclusive levando-nos a repensar nossas questões acadêmicas?

14 Empresto a reflexão de Eva Illouz sobre a forma como temos, em tempos de capitalismo emocional, ou seja, pós-industrial, bastante pautado pelos anseios culturais veiculados pelas mídias de massa, vinculado a ideia de felicidade ao consumo, inclusive de emoções, apostando em linguagens vulgarizadas provenientes da psicanálise e das referências dos discursos de autoajuda, como recursos para a gestão dos afetos e emoções. Valendo-nos de lógica mercadológica para tal, bem expressa na observação que um de meus interlocutores fez certa feita, quando me explicava que o *Adote um Cara* não é gratuito para usuários masculinos. Há disponível gratuitamente um pacote diário de “charmes” (10), se o homem desejar enviar mais, precisará pagar. Então ele pondera: “Como é pago, você precisa calcular muito bem para quem manda um coraçãozinho” (referindo-se ao ícone presente em vários aplicativos acionado para sinalizar interesse por um perfil específico).

15 Alusão à proposta de Lévi-Strauss quando argumenta que o pensamento “selvagem”, aquele que opera pela lógica do concreto, não se difere em estágio do pensamento científico, mas na forma de operar a sua significação da realidade. O pensamento selvagem seria aquele que não está domesticado pelo rigor conceitual, abstrato, da ciência do mundo ocidental, o saber positivo, mas o que classifica, organiza, pensa o mundo concreto que o cerca, organizando-o, retirando seu saber das coisas, pois, como diz Lévi-Strauss, elas são boas para pensar.

Revelei opiniões diversas, falei de minha vida pessoal, não apenas como estratégia para humanizar-me e suscitar empatia, conseguindo, assim, interações mais profundas, mas porque o envolvimento que vamos tendo com a troca de narrativas de si vai-se construindo relações densas. Assim, todxs nós que pesquisamos no campo das sexualidades e dos afetos acabamos por nos deixar seduzir pelos convites para falarmos mais de nós mesmxs. Nós que nos aproximamos protegidxs pela aura da ciência, quase sempre vista como sisuda, mas confiável; que pedimos confissões a partir de perguntas que parecem não ameaçar ninguém, vamos nos imiscuindo na intimidade de nossxs colaboradoras/es, querendo mais. Muitas vezes, essa é a chave para se entrar e permanecer em campo.

Às vezes, a única possibilidade que temos de fazer o campo de pesquisa e catapultar a produção de conhecimento está precisamente no convite que *s¹⁶ participantes de pesquisa nos fazem. É como se *s participantes de pesquisa nos dissessem: ‘tu, pesquisad*r com gênero e sexualidade como eu, venha fazer pesquisa comigo e em mim!’ Aceitar o convite não é uma decisão compulsória: é uma decisão que merece ser fruto de uma prática refletida de liberdade, do exercício da ética. (....) o que é mais produtivo para esta pesquisa? Qual a relevância política de cruzar determinados limites? (Zago, 2015: 94)

As interlocuções em trabalhos que se dão intensamente *on-line* atravessam nosso cotidiano doméstico e de trabalho. É desafiante pontuar e pactuar esses momentos para os/as interlocutorxs. Muitos dos homens que se dispõem a conversar comigo preferem fazê-lo em momentos em que estão desocupados, entediados talvez, sozinhos, o que pode ser tarde da noite ou em um domingo à tarde. Há sempre a possibilidade de não responder, de se desconectar, de sinalizar que naquele momento não é possível conversar. Para isso, o óbvio, é desejável que seu celular de trabalho não seja também o pessoal, o que nem sempre é possível dado os custos dos aparelhos. Por outro lado, não são poucas as pesquisas que tenho orientado e acompanhado nas quais dar acesso à rede de colaboradxs da pesquisa ao perfil pessoal no Facebook, conta no Instagram, entre outros, torna-se parte fundamental da metodologia.

Não há receitas para administrar esses atravessamentos entre vida pessoal e acadêmica, mas se pode compartilhar experiências e estratégias, inspirar-se

16 Luiz Felipe Zago adota uma grafia inclusiva a fim de contemplar a multiplicidade de gêneros substituindo pronomes, artigos, adjetivos e advérbios que denotem binarismo pelo asterisco.

com os achados de outras pesquisas. É nesse sentido que exponho aqui algumas histórias que têm me provocado e me feito buscar caminhos de negociações.

Bruno, 39 anos, profissional liberal, paulistano, foi meu primeiro *crush*¹⁷ de-sestabilizador. Não estou em nenhum “relacionamento sério” no momento em que escrevo esse texto, para usar uma linguagem dos aplicativos, nem estava quando iniciei essa pesquisa, o que não é um dado desprezível, devo admitir, quando se trata de um trabalho no qual tenho um perfil em aplicativos para relacionamentos, disposta a interagir com homens que se mostrarem interessados.

Desestabilizei-me com aquele *crush*, pois até então nenhum dos homens com quem interagi havia me despertado interesse pessoal. Conversei com Bruno por algumas horas seguidas. Eu estava em uma viagem de ônibus voltando justamente do trabalho de campo em São Paulo, onde nosso encontro virtual se deu via o aplicativo *happn*. Ao fim de três horas a conversa começava a tomar rumos que não cabiam na pesquisa. Disse a ele, então, que a partir daquele momento ele não seria mais um interlocutor de pesquisa, mas um “cara que estou conhecendo”. Ele assentiu. Prontamente mudei o nome dele em minha lista de contatos. Não era mais “Bruno 39 happn”, só Bruno. Por duas semanas. Depois foi para a pasta de conversas arquivadas, do WhatsApp. Esgotou-se nosso interesse mútuo. Talvez porque adiamos o presencial, quem sabe porque o acesso ao Facebook um do outro nos revelou perfis políticos incompatíveis, ou porque estávamos, por motivos diferentes, conversando com outras pessoas simultaneamente.

As conversas por meios digitais são bastante editadas, encapsulam a relação numa troca modulada pela ausência das intervenções de outras pessoas e elementos de nosso cotidiano, de modo que, não sabemos ao certo, mesmo com tantas revelações e cumplicidades, quem está do outro lado.

O que importa de fato desta história de (des)encontros contemporâneos não é porque Bruno e eu deixamos de nos falar sem nunca termos nos desentendido, mas o pacto ético que fizemos. Ao fim, cá está ele na pesquisa, é certo, mas enquanto nosso flerte virtual durou ele foi “um cara que eu estava conhecendo”.

Com essa experiência fui absolutamente nativa. Afetou-me e proporcionou importantes reflexões sobre as formas como a comunicação digital nos atravessa, excita, desencanta, instiga a imaginação. Por meio dessa vivência pude entender melhor as recorrentes queixas de meus interlocutores sobre a não

17 No *happn*, é possível “curtir” um perfil secretamente, isto é, sem que se envie charme, mas o contrário não. Quer dizer, para mandar um charme é preciso primeiro digitar no coração que fica abaixo da foto de cada usuário/a. Ao fazer esta operação, a pessoa está “curtindo” um/uma potencial parceiro/a sem que este/esta saiba desse interesse. Se a curtida for correspondida, o sistema avisa que houve o “*crush*”, vocês se “trombaram” e podem começar a conversar, se assim desejarem.

efetivação das expectativas e promessas feitas em curto espaço de tempo, no *frison* das descobertas digitadas entusiasticamente.

Há um fluxo *off-line* que interpela o *on-line* sem que, necessariamente, a pessoa que está do outro lado da relação saiba de fato como estamos sendo afetadas/os por esse cotidiano *off* que não a inclui diretamente. O abandono é lugar comum nesses contatos. Os motivos para tal têm a ver, avento como hipótese, com aquilo que Nancy Baym (2010) chama de “laços fracos”, aqueles que acabam por demandar menor esforço emocional nas negociações interpessoais. O que não significa que não nos impacte. Quando a corporificação do outro não nos interpela, constrange, convoca e exige intermediações nos termos de sociabilidade com o qual estamos mais habituadxs a lidar, essas separações e distanciamentos podem ser muito mais difíceis de serem negociados e estabelecidos. Pelas mídias digitais podemos terminar relações com reticências e não com pontos finais, de maneira menos constrangedora. Enviamos *emoticons*, contornamos com evasivas que culpam nosso cotidiano pela falta de tempo para a interlocução ou simplesmente bloqueamos o contato, deletando sua presença.

Porém, concordo com Miskolci (2016: 77-78) quando reconhece que

Laços fortes não são apenas positivos, pois podem aprisionar e limitar as relações sociais disponíveis a alguém de forma injusta e desigual. Para muitos, os chamados “laços fracos” (Wellman, 1988) das conexões online são duplamente desejáveis: porque garantem segurança de poderem ser rompidos sem consequências negativas para sua vida cotidiana assim como podem ser os mais adequados para desejos segmentados como os que envolvem a formação de redes relacionais envolvendo interesses eróticos comuns.

Gabriel, Rodrigo, Luan, todos na casa dos 30 anos, foram homens gentis e colaborativos com a pesquisadora. Estavam sempre dispostos à interlocução, teciam elogios recorrentes a mim, os quais eu agradecia ou simplesmente ignorava emendando outro tema de conversação que deixasse bem claro minhas intensões acadêmicas. Após algumas investidas deles e de negativas claras de minha parte, sumiram. É legítimo. Apesar de colaborarem com meu trabalho, desejavam também obter mais que uma conversa pontuada por interrogações, queriam ser desejados, divertirem-se falando de sexo não como hipótese ou narrativa de experiências pregressas, mas praticando-o digitalmente comigo. Em um sábado à noite, Gabriel queria preencher seu tempo vazio me convidando para “um Skype”.

Rodrigo preferia as conversas pela manhã, quando estava só no escritório da oficina da família. Sempre cauteloso, arriscava aqui e ali elogios, perguntava quando eu iria à sua cidade, onde tenho familiares, respeitava minhas evasivas, até que cansou delas. Contribuições ricas, mas que não ultrapassaram duas semanas de contatos. Com Luan a comunicação foi mais intermitente e, ainda assim, trocamos mensagens por menos de um mês. Ele queixou-se, desde o início, de eu tê-lo colocado na “caixinha da pesquisa”, fechando, segundo seu ponto de vista, a possibilidade de interlocução para além dos interesses acadêmicos. Aconselhou-me a ser menos explícita nos meus interesses, para não criar vieses na pesquisa. *“Você pode falar que é uma pesquisa, mas não abrir tanto, porque aí a gente já fica pensando no que falar, sabe, não sai mais natural, não vai fluir com tanta espontaneidade a conversa, sempre vou pensar duas vezes antes de falar alguma coisa com você, entendeu?”*. Isso não impediu que ele insistisse no flerte. Posicionei-me, dizendo que não tinha nada contra conversarmos, mas que tinha que fluir, “você dá muito pouco para sustentar uma conversa, e aí já entra na parte de galanteios...”, argumentei diante de suas mensagens diárias, curtas e com respostas monossilábicas. Esquivou-se, dizendo que não achava que nossa conversa não deveria interditar “elogios simples”. Retruquei dizendo que não eram os elogios que me desestimulavam, mas a comunicação telegráfica que só ganhavam fôlego quando se tratava de investidas de sedução. *“Vou deixar vc trabalhar, que seja produtivo”*. E me deletou de seus contatos. Fiquei desconsertada, mas, ao fim, aliviada, imaginando como seria mais exigente essa ruptura se meu campo fosse nos moldes das etnografias *off-line*.

Estou aprendendo, não sem tropeços, que a etnografia *on-line* está assentada não só em outro campo, um campo sem território, mas ainda assim codificado; mesmo que estes códigos ainda estejam sendo elaborados, como já mencionei, eles existem, são testados, alguns rechaçados, outros se estabelecem revelando marcas geracionais, por exemplo, como o claro roteiro comunicacional do flerte, que descrevi mais acima. De qualquer forma, não estão completamente descolados dos códigos de sociabilidade *off-line*, mas tampouco os reproduzem completamente.

A etnografia que realizo me coloca em contato simultâneo com muitas vidas parceladas, sem que possa situá-las em contextos sociais significativos, quer dizer, que me ofereçam mais rapidamente pistas sociológicas orientativas. Por outro lado, como aconteceu com Luan, as rupturas tendem a se dar reduzindo grandemente a possibilidade de reencontros e necessidade de se voltar a pactuar nosso lugar como pesquisadora. Evidentemente isso não vale para todas as pesquisas com

mídias digitais. Carolina Parreira Silva (2008)¹⁸, em sua dissertação de mestrado realizada em uma comunidade no extinto Orkut¹⁹, precisou negociar sua permanência naquele universo de sociabilidade, pois a tensão com um dos membros da comunidade foi acompanhada por outras pessoas que ali interagem, gerando debates e conflitos com os quais ela teve que lidar. Diferentemente do campo que percorro, no qual meus interlocutores não têm contato entre si. Trata-se de uma etnografia feita na lógica do par: eu e ele(s), nunca eu e um grupo.

Há quem só atue como *lucker*, imergindo silenciosamente nas redes, transitando por elas sem muitas exigências de negociações com as pessoas que delas fazem uso. Outras pesquisas exigem que, mesmo como observador/a, tenhamos que negociar nossa entrada, como ocorreu comigo durante o pós-doutorado, quando acompanhei um fórum de debates em *site* para clientes espanhóis de travestis²⁰.

Assim, os recursos digitais de comunicação que funcionaram bem em uma determinada pesquisa, não necessariamente serão adequados quando o enfoque, os objetivos, o público, enfim, algum elemento da investigação, mudarem. Aliás, é preciso considerar que os próprios usos de aplicativos móveis, *sites* e plataformas digitais mudam. Não foi sem surpresa que constatei que o Tinder, aplicativo voltado para encontros amorosos e/ou sexuais estava sendo usado por algumas pessoas para arrumarem cruzas para seus bichos de estimação. Ou mesmo o *Adote um Cara*, no qual a geolocalização que deveria funcionar azeitando os encontros presenciais, tem sido secundarizada como elemento guia para se enviar charmes e tentar contato. Gustavo, 30 anos, carioca, afirma que a distância não é um problema para ele, pois, se o interesse for mútuo, irão construir pontes para que o *on* vá para o *off-line*. Outros interlocutores, borrando as fronteiras trabalho/lazer, se distraem em conversas picantes ou estimulantes durante turnos de trabalhos entediantes, sem se importarem com hipotéticos encontros fora dos meios digitais.

Mal elaboramos um conjunto de técnicas e formas de abordagem para lidar com determinada mídia e seus usos podem se diversificar ou mudar a ponto de levar ao seu abandono por parte de nossxs interlocutorxs e/ou migração para outras plataformas. A troca de plataformas, seu uso articulado e, inclusive, a invenção de novas maneiras de interagir (dentre as quais os aplicativos, relativamente recentes, são um exemplo) tornaram necessária a superação de estratégias investigativas

18 Trata-se da dissertação de mestrado intitulada "Sexualidades no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line".

19 Rede social do Google que existiu entre 2004 e 2014 e foi muito popular no Brasil.

20 Resultados desta pesquisa podem ser consultados em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50806>. Acesso em 07 out. 2016.

que focavam apenas em um site, blog ou fórum. O foco em uma plataforma confundia o universo *on-line* com a territorialidade *off-line* em uma passagem mecânica incapaz de reconhecer a centralidade dos sujeitos na era da comunicação digital mediada. Afinal, são os usos que os sujeitos fazem das tecnologias que têm se revelado o alvo mais confiável para investigar, o melhor ponto de partida e – muitas vezes – também de chegada para a maioria das pesquisas.

Investimentos emocionais digitais

A portabilidade, o uso intensificado de smartphones e de “radares” (GPS - sistema de posicionamento global, capazes de localizar pessoas que o usam ou mesmo que estejam conectado)²¹ têm provocado novas reflexões relativas às formas contemporâneas de se constituir laços afetivos nos espaços das cidades midiaticizadas. As *media city* são, nas palavras de Scott McQuire, aquelas em que o “espaço relacional” criado pelas mídias digitais ganha massa e centralidade na vida social (2008: 23).

Talvez esta seja uma das mais significativas mudanças com impactos para as sociabilidades no campo da comunicação digital desde o advento, no início deste século, da Web 2.0²². Para José van Dijck é depois disso que a internet se torna “mais social” (Dijck, 2013: 04). É quando, ainda segundo esta autora, o termo “mídias sociais” passa ser largamente usado e ganha seu sentido contemporâneo.

Desde lá estaríamos, ainda segundo Dijck, operando em dois registros conflitantes: o da “conexão” e o da “conectividade”. O primeiro como um movimento que fomenta a coletivização e democratização de acesso ao conhecimento e que visa estimular a sociabilidade e a criatividade de quem usa o sistema. Enquanto o outro seria um sistema de conexão que opera por meio de algoritmos para estabelecer relações entre usuários das redes sociais digitais, impulsionado por objetivos de negócios e rentabilidade das plataformas.

Trabalho com a hipótese de que no campo das relações afetivas e sexuais mediadas digitalmente os/as usuários/as operam na tensão entre conexão e conectividade, pois, ao mesmo tempo em que procuram trocar experiências, alargar seu círculo de sociabilidade e experimentar relações prazerosas para as partes

21 A mediação digital das relações sociais tem crescido no mundo e, de forma exponencial, no Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, mais de 49,4% da população brasileira tinha acesso à internet, ou seja, mais de 85 milhões de pessoas. Soma-se a estes dados o aumento de pessoas que utilizam estes serviços, no Brasil, por meio de celulares e outras tecnologias móveis. Segundo dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2013, mostra ainda que 4,1% dos/das brasileiros/as se conectaram à internet apenas por meio de outros dispositivos, como celular, tablet ou a televisão.

22 Para Couto e colaboradoras (2013), os aplicativos inauguram a Web 3.0.

envolvidos/as na relação, operam também por meio da “comodização” de si e das relações. Essa espécie de “mercado *on-line*” se intersecta com a formação de arenas sexuais e afetivas pautadas por critérios e lógicas que a analogia com o mercado capitalista não encerra, tampouco compreende completamente. As características dessas arenas-mercado envolvem também elementos histórico-sociais, simbólicos e políticos, sem os quais investigadores não conseguem analisar a maneira como operam e, sobretudo, como os sujeitos negociam neles seus desejos e afetos. Apenas pesquisas específicas e mais aprofundadas poderão expandir essa percepção sobre o mercado *on-line* para além das definições ainda dependentes e referenciadas na concepção de troca de mercadorias pautada por uma lógica econômica de ordem capitalista.

Nessas arenas digitais, o *sex appel*²³ torna-se moeda importante, potencializando os atributos de quem se anuncia nos aplicativos. Estas qualidades, muitas vezes, procuram ser potencializada por meio de fotos que revelam paisagens valorizadas no mapa turístico global, locais de lazer prestigiados, bem como adesão a práticas de esportes radicais, ao consumo de bebidas e comidas que portariam valores simbólicos e financeiros que podem ser lidos como “bom gosto”. Anuncia-se, assim, cosmopolitismo, consumo de lugares e bens que passam a constituir uma aura do *glamour* a quem por ali esteve.

A associação entre consumo, sexo e amor vem se combinando em uma “economia política do romance” (Illouz, 2009: 115). Chama-se para um café, denotando um encontro breve e menos sexualizado, uma vez que remonta rotinas de trabalho no qual a pausa para o cafezinho é apenas um respiro no tempo de produção. Havendo uma aposta maior na parceria, e um desejo igualmente potencializado, a lógica gastronômica pede um almoço, quando, teoricamente, se terá mais tempo para conversas e para o possível cortejo, mas com a possibilidade de se abortar os planos de intimidade, dada a hora no qual este tende a ocorrer. O jantar ou o *drink* em um barzinho é marcado em um tempo que pressupõe o estar livre de obrigações laborais, o encontro noturno também insinua maior interesse sexual. Esse menu do encontro *off-line* me foi ensinado por um antigo colaborador de pesquisa.

Esta nova economia, proponho, tem contribuído para configurar outra geografia dos e para os encontros, assim como tende a constituir novas formas subjetivas para se lidar com as emoções, exigindo investimentos emocionais sensíveis.

23 Para a socióloga marroquina Eva Illouz, o sexo *appel* está estreitamente relacionado ao crescimento da indústria cultural que, por meio do cinema e da publicidade, foi capaz de promover a erotização dos corpos, sejam femininos ou masculinos, em uma categoria social valorada e desvinculada de valores morais, agindo como um dos elementos principais na escolha de parceiras/os (Illouz, 2012, pp. 65-66).

Lidar com os códigos fluídos que estamos criando *on-line* não significa deixar de lado as normas e convenções sociais para interações interpessoais. As mídias trazem sua carga emocional e significam tanto quanto as mensagens que se trocará por meio delas. Conversar pelo WhatsApp, como comentei ao início, já não tem no presente o sentido de intimidade e familiaridade de poucos anos atrás. Assim como o e-mail passou a ter um sentido mais profissional do que em passado recente. Dentro desta economia afetiva, muito recentemente estabeleceu uma ordenação dos recursos de comunicação²⁴ os quais, esquematicamente, seguem uma sequência que guarda relativa previsibilidade. Inicia-se, via de regra, pelo *chat* do aplicativo, após a correspondência de interesses ter sido sinalizada pelo sistema; seguido pela conversa no WhatsApp. Por meio deste último, trocam-se mensagens de voz (importante elemento que carrega pistas sociais para se conferir materialidade sociológica àquele perfil), fotos, *links* de interesse, estreitando-se o contato e construindo-se intimidade.

Pode acontecer nessa estratégia contemporânea dos encontros, ligações telefônicas, as quais imprimem sincronicidade ao contato, exigindo maior disposição de ambas as partes para estar em contato direto e exclusivo com o outro. Em muitos casos, demandam-se conversas por Skype, quando imagem, som e sincronicidade atuam (recurso pouco requisitado, por implicar em muita exposição, ver não só a pessoa, mas o ambiente em que ela se encontra, ouvir sons do entorno, além de comprometer a portabilidade que os outros recursos comportam) e, por fim, o encontro presencial. Não há garantias de que este virá a acontecer.

O desejo desse encontro também aparece modulado por negociações entre tempo/espço/lazer, quer dizer, na forma de se usar os espaços tradicionais de sociabilidade oferecidos pela cidade. Interessa-me também neste artigo, discutir a dimensão *off-line* da pesquisa e, assim, refletir não só sobre metodologia, mas sobre como nossas/os interlocutoras/es têm se valido dos aplicativos para retraçarem circuitos urbanos. Assim, as conexões se espriam em redes e colocam meus colaboradores, em maior ou menor grau, em contato com mulheres que estão fora dos seus circuitos cotidianos. Elas têm diferentes faixas etárias²⁵, exercem atividades laborais variadas, são de outras regiões que as deles, carregam marcas étnicas e de estilos plurais, traindo a promessa subsumida na lógica matemática dos algoritmos, expressas em “curtidas”, “*matches*” e “*crushs*”, as quais apostam mais em similitudes do que nas diferenças como elementos disparadores das interações *on-line*.

24 O qual estou chamando de roteiro do flerte ou da paquera.

25 A maior parte dos homens com quem conversei até o momento balizam a idade entre 30 a 45 anos.

Ainda assim, os homens que contribuíram até o momento com esta pesquisa não parecem menos seguros em suas investidas *on-line* do que já estiveram antes, quando suas estratégias de paquera e aproximação se davam exclusiva ou majoritariamente em contextos *off-line*. Estão, no entanto, aprendendo a transpor essas táticas para as interações digitais, não sem dificuldades e surpresas. Estas veem muitas vezes daquilo que devia criar as pontes comunicacionais: as convergências de interesse. Por vezes, as convergências parecem obstacular os contatos tanto quanto as divergências. “Mulheres hoje querem mais sexo que homens”; “elas não estão a fim de nada sério”, são observações queixosas que sinalizam para o desconforto de alguns desses homens lidarem com comportamentos femininos semelhantes aos deles próprios.

O que meus interlocutores me oferecem em seus relatos reflete o aprendizado tateante em lidar com transformações sociais e culturais que temos experimentado há pelo menos 50 anos. Desde os anos de 1960 temos vivido em nossas vidas privadas os efeitos políticos das lutas feministas e das transformações nas relações de gênero, impactando a maneira como vamos moldando nossos desejos e expectativas sexuais e amorosas. Some-se a esse percurso de transformações, a significativa politização, no cenário nacional recente, dos temas relativos às sexualidades que se expressam fora dos marcos da heterossexualidade, bem como uma inflexão das discussões sobre gênero. Esses debates têm oferecido um novo vocabulário para se falar de intimidade, corpo e desejos. Assim como têm nos obrigado a pensar em outros arranjos domésticos e de relacionamentos.

A textura das teias tecnológicas é rugosa, pois é composta também por essas transformações que nos colocaram frente a diferentes anseios privados, mas que estão absolutamente conectados à cena pública. Por outro lado, as tecnologias comunicacionais vazam para a vida *off-line* e alteraram não só a forma de flertarmos e desejarmos, mas também nosso vocabulário afetivo/romântico: “dei um *like*”, “compartilhei o *post* dele/dela”; “deu *crush*!”. Termos que sinalizam compatibilidade e interesse encontram seu oposto em expressões como “dei um bloqueio”²⁶, “deleti o contato”. De forma que a gramática dos encontros e afetos é também tecnológica. Traduz-se em ações e comportamentos que nos impactam tanto quanto aqueles que ocorrem presencialmente, carne a carne. Experimento esses efeitos também como pesquisadora.

Os investimentos emocionais que tenho feito nesta pesquisa têm me colocado frente a diversos desafios metodológicos. Talvez o maior deles seja, de fato, de cunho sociológico e mesmo pessoal: reconhecer que estamos diante de

26 Impedir que o contato bloqueado tenha acesso ao perfil de quem fez o bloqueio.

transformações profundas nas formas de nos constituirmos subjetivamente e relacionalmente, sem termos desenvolvidos recursos suficientes para enfrentar o mundo que nós mesmos ajudamos a criar.

Referências

- ÁVILA, Simone N. FTM, transhomem, homem trans, trans, homem - A emergência da transmasculinidades no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.
- BAUMAN, Zigmunt. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BRAZ, Camilo. À meia-luz...: uma etnografia em clubes de sexo masculinos. Goiânia: Editora UFG, 2012, 208p.
- BUMACHAR, B. L. Migração e novas mídias: um diálogo sobre a experiência familiar transnacional de estrangeiras presas em São Paulo e de trabalhadoras filipinas residentes em Londres. Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação da UFRN, vol. 12, nº 2, Natal, 2011, pp.75-95.
- CASTELLS, Manuel. Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DIJCK, José van. The Culture of connectivity: a critical history of social media. Oxford University Press. 2013.
- FINKEL, E. J., EASTWICK, P. W., KARNEY, B. R., REIS, H. T., & SPRECHER, S. Online dating: A critical analysis from the perspective of psychological Science. Psychological Science in the Public Interest, 13, 3-66. 2012.
- FREITAS, Fátima. R. A. de. SEXUALIDADES: PRAZERES, PODERES E REDES SOCIAIS. In: II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, 2011, Goiânia. II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais. Goiânia: UFG/Faculdade de Ciências Sociais: FUNAPE, 2011. p. 54-55.
- GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade. 2a.ed., São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.
- ILLOUZ, Eva. “Don’t Be My Valentine: Are Couples Becoming a Thing of the Past”? Haaretz, Israel. 2013. Disponível em: <http://www.haaretz.com/israel-news/don-t-be-my-valentine-are-couples-becoming-a-thing-of-the-past.premium-1.503597> 2013 <http://www.haaretz.com/israel-news/don-t-be-my-valentine-are-couples-becoming-a-thing-of-the-past.premium-1.503597>. Última consulta em 03/05/2016.
- ILLOUZ, Eva. O amor nos tempos do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ILLOUZ, Eva. El consumo de la utopía romántica. El amor y las contradicciones culturales del capitalismo. Katz Editores: Madrid. 2009.

- MARCUS, George. *Ethnography in/of the World System: The Emergence of MultiSited Ethnography*. In: George E. Marcus, *Ethnography through Thick/Thin*. Princeton: Princeton University Press.
- MCQUIRE, Scott. *The media city: media, architecture and urban space*. London: Sage. 2008.
- MISKOLCI, Richard. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 301-324, abril.2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-026X2013000100016&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em 02 maio 2016.
- NATANSOHN, Graciela “Por uma agenda feminista para internet e as comunicações digitais”. In PELÚCIO, Larisa, PAIT, Heloísa, SABATINE, Thiago. *No Emaranhado da Rede - gênero, sexualidade e mídia: desafios metodológicos do presente*. São Paulo. Annablume Queer. 2015.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo Martins de, “Crises, valores e vivências da masculinidade”. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n.56, p. 89-110, 2000.
- PAIT, Heloísa & LAET, Juliana. “Formas sociais, subjetividade e ação: buscando modelos para uma nova política democrática no Brasil”. In PELÚCIO, Larisa, PAIT, Heloísa, SABATINE, Thiago. *No Emaranhado da Rede - gênero, sexualidade e mídia: desafios metodológicos do presente*. São Paulo. Annablume Queer. 2015.
- PELUCIO, Larissa e CERVI, Mariana. *Traições, Pequenas Mentiras e Internet: conjugalidades contemporâneas e usos de mídias digitais*. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, v. 01, p. 25-51, 2013.
- PELUCIO, Larissa. 2012. “Amores perros’ – sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo”. In: Adriana Piscitelli, José Miguel Nieto Olivar, Glaucia Oliveira de Assis (orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu/Unicamp. pp. 185-224.
- PERLONGHER, Nestor. “Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead”. *Revista Brasileira de Ciências*, São Paulo: ANPOCS1993. ano 8, n. 22, p. 137-144.
- PRIMO, Alex. *O aspecto relacional das interações na Web 2.0*. E-Compós (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007.
- SILVA, Carolina Parreiras. *Sexualidades no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line*. 2008. 198 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

- VENCATO, Anna Paula. Sapos e princesas: prazer e segredo entre praticantes de cross-dressing no Brasil.. São Paulo: Annablume, 2013, 274 p.
- ZAGO, Luiz F. & SANTOS, Luís H. S. Corpos, gênero e sexualidades gays na corda bamba ético-metodológica: um percurso possível de pesquisa na internet. ... um percurso possível de pesquisa na internet. Cronos (Natal. Impresso), v. 12, p. 39-56, 2011.
- ZAGO, Luiz Felipe. Convites e tocaias – Considerações ético-metodológicas sobre pesquisas em sites de relacionamento. PAIT, Heloísa, SABATINE, Thiago. No Emaranhado da Rede - gênero, sexualidade e mídia: desafios metodológicos do presente. São Paulo. Annablume Queer. 2015.

Recebido em 03/06/2016

Aprovado em 30/06/2016

Como citar este artigo:

PELÚCIO, Larissa. Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas: notas iniciais de uma pesquisa em aplicativos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 309-333.

Perspectivas tecnoxamânicas e tecnomágicas no ativismo digital brasileiro recente: uma trajetória possível¹

Adriano Belisário Feitosa da Costa²

Pedro P. Ferreira³

Resumo: Este texto aborda a multiplicidade de sentidos do tecnoxamanismo e da tecnomagia no discurso e na prática de ciberartistas/ativistas brasileiros contemporâneos entre 2002 e 2015. Partindo de experiências como a das redes Metareciclagem, Submidialogia e Mídia Tática, apresentamos a emergência da ideia de tecnoxamanismo/magia em debates, eventos e redes do ativismo digital brasileiro. O resultado deste trajeto é uma imagem múltipla e contraditória de práticas, vividas como libertárias e transformadoras, envolvendo visões não-instrumentais e não-antropocêntricas da técnica.

Palavras-chave: ativismo; arte; tecnoxamanismo; tecnomagia; antropofagia.

1 A pesquisa que resultou neste artigo foi financiada pela CAPES, a quem agradecemos. Este texto corresponde a uma versão retrabalhada das seções 3.4 e 3.5 de Belisário (2016a).

2 MediaLab/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro – Brasil – adrianobf@gmail.com

3 LaSPA-CTeMe/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas – Brasil – ppf@unicamp.br

Technoshamanic and technomagic perspectives in recent brazilian digital activism: one possible trajectory

ABSTRACT: *This paper approaches the multiplicity of meanings that technoshamanism and technomagic have in the discourse and practice of contemporary brazilian cyberartists/activists between 2002 and 2015. Starting with experiences such as the Metareciclagem, Submidialogia and Mídia Tática networks, we present the emergence of the idea of technoshamanism/magic in debates, events and networks of brazilian's digital activism. The result of this trajectory is a multiple and contradictory panorama of practices, lived as libertarian and transformative, involving non-instrumental and non-anthropocentric visions of techniques.*

KEYWORDS: activism; art; technoshamanism; technomagic; anthropophagy.

Os tecnoxamãs do presente parecem encarnar o homem natural tecnizado de Oswald, são sua imagem mais bem acabada. Os novos alquimistas do século XXI restituem à brincadeira e ao encantamento sua prioridade, a um só tempo, ontológica e epistemológica. A técnica [...] é agora hackeada, desmontada e remontada em um contexto no qual os valores patriarcais de eficácia, produtividade e competitividade são constantemente colocados sob suspeita. (Vidal Jr., 2016: 57-8).

Este texto busca abordar a multiplicidade de sentidos do tecnoxamanismo e da tecnomagia⁴ no discurso e na prática de ciberartistas/ativistas brasileiros contemporâneos entre 2002 e 2015. Buscaremos fazer isso não a partir de um olhar neutro sobre uma realidade, mas cientes de que nossa perspectiva implica um recorte ativo, com seus próprios pontos cegos. Trata-se de um percurso entre muitos, um percurso guiado pelo interesse em acompanhar como se relacionam magia, tecnologia e xamanismo em eventos e processos concretos envolvendo movimentos estético-políticos brasileiros ligados às tecnologias digitais. Não nos interessa a busca pela “origem” do tecnoxamanismo ou da tecnomagia. A emergência destas práticas e ideias não foi produzida a partir de indivíduos que, de uma só vez, as expressam e definem. Não há um fato histórico, uma pessoa, um sentido originário ou uma única linha contínua de causalidades espaço-temporais capaz de explicar esta emergência. São, antes, sucessivas interpretações e

4 Os termos “tecnomagia” e “tecnoxamanismo”, apesar de possíveis diferenças (por exemplo, a ênfase mais forte do primeiro na alquimia e no ocultismo, e do segundo em práticas indígenas), serão usados como sinônimos neste artigo, por, em grande medida, serem assim usados nos discursos e práticas aqui trabalhados.

encontros, esquecimentos, tradições e rupturas. As perspectivas aqui apresentadas são, portanto, uma trajetória possível dentre outras.

Deglutindo o digital

O ano de 2002 foi importante para as ideias e práticas envolvendo as relações entre magia e cibercultura na então recém-nascida cultura *hacker* brasileira⁵. Foi naquele ano que surgiu o *Rizoma.net*: mais que um site ou uma revista virtual, conforme sua própria definição, tratava-se de uma verdadeira “máquina de conceitos”, que organizou, traduziu e publicou diversos trabalhos sobre afrofuturismo, conspirologias, neuropolíticas, recombinação, hierografia, anarquitecturas e outros temas.⁶ Outra importante iniciativa também surgida naquele ano foi o projeto Metá:Fora, que funcionou até 2003, principalmente por meio de uma lista de discussão aberta (Caetano, 2006: 205-7). No início, o grupo reunia principalmente “integrantes de outras listas brasileiras sobre marketing e comunicação”, mas em pouco tempo se expandiu para incorporar pessoas com formações e experiências nas áreas de “comunicação, tecnologia, educação e arte” (Caetano, 2006: 207). Mais do que discussões sem fim, segundo o pesquisador e artista Hernani Dimantas (2006), a ideia era criar uma “chocadeira colaborativa” para projetos e ações.

Nas palavras do participante identificado como Tupi Namba, entrevistado por Miguel A. Caetano (2006: 206), o discurso inicial no Metá:Fora se assemelhava a um “empreendedorismo geek flower power de Silicon Valley” e a um “anarquismo do período punk”. O diálogo com a cultura mercadológica também era visível em outros processos, como no uso intensivo, pelos participantes, do termo “caordem” para definir o processo de organização no qual, a partir do

- 5 Antes de 2002, vale destacar os textos reunidos no livro *Memórias do neto de Dacum, o aborígene – outrora intitulado ciber%amanismo*, assinado por Olav Swenson (2014), heterônimo de Eduardo Pinheiro (Padma Dorje), e publicado em 1997. De acordo com o próprio autor, o livro é uma “versão estritamente pós-moderna” e “desbragadamente charlatã” de manuais alquímicos que incorporavam elementos de “cabala, thelema [...], psicologia de almanaque e misticismo quântico”, escrito a partir de “sonhos, visões e sincronicidades” compartilhadas com o escritor Daniel Pellizzari (Eduardo Pinheiro, *apud* Gitti, 2013).
- 6 A *Rizoma.net* existiu entre 2002 e 2009 e sagrou-se como uma referência para o pensamento crítico e provocativo da cultura digital brasileira. Segundo a pesquisadora e ativista Giseli Vasconcelos (*apud* Belisário, 2016a: 120), a revista era organizada por “um grupo pequeno, com alguns colaboradores, geralmente tradutores, mais ligados à ficção científica e ao ocultismo”, dentre os quais cabe destacar o ciberartista e ativista Ricardo Rosas. Merece especial atenção a edição intitulada “Ocultura”, de agosto de 2002. Nela, entre outros materiais, é possível encontrar um ensaio de Timothy Leary descrevendo o cyberpunk como alquimista moderno; um artigo de Erick Felinto sobre ‘tecnognose’, em que se exploram as relações entre tecnologias do virtual e a imaginação espiritual; três trabalhos de Hakim Bey sobre aspectos místicos das lutas políticas; além de um texto de Daniel Pellizzari sobre magia do caos e discordianismo.

caos aparente das conversas na lista de discussão, emergiam ações e projetos colaborativos, mais ou menos ordenados em seus propósitos. Ainda que tenha sido reapropriado para designar também o processo auto-organizativo de mutirões e do carnaval, Daniel Hora (2010: 110) nota que o termo foi “deglutido (em termos antropofágicos) do discurso mercadológico sobre a cooperação de agentes independentes em torno de uma finalidade comum”.

Segundo Caetano (2006: 206), de início a ênfase tecnológica das conversas na lista do projeto Metá:Fora evidenciava “um certo pendor para o tecnonarcisismo que, como Matteo Pasquinelli acusa [...], predomina em muitos projetos autônomos trabalhando com mídia e tecnologia”. Aos poucos, porém, com os diálogos e a ampliação de participantes com experiências e trajetórias de vida diferentes, o foco passou “da atenção sobre a tecnologia em si para uma maior consciencialização sobre as necessidades reais das pessoas comuns”. Diversas ações foram realizadas ou idealizadas a partir do Metá:Fora (cf. Dimantas, 2006: 42-3), dentre as quais destacamos a “rede Metareciclagem”.

A ideia da metareciclagem surgiu a partir de uma provocação do ciberartista/ativista Daniel Pádua, em julho de 2002, na lista do Metá:Fora, para a criação de uma rede local sem fio, independente da Internet, “usando placas WiFi de segunda mão, antenas repetidoras feitas com latas de batatas Pringles” e computadores reciclados rodando *softwares* livres para servirem de pontos de acesso em escolas públicas e associações comunitárias (Caetano, 2006: 226): “criando um ‘backbone de lixo’ usando Wi-fi dá pra pelo menos conectar você com aqueles seus amigos lá do outro lado da cidade. Porque o lance nem é a Internet, mas a criação de uma rede local” (Metá:Fora, 2009: 31). Em janeiro de 2003, já sob o nome de “Metareciclagem”, mas ainda como subprojeto do Metá:Fora, alguns membros ativos da rede já ocupavam uma sala em São Paulo para receber computadores usados ou quebrados, triar as peças, montar novas máquinas e instalar *softwares* livres. No início, o trabalho com metareciclagem lidava principalmente com a manipulação de *hardwares* considerados obsoletos, lixo eletrônico, para dar-lhes novos significados, por meio de desmontagens e remontagens, a fim de estimular a apropriação das novas tecnologias. Em março de 2003 o Metareciclagem fez sua primeira participação em um evento público, somando-se a outros coletivos na construção do *Festival de Mídia Tática Brasil* (MTB).⁷

7 A ideia de “mídia tática” foi formulada originalmente em um manifesto assinado por David Garcia e Geert Lovink (1997) e publicado na lista digital *Nettime* (cf.: <<http://nettime.org/>>), criada por Lovink e Pit Schultz para fomentar um debate europeu capaz de fazer frente às ideias ventiladas pelos ciber-utópicos californianos (cf. Lovink, 1998). A *Nettime* se contrapunha diretamente ao que John P. Barlow (1996) chamava de “ciberespaço” e à contracultura cibernética norte-americana. A ideia de mídia tática

O Festival MTB, realizado em São Paulo em 2003, atraiu bastante atenção, inclusive da grande mídia, em parte por conta da presença de personalidades, como o então recém nomeado ministro da cultura Gilberto Gil, o ciberativista e fundador da Electronic Frontier Foundation (EFF) John Perry Barlow e os pesquisadores Richard Barbrook, Peter Pál Pebart, Suely Rolnik, entre outros.⁸ A respeito do MTB, David Garcia comentou na lista do *Nettime*:

O processo começou quando um grupo de três ativistas baseados em São Paulo, Giseli Vasconcelos, Tatiana Wells e Ricardo Rosas, responderam a um pedido para que alguém hospedasse um “laboratório de mídia táctica” na América Latina. O convite foi postado em várias listas (mais por esperança do que por expectativa) pelos organizadores do Next 5 Minutes, festival de Mídia Táctica de Amsterdam. Laboratórios de mídia táctica foram feitos ao redor do mundo, com graus variados de sucesso. Eles eram um elemento-chave da tentativa do Next 5 Minutes de ampliar e de alargar sua área de atuação e descentralizar seu processo editorial. No evento, o laboratório de mídia táctica brasileiro se tornou mais um festival do que uma oficina, atraindo quase quatro mil visitantes e considerável cobertura midiática. Mas mais importantes do que o número de visitantes foram as potentes novas redes de possibilidades e de ação que brotaram através das divisões culturais e sociais de São Paulo, e que continuam a dar frutos. Tudo isso é ainda mais impressionante quando se percebe que o Laboratório de Mídia Táctica de São Paulo foi literalmente um “festival sem financiamento”. (Garcia, 2004, p.2)⁹

Em agosto de 2003, um segundo núcleo da Metareciclagem foi ativado, em parceria com a Prefeitura de Santo André, pelos pesquisadores e artistas Dalton Martins, Hernani Dimantas e Glauco Paiva. Artista local, Paiva customizava as máquinas com pinturas, prática que se tornou uma importante característica da metodologia de metareciclagem, apontada para uma preocupação estético-criativa na relação com a tecnologia, para além do mero uso instrumental. Outra característica fundamental dessa metodologia, presente desde cedo, é a visão

se fortaleceu também na série de festivais *Next Five Minutes* (N5M) de arte, política, ativismo e mídia, realizados em Amsterdã entre 1993 e 2003 com artistas e ativistas dos Estados Unidos e da Europa, incluindo dissidentes e ativistas Samizdat da ex-URSS (cf. Clinio, 2013: 170). Apesar de refratários à estética sessentista e ao discurso ciberutópico, os intelectuais europeus pareciam abertos a outras ideias oriundas da “contracultura cibernética”, como a cultura hacker e o uso de softwares livres.

8 Inicialmente articulado a partir da lista do Metá:Fora, o Festival MTB chamou a atenção de Gilberto Gil, que pediu para participar da abertura, trazendo também John Perry Barlow, que havia sido convidado pelo Ministério da Cultura (MinC) para passar o carnaval no Brasil.

9 Todos os textos em outros idiomas foram traduzidos pelos autores.

crítica com relação à noção de “inclusão digital”, predominante nas políticas públicas de tecnologia da informação para a sociedade civil.¹⁰ Apesar de não serem opostos à inclusão digital (cf. Caetano, 2006: 244-7), muitos dos colaboradores da Metareciclagem preferiam trabalhar com a noção de “reapropriação social da tecnologia”. Nesse sentido, em sua apresentação no festival *Next Five Minutes* de 2003, Felipe Fonseca evoca a tradição antropofágica brasileira,¹¹ ao definir sua concepção de “cultura hacker brasileira” com base na produção colaborativa e na liberdade da informação:

Alguns dos exemplos que eu usei pra ilustrar [...] [isso] foram a umbanda (policêntrica, adaptada a cada localidade, sem um dogma ou autoridade fixas), a Antropofagia e a Tropicália, e os camelôs e o comércio de rua. Outros exemplos [...] eram a feijoada, o trabalho colaborativo na escola de samba, o mutirão pra pintar as paredes de casa, e por aí vai. (Fonseca, 2008: 94).

O festival *Digitofagia*, organizado pelos ciberartistas/ativistas Giseli Vasconcelos, Lucas Bambozzi, VJ Pixel, Ricardo Ruiz, Sandra Terumi e Tatiana Wells, em outubro de 2004, em São Paulo e no Rio de Janeiro, aprofundou mais diretamente esse diálogo com a antropofagia:

A concepção de Digitofagia foi pensar uma prática antropofágica que reatualizasse esse ideário no contexto da cultura digital, reabastecendo seu viés libertário. Para tanto, abraçar práticas espontâneas na cultura contemporânea brasileira, como a pirataria, os camelôs e a gambiarra, seria, quem sabe, uma forma de trazer a mídia tática para um campo mais familiar e mais cotidiano aos praticantes, teóricos e ativistas brasileiros. (Rosas e Vasconcelos, 2006: 11).

10 Esta noção pode ser observada em ação na seguinte passagem do discurso de Gil no MTB, quando ele coloca uma questão para Barlow e Barbrook: “É possível imaginar um cenário onde a maioria da população de países como o Brasil, ainda submersas nos problemas da desigualdade e da fome, deixem de ser apenas espectadoras atrasadas dos benefícios das inovações ciberculturais? Ou a tendência é uma cada vez maior separação entre ricos (cibercomunistas ou não) e pobres, sempre sem conexão, ou sem a boa conexão?”. Um registro em vídeo desta fala pode ser encontrado entre os minutos 13 e 14 de: <<https://www.youtube.com/watch?v=UhGLFaE9jjE>>. Acesso em: 06 out. 2016.

11 No discurso antropofágico, a começar pela obra do próprio Oswald de Andrade (1972), mas também em movimentos influenciados por ela, como o Kaos de Jorge Mautner e os concretistas, observamos muito precocemente a formulação explícita de tensões e associações fundamentais para o tecnoxamanismo e para a tecnomagia, como diversos paralelos precoces com o discurso cibernético e a ênfase na noção de “bárbaro tecnizado” (cf. Belisário, 2016a: 104-12).

Além de debates sobre mídia tática e críticas à propriedade intelectual, a programação do *Digitofagia* contava com uma rádio livre, mostras artísticas, oficinas de instalação de Linux, produção com *software* livre, entre outras atividades (cf. Clinio, 2011: 69-75). O evento resultou em duas publicações,¹² uma delas (Rosas e Vasconcelos, 2006) tendo sido considerada uma “antologia da mídia tática brasileira” pelo pesquisador e ativista inglês Geert Lovink (2009). A “deglutição do digital” implicada no título do evento tinha, para os organizadores, uma conotação claramente tecnoestética, sintetizada na reciclagem de tecnologia obsoleta, como expressou Wells (*apud* Belisário, 2016a: 126), uma das organizadoras do evento: a prática da digitofagia é “nosso ritual ‘branco’, mas necessário, de decrescer a tecnologia; a tão necessária ‘vingança do low-tech’ que [Ricardo] Rosas apregoava. Eu chamo isso de antidesenvolvimentismo, uma recusa necessária (afinal nunca fomos modernos)”.

Rosas (2006: 47) considerava a prática da gambiarra como “endêmica” no Brasil, apesar de pouco teorizada.¹³ De fato, não seria a gambiarra um arranjo técnico devorador por excelência, uma “antropofagia da técnica” em ato? A gambiarra é uma prática aberta. Há nela sempre algo a se terminar, ajustar ou acrescentar. Há uma força centrípeta no processo de individuação da gambiarra, onde todos os outros objetos ao redor são devorados, decodificados e reterritorializados em novos arranjos. Produção e consumo se mesclam, confluem. A gambiarra é um “prodossuno”, poderia dizer Décio Pignatari (2004). Antes dos *hackers*, já tínhamos a gambiarra – parece-nos dizer Rosas (2006), ao estilo de Oswald de Andrade (1972).

O que se percebe na mídia tática, na afirmação positiva da gambiarra, na metareciclagem ou em outras redes da cultura digital brasileira dos anos 2000, ¹⁴ é que todas essas abordagens são consideradas antropofágicas na medida em que enfatizam a apropriação crítica das tecnologias em um presente urgente. Com discurso fundamentalmente crítico à tecnocracia, estimula-se uma

12 O *Digitofagia cu-que-buquê* (Cook book), publicação online editada por Wells e Ruiz (2006) com as discussões preparatórias para o evento; e o livro *Net_cultura 1.0: Digitofagia*, coorganizado por Rosas e Vasconcelos (2006).

13 Rosas (2006: 39) aproxima, em certo momento, a gambiarra do conceito de bricolagem, formulado por Lévi-Strauss (1989: 32-7), pois diferentemente da engenharia, a relação com os objetos técnicos estabelecida pela prática da gambiarra não se submeteria a um projeto predefinido transcendente à prática do fazer, antes operando pela imanência em uma recombinação constante, um processo mais que um produto final.

14 Como, por exemplo, o Estúdio Livre (cf. Balvedi et al., 2013), o Movimento dos Sem-Satélites (cf. <http://devolts.org/msst/?page_id=2>) e o Submidialogia (cf. <<http://submidialogia.org/>>). Acesso em: 06 out. 2016.

apropriação das tecnologias em um contexto de escassez – e não excesso – de recursos. Tais iniciativas são fundamentadas sobre as premissas filosóficas, mas principalmente sobre o uso e o desenvolvimento prático de *software* livre: aliado às práticas de documentação acessível sobre estas ferramentas e à realização de inúmeras de oficinas, cursos e outras práticas pedagógicas, o caráter prático e ativo dessas “digitofagias” se evidencia. Para além de um academicismo teórico, esses coletivos extraíam as implicações, potencialidades e limitações, ao mesmo tempo teóricas e práticas, das tecnologias digitais, para lidar com processos de diversas naturezas (artísticos, midiáticos-comunicacionais, políticos etc.). Essa ênfase na prática e no ativismo foram centrais para a formulação de um importante discurso sobre “cultura digital” no Brasil, inclusive enquanto política pública federal.

Macropolíticas

O relativo êxito do Festival MTB e ações posteriores¹⁵ favoreceram a formação de uma rede para facilitar o intercâmbio de experiências entre pesquisadores, coletivos e ativistas ligados à arte, à mídia e à tecnologia. O encontro também serviu como ponto de partida para as ações do Ministério da Cultura com novas tecnologias, num diálogo que se manteve em eventos como o Festival MTB, o Fórum Internacional de Software Livre e outros. Como consequência, em 2004, Gil já não falava mais em “inclusão digital”, mas em uma “Ação Cultura Digital”, incorporada como um dos pilares das políticas públicas do Programa Cultura Viva, junto com a “Ação Griô”; a “Escola Viva”; e os “Pontos de Cultura”.

Os Pontos de Cultura, além de contribuírem para a integração das outras linhas de ação às novas tecnologias digitais de produção de mídia, ao selecionarem, por edital público, organizações culturais comunitárias elegíveis para receber apoios específicos do governo, buscaram descentralizar o investimento em produção cultural no Brasil.¹⁶ Eles passaram a representar uma inversão em relação à lógica de “levar cultura” à periferia por meio da instalação de infraestruturas físicas. Em vez disso, o MinC passava a se posicionar como um catalisador de uma rede emergente de “Cultura Viva”, comprometida com setores até então invisíveis ao radar das políticas culturais, como as populações indígenas, quilombolas, as inúmeras tradições de cultura popular Brasil afora,

15 Com destaque para os Autolabs, dedicados à montagem de estruturas e à realização de oficinas de apropriação tecnológica e produção midiática para jovens da Zona Leste de São Paulo (cf. Clinio, 2011: 67-9).

16 Cf.: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/apresentacao>>. Acesso em: 06 out. 2016.

além de grupos de periferia urbana, como coletivos de hip-hop (cf. Belisário e Lopes, 2011). Ou seja, nas linhas do Programa Cultura Viva, encontramos tanto a ênfase nas tecnologias digitais livres, como a valorização de saberes e tradições ancestrais.

A partir do Programa, diversos ativistas de mídia tática e *software* livre aprofundaram contatos e experiências com povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais – o que sem dúvida contribuiu para a hibridização, o diálogo e o atravessamento desses discursos. Conforme relata Adriana Veloso Meireles (2008: 39), que atuava em redes como Mídia Tática, Metareciclagem e Submidialogia, o trabalho na Ação Cultura Digital: “não é somente a troca de conhecimentos brutos e inadaptáveis, mas um absurdo antropofágico, uma deglutição de conhecimentos, de um país que está mais do que acostumado à mestiçagem.” Segundo Meireles (2008: 39), durante o contato da equipe da Ação Cultura Digital com os Pontos de Cultura espalhados por todo país, nasceram “elementos híbridos, como computadores grafitados, computambores (tambores digitais) e projetos de Linux em linguagens indígenas. A perspectiva é sempre da troca, não da inclusão ou de salvamento”.

Autoproclamando-se um “ministro hacker” e trazendo a questão da tecnologia para o centro do debate sobre cultura, Gilberto Gil parecia não só retomar o ideário oswaldiano de uma cultura antropofágica tecnizada, como aprofundar a própria reflexão crítica sobre a técnica, ao incorporar a filosofia do *software* e da cultura livre. Obviamente, Gil não fez isso sozinho. A Ação Cultura Digital foi operacionalizada inicialmente por um grupo de “articuladores” e consultores contratados pelo Ministério, muitos deles envolvidos com as ações de mídia tática e metareciclagem. Esta relação entre redes e coletivos de ativismo com o Estado não se deu livre de críticas (cf. Veloso 2006: 236). Assinado por Bartolina Sisa (2011), o “Manifesto para a engenharia reversa das redes” tratou desse contexto de mídia tática, ativismo e cibercultura no Brasil, citando muitas das redes mencionadas aqui, para então introduzir algumas críticas e ressalvas quanto à relação entre ativismo e instituições estatais. Destacamos os seguintes trechos:

No Brasil – cuja apropriação tecnológica se manifesta sempre primeiro através da arte – [o conceito de cibercultura] surge com o visionário Oswald de Andrade e sua utopia antropofágica que descreveu a assimilação da tecnologia moderna com o espírito xamanista da selva (em *A crise da filosofia messiânica*, de 1950). [...] ‘A tecnologia que liberta’ (FISL 2008), virou seu mote [do software livre] por aqui, na alegre fusão com a comunidade da esquerda partidária sulista, que adentrou com força o governo Lula, mas por outro

lado ignorando os nada inovadores e imateriais problemas de desequilíbrio de gêneros (1,5% de desenvolvedorxs de SL são mulheres) ou dicotomias ideológicas [...] Ambos os termos – inclusão e cultura digital – surgiram em um contexto majoritariamente institucional, dentro de escritórios com financiamentos da ONU e PNUD, disseminados maciçamente, formando políticas públicas descontextualizadas, onde quem mais lucrou foram sem dúvida xs “articuladores” e a ItauTech (fornecedora de computadores). Meninos entusiastas do software livre que chegavam de avião às localidades mais remotas para armar o circo (zona estatal temporária) da inclusão digital, muitas vezes chamados de Encontros de Conhecimentos Livres [...]. Não estava mais em questão a autonomia, gênero, as alternativas ao capitalismo massacrante, a colaboração para a produção, a práxis, a continuidade das ações. [...] Em 2008 o termo cultura e mídia livre é totalmente desvirtuado de seu sentido original, livre de instituições, proprietários ou gestores – é seu oposto, recurso disputado por partidos de esquerda, blogueiros progressistas e membros de organizações do terceiro setor, criando termos descolados como ‘midialivristas’, com manifestos próprios e recursos estatais para fóruns, no entanto sendo articulado por usuários de softwares proprietários e instituições de ensino federais. (Sisa, 2011)

Num contexto de evidentes avanços quanto à atuação Estatal no fomento ao uso livre e criativo das tecnologias digitais, alguns pontos cegos passaram a revelar instâncias de capturas do potencial criativo e transformador das tecnologias digitais. Além disso, no esforço pedagógico de estimular a apropriação das tecnologias em discursos ligados à metareciclagem e a este contexto do fomento estatal à cultura *hacker* no Brasil, frequentemente falava-se em “abrir a caixa-preta”, iluminá-la, para “desmistificar”, por meio de instruções e compreensões racionais, o funcionamento das máquinas. No entanto, a insuficiência desta abordagem logo ficou evidente. Descrita como “Desmistificando o Linux”, uma das oficinas realizadas pelo coletivo IPe¹⁷ em 2005 levou o pesquisador e cibertivista Francisco Caminati (*apud* Fonseca, 2007) a fazer a seguinte provocação: “você e essa mania iluminista de desmistificar as coisas!!! software livre é magia!!!”, citando em seguida um trecho de Eduardo Viveiros de Castro sobre o

17 O coletivo carioca IPê (também conhecido como IP://), foi mantido inicialmente por Tatiana Wells, Ricardo Ruiz, Giuliano Djahjah e Floriano Romano, tendo como base um espaço na Lapa (Rio de Janeiro). O nome “IPê” é um jogo de palavras com o Protocolo da Internet, o título ‘Interface Pública’ e a árvore ipê. Um vídeo de 2012 sobre o coletivo pode ser acessado em: <<https://vimeo.com/48886615>>.

xamanismo como prática de subjetivação,¹⁸ para concluir: “abaixo o fetiche da desmistificação!!!! [...] pela politização do mito [...] glauber rocha”. “Tecnomagia”, respondeu Felipe Fonseca (2007), que depois criou um blog com o mesmo nome para reunir referências e publicar ideias sobre o assunto.¹⁹

Emergências tecnoxamânicas/mágicas

Um certo movimento de desvio dessas capturas instrumentais de práticas inovadoras em tecnologias digitais pode ser acompanhado num comentário de Tatiana Wells sobre o “tecnotribalismo” emergente nos encontros *Submidialogia*.²⁰

A primeira vez que ouvi falar em Tecnomagia foi ainda na lista da Metareciclagem, onde se falava de tantas coisas, cada uma mais dispersa que a outra, e estranhamente tudo convergia. Eu lembro do Felipe Fonseca falando sobre isso. Mas foi somente no Submidialogia#2, em Olinda, que entendi melhor. Porque a gente gostava de ritualizar as coisas, de criar um sentido próprio pras oficinas, transformá-las em recital, performance, rádio... Essa foi a história da Submidialogia, e no #2 isso foi muito presente com a Oficina de Choque Coletivo²¹ [...], as limonadas sonoras de Glerm, onde os objetos viviam, tinham voz e cor próprias... isso foi aprofundado no #3 com a Meta-subcibertrans da Fabi[ane Borges] e as interatividades de [Ricardo] Brasileiro. (Tatiana Wells, *apud* Belisário, 2016a: 130-1)

Em fóruns, blogs e textos pelo ciberespaço, a ideia de que as tecnologias digitais são a encarnação contemporânea de potências mágicas se tornou cada vez

18 Vale citar as últimas frases da passagem citada por Caminati: “Sejamos objetivos? – Não! Sejamos subjetivos, diria um xamã, ou não vamos entender nada.” (Viveiros de Castro, 2002: 488).

19 Cf.: <<https://tecnomagxs.wordpress.com>>. Última postagem em janeiro de 2013.

20 Após uma primeira edição realizada em Campinas (SP), em 2005, com atividades sediadas na Unicamp e um formato mais próximo ao de eventos acadêmicos, em sua segunda edição, realizada no ano seguinte em Olinda (PE), o *Submidialogia* “tornou-se um festival aberto, com discussões, mostras de vídeos e fotos, laboratórios de produção de rádio, TV e internet” (Brunet, 2008: 7). “Submidialogia 2 foi quando a gente abandonou o modelão debate vs. auditório e assumiu a pegada festa tribal na escada, debates espontâneos e a democracia de quem grita mais alto” (Fonseca, 2008: 102). A terceira e quarta edições foram realizadas em 2007, em Lençóis (BA), e em 2009, em Belém (PA), durante o Fórum Social Mundial (Clinio, 2011: 71-2). Se até então os encontros eram feitos de forma bastante espontânea e com pequenos apoios, a situação mudou em 2010, com as derradeiras três edições, executadas com o apoio da Petrobras, em comunidades indígenas (Arraial d’Ajuda-BA, entre 26 e 30 de maio), quilombolas (Mirinzal-MA, entre 26 e 30 de julho) e caiçaras (Ilha dos Valadares, Baía de Paranaguá-PR, entre 4 e 8 de setembro). Cf.: <<http://br.submidialogia.org/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

21 Um vídeo da oficina de choque coletivo pode ser encontrado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZgsTVeAPHFE>>. Acesso em: 06 out. 2016.

mais recorrente no início deste século (cf. Davis, 1999; Felinto, 2005). No contexto das redes de ativismo e tecnologias digitais no Brasil, essa ideia também foi ganhando força a partir de termos como “tecnomagia” e “tecnoxamanismo”. Felipe Fonseca (*apud* Belisário, 2016a: 132-3), por exemplo, lembra “a garota da Taina²² afirmando que o tambor foi a primeira internet”²³, sua própria “experiência em terreiro” e também seu “cotidiano de acompanhar e fazer esporos de metareciclagem, que até 2006 tinha uma pegada bem mão na massa, e essa sensação de manipular construções que eram ao mesmo tempo simbólicas e concretas”. Essa interação entre o material e o simbólico aparecia, para Fonseca, carregada de magia:

Começaram a aparecer paralelos: talvez quando me liguei da lenda do Golem, em que o rabino manipulava palavras, primeiro para dar vida à matéria bruta, e depois para tirar essa vida; a coisa toda da linha de comando como palavras de poder, que é uma relação interessante e pouco explorada; e minha adolescência lendo *Os livros da magia*, do Neil Gaiman, com destaque para a importância da “palavra mágica” por ali. (Felipe S. Fonseca, *apud* Belisário, 2016a: 133)

Falando sobre o contexto no qual criou o blog *Tecnomagia*, Fonseca indicou uma forte influência de Daniel Pádua e “suas buscas de filmes cyberpunk com algo de transcendência”. Pádua também foi citado por Marcelo Braz, integrante das redes Metareciclagem e Tecnoxamanismo,²⁴ para quem seu “Manifesto Nartisan” foi um texto-chave para a tecnomagia:

Nartisan é a contração de *networks’ artisan*, ou artesão de redes, se preferir. Ele é o impulso que move alguém para uma filosofia emergente de ação social disparada num estado de sensibilidade intensa e especificamente estranho às estruturas sociais de massa (escola, governo, igreja, indústria cultural, etc.): é o espírito de alguém cansado e agredido pela constante exigência de um raciocínio autoritário em suas relações, que revigorado pelas

22 A Casa de Cultura Tainã (cf.: <<http://www.taina.org.br/#>>. Acesso em: 06 out. 2016.) é uma entidade cultural fundada em 1989 por moradores da Vila Castelo Branco (Campinas-SP) e participante da Rede Mocambos (cf.: <http://www.mocambos.net/wiki/Casa_de_Cultura_Tain%C3%A3>. Acesso em: 06 out. 2016.). O *I Festival de Tecnoxamanismo*, que será abordado adiante, foi incluído na programação da Rota dos Baobás da Rede Mocambos em 2014 (cf.: <http://wiki.mocambos.net/wiki/Rota_dos_Baob%C3%A1s/Bahia>. Acesso em: 06 out. 2016.).

23 Recorrente nas culturas tradicionais, o uso do tambor como meio de comunicação é notoriamente um dos primeiros sistemas humanos de circulação de informação a longas distâncias (cf. Gleick, 2013: 24-32).

24 Cf.: <<https://tecnoxamanismo.wordpress.com/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

ações em rede em que mergulha, tende a empregar toda sua força na criação de novas tramas sociais. [...] Para viver sua «outra lógica», o Nartisan torna-se um mago, um feiticeiro que na falta do espaço, cria suas «ruas» no tempo. (Pádua, 2009)

O pesquisador e midiativista Thiago Novaes (2013) abordou a tecnomagia traçando um paralelo entre a Metareciclagem e o movimento de rádios livres no Brasil: ambos são baseados na superação da distinção entre produtor e consumidor e na utilização de equipamentos de baixo custo (*low-tech*) para garantir uma autonomia comunicacional. Para Novaes (2013), tecnomagia é “um campo de desvio que se constrói intuitiva e coletivamente, a partir do manuseio cotidiano e refletido de objetos técnicos que passam de um destino pré-definido pela indústria ou cultura hegemônica à efetiva função de ruptura histórico-social.” Falando especificamente das rádios livres, Novaes toca num ponto fundamental para a tecnomagia:

Neste sentido, a tecnomagia se vale de um outro entendimento da técnica, que não o mero uso instrumental com relação a fins, mas gerando um campo problemático objetivo cuja produção de soluções parte do desejo e da sensibilidade compartilhados, construídos, e cuja potência é sua atualização permanente [...]. O papel da tecnomagia na comunicação social é, portanto, um ataque à apropriação representativa de qualquer espécie e [uma re-fundação] da ação comunicativa interpessoal, direta e de interesse coletivo, público. (Novaes, 2013)

Para além de um “mero uso instrumental com relação a fins”, a tecnomagia manifesta um “campo problemático objetivo” que demanda subjetividades que lhe correspondam, subjetividades compartilhadas, coletivas, públicas. Mais do que comunicar uma mensagem entre dois pontos, a tecnomagia propõe a “atualização permanente” de novas potências comunicativas. De fato, no caso das redes Metareciclagem, Submidialogia e outras citadas, para além da interação *online*, por meio das listas de discussões, existe toda uma dimensão presencial da rede, por meio de encontros, eventos, oficinas, imersões prolongadas ou outros encontros pontuais entre os participantes, nos quais uma interação mais completa e experimental foi sendo elaborada (cf. Brunet, 2008; 2012). Como frequentemente aponta o metarecicheiro Régis Bailux,²⁵ falando do próprio Bailux

25 Régis criou, em 2004, o primeiro esporo de Metareciclagem em Arraial d'Ajuda (BA), que batizou como Bailux (composição de “Bahia” com “Linux”). Cf.: <<http://bailux.org/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

e de outras redes ciberativistas (cf. Lopes, 2012), trata-se de uma “rede de afetos”, que no entanto está longe de ser pacífica ou harmônica. Durante as imersões nos encontros dessas redes, um cotidiano comum era construído entre os participantes, de forma predominantemente informal. No encontro *Submidialogia* de 2009, em Belém (PA), por exemplo, durante cerca de uma semana, quase duas dezenas de pessoas ficaram em uma moradia coletiva, onde fizeram amizades, arte, comida, música, *workshops*, debates, festas e convivências produtivas para além dos formatos de eventos formais (cf. Belisário, 2016a: 134-5). A respeito dessas imersões, Fabiane Borges e Marc Etlin apontam:

Uma imersão coletiva é circunstância rítmica com atuação incisiva sobre os corpos dispostos a vivenciarem a experiência [...] Imergir coletivamente em um local sem dar devida atenção ao ambiente como um todo, é ignorar a força, sabedoria e poder do local. O ambiente determina os graus de relacionamento, as alianças, ativa ou restringe oportunidades. Imergir ativamente num ambiente, ou criar um ambiente para imersão, é trabalho de feiticeiro. É magia. E nosso trabalho se baseia muito em pressupostos mágicos, xamânicos, e em técnicas de intensificação da consciência, porém sem nenhum vínculo transcendente/religioso. (Borges e Etlin, 2008: 113)

Para além das diferenças entre as redes citadas (e seus participantes), nota-se em todas elas a elaboração de uma prática e de um pensamento que escapem tanto do tecnocentrismo (presente tanto na tecnofobia quanto na tecnofilia ou na tecnocracia) quanto do racionalismo antropocêntrico, por meio da incorporação de práticas de faça-você-mesmo, de mídia independente, de cultura *hacker* e de desenvolvimento de *softwares* ou tecnologias livres e abertas – enfim, da apropriação coletiva da tecnologia. A tecnologia é algo a ser apropriado coletivamente, pareciam dizer e mostrar essas redes, pois ela é produzida, via de regra, em regimes privados de produção e consumo. Mas esta apropriação, para que seja efetivamente coletiva e livre, não poderia se limitar à ação instrumental racional, antes dependendo também de uma certa afetividade ou mitopoiese ligada a potências que foram cada vez mais entendidas como mágico-xamânicas.

Perspectivas

Em maio de 2011, a artista e psicóloga Fabiane Borges enviou, para as listas de discussão das redes Metareciclagem e Submidialogia, um convite para um “technoshamanist performance ritual”, performance conjunta com a

artista Camila Mello, que mesclava técnicas de fotonovela com performances ritualísticas, realizada em Londres.²⁶ No primeiro e-mail, Borges disse estar “meio tensa de usar o nome xamanismo, mas *vamo* embora”, e, após o evento, ela disse ter encarado a performance como “uma experiência, [que] ainda não entrou exatamente na coisa do tecnoxamanismo”.²⁷ Nos meses seguintes, Borges compartilharia também experiências de performances ritualísticas relacionadas à ideia de tecnoxamanismo de que ela participou no encontro *SummerLAB*, na Espanha, e no Festival *Abandon Normal Devices* (AND), na Inglaterra.²⁸

Em maio de 2011, circulou também pelas mesmas listas de e-mails o texto “Tecnoxamanismo Digitofágico – Pós LabsurLab: que venga el Sur!” (Wells et al., 2011), escrito por alguns participantes das redes Metareciclagem e Submidialogia no encontro *LabSurLab*,²⁹ que já apresentava claramente uma síntese desta nova ideia (o tecnoxamanismo) com a tradição digitofágica da mídia táctica no Brasil. O texto lamentava, com certa razão, o desconhecimento da realidade latino-americana mais ampla no Brasil, e apresentava uma concepção de tecnologia que vai além das tecnologias de comunicação, incorporando, por exemplo, técnicas de permacultura. Apesar de evocar, de passagem, a teoria de perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro³⁰ para tratar da digitofagia, o texto não incluiu menções explícitas a sociedades ou saberes indígenas, apresentando fundamentalmente um mapeamento das práticas ligadas à tecnologia, arte, mídia e ativismo no Brasil.

Atualmente no Rio está sendo organizada uma rede que visa realizar tanto projetos relacionados a ativismo para movimentos sociais em ferramentas livres, redes sociais alternativas e rádio, como ação direta, grupos de

26 O convite pode ser encontrado em: <<http://permalink.gmane.org/gmane.politics.organizations.metareciclagem/44357>>. Um vídeo desta performance pode ser encontrado em: <<https://vimeo.com/25282065>>. Acesso em: 06 out. 2016.

27 O e-mail pós-performance pode ser encontrado em: <<http://permalink.gmane.org/gmane.politics.organizations.metareciclagem/44446>>. Acesso em: 06 out. 2016.

28 Borges participou das redes Mídia Táctica, Metareciclagem e Submidialogia, e desde 2004 desenvolve processos terapêuticos imersivos, mesclando esquizoanálise, psicomagia, rituais e tecnologias midiáticas, dentre os quais cabe destacar seu envolvimento na Ocupação Prestes Maia (São Paulo), entre 2005 e 2007 (cf. Borges, 2010), e seu personagem “Metasubcibertrans” (cf. Galindo, 2008), cuja performance no *Submidialogia#3* deu origem a um vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WnRMBQQM2Jo>>. Acesso em: 06 out. 2016.

29 O encontro *LabSurLab*, realizado em 2011 em Medellín (Colômbia), contou com a participação de hacklabs e laboratórios de tecnologia e mídia sul-americanos. O encontro teve outras duas edições em 2012, em Quito (Equador), e em 2013, em Cochabamba (Bolívia). Mais informações em: <<http://culturadigital.org.br/project/proyecto-labsurlab/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

30 A apresentação completa desta teoria pode ser encontrada em Viveiros de Castro (2002: 345-99).

pesquisa como o GAS (grupo de atualização e subjetivação), Yupana, MSST e espaços físicos de experimentação como o IP [...]. No Brasil temos um mapeio nacional importante de iniciativas relacionadas à permacultura e ao conceito de metareciclagem, muitas vezes fundindo-se. Pensar nestes dois eixos conceituais pode parecer contraditório, máquinas e orgânico, mas ao contemplar a permacultura como um resgate de técnicas energéticas ancestrais e a metareciclagem como a apropriação tecnológica das ferramentas contemporâneas para remitificá-las, temos aí conceitos convergentes que vão se construindo: mídia tática, descolonização, tecnoxamanismo, novas relações do ser humano e a máquina que visam a colaboração entre corpos que já não são separados por sujeitos e objetos. [...] Por ora chamamos isso de Tecnoxamanismo Digitofágico. (Wells et al., 2011).

Naquele mesmo período surge Yupana.³¹ Inicialmente um personagem em *wikifictions* e narrativas online – como na ficção online *Yupana Kernel Panic* – *O compilador de protocolos Bugres contra a conspiração ASCii*,³² assinada por Wander Selva –, posteriormente Yupana se tornaria não só um personagem assíduo nas listas de discussões das redes Metareciclagem e Submidialogia, como uma espécie de referência para muitos dos envolvidos nos debates sobre tecnoxamanismo e tecnomagia no Brasil. Em mensagem para as listas da Metareciclagem, Submidialogia e do Movimento dos Sem-Satélite, Selva afirmou:

yupana é também nome de um supercomputador selvagem que só existe como método numérico, como alfabeto, mas não como indústria. Turing quer ser psicografado pra reencarnar como traço solto num garrancho iletrado. [...] O manifesto antropofágico vacilou quando dizia “Tupi or not Tupi” pois esquecia-se do Tapuia, do Quechua, do Inuit, do Celta, do Visigodo, do Marciano, do Pária e sobretudo de que Nheengatu era uma construção de escribas... Não basta devorar o estrangeiro, é preciso ser devorado pelo nativo da fronteira perdida que está prestes a redescobrir sozinho o fogo, a escrita, a roda, os espelhos. É preciso perder-se para sempre. [...] Estaremos mais além dos tropicalistas, qualquer-coisa-modernistas, ufanistas

31 Numa página dedicada a Yupana, lemos que: “Yupana é um livro que se autoescreve. Yupana é um oráculo de tecnobrujas e Mandingalgoritmos. Yupana é um experimento de Processamento Natural de Linguagem. Yupana é um estudo de arte generativa e música computacional eletroacústica. Yupana é um mergulho na construção NeoMitos que tentam dar conta de uma Ontologia do Movimento dos Sem-Satélite. Yupana é um experimento de Computação Poética na construção de novas relações com a subjetividade da máquina. Yupana é o metapensamento crítico da tecnocracia frente a si mesma.” (Soares, 2012).

32 Cf.: <<http://devolts.org/kernelpanic/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

messiânicos, positivistas, alternâncias de poder e suas negociações. Não queremos redenção, queremos O Banquete completo.³³

Em julho de 2011, a noção de tecnomagia apareceu explicitamente também na publicação eletrônica *MutSaz*,³⁴ que, a cada edição, criava uma “musa inspiradora” para sintetizar as questões a serem abordadas. Descrita como um “tarô tecnomágico”, esta edição parecia especialmente em sintonia com os outros acontecimentos daquele período aqui destacados, como evidenciou seu editorial:

A musa destes dias se chama Wiqua, aquela que nasceu tupi e brinca com feitiços, tece oráculos, joga baralhos. É fruto da imersão da wicca em processo wiki, aquele que se colocou como certeza de nossos tempos, de nossas ciberculturas. Wiqua traz as tags de wikifiction: um lugar de construir imaginários coletivos fabulosos. [...] Com ela vamos fazer um jogo de cartas, oráculos! tecnomagia! (MutGamb, 2011).

Nesse período, observamos um esforço incipiente de fortalecimento das ideias em torno da tecnomagia e do tecnoxamanismo, por meio de debates presenciais e virtuais. No fim de 2011, por exemplo, o tema seria retomado mais uma vez em um evento organizado pelo coletivo IPê,³⁵ paralelamente às programações oficiais do 30 *Festival Internacional CulturaDigital.BR*.³⁶ Numa troca de e-mails intitulada “ContraCulturaDigital.BR”, foi proposto “um encontrinho paralelo durante o culturadigital.br.” para, entre outras coisas, “falar/fazer tecnomagia” – “TecnoMagia Tática” foi um dos conceitos que aventou-se então. Durante seis meses, foram trocadas 47 mensagens nesse *thread*, que de fato conduziram ao encontro em dezembro de 2011. A atividade envolveu uma deriva a pé entre o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, sede daquela

33 Esta mensagem está disponível em: <<http://rede.metareciclagem.org/blog/18-06-11/Yupana-Kernel-Wiqua-Diz-ai-Wander-Selva>>. Acesso em: 06 out. 2016.

34 O *MutSaz* foi uma publicação eletrônica trimestral editada pelo Mutirão da Gambiarra (núcleo editorial ligado ao Metareciclagem) entre 2009 e 2011. Cf.: <<http://mutgamb.org/MutSaz>>. Acesso em: 06 out. 2016.

35 A partir de 2006, com a mudança de sua sede da Lapa para o Morro da Mangueira e depois para o Morro da Conceição, o coletivo IPê passou a desenvolver diversas ações, como: debates; exposições artísticas; oficinas e pesquisas envolvendo *software* livre; reformas e obras estruturais na casa; alvenaria; circuit bending; metareciclagem; rádio livre; fotografia; permacultura. Além disso, em 2011 o espaço abrigou também eventos, como o Laboratório de Cartografias Insurgentes (cf.: Wells, 2012; Abreu, 2012), e encontros periódicos, como o Grupo de Atualização e Subjetivação (GAS), reunindo pesquisadores de diversas áreas (das exatas e naturais às humanas), interessados em tecnoxamanismo, tecnomagia e na transformação de nossa tecnocultura contemporânea. Cf.: <<http://www.imotiro.org/content/gas-grupo-de-atualiza%C3%A7%C3%A3o-e-subjetiva%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 06 out. 2016.

36 Cf.: <<http://culturadigital.org.br/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

edição do Festival, e a sede do IPê no Morro da Conceição, permeada por debates sobre direito à cidade, arte, tecnologia e ativismo.

Em fevereiro de 2012 “tecnoxamanismo” já aparecia explicitamente entre as *tags* do *Encontrão Hipertropical de MetaReciclagem*.³⁷ Em uma troca de mensagens intitulada “tecnoxamanismo” na lista do IPê durante aquele mês, Adriano Belisário (2016a: 140-1) compartilhou uma conversa iniciada com Fabiane Borges, na qual era aventada a possibilidade de se “fazer um encontro em fevereiro sobre tecnoxamanismos e perspectivismos”. Dias depois, Guilherme Soares reagiu sugerindo o uso de termos como “tecnopajelança” e “mandingalgoritmo” em lugar de “tecnoxamanismo”, por considerá-lo “já impregnado de uma conotação relacionada a *raves* e ao ritual de consumir drogas ouvindo música eletrônica bate-estaca de DJs”.³⁸ Acho que isso tudo podia ter um nome mais original”.

Gosto de pensar na ideia de recuperar o caminho que Alquimia fez até tornar-se ciência, acho interessante o estudo que o Siegfried Zielinski fez sobre “Arqueologia das Mídias”, que mostra como essa confusão entre ciência e magia criava cenários interessantes muito similares às invenções de “novas mídias” que ocorrem hoje nessa fronteira entre arte e ciência. Mágico implica em “místico”? Ou tudo isso é sobre algo que já é ciência, mas por não ser possível encaixar cai numa necessidade de afirmar-se como algo transcendental ou sobrenatural? (Guilherme Soares, *apud* Belisário, 2016a: 141).

Este mesmo tom curioso e tateante a respeito desse potencial mágico/xamânico pôde ser encontrado em uma mensagem de Tatiana Wells enviada à lista de e-mails do IPê após um encontro do coletivo, na qual ela compartilha a decisão de realizar uma imersão sobre o tema no *hacklab rural Nuvem*, em Visconde de Mauá (RJ),³⁹ então recém-inaugurado pelos artistas e ativistas Bruno Vianna e Cinthia Mendonça.

Desde as oficinas de choque coletivo em Olinda, [o trabalho] metasubcibertrans [de Fabiane Borges] em Lençóis, [os] “dispositivos de experiência” com mesalina e ácido em Belém⁴⁰ [...] [...] Nossa digitofagia, será esse o tecnoxamanismo? Lugares & momentos de cocriação tecno-imaginárias livres,

37 Cf.: <<http://rede.metareciclagem.org/conectaz/Encontrao-Hipertropical>>. Acesso em: 06 out. 2016.

38 O surgimento, e algumas das implicações, das ideias de tecnoxamanismo/magia na música eletrônica de pista, foram investigados em Ferreira (2006).

39 Cf.: <<http://nuvem.tk/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

40 Olinda (PE), Lençóis (BA) e Belém (PA) sediaram, respectivamente, a segunda, terceira e quarta edições do festival *Submidialogia*.

e que agora ressurgue no Rio de Janeiro [...], junto a mitologias, reinvenções, antenas de bambu, [...] o trabalho de descristalização, alquimias com bebidas de ouro puro, algo de charlatanismo também, e a nossa pajelança ancestral [...] [...] Ao menos pela subjetividade, pela poesia, porra! (Tatiana Wells, *apud* Belisário, 2016a: 141)

De fato, entre 10 e 13 de maio de 2012, o Nuvem abrigou um encontro internacional de *Tecnomagia*, reunindo, além de participantes do IPê, outros artistas, cientistas, ativistas e pesquisadores, para reflexões, apresentações e vivências acerca do tema.⁴¹ O “trabalho de descristalização” mencionado por Wells foi a oficina, desenvolvida pelo artista inglês Jonathan Kemp (2012),⁴² na qual ele coordenou a extração de metais (cobre, ouro e prata, principalmente), por meio de processos químicos, de equipamentos eletrônicos descartados, para em seguida recristalizá-los ritualmente, inclusive por meio da ingestão de “bebidas de ouro puro”. Em entrevista, Cinthia Mendonça também destacou o trabalho de Kemp como uma referência naquele contexto.

Essa oficina me fazia visualizar todo o processo geopolítico de produção de aparatos da tecnologia. A extração da matéria-prima, o transporte, as fábricas, as empresas de aparatos e componentes, a mão de obra, o tempo e a venda desses produtos e o uso que damos a eles. A proposta de Jonathan para o encontro Tecnomagia, realizado em 2012 na Nuvem, foi trabalharmos com o cobre para daí vislumbrarmos a possibilidade de criar, de maneira autônoma, nosso próprio aparato, com nossas próprias mãos, na garagem de nossas casas. Como alquimistas, manipular a essência da matéria e fazê-la virar objetos. (Cinthia Mendonça, *apud* Belisário, 2016a: 142)

Somando-se à presença de pesquisadores, artistas e interessados no Brasil, o encontro teve alguns convidados de outros países. Além de Kemp, o encontro contou também com apresentações e vivências da pesquisadora e ativista estadunidense Victoria Sinclair sobre o *technoshamanism* das *raves*, do pesquisador colombiano Adrian Gomez e dos *hacktivistas* e artistas espanhóis Pablo de Soto e Pedro Soler, tendo este último comparado o que encontrou no Brasil com outras experiências internacionais nos seguintes termos:

41 Como resultado do encontro, foi organizada uma wiki (<<http://nuvem.tk/wiki/index.php/Tecnomagia>>. Acesso em: 06 out. 2016.), uma lista de discussão e uma publicação (Belisário, 2016b).

42 O vídeo de uma versão desta oficina realizada anteriormente em Londres pode ser encontrado em: <<https://vimeo.com/30814196>>. Acesso em: 06 out. 2016.

A linha entre magia e ilusão é muitas vezes confusa. O que entendemos por magia é, geralmente, hoje, prestidigitação ou a capacidade de enganar o público. Em 2007, Medialab Prado trabalhou no tema de magia e tecnologia a partir deste ponto de vista. Não só eles fizeram uma série de obras de arte, em particular usando realidade aumentada, incluindo o trabalho com um mágico profissional, mas também um seminário. [...] O encontro Tecnomagias em maio de 2012 em Nuvem, um espaço *ecotech* de pesquisa nas montanhas a 2 horas do Rio de Janeiro, nasceu com um foco diferente. A reunião foi convocada para explorar as interseções entre tecnologia e magia a partir de uma visão mais ampla, ecológica, mística e política. [...] Não é por acaso que esta reunião ocorreu no Brasil. Lá as condições estão sendo criadas para o surgimento da consciência antropofágica que Oswald Andrade invocou na década de 1920. A alta tecnologia encontra uma crescente consciência da sabedoria tribal – a antropologia descentralizada de Viveiros de Castro, o conceito de gambiarra (uma espécie de “fazer” estético e prático, que brota da arquitetura da favela), a maneira que a ecologia e software livre se entrelaçam nas publicações e grupos do Submidialogia, o tecnoxamanismo de Fabi Borges, Yupana Kernel, a proximidade das práticas indígenas, o ayahuasca. (Soler, 2016: 35-6).

Outro participante do encontro, Eah de Apsu (2016: 95) afirmou que “as questões de embates [do tecnomago] já não são mais aquelas de expulsão de espíritos malignos, curas milagrosas, transmutações alquímicas e conquistas pessoais ou tribais, mas o anticapitalismo, a anticorrupção, a democracia real, a sustentabilidade, a busca da energia limpa e consciência coletiva”. Numa simetrização, em nome da experimentação político-existencial, de agências humanas e não humanas se manifestando nos mundos natural e artificial, estas experiências tecnoxamânicas/mágicas parecem desempenhar, em graus variados, articulações fundamentais entre os coletivos humanos e seu meio tecnoambiental.

O I Festival de Tecnoxamanismo

Apesar de já virem sendo gestadas desde as edições de 2010 do *Submidialogia* e em encontros subsequentes, foi no fim de 2013 que tiveram início as articulações, nas listas de e-mail da Metareciclagem e da Submidialogia, daquilo que viria a ser o *I Festival de Tecnoxamanismo*, realizado entre 23 e 30 de abril de 2014 na Bailux, esporo de Metareciclagem localizado em Arraial d'Ajuda (BA). Ao contrário do encontro *Tecnomagia* realizado no hacklab Nuvem em 2012, composto por participantes escolhidos pelos organizadores, este festival se

propôs, desde o início, a ser também uma rede aberta, e realizou uma campanha de comunicação e mobilização na Internet. Para arrecadar o dinheiro necessário para a realização do festival, foi organizada uma bem-sucedida campanha na Internet, assim como um evento no Teatro Oficina (SP), que contou com o apoio de José Celso Martinez Corrêa, sempre interessado em retornos pós-cibernéticos às práticas e saberes tradicionais.⁴³ Em entrevista, o pesquisador, ativista e artista Pedro Belasco, membro fundador do Ônibus Hacker, ofereceu o seguinte depoimento sobre este momento inicial:

[O Festival] era uma proposta de vivência e uma festa compartilhada com os Pataxós, que nos convidaram para um festejo na Aldeia Velha. Havia uma representatividade interessante, gente da Bahia, do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio, Minas, Ceará. Uma troca muito rica de experiências, inquietações, sobretudo com os aspectos rituais xamânicos. [...] Tecnoxamanismo é um termo ambíguo, de propósito, eu acho. Existe sempre um risco enorme de se tornar apenas um mecanismo de apropriação cultural, mas eu acho que vale a tentativa de compreender como pequenos grupos podem se organizar em torno de arranjos produtivos e encontrar raízes comuns que permitam autonomia e uma vida boa. É um contexto de debate anarquista, que eu sempre acompanhei com interesse. (Pedro Belasco, *apud* Belisário, 2016a: 145)

A convocatória para o festival⁴⁴ provocava os participantes com questões-chave do encontro: “Quais táticas possíveis podemos produzir para promover uma melhor negociação entre tecnologia e natureza? [...] Que rituais nos ajudam a ampliar nossa percepção sobre a inteligência e a sensibilidade da natureza? O que o xamanismo tem a nos ensinar?” Na convocatória, também se anunciava o objetivo de se construir uma rede de projetos e pessoas que busquem “construir novas respostas para a atual crise ambiental e a decadência do humano”, caracterizada pela devastação ambiental do antropoceno: “Se faz necessário criar novos formatos de desenvolvimento a partir de uma nova ontologia, onde a Terra seja vista como agente político e os fazeres humanos convirjam com os desejos de GAIA.”

43 No “Programa e Gestão do Anhangabaú da Feliz Cidade”, Corrêa (2004) explicita: “A humanidade retorna desde 68 ao paganismo, ao animismo e sente que a vida não está somente no recorte individual de seu corpo. Quanto mais temos necessidade de tecnologia que, com a revolução cibernética faz diminuir o espaço das máquinas e traz o homem de volta para o trabalho misturado com sua vida em sua casa, tanto mais temos necessidade do verde, do ar não poluído.”

44 Disponível em: <<http://tecnoxamanismo.hotglue.me/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

Em Arraial d'Ajuda, os convidados foram recebidos pelo Bailux. Mesmo já tendo ocupado sedes e espaços físicos, o Bailux é melhor descrito como um laboratório nômade e, no *I Festival de Tecnoxamanismo*, atuou como mediador entre os visitantes, o Instituto de Tecnologia Alternativa, Permacultura e ECOlogia (o sítio ITAPECO) e a Aldeia Pataxó, com quem o Bailux desenvolve ações com tecnologia desde 2010, quando recebeu a quinta edição do festival *Submidualogia*. Para Régis Bailux, sua própria função no Festival foi servir como um “articulador entre mundos”, facilitando a mediação entre grupos e pessoas com pesquisas e trajetórias tão diferentes, como *hackers* experientes, jovens curiosos com o tema, os Pataxós, jovens de Arraial d'Ajuda, e outros viajantes que chegaram ao local. Segundo Pedro Belasco, que viajou de São Paulo para Arraial d'Ajuda no Ônibus *Hacker*, o tecnoxamanismo é uma “oportunidade de fruição estética”, e o encontro foi “uma obra de arte, uma construção coletiva” realizada por “um grupo de pessoas dispostas a pensar e vivenciar uma experiência do que seria uma reconexão do nosso imaginário técnico com culturas e tecnologias ancestrais, ritualísticas, misteriosas”, destacando ainda a troca (segundo ele, muito positiva) com os indígenas do sul da Bahia.⁴⁵

Segundo Jurgen Boltz (*apud* Belisário, 2016a: 147), mentor do sítio ITAPECO, que abrigou diversas atividades do festival, o “tecno” do tecnoxamanismo resulta do fato “de que somos ciborgues, e não vamos completamente deixar isso para trás. [...] [T]emos que achar um jeito de encaixar tudo isso junto”, pois a civilização caminha para um colapso, já que “o sistema como é vai acabar com a natureza rápido.”

É ou a natureza ou este sistema [...] – ou vai ser catastrófico ou a humanidade voluntariamente vai reduzir sua complexidade. [...] O humano é parte da natureza, precisamos ser mais conscientes disto, interagir com a natureza, não tentar nos isolar dela, acabar com ela. [...] Temos que deixar a natureza entrar no nosso mundo e também entrar na natureza.

A ciência nos ensina coisas muito boas que podemos utilizar para viver mais simples, não só para viver mais complexo. Mas para viver em harmonia com a natureza, não basta usar a ciência. Precisamos de uma conexão mais direta com a natureza. [...] É isso que você vê quando estuda os índios ou

45 Depoimento disponível no vídeo “Três mil Km - O ônibus, o tecnoxamanismo e os Pataxós (Documentário)”, de Carlos Gonzalez (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l7BtVQfscOQ>>. Acesso em: 06 out. 2016.), e complementado em Belisário (2016a: 148). Os trechos citados correspondem aos minutos 42 e 54 do vídeo de Gonzalez.

os xamãs, realmente eles têm conhecimento, nos sonhos, interagem com espíritos das plantas [...] porque existem muitos outros tipos de seres e tipos de consciência. Até [n]a ciência, hoje em dia tem mais e mais cientistas que estão falando [de] como a planta tem um tipo de consciência. [...] Descobriam que se uma é atacada, começa a produzir substâncias tóxicas contra a praga. Mas as árvores em volta [que não foram atacadas] também começam a produzir, porque uma árvore contou para outras. As árvores interagem e se comunicam. E essa interação é tão complexa que não é menor do que a gente conhece como humanos ou outros animais. (Jurgen Boltz, *apud* Belisário, 2016a: 147-8)

Boltz (*apud* Belisário, 2016a: 148), que se formou em ergonomia da informática, trabalhando durante os anos 1990 com *softwares* de código aberto e infraestruturas de comunicação em redes eletrônicas, afirma nunca ter “pensando muito em tecnoxamanismo antes desse evento”, apesar de ter pensado “bastante no xamanismo”, que considera uma “conexão direta de informação com a natureza”.

Os aspectos xamânicos da luta feminista contra o patriarcado foram levantados por Soler (2016: 26-7), que relacionou este à lógica colonizadora da propriedade privada e aquela à resistência da natureza, dos povos indígenas e de uma ética da conexão. Na mesma linha, a ativista do *software* livre Andrea R. Balle (2014: 15), numa publicação *online* dedicada ao tecnoxamanismo, argumenta que “[a] tecnologia moderna, com uma boa dose de subversão e apropriação de espaços, foi uma forma de impulso para que as mulheres deixassem de estar nas mãos dos maridos e passassem a ter suas vidas em suas próprias mãos”, e que “[n]essa feminização de espaços tecnológicos, há um terreno fértil para o surgimento do tecnoxamanismo”. Em um texto nessa mesma publicação, Borges (2014: 20-1), fortemente influenciada pela força da personagem principal do filme *Estamira*,⁴⁶ além de reforçar as ligações entre o tecnoxamanismo e “questões particulares de movimentos sociais relativas ao feminismo, ao movimento *queer*, ao movimento negro, ao *software* livre, ao movimento sem terra, aos povos indígenas, às comunidades ribeirinhas, aos movimentos sem teto, aos desempregados”, também apresentou sua concepção do tecnoxamanismo como “sujo, ruidocrático, da lixeira, impuro, já que parte significativa de quem o está pensando vem do resto do saber científico, de laboratórios precarizados, de conhecimentos instáveis, pouco comprováveis, do hackeamento, do lixo eletrônico, da

46 O filme *Estamira*, lançado em 2014, foi dirigido por Marcos Prado e produzido por José Padilha.

gambiarra, do gato, do reaproveitamento de matérias, da reprodução de projetos científicos exaustivamente testados.” Mas, para Borges (2014: 21) “isso não significa subestimar a força do xamanismo, muito pelo contrário, significa atribuir poderes ao lixo, para além da reciclagem industrial, que o organiza, separa, retém, explora o catador de lixo”.

Em entrevista realizada em 2016, Borges (*apud* Belisário, 2016a: 144) reforçou que o xamanismo sujo implica num resgate de conhecimentos ancestrais a partir da condição urbana pós-industrial. O xamanismo é sujo pois é híbrido: “Para mim, o tecnoxamanismo é antipurista. O xamanismo sujo é quase um equivalente do tecnoxamanismo” (Fabiane Borges, *apud* Belisário, 2016a: 144). Pouco antes do *I Festival de Tecnoxamanismo*, por ocasião de sua participação no Festival *Transmediale* de 2014, em Berlim, Borges publicou o texto “Prolegômenos para um possível tecnoxamanismo”, no qual situou a questão indígena no Brasil (a partir dos casos de suicídios entre os Guarani-Kaiowá e do despejo da Aldeia Maracanã) no contexto de uma “guerra de valores entre os terrenos e [os] humanos, dos comprometidos com a Terra e dos comprometidos com a modernidade” (Borges, 2014: 7). Atuando como legítima pensadora do tema, Borges explicitou a importância de não reduzir o tecnoxamanismo a um mero encontro entre duas realidades pré-existentes – i.e., a “tecnologia” avançada, moderna, e o “xamanismo” atrasado, primitivo –, antes encarando-o como um agente que transforma tanto a tecnologia (que se torna existencial, subjetiva) quanto o xamanismo (que se torna metodológico, objetivo):

É importante perceber o xamanismo como metodologia, como tecnologia de produção de conhecimento. Isso interessa muito para o tecnoxamanismo. Perceber que, para além de algum possível encontro entre tecnologia e xamanismo, a percepção de que o xamanismo é uma tecnologia em si mesmo. Não só de êxtase, mas de comunicação trans-humana. (Borges, 2014).

Ainda no fim de 2014, Fabiane Borges participou do *Festival de Oratoria Ancestral – Mandrágora*, em Guayaquil (Equador), que teve como tema *Tecnochamanismo y nuevas narrativas*. O contexto do *tecnochamanismo* na América Latina vai além dos objetivos deste texto,⁴⁷ mas é interessante notar que o festival, organizado pelo coletivo equatoriano Central Dogma, teve sua gênese a partir da experiência de seus integrantes no encontro *LabSurLab* de 2012, mesma reunião que, um ano antes, motivou Wells et al. (2011) a escrever sobre

47 Vale mencionar, porém, Barros de Vilar (2012) e todo o blog Pijama Surf (cf.: <<http://pijamasurf.com/>>. Acesso em: 06 out. 2016.).

“tecnoxamanismo digitofágico”. José Luis Jácome Guerrero, diretor criativo do Central Dogma, conta:

Creio que o xamanismo pode ser uma resposta generalizada da humanidade a uma ânsia de conhecimento e espiritualidade empática[.] [E]sta prática profundamente realizada no inconsciente de todo mundo, pode ter vários níveis de experiência. [...] Nossa experiência no encontro [*LabSur-Lab* de 2012] e seus resultados posteriores têm sido muito gratificantes e enriquecedores e se converteram em uma fonte constante de informação e aprendizagem, [...] e esta rede cada vez maior de consciências reforçou nossos processos a caminho de uma cosmovivência tecnoxamânica. (Guerrero, *apud* Belisário, 2016a: 150)

Segundo Borges (*apud* Belisário, 2016a: 149), esse encontro teve como foco “produzir conceitos [...] para discutir o que era tecnoxamanismo e quais eram as narrativas possíveis dentro desse contexto”. Narrativas, redes e possibilidades estas que demonstram ter o poder tanto de encantar, quanto o de desiludir. Livia A. Mourão, por exemplo, poucos meses depois de ter participado do *I Festival de Tecnoxamanismo* e de outras iniciativas ligadas ao tema, publicou em seu blog o esperançoso *post* “Tecnoxamanismo: o novo possível”, que terminava com a convocatória: “Tecnoxamãs do mundo, uni-vos!” A postagem apresentava o tecnoxamanismo como uma ideia transformadora da relação humano-mundo:

Tecnoxamanismo, um novo conceito e possível movimento pensado especialmente por artistas, tecnólogos e místicos articulados perante a catástrofe emanente prevista para o planeta nas próximas décadas. Uma quebra radical com o olhar técnico científico, que proporciona um novo olhar para as novas e velhas tecnologias que vem dominando as mentes humanas, cada vez mais distantes da sua potência em troca do permanente estado de simulação proporcionado pelo ciberespaço. [...] [É] um movimento ambientalista de valorização dos povos indígenas e de suas tradições e tecnologias milenares em conexão com a grande mãe natureza.⁴⁸

Oito meses após o festival, no entanto, Mourão se lembra do festival “com certa nostalgia de minha ingenuidade”, em um *post* intitulado “Tecnoxamanismo não é isso!” Nesta nova postagem, ela não apenas fez críticas à desorganização do festival (“Todo mundo atrasado pra tudo. Descaso com o que

48 *Post* de 5 de agosto de 2014, disponível em: <<http://dapenny.net/?s=tecnoxamanismo>>. Acesso em: 06 out. 2016.

fazíamos ali. Era tudo diversão intelectual punk? Estava eu no meio de gênios alternativos entediados?”), mas expressa também sua frustração com a estética tecnológica que via no tecnoxamanismo.

Hoje em dia, Tecnoxamanismo é uma ideia extremamente materialista, voltada para a reprodução criativa de rituais e misticismo através de luzes pisca-pisca e performances trans com trajes chocantes (capas, silicone, fitas, palha, chips e durepox). Vem inovando a estética hacklabista e, talvez, incentivando a religião da tecnologia, adoração do silício e extropismo. Os rituais são reproduções bollywoodianas de cenas pagãs trocando as ervas pelas máquinas. O contato com os espíritos é simbólico através do noise, ruídos baixados no PirateBay e tocados no Itunes. Apropria-se de qualquer termo fantasioso e ressignifica-o com a linguagem da cibercultura, criando novos personagens e arquétipos vazios de espírito mas suficientemente recheados para publicar-se mais um artigo ou sentar-se em mais uma mesa.⁴⁹

O que este depoimento ilustra é o fato de que as ideias de tecnoxamanismo e tecnomagia não se fortaleceram nas redes de ativismo digital de modo uníssono, antes, trazendo consigo importantes contradições e tensões, que exigem a sua constante re-elaboração, estimulam novos enfoques, dissidências e reapropriações. Tatiana Wells, por exemplo, reticente quanto à associação do tecnoxamanismo com o lixo e o descarte de excedentes, enfatiza uma aproximação com a permacultura e com saberes ancestrais:

Creio, intuo, que [...] a nossa proposição de “técnica xamanista” – necessária pois nos encontramos neste ponto de mestiçagem – deve xafurdar [...] nos “novos índios”, nessa nova “indianeidade”, essa categoria ainda em construção que nos leva à formação de novos espaços de convivialidade, uma nova subjetividade que contemple a abundância e a escuta, uma observação cuidadosa dos espaços tradicionais, que saiba traduzi-lo com o respeito e a dignidade que esse momento de mundo merece(mos) [...] Se vamos falar de xamã temos que escutar xs índixs que estão vivos aí nos dizendo que a nossa técnica, a nossa sanha desenvolvimentista tá destruindo o planeta, que precisamos ouvir o que nos falam as plantas, a natureza. [...] Pra mim algo mais próximo ao tecnoxamanismo é a permacultura, que resgata saberes tradicionais e cria metodologias de apropriação de espaços degradados por exemplo. Esse voltar à terra pode ser considerado uma técnica xamanista. A

49 Post de 23 de janeiro de 2015, disponível em: <<http://dapenny.net/?s=tecnoxamanismo>>.

partir do momento que nossa digitofagia nos afastar da alta tecnologia e nos aproximar dos saberes que nos unem ao pensamento COM A TERRA, aí sim estaremos cada vez mais próximos das técnicas xamanísticas. (Tatiana Wells, *apud* Belisário, 2016a: 151-2).

Mesmo assumindo que “[n]inguém é [...] responsável por uma emergência” (Foucault, 1998: 24), podemos dizer que o *I Festival de Tecnoxamanismo* foi certamente um acontecimento importante no fortalecimento de perspectivas tecnoxamânicas/mágicas no midiativismo e além, mesmo entre aqueles que não participaram diretamente do festival. O fato de unir artistas, ativistas, e pesquisadores ligados às tecnologias digitais num ambiente rural e indígena fez do festival um importante amplificador de uma concepção singular de tecnoxamanismo. Mais uma vez, em lugar do tecnocentrismo normalmente encontrado nos discursos e práticas tecnoxamânicos e tecnomágicos em geral, o que encontramos no ativismo digital brasileiro é uma redescoberta de um terreno comum à evolução técnica e às raízes ancestrais, um retorno às raízes buscando nelas um novo impulso para o futuro; um devir.

Devires

Em junho/julho de 2015 ocorreu, na Casa Nuvem,⁵⁰ mais um encontro da rede Tecnoxamanismo, com o tema “ficção e ruidocracia”. Além de oficinas e performances/rituais cênicos/midiáticos construídos coletivamente, o encontro contou com debates sobre saberes tradicionais, espectro livre, ecologia, antivigilância e criptografia. Os rituais envolveram ficções coletivas com drones, incensos, LEDs, figurinos, fantasias e noise, em experimentações performáticas coletivas e ritualizadas, mesclando uma metodologia faça-você-mesmo com ambientes imersivos, poesia, tecnologias de áudio e vídeo e estímulos olfativos e táteis.⁵¹

Em setembro de 2015, seria a vez do Hotel e Spa da Loucura (ocupação autônoma no Instituto Municipal Nise da Silveira) receber uma ação da rede Tecnoxamanismo, durante os últimos dias do *Ocupa Nise 2015*, congresso anual

50 Não confundir a Casa Nuvem (cf.: <<http://casanuvem.com/>>. Acesso em: 06 out. 2016.) com o *hacklab* rural Nuvem, onde aconteceu o encontro *Tecnomagia* de 2012.

51 Mais informações e material relativo ao encontro podem ser encontrados em: <<https://tecnoxamanismo.wordpress.com/2016/02/17/tecnoxamanismo-ficcao-e-ruidocracia-na-casa-nuvem-3001-e-0102-de-2015/>>. Um acervo videográfico de rituais e eventos tecnoxamânicos pode ser encontrado em: <<https://tecnoxamanismo.wordpress.com/category/videos/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

da Universidade Popular de Arte e Ciência (UPAC).⁵² A ação teve como foco a instalação de uma rádio livre em FM, aberta para que pacientes, visitantes e convidados pudessem realizar entrevistas, debates e intervenções. Meses depois, em dezembro de 2015, mais um encontro foi realizado, desta vez na Casa Luz (SP), com a presença de Ara Mirin (Sônia Barbosa), liderança Guarani de uma das aldeias próximas ao Pico do Jaraguá (SP). Em um formato de debate aberto, os participantes “colocaram suas questões, suas ideias, suas reflexões a respeito do tecnoxamanismo”, e Ara Mirin expôs tradições, pensamentos e narrativas de sua cultura para os participantes. Particularmente significativa foi a aliança, que Ara Mirin considerou possível e necessária, proposta aos participantes do encontro: “Nós [Guaranis] vemos em vocês o futuro de nós não morrermos. [...] Vocês têm que estar com nós.”⁵³

O futuro do tecnoxamanismo e da tecnomagia nas práticas e discursos cibervistas brasileiros não nos parece previsível, antes multiplicando atritos, ruídos e complexidades a cada manifestação. O que buscamos fazer neste texto foi apresentar uma trajetória possível dessas ideias nesse meio, capaz de contribuir para uma compreensão mais geral dos devires não estritamente técnicos ou estritamente políticos do ativismo digital brasileiro. Segundo os discursos analisados, em geral, a tecnomagia parece-nos focada no problema da apropriação da tecnologia para além de uma instrumentalidade objetiva, e o tecnoxamanismo aparece mais intimamente ligado às práticas com tecnologias livres, à cultura *hacker* e à ecologia, buscando uma integração entre tecnologias eletrônicas e saberes telúricos. Talvez pela própria semântica do termo, parece-nos que a noção de tecnomagia tende a se associar a práticas ligadas ao hermetismo e ao ocultismo, como a alquimia, enquanto o tecnoxamanismo aproxima-se das práticas e do pensamento ameríndio ou, em menor medida, da noção de *technoshamanism* anglófona (cf. Belisário, 2016a: 51-102).

No discurso e na prática dos coletivos e redes aqui analisados, no entanto, tecnomagia e tecnoxamanismo se tornam dois nomes para um mesmo processo de reencantamento do mundo, acompanhado da necessária contrapartida de tecnologização do encanto (cf. Gell, 1992). Há, por exemplo, uma evidente e não planejada consonância entre as sedes dos primeiros encontros das redes Tecnomagia e Tecnoxamanismo no Brasil: os *hacklabs* rurais Nuvem e ITAPECO/Bailux. Ambos são espaços de convergência de pesquisas e experimentações

52 Cf.: <<http://upac.com.br/#/home>>. Acesso em: 06 out. 2016.

53 A fala citada de Ara Mirin se inicia à 1 hora e 48 minutos de: <<https://archive.org/details/tecnoxamanismo-casa-luz-sampa>>. Acesso em: 06 out. 2016.

envolvendo recentes tecnologias digitais livres e abertas em ambientes rurais, que dedicam-se também às “baixas tecnologias” do campo e da relação com a terra. Ecologia e tecnologia estão interlaçadas nestes espaços, caracterizados também pela colaboração transdisciplinar. O que o tecnoxamanismo e a tecnomagia (ou ao menos certas interpretações possíveis destes conceitos) parecem revelar no trajeto aqui percorrido são armas contra a colonização conceitual, contribuições para pensarmos o lugar da técnica para além de sua concepção instrumental ou antropocêntrica.

Referências

- ABREU, Georgiane. Sobre o Laboratório de Cartografias Insurgentes. In: VASCONCELOS, Giseli. (Org.). *Por uma cartografia crítica da Amazônia: recorte/processo sobre arte, política e tecnologias possíveis*. 2012, pp. 59-60. Disponível em: <dossiê.comumlab.org>. Acesso em: 06 out. 2016.
- ANDRADE, Oswald de. *Do Pau Brasil à Antropofagia e às utopias*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.
- BALLE, Andrea. Feitiçaria também é tecnologia. *Zine Regador*, n. 0, 2014, pp.14-5. Disponível em: <<http://zineregador.com.br/zine/wp-content/uploads/2015/04/Zine-Regador-Edi%C3%A7%C3%A3o-0-Tecnoxamanismo.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- BALVEDI, Fabianne B.; SOARES, Guilherme R.; VELOSO, Adriana; SOARES, Flávio. Estúdios Livres. *Fórum Permanente*, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.forumpermanente.org/revista/numero-2/textos/estudios-livres-fabianne-b-balvedi-guilherme-r-soares-adriana-veloso-e-flavio-soares>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- BARLOW, John P. A declaration of the Independence of Cyberspace. *Electronic Frontier Foundation*, 1996. Disponível em: <<https://www.eff.org/cyberspace-independence>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- BARROS DE VILAR, Javier. Tecnochamanismo y espiritualidad electrónica: la flor digital del espíritu. *Pijama Surf*, 2012. Disponível em: <<http://pijamasurf.com/2012/03/sobre-tecno-chamanismo-y-ciber-espiritualidad-la-flor-digital-del-espiritu/>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- BELISÁRIO (Feitosa da Costa), Adriano. Tecnomagia e tecnoxamanismo: genealogias possíveis. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, da Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016a.
- . (Org.). *Tecnomagia*. Rio de Janeiro: Imotirô, 2016b.

- BELISÁRIO (Feitosa da Costa), Adriano; LOPES, Juliana. As culturas digitais dos Pontos de Cultura e Lan houses. In: FERRAZ, Joana V. e LEMOS, Ronaldo. (Orgs.). *Pontos de Cultura e Lan houses: estruturas para inovação na base da pirâmide social*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, pp.17-46.
- BORGES, Fabiane M. Prolegômenos para um possível tecnoxamanismo. Trabalho apresentado no festival *Transmediale*. Berlim, 2 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<https://catahistorias.files.wordpress.com/2014/03/prolegc3b4menos-para-um-poss3advel-tecnoxamanismo.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- _____. *Domínios do demasiado*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BORGES, Fabiane M.; ETLIN, Marc. Processos imersivos e reciclagem de singularidades (para Multitudes). In: BRUNET, Karla S. (Org.). *Apropriações tecnológicas: emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia#3*. Salvador: EDUFBA, 2008, pp.111-22.
- BRUNET, Karla S. P2P Networks as a Source of Culture Manifestations in Brazil: the example of Submidialogia Network. *VIRUS*, n.7, 2012. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus07/project/virus_07_project_1_en.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.
- _____. Apresentação. In: BRUNET Karla S. (Org.). *Apropriações tecnológicas: emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia#3*. Salvador: EDUFBA, 2008, pp.7-9.
- CAETANO, Miguel A. Tecnologias de resistência: transgressão e solidariedade nos media táticos. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006.
- CLINIO (dos Santos), Anne D.S. A ação política no cotidiano: a mídia tática como conceito operacional para pesquisas em mídia, cotidiano e política. *Revista Mídia e Cotidiano*, v.1, n.1, 2013, pp. 169–88.
- _____. Mídias táticas no Brasil: dinâmicas de informação e comunicação. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- CORRÊA, José C.M. Programa e Gestão do Anhangabaú da Feliz Cidade: primeiras considerações intempestivas para a criação do primeiro teatro de estádio. *Associação Teat(r)o Oficina Uzyna Uzona*, 2004. Disponível em: <http://www.teatroficina.com.br/teatro_estadio>. Acesso em: 06 out. 2016.
- DAVIS, Erick. *Techgnosis: myth, magic and mysticism in the age of information*. New York: Harmony Books, 1999.
- DIMANTAS, Hernani. Linkania: a sociedade da colaboração. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica. Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2006.

- EAH DE APSU. Magia: caminho da resignificação de mitos e ritos. In: BELISÁRIO (Feitosa da Costa), Adriano. (Org.). *Tecnomagia*. Rio de Janeiro: Imotirô, 2016, pp.89-95.
- FELINTO, Erick. *A religião das máquinas: ensaios sobre o imaginário da cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- FERREIRA, Pedro P. Música eletrônica e xamanismo: técnicas contemporâneas do êxtase. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- FONSECA, Felipe S. Em busca do Brasil profundo. In: BRUNET, Karla S. (Org.). *Apropriações tecnológicas: emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia#3*. Salvador: EDUFBA, 2008, pp.92-108.
- _____. vcs e essa mania iluminista de desmistificar as coisas! *efeefe*, 2007. Disponível em: <<http://efeefe.no-ip.org/blog/vcs-e-essa-mania-iluminista-de-desmistificar-coisas>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, pp. 15-37.
- GALINDO, Dolores. Para além dos fios e cabos: sobre a performance metasubcibertrans. In: BRUNET, Karla S. (Org.). *Apropriações tecnológicas: emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia#3*. Salvador: EDUFBA, 2008, pp.123-7.
- GARCIA, David. Fine Young Cannibals, of Brazilian Tactical Media. Manuscrito, 2004. Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/271692755/Fine-Young-Cannibals>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- GARCIA, David; LOVINK, Geert. The ABC of Tactical Media. *Nettime*, 1997. Disponível em: <<http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9705/msg00096.html>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- GELL, Alfred. The Technology of Enchantment and the Enchantment of Technology. In: COOTE, J. e SHELTON, A. (Eds.). *Anthropology, Art and Aesthetics*. Oxford: Clarendon, 1992, pp. 40-66.
- GITTI, Gustavo. Entrevista com Eduardo Pinheiro. *Papo de homem*. 2013. Disponível em: <<http://papodehomem.com.br/entrevista-com-eduardo-pinheiro/>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- GLEICK, James. *A informação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HORA, Daniel de Souza N. *arte_hackeamento: diferença, dissenso e reprogramabilidade tecnológica*. Dissertação de Mestrado em Arte Contemporânea. Universidade de Brasília, 2010.
- KEMP, Jonathan. Decrystallization/Descristalização. In: BORGES, Fabiane M. (Org.). *Peixe morto*. Submidialogias, 2012, pp. 94-100.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.

- LOPES, Aurea. Celebração do bem comum: redes transitam do virtual para o espaço público na terceira edição do CulturaDigital.br, no Rio de Janeiro. *ARede*, n.77, 2012. Disponível em: <<http://www.revista.aredes.inf.br/site/edicao-n-77-janeiro-2012/4970-cultura-celebracao-do-bem-comum-edicao-77>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- LOVINK, Geert. Just Out: Digitofagia–Brazilian Tactical Media Anthology. *Institute of Network Cultures*, 2009. Disponível em: <<http://networkcultures.org/geert/2009/01/29/just-out-digitofagia-brazilian-tactical-media-anthology/>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- _____. Panic Content - The ZKP 3 Introduction Draft (october 1996). *Nettime*, 1998. Disponível em: <<http://nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9804/msg00025.html>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- MEIRELES, Adriana V. Pontos de Cultura, novas mídias, educação e democracia: reflexões sobre o contexto de uma mudança estrutural no Brasil. In: BRUNET, Karla S. (Org.). *Apropriações tecnológicas: emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia#3*. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 35-41.
- METÁ:FORA. Os primórdios da MetaReciclagem. In: FONSECA, Felipe. (Ed.). *História da MetaReciclagem, histórias de MetaReciclagem*. São Paulo: metareciclagem.org, 2009, pp. 31-9.
- MUTGAMB. O que Wiqua nos reserva para este MutSaz... *MutSaz*, Outono, 2011. Disponível em: <<http://mutgamb.org/MutSaz/2011/Wiqua>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- NOVAES, Thiago. Tecnomagia: metareciclagem e rádios livres no front de uma guerra ontológica. *Fórum Permanente*, v.2, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www.forum-permanente.org/revista/numero-2/textos/tecnomagia>>.
- PÁDUA, Daniel. Manifesto Nartisan: o artesanato das redes. *Mutirão da Gambiarra*. 2009. Disponível em: <<http://mutgamb.org/fonte/Manifesto-nartisan>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- PIGNATARI, Décio. Depoimento 2. In: *Contracomunicação*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004, pp. 31-2.
- ROSAS, Ricardo. Gambiarra: alguns pontos para se pensar uma tecnologia recombinante. *Caderno Videobrasil*, n.2, 2006, pp. 36-53.
- ROSAS, Ricardo; VASCONCELOS, Giseli. (Orgs.). *Net_cultura 1.0: Digitofagia*. São Paulo: Radical Livros, 2006.
- SISA, Bartolina. Manifesto para a engenharia reversa das redes. *Outras Palavras: comunicação compartilhada e pós-capitalismo*, 2011. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/manifesto-para-a-engenharia-reversa-de-nossas-redes/>>. Acesso em: 06 out. 2016.

- SOARES, Guilherme. Yupana. *Jardins de Volts: esporos de pesquisa e experimentação*. 2012. Disponível em: <<http://wiki.devолts.org/w/index.php?title=Yupana>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- SOLER, Pedro. Magia e tecnologia. In: BELISÁRIO, (Feitosa da Costa), Adriano. (Org.). *Tecnomagia*. Rio de Janeiro: Imotirô, 2016, pp.8-47.
- SWENSON, Olav (Eduardo Pinheiro). *Memórias do Neto de Dacum, o Aborígene (outrora intitulado “ciber%amanismo”)*. Porto Alegre, 2014.
- VIDAL JR., Icaro F. Encantamento é acaso descolonizado/Enchantment is decolonized chance. In: NATÁLIO, Rita e LEVI, Joana (Orgs.). *Museu encantador: uma coleção temporária de encantos permanentes de Brasil e Portugal*. São Paulo: Caixa Cultural, 2016, pp. 56-61.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- WELLS, Tatiana. Descolonizar - Laboratório de Cartografias Insurgentes. In: VASCONCELOS, Giseli. (Org.). *Por uma cartografia crítica da Amazônia: recorte/processo sobre arte, política e tecnologias possíveis*. dossiê.comumlab.org. 2012, pp.57-8.
- WELLS, Tatiana; BRAZILEIRO, Ricardo; TARIN, Bruno. Tecnoxamanismo digitofágico – Pós LabSurLab: que venga el Sur! *Revista Global Brasil*, n.14, 2011. Disponível em: <<http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=695>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- WELLS, Tatiana; RUIZ, Ricardo. (Orgs.). *Digitofagia cu-que-buquê (cook book)*. São Paulo: midiatatica.info, 2006. Disponível em: <http://desarquivo.org/sites/default/files/digitografia_cu-que-bu-que.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

Recebido em 01/06/2016

Aprovado em 30/06/2016

Como citar este artigo:

- COSTA, Adriano Belisário Feitosa da; ELISKA, FERREIRA, Pedro P. Perspectivas tecnoxamânicas e tecnomágicas no ativismo digital brasileiro recente: uma trajetória possível. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 335-367.

HOMBRES A UN CLIC DE DISTANCIA - Aspectos metodológicos de una investigación *online*¹

Fernando Franco Peplo²

Resumo: En este artículo expongo aspectos metodológicos correspondientes a una investigación social que intenta develar cómo se produce la sociabilidad entre hombres con deseos/prácticas homoeróticos en una región del interior de la provincia de Córdoba, Argentina. Aprovecho también para presentar algunos datos sistematizados que emergen del trabajo de campo.

Palavras-chave: sociabilidades; homosexualidades masculinas; medios digitales; etnografía online.

Men at a click away - methodological aspects of an online research

Abstract *In this article I discuss methodological issues related to a social research that tries to reveal how sociability is produced among men with homoerotic desires and practices in a region inside the province of Córdoba, Argentina. I also take the opportunity to introduce some systematized data emerging from the fieldwork.*

Keywords: *sociabilities; male homosexuality; digital media; online ethnography.*

1 Este artículo presenta discusiones que se enmarcan en una investigación financiada por el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) de Argentina.
 2 Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba (UNC) – Córdoba – Argentina – fernandopeplo@gmail.com.

1. Masculinidades@interiorcordobés³

Cuando Horacio⁴ nació, *internet* daba sus primeros pasos en Argentina. Corría el año 1995. Nacido en los albores de la era de *internet*, este muchacho de 18 años fue el más joven de mis interlocutores. Él es uno de los casi 11000 habitantes de una localidad situada a unos 50 km de Villa María⁵, la ciudad escogida como base de mi investigación y donde me encontraba residiendo al momento en que realizamos la entrevista.

Conocí a Horacio, un avezado usuario de los medios digitales, a través de *Manhunt.net*, uno de los sitios *web* investigados. Según me relató, no fue este el primer recurso al que echó mano para contactarse con otros jóvenes homosexuales (hacía ya unos cuantos años que venía haciendo uso de los sitios *web*). Su experiencia de sociabilidad mediada digitalmente comenzó a los 12 años, gracias a las salas de *chat gay*. Allí entabló sus primeras amistades. También, fue merced a ellas que pudo vincularse con otros muchachos (de su localidad y zona aledaña) para experimentar su sexualidad.

Ante la falta de opciones donde continuar sus estudios al finalizar la escuela secundaria, Horacio decidió matricularse en un instituto terciario de Villa María, ciudad hacia donde debía trasladarse para cursar durante la semana. Según me dijo, este traslado le significaba un viaje de ida y vuelta por día, varias veces por semana. Tanto es así que decidimos acomodar la entrevista en un horario adyacente con su cursada, para evitarle un “tiempo muerto”, es decir, una franja horaria sin actividad.

Previamente a la entrevista cara a cara, Horacio y yo chateamos durante algunas sesiones a través del servicio de mensajería de *Microsoft, Skype*. A partir de esos diálogos previos pude explicarle qué finalidad tendría la entrevista. A pesar de su juventud, Horacio estaba bastante familiarizado con las conversaciones con desconocidos, y percibí que sabía tomar las precauciones necesarias para evitarse un “mal trago”. Además de esto, intercambiamos nuestros

3 En Argentina y otros países de América Latina, la noción de interior se refiere a las ciudades y pueblos fuera del distrito federal o ciudad capital del país (por lo tanto, aquí haría referencia a todo el país menos la Ciudad Autónoma de Buenos Aires). Otra acepción se refiere a las ciudades y pueblos ubicados en la parte central del territorio nacional en contraposición a las zonas costeras. Por último, también suele usarse para referirse a las ciudades y pueblos que no son las principales áreas metropolitanas del país (Buenos Aires, Córdoba, Rosario). (Las relaciones entre la capital del país y las provincias están a cargo del Ministerio del Interior.)

4 El nombre fue modificado para preservar su identidad.

5 Está ubicada a unos 140 km al sudeste de la ciudad de Córdoba (capital de la provincia homónima). Su población asciende a 80000 habitantes aproximadamente (de acuerdo al último Censo poblacional efectuado en el año 2010).

números de celulares para entrar en contacto unos minutos antes del horario pautado de la entrevista, con el propósito de que yo pudiera brindarle mayores precisiones para localizar mi departamento. Para el bien de ambos (y sobre todo para beneficio de mi investigación) todo salió como lo habíamos pautado.

Horacio vive con su familia nuclear (padre, madre y hermanos). Se trata de un hogar donde no sobra el dinero, ya que tanto el padre como la madre se dedican a trabajos manuales (ninguno habría completado el nivel de escolarización medio). Ante esta situación desfavorable, el joven manifestó estar en la búsqueda de un empleo que le permita generar un ingreso extra (para ello se inscribió en el programa de empleo juvenil conocido como “Primer Paso”, el cual surgió en la provincia de Córdoba como política pública en los primeros años de la década pasada). Fue su mamá la primera en saber acerca de su homosexualidad:

F: ¿A quiénes les has comentado acerca de tus deseos o prácticas sexuales con personas del mismo sexo?

H: De mi entorno familiar, solamente a mi mamá, hace muy poco. Pero solamente le dije que me gustaban los chicos y que quería eso para mí, pero no le cuento mi intimidad.

F: ¿Hace cuántos meses de esto?

H: Tres meses.

F: Ahh, muy poco. ¿Y cómo lo tomó tu mamá?

H: Bien. Primero se sorprendió, o sea, no esperaba eso de mí y después lo pensó en el momento y me dijo que me apoyaba, que nunca iba a dejar de ser mi mamá. Y, que bueno... que si tenía que hacer algo, no lo hiciera en [nombre_localidad] porque es un pueblo muy chico, entonces se difundiría rápido. Entonces dice “como estudiás en Villa María, relacionate con personas de allá”. (Entrevista con Horacio, 18 años, homosexual)

Según se desprende de este fragmento, la madre de Horacio lo estimuló a gozar de su sexualidad con un único requisito: desplazarse de su lugar de residencia. Sobresale la preeminencia otorgada a la invisibilización de las prácticas sexo-afectivas de su hijo frente a otras cuestiones que también podrían ser objeto de su recomendación, tales como la profilaxis, las personas con quienes

vincularse o, en un sentido más amplio, el modo de encarar su vida desde ese momento en adelante.

A pesar de que no conversé con la señora, la necesidad de llevar las prácticas homosexuales fuera de la percepción de sus coterráneos obedecería al deseo de proteger a su hijo de la injuria. También podemos interpretar sus palabras como un pedido de discreción que estaría motivado por el descrédito que ocasionaría en su familia que el resto del pueblo (utilizo la designación de Horacio) -familiares, vecinos, amigos, compañeros de la escuela y del trabajo, entre otros conocidos- supiera acerca de estas prácticas estigmatizadas. Para ella, las acciones de un sujeto no hablarían sólo de sí mismo sino de toda su familia.

Este caso me sirve para mostrar cómo el contexto local condiciona el uso que se hace de los medios digitales. Si bien *Manhunt* facilita a Horacio interactuar con otros varones con deseos y prácticas homoeróticos (experiencia que comparte con miles de usuarios en otras localidades del país y del mundo), es preciso tener en cuenta las normas sociales que regulan el aprovechamiento de tal tecnología. Y no sólo eso. También debemos prestar atención a otros aspectos que afectan la accesibilidad de los usuarios (Miskolci, 2011). Algunos de estos aspectos son exclusivamente técnicos (tales como el tipo de equipamiento desde el cual se utiliza el sitio *web* -computadora de escritorio, *Tablet*, teléfono móvil-, o el tipo de conexión a *internet* -banda ancha, DSL, cablemódem, satelital, inalámbrica-) y otros tienen que ver con la infraestructura de servicios de la localidad en que se inserta su uso. En relación a esto último, Miskolci (2013; 2014) pudo constatar las diferencias que existían en los modos de usar los aplicativos para la búsqueda de amigos/compañeros sexo-afectivos según nos posicionemos en San Pablo (la principal metrópolis de Brasil), o en San Francisco (California), la meca de la innovación informática a nivel mundial.

San Francisco es una excepción en el país por poseer un buen sistema de transporte público con dos tipos de metro (BART y Muni), tranvías y colectivos, lo cual torna a la ciudad casi completamente accesible a todos. Por eso, en el barrio *gay* del Castro circulan personas muy diversas y de toda la región de *Bay Area*⁶. (Miskolci, 2014:278)

En contraste con la realidad de San Francisco, São Paulo carece de un sistema de transporte público ubicuo y eficiente. Otros factores que entorpecen el uso de tecnologías digitales en la ciudad brasileña son: el costo de los dispositivos necesarios para ejecutar las aplicaciones (*smartphones*) y el de los abonos

6 Texto original en portugués. La traducción me pertenece.

mensuales que cobran las empresas prestadoras del servicio de conexión. Ambos son significativamente más elevados en Brasil que en Estados Unidos.

Además de las investigaciones de Miskolci, otro antecedente que rescato es el de Mary Gray. Su etnografía multisituada sobre jóvenes estadounidenses que pertenecen al colectivo LGBT⁷ y viven en espacios rurales (pequeñas localidades del estado de Kentucky) prioriza la accesibilidad social a las tecnologías por sobre la disponibilidad de las mismas. “Mientras que el acceso a *internet*, por ejemplo, puede estar disponible en los sectores rurales de Estados Unidos, su presencia tecnológica no puede (y no debería) ser equiparada con el acceso tecnológico y la distribución equitativa.” (Gray, 2009:22)

A diferencia del trabajo de Gray (uno de los primeros dedicados a examinar las experiencias de visibilidad de jóvenes *queers*⁸ por fuera de las grandes áreas metropolitanas de los Estados Unidos), mi propia investigación no estuvo enfocada en las prácticas de activismo político o en los medios de comunicación masivos (tales como la televisión). Asimismo, mientras que sus interlocutores fueron jóvenes cisgénero⁹, transgénero, *gays*, lesbianas e indefinidos, que transitaban la escolarización media, los míos fueron jóvenes y adultos entre 18 y 66 años (con un promedio etario de 34,5), cisgénero, que reconocían deseos eróticos hacia lo masculino (en términos generales, se autoidentificaban mayoritariamente como varones homosexuales, *gays* y bisexuales).

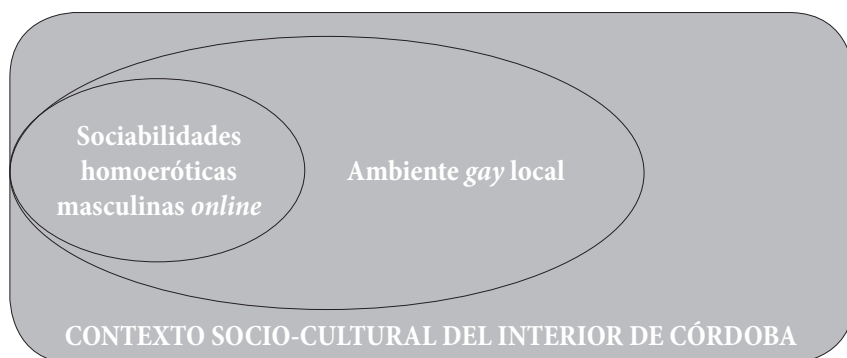
Fuera de los Estados Unidos, pero aun dentro del contexto anglófono, Mowlabocus aborda las homosexualidades masculinas y el uso de tecnologías digitales en Gran Bretaña. Específicamente este autor explora “cómo las cuestiones de identidad, práctica sexual, política, salud sexual y espacio son encaradas y reconfiguradas a través de un rango de plataformas digitales, textos y actos” (Mowlabocus, 2010:2) en las áreas metropolitanas. Uno de sus argumentos centrales es que la subcultura *gay (offline)* y la cultura digital *gay (online)* son parte de una misma totalidad, que las fronteras entre ambas esferas son difíciles de mantener y que se imbrican constantemente. Al igual que él, mi propia investigación busca analizar la apropiación *gay* de los medios digitales en relación al ambiente *gay* concreto en que se sitúa dicha práctica y a su vez, en relación al

7 Lesbianas, *Gays*, Bisexuales y Trans.

8 Literalmente traducido, el término significa “raro” o “extravagante”. En Estados Unidos (y otros países anglófonos) designa coloquialmente a los varones homosexuales (su connotación es bastante despectiva). Actualmente, aquellos sujetos que disienten de la norma heterosexual (o de cualquier intento de normalización identitaria) lo utilizan para nombrarse a sí mismos.

9 Se define así a los sujetos cuya identidad de género coincide con el sexo asignado al nacer.

contexto socio-cultural más amplio en que dicho ambiente se ha desarrollado históricamente, es decir: el interior de Córdoba.



Fuente: elaboración propia

En Argentina, el tema de las sexualidades no heteronormativas comenzó a estudiarse a partir de la década de 1990. Uno de los trabajos pioneros en esta línea es el de Sívorí (2005), una etnografía llevada a cabo en la ciudad de Rosario y la cual tuvo como objeto de análisis la sociabilidad homosexual masculina en espacios públicos y locales comerciales.

Bastante más reciente es la tesis doctoral de Meccia (2014) que analiza las narrativas de varones homosexuales con más de 40 años residentes en la ciudad de Buenos Aires o su área metropolitana.

Aunque ambas investigaciones guardan similitud con la mía en cuanto a la temática de estudio abordada (la homosexualidad masculina), ambas se distinguen por estar radicadas en áreas metropolitanas.

Otra investigación que merece ser traída a colación es la del antropólogo colombiano Leal Guerrero (2011), *La pampa y el chat. Aphrodisia, imagen e identidad entre hombres de Buenos Aires que se buscan y encuentran mediante internet*. Como indica su título, el uso de medios digitales es el foco de análisis. Se trata de una tesis de Maestría que indaga “el universo de sentidos construidos por los hombres de Buenos Aires acerca de sus búsquedas de placer erótico con otros hombres” (Leal Guerrero, 2011:15), tomando como unidades de análisis dos portales web: *Gaydar* y *Gay.com*, entre mayo de 2004 y diciembre de 2007.

Estas son algunas de las principales fuentes locales en las que abreva mi investigación, la cual pretende echar luz sobre un problema que (casi) no ha sido explorado en Argentina: ¿cómo hacen los hombres con deseos/prácticas homoeróticos para estar juntos en aquellas regiones alejadas de los grandes centros urbanos?, ¿cuáles son las razones sociales que los impulsan a utilizar los medios digitales? y, por último, ¿cuáles son las normas culturales que le dan forma a sus interacciones?

Estos interrogantes constituyen simultáneamente un punto de llegada y un punto de partida. Son el resultado de meses (tal vez años) de reflexiones inspiradas por el cruce entre mis observaciones en la ciudad base de la investigación, mi propia experiencia personal y las lecturas teóricas. Coincido plenamente con Guber, quien sostiene que:

...desde la perspectiva con que abordamos el conocimiento social, lo real no se manifiesta directamente al sujeto sino mediatizado por una construcción teórica, desde donde se interroga. Ello permite delinear una estrategia general de investigación que incluye pautas de análisis y procedimientos de la ciencia en general, adecuados y reformulados a la luz de la investigación sobre un objeto particular. (Guber, 2005:62)

Pero, vale la pena aclararlo, no se trata de poner a prueba (comprobar) teorías existentes, “vigentes y legitimadas que fueron creadas en conexión con situaciones y contextos sumamente diferentes de aquellos que pretendemos examinar” (Vasilachis de Gialdino, 2006:6-7), sino más bien de apropiarse críticamente de las mismas, considerándolas como un conjunto de saberes que priorizan determinadas preguntas y relaciones entre los fenómenos. En este sentido, mi apuesta no ha sido la construcción de una “Teoría”, es decir un sistema entrelazado de conceptos que interpreta un área de lo real. En vez de ello, me propuse dialogar con otros investigadores (algunos muy experimentados y legitimados en el mundo académico internacional y otros mucho más cerca de mi rol de becario doctoral), buscando similitudes y diferencias entre las teorías, métodos, hallazgos y contextos empíricos de sus investigaciones y la que yo he emprendido. Me consideraré cabalmente satisfecho si al término de mi tesis logro crear un texto en el cual los lectores encuentren un profundo análisis sobre la sociabilidad de aquellos hombres que buscan relacionarse sexual y/o afectivamente con otros hombres a través de *internet* en una región del interior de Córdoba, Argentina. Nótese que el acento está puesto en la sociabilidad, es decir en la cuestión de la interacción. Un trabajo muy interesante en esta línea es el de Ana Ma Gálvez Mozo (2004), *Posicionamiento y puestas en pantalla. Un análisis de la producción de sociabilidad en los entornos virtuales*. Se trata de una tesis doctoral inscripta en el campo de la Psicología Social que analiza las particularidades que asume la interacción social mediada por computadora a partir de un foro. Una dimensión que según ella caracteriza a la etnografía virtual¹⁰ (y que me interesa destacar) es la observación diferida, es decir la capacidad que

10 Utilizo la denominación de la autora.

tiene un antropólogo de acceder a objetos que dejaron de estar activos hace años, pero siguen almacenados en los servidores.

2. La dimensión metodológica

Desde el punto de vista paradigmático¹¹, mi investigación se inscribe en la tradición constructivista (Sautu, 2006:40), lo cual define un posicionamiento particular en relación a un conjunto de supuestos básicos, a saber:

*Ontológico (cómo entiendo la naturaleza de la realidad): mi creencia a lo largo de esta investigación ha sido que la realidad es subjetiva y múltiple. Esto implica que mi pretensión no ha sido la búsqueda de una verdad incontrovertible sino más bien la definición de una interpretación a partir del trabajo cooperativo entre mi propia subjetividad y la de mis interlocutores en el campo.

*Epistemológico (cómo entiendo la relación con el objeto de estudio): desde el inicio he estado profundamente involucrado en el contexto investigado, participando junto a mis interlocutores allí donde ellos se encontraban (el boliche gay, la sala de *chat*, el sitio *web manhunt*).

*Axiológico (qué papel juegan mis valores en la investigación): mis propios valores han guiado mi comportamiento en el campo y he intentado reflexionar sobre ellos. Por ejemplo, considero que mi trabajo no es aséptico y tiene implicancias políticas. En este sentido, me he propuesto presentar una visión equilibrada que evite caer en juzgamientos morales simplistas para adentrarse en las condiciones sociales que hacen que determinadas prácticas (tal es el caso de las relaciones sexo-afectivas entre personas del mismo sexo) sean menos “deseables”, menos “aprobadas” que otras.

*Metodológico (qué procedimientos utilizo para construir la evidencia empírica): antes que verificar conceptos teóricos, mi prioridad ha sido el conjunto de

11 Según Guba y Lincoln (1994), cuatro son los paradigmas que informan y guían la investigación (en particular la cualitativa), a saber: 1) Positivismo; 2) Postpositivismo; 3) Teoría Crítica *et. al.* y 4) Constructivismo. Los paradigmas son construcciones humanas y como tales son fallibles. No es posible ponerlos a prueba en un sentido convencional ni tampoco ordenarlos jerárquicamente sobre la base de criterios fundamentales. En sus propios términos: “En nuestra opinión cualquier paradigma dado representa simplemente la visión más informada y sofisticada que sus proponentes han sido capaces de desarrollar, teniendo en cuenta el modo en que han escogido responder a las tres preguntas definitorias. Y, argumentamos, los conjuntos de respuestas dados son en todos los casos construcciones humanas y, por lo tanto, están sujetos al error humano. Ninguna construcción es o puede ser absolutamente correcta; los defensores de una construcción en particular deben depender de su capacidad de persuasión y en la utilidad antes que en la comprobación al momento de argumentar su posición.” (Guba y Lincoln, 1994: 108). Texto original en inglés. La traducción me pertenece. (Las tres preguntas a las que se refieren los autores son las mencionadas previamente en relación a las dimensiones ontológica, epistemológica y metodológica -Sautu añadió la axiológica-).

datos generados vía observación participante, entrevistas en profundidad, *chat* y análisis de perfiles *online*. Partí de allí para entablar un diálogo con otras investigaciones de similares características (porque abordaron un problema equiparable al mío en otro contexto empírico, aunque nuestras técnicas hayan o no diferido). Por ejemplo, Zago (2013) se propuso develar cómo los cuerpos, géneros y sexualidades constituyen los usos que los hombres hacen de la plataforma *manhunt*. Si bien su investigación se basa en perfiles de usuarios brasileños (pertenecientes a las ciudades de Río de Janeiro, San Pablo, Brasilia y Salvador), no es posible afirmar que sea un estudio de tipo situado ya que el análisis de datos no está articulado con la historia y la cultura de los lugares, en un sentido amplio, y más específicamente con los ambientes *gays* (“os meios gays”) que en ellos se insertan.

2.1. La experiencia etnográfica *online*¹²

Basado en los principios de la etnografía, el trabajo de generación de datos estuvo dividido en dos frentes: por un lado, el boliche bailable *gay* (*offline*) y por otro, la sala de *chat arnet* y el sitio de contactos *manhunt* (*online*). Mi presencia fue intercalándose en ambas esferas de la realidad, hasta que diversas circunstancias hicieron que el establecimiento comercial cerrara sus puertas y la sala de *chat* dejara de funcionar.

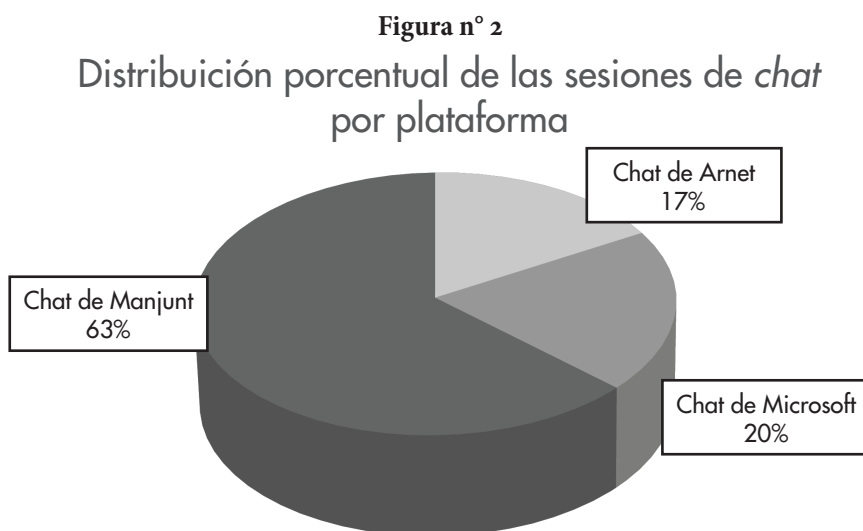
Admito que, en un principio, el hecho de ser un “investigador en el armario¹³” actuó como un fuerte condicionante a la hora de inclinar mi elección por la dimensión *online*. La principal ventaja resulta más que evidente: podía ingresar al campo sin dar a conocer mi identidad personal (la primera incursión fue en la sala de *chat*, donde sólo se requería un nombre de usuario). Otra de las ventajas que ofrecen estas nuevas tecnologías es la posibilidad de usarlas desde cualquier lugar físico y a cualquier hora (mi trabajo de campo podía continuar aun cuando yo no estuviera en la ciudad; tampoco tenía que ceñirme a un horario en particular).

A pesar de mis reiterados intentos por ser tomado en serio en la sala de *chat*, la inmensa mayoría de los usuarios se mantuvo esquivo a interactuar conmigo. Tanto es así que opté por no revelar mi rol de investigador e interactuar como un

12 Prefiero utilizar esta denominación para demarcar las instancias no digitales de las digitales porque el par real/virtual podría sugerir que el segundo componente es “menos real, auténtico o significativo” que el primero.

13 Esto significa que tenía una gran reticencia a exponerme en aquellos lugares concurridos por personas del ambiente *gay* de Villa María.

usuario más (en el apartado “Cuestiones éticas” analizo cuáles fueron las medidas que utilicé para evitar daños y perjuicios a mis interlocutores). En total realicé 189 sesiones de chat, algunas se prolongaron por unos minutos y otras duraron más de 1 hora. Es preciso aclarar que todas ellas no ocurrieron en la sala de *chat arnet*, ya que en muchos casos los usuarios, apenas establecido el contacto, preferían saltar de allí al servicio de mensajería instantánea de *Microsoft*, *Messenger* (que luego derivó en *Outlook/Skype*). Asimismo, en esa época el sitio *manhunt* contaba con un servicio de IM (*Instant Messaging*) que permitía usar la *webcam*. A continuación, presento la distribución de las sesiones de *chat* conforme al servicio utilizado:



Fuente: elaboración propia con *Microsoft Excel*

Como puede apreciarse en el gráfico, la mayor parte de las sesiones de *chat* se concentraron en el sitio *web manhunt*¹⁴. A diferencia de *arnet*¹⁵ y *Microsoft* (abarca a *Messenger*, *Outlook* y *Skype*), allí tuve la posibilidad de ingresar al campo en condiciones más favorables. Registré un perfil con mi nombre de pila y un mensaje de presentación explicitando mi propósito. Para que no hubiera contradicción con mi mensaje, decidí subir fotos donde me presentaba vestido

¹⁴ En julio de 2013, el chat de *arnet* simplemente dejó de existir.

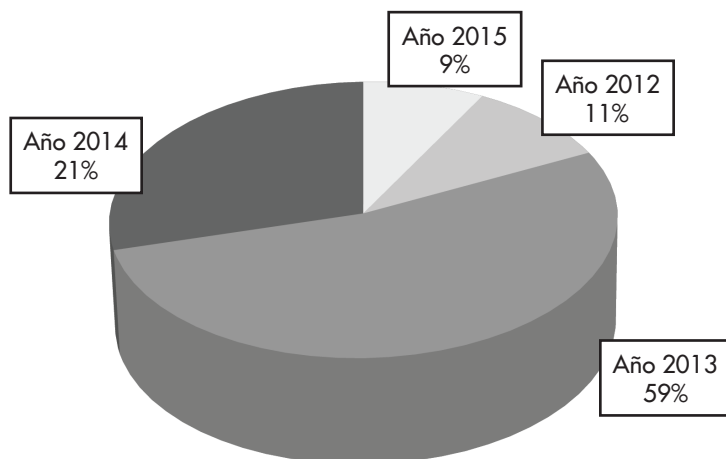
¹⁵ Fueron pocos los usuarios que sólo se limitaban a chatear a través de esta plataforma ya que no podía transmitir fotos, audio o video. Para salvar estas limitaciones, en esa época la mayoría utilizaba el sistema de mensajería instantánea de *Microsoft*. Quienes preferían sólo chatear en *arnet*, lo hacían porque esta herramienta tecnológica no almacenaba ningún dato personal que pudiera comprometerlos (una dirección de correo electrónico, aunque fuera ficticia, podía llegar a despertar sospechas si alguien llegaba a descubrirla (por ejemplo, al quedar registrada en el inicio de sesión).

de una manera socialmente convenida como adecuada para mi género. Exponer mi rostro (develando así mi identidad personal) fue imprescindible para inspirar confianza en los usuarios¹⁶.

Independientemente de la plataforma, cada sesión de *chat* fue copiada y pegada en un documento de *Microsoft Word*. Procuré registrar los siguientes datos en el nombre del archivo: usuario, edad, autoidentificación en relación a su sexualidad, lugar de residencia, fecha y horario. Las sesiones de *chat* cuentan con la ventaja de no requerir su transcripción, por lo que es posible para un solo investigador acumular un número significativamente mayor de ellas, en comparación con las entrevistas en profundidad cara a cara. Otra fortaleza es la posibilidad de efectuar un seguimiento de los usuarios, ya que sólo se requiere que investigador e investigado estén conectados a *internet*, y dispuestos al intercambio dialógico. Con varios usuarios (en cada una de las plataformas) realicé más de una sesión de *chat* (el caso más productivo ocurrió con Carlos, un hombre de 55 años, casado con una mujer, con hijos en común, residente de una localidad con 11000 habitantes aproximadamente; mis sesiones de *chat* con él fueron más de 30 en un período de varios meses entre 2014 y 2015).

Figura n° 3

Distribución porcentual de las sesiones de *chat* según el año



Fuente: elaboración propia con *Microsoft Excel*

¹⁶ No doy por supuesto que mi apariencia facial sea la de un sujeto confiable. Entiendo que “dar la cara” es una forma de mostrar que uno está dispuesto a asumir la responsabilidad de sus actos.

Mi investigación de campo puede periodizarse del siguiente modo:

Año 2012: etapa de exploraciones iniciales en el campo.

Año 2013: etapa de trabajo empírico intensivo.

Año 2014: etapa de refinamiento de los datos generados.

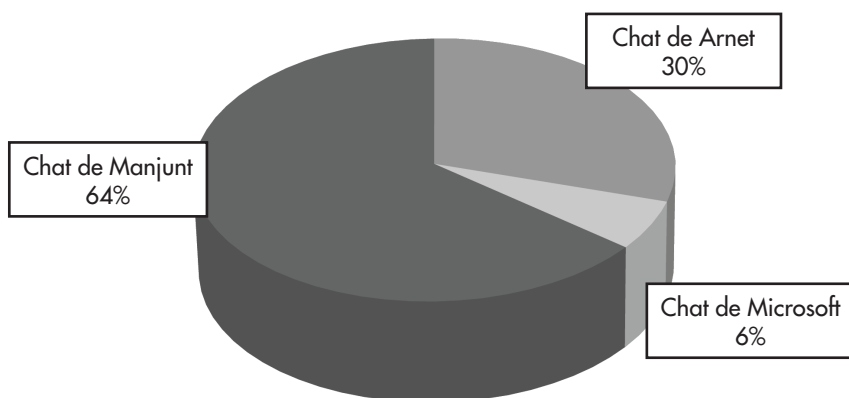
Año 2015: cierre del trabajo empírico e inicio de la sistematización de los datos.

En la figura n° 2, podemos ver que casi un 60 % de las sesiones fueron producidas en el año 2013 (a principios de ese año cerró sus puertas el único boliche *gay* de Villa María, lugar al que asistía sistemáticamente desde hacía varios meses con el propósito de estudiar al ambiente *gay* local).

La cantidad de usuarios con los que interactué en cada uno de los sitios registra las siguientes cifras: Chat de *Arnet*, 32; Chat de *Microsoft*, 7; Chat de *Manhunt*, 69. Debo hacer una pequeña salvedad: el total de usuarios con los que chateé no es igual a la sumatoria de cada una de las plataformas ya que algunos circulaban en dos de las tres o incluso en todas. Además, a lo largo de mi trabajo de campo pude percibir que un mismo usuario tenía varios perfiles distintos. Gracias a la funcionalidad que ofrecían los servicios de *Microsoft* (la vinculación de los usuarios a través de las cuentas de correo electrónico o el usuario de *Skype* y la posibilidad de saber cuándo un usuario estaba conectado y disponible para chatear), pude obtener un intercambio mucho más fluido con mis interlocutores y, además, prolongado en el tiempo.

Figura n° 4

Distribución porcentual de los usuarios con quienes interacté por plataforma



Fuente: elaboración propia con Microsoft Excel

Según se deduce de los gráficos, el *chat* de *Microsoft* abarcó el 20 % de las sesiones totales de *chat*, pero sólo un 6 % de los usuarios totales. Siete fueron los usuarios dispuestos a interactuar conmigo por un período que osciló entre una semana y varios meses (hasta nueve, con intermitencias, por supuesto). De los siete, a tres los conocí en *Arnet* y al resto en *Manhunt*. Debido a que esta última plataforma contaba con un servicio de IM, era esperable que los usuarios no migraran a *Microsoft*¹⁷. Entonces, podemos inferir que la modalidad dominante de *chat* en *arnet* era de carácter sumamente efímero, y que los usuarios tenían muy poca predisposición para formar vínculos a largo plazo.

En vista de las limitaciones tecnológicas del chat de *arnet* que describí previamente y a que su funcionamiento comenzó a ser perturbado por problemas técnicos (no se podía acceder), decidí focalizar mi investigación en la plataforma *Manhunt*. Había adquirido conocimiento de esta plataforma a través de mis contactos en el ambiente *gay* local. Muchos habían decidido crear un perfil allí por su creciente popularidad, retroalimentando así su éxito. Antes de comenzar con la caracterización y análisis del mismo, expongo algunos datos de mi experiencia en los chats de *Arnet* y *Microsoft*. Estos datos surgen de un proceso de sistematización basado en volcar a una tabla de *Microsoft Word* los siguientes atributos: nombre del usuario, edad, autoidentificación y localidad de residencia.

En el *chat* de *arnet*, encontré sujetos autoidentificados como *gays* y bisexuales (en su mayoría) y algunos heterosexuales. En estas dos últimas categorías, algunos señalaban estar en pareja con mujeres (de novios) o en una relación de conyugalidad heterosexual (legalmente casados). El promedio de edad de los usuarios era de 34 años, siendo el más joven de 25 años y el mayor de 54 años. Con respecto a la residencia, la mayoría lo hacía en Villa María (en todas las excepciones se trataba de localidades aledañas de menor tamaño poblacional). Las búsquedas se orientaban casi exclusivamente a la consecución de una relación sexual ocasional, ya sea en una vivienda o en un hotel alojamiento o albergue transitorio. El *chat* apenas funcionaba como un centro de reclutamiento de posibles candidatos a partir de la compatibilidad con los criterios de búsqueda del usuario (esto es: rol sexual, edad, tipo físico -relación entre la estatura y el peso-). Prácticamente no había mención a características de personalidad o socio-económicas. Una vez que se lograba coincidir en la búsqueda, era habitual intercambiar direcciones de *Messenger* para enviar fotos y/o verse por la

17 A veces el *chat* de *Manhunt* no funcionaba adecuadamente (en particular la transmisión de video). Además, era posible configurar el perfil para bloquear los pedidos de *chat*.

webcam. Algunos usuarios podían aceptar un encuentro a ciegas, el cual era concertado vía teléfono celular (por llamada o mensajes de texto).

Con respecto al *chat* de *Microsoft*, es importante señalar que solía funcionar de manera acoplada al *chat* de *arnet* (en menor medida al *chat* de *Manhunt*). Algunos usuarios preferían demorar el encuentro cara a cara, conociéndose previamente por este *chat* (eso podía demandarles varias sesiones de *chat*, ya sea de manera intensiva (en un período de tiempo relativamente breve -por ejemplo, una semana-) o de manera extensiva (espaciadas a lo largo de varios meses). También había usuarios que realizaban la búsqueda de contactos a través de este *software* (en cada inicio de sesión, el usuario podía constatar qué invitaciones había recibido mientras estaba *offline*). De acuerdo al gráfico de la figura n° 4, apenas un 6 % de mis interlocutores estuvieron dispuestos a conectarse conmigo por intermedio del servicio de *Microsoft*.

3. Cuestiones éticas

Llevar a cabo una investigación en un contexto de seducción conlleva una consecuencia bastante obvia: nuestros interlocutores pueden intentar seducirnos. En mi caso, al tratarse de un contexto digital (en contraposición al boliche bailable), emergen algunas particularidades que merecen un comentario aparte.

Consideré que involucrarme sexo-afectivamente con mis interlocutores no sería productivo para mi investigación, así que me comprometí a mantener una actitud de distanciamiento, que implicaba básicamente, esperar a que ellos decidieran iniciar el contacto.

En *Arnet* no tuve mayores inconvenientes para esquivar propuestas sexuales por tratarse de un medio donde no había indicios de mi apariencia (excepto los que yo decidiera textualizar).

En *Manhunt* configuré la cuenta para evitar que quedaran registradas las visitas que hacía desde mi perfil a otros perfiles y no envié guiños o pedidos de *chat*.

Ignoré las insinuaciones sexuales y decliné las propuestas explícitas cordialmente. Una noche mientras chateaba con uno de mis interlocutores en *Messenger* (él sabía que me encontraba haciendo una tesis, e incluso ya habíamos acordado una entrevista cara a cara), percibí que cambió deliberadamente su foto de perfil por una donde supuestamente exhibía su pene erecto cubierto por

la ropa interior. En *Manhunt* llegué a recibir mensajes donde los usuarios ofrecían un trueque: entrevista a cambio de sexo¹⁸.

Atento a las dificultades que tuve para interactuar en la sala de *chat* presentándome como investigador o sociólogo, decidí camuflarme como un usuario más, intentando borrar marcas que pudieran sesgar el interés de mis interlocutores (por ejemplo, al definir una posición sexual). Así fue como mi nombre de usuario se compuso de un nombre masculino bastante típico y las siglas de la localidad donde me encontraba residiendo (VM, por Villa María).

Mi intención fue recabar datos del perfil de mis interlocutores: nombre de usuario, edad, autoidentificación sexual, ocupación, localidad de residencia y propósito.

Si nuestra sesión de *chat* proseguía, ofrecía intercambiar dirección de correo electrónico para entablar contacto por el servicio de mensajería instantánea de *Microsoft*. Allí revelaba mi rol de investigador.

Ya que los intercambios en *Arnet* no fueron obtenidos de manera consensuada, considero prudente no incluir ninguno de ellos aquí, tal como fueron generados. Tampoco haré mención alguna a los nombres de usuario. La desaparición de esta plataforma contribuye involuntariamente a la completa confidencialidad de los datos. De alguna manera, este suceso me ha liberado del problema que advierte Hine (2004) en relación a la (relativamente) fácil rastreabilidad de los usuarios. En una etnografía *online*, afirma, no alcanza con modificar el nombre de los usuarios cuyos testimonios utilizamos porque los motores de búsqueda tienen una enorme capacidad para localizar el origen de tales fragmentos discursivos, asociándolos con la página *web* donde fueron registrados y conectándolos con sus productores.

Este es un problema que surge, particularmente, con los perfiles de usuario de *manhunt*. ¿Podemos o no citar textualmente los mensajes de presentación y/o fotografías elaborados por los usuarios sin su consentimiento aun alterando sus nombres y borrando o difuminando sus rasgos identitarios? Ante casos donde los usuarios no pudieron prestar su consentimiento, Leal Guerrero (2011) optó por crear nombres de perfil similares a los utilizados e incluir las fotografías sexualmente explícitas, distorsionando los rostros. Zago (2013), en cambio, prefirió no incluir los nombres de perfil verdaderos (o crear aproximados) ni tampoco incluir alguna imagen de ellos, sustituyendo las mismas por imágenes artísticas que contenían representaciones de cuerpos que se les asemejaban. En

18 Una discusión sobre la importancia del cuerpo, el género y la sexualidad del investigador en el campo puede leerse en Zago (2013:63-75).

mi opinión, los nombres de usuario no pueden ser citados por el investigador, aunque sí los mensajes (si bien es posible identificar al productor de un mensaje, *manhunt* sólo facilita la búsqueda de usuarios por su nombre). Con respecto a las fotografías, considero que no pueden ser apropiadas (aun modificándolas digitalmente para evitar el reconocimiento identitario del usuario).

4. Consideraciones finales

Los medios digitales están transformando las vidas de los seres humanos: nuestras vidas cotidianas, cómo trabajamos, estudiamos, hacemos amigos o buscamos pareja. Por supuesto, también cómo investigamos. Considero que la investigación que vengo realizando no habría sido posible sin la utilización de estas tecnologías. Uno de mis interlocutores justamente me marcaba esto. Debido a que está inmerso en un matrimonio heterosexual desde hace décadas y que reside en una pequeña localidad del interior de Córdoba, de no ser por el *chat* de *manhunt*, jamás habría podido contarme sobre sus deseos y prácticas homoeróticos.

A pesar del potencial que ofrecen para trascender las limitaciones geográficas y temporales, no debemos olvidar que sólo adquieren sentido en contextos específicos de uso.

Referencias

- GÁLVEZ MOZO, Ana Ma. Posicionamientos y puestas en pantalla. Un análisis de la producción de sociabilidad en entornos virtuales. Tesis de Doctorado, Psicología Social, Universitat Autònoma de Barcelona, 2004, 406 pp.
- GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Competing Paradigms in Qualitative Research. In: GUBER, Rosana. *El salvaje metropolitano. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo*. Buenos Aires, Paidós, 2005, 328 pp.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (editors). *Handbook of Qualitative Research*. USA, Sage Publications, 1994, 643 pp.
- GRAY, Mary L. *Out in the Country. Youth, Media, and Queer Visibility in Rural America*. New York, New York University Press, 2009, 293 pp.
- HINE, Christine. *Etnografía virtual*. Barcelona, UOC, 2004, 206 pp.
- LEAL GUERRERO, Sigifredo. *La pampa y el chat. Aphrodisia, imagen e identidad entre hombres de Buenos Aires que se buscan y encuentran mediante internet*. Buenos Aires, Antropofagia, 2011, 144 pp.
- MECCIA, Ernesto. De las catacumbas al ágora. Teorías sobre el yo y la organización social después de la homosexualidad. Tesis de Doctorado, Sociología, Universidad de Buenos Aires, 2014, 434 pp.

- MISKOLCI, Richard. Novas conexões. Notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso das mídias digitais. *Cronos. R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN*, Natal, v. 12, n.2, jul./dez. 2011, pp. 09-22.
- MISKOLCI, Richard. Networks of Desire. The Specter of AIDS and the Use of Digital Media in the Quest for Same-Sex Relations in São Paulo. *Vibrant*, Brasília, v. 10, n. 1, May 2013, pp. 40-70.
- MISKOLCI, Richard. San Francisco e a nova economia do desejo. *Lua Nova*, São Paulo, v. 91, 2014, pp. 269-295.
- MOWLABOCUS, Sharif. *Gaydar Culture: Gay Men, Technology and Embodiment in the Digital Age*. United Kingdom, MPG Books Group, 2010, 242 pp.
- SAUTU, Ruth, et al. *Manual de metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, 192 pp.
- SÍVORI, Horacio. *Locas, chongos y gays. Sociabilidad homosexual masculina durante la década de 1990*. Buenos Aires, Antropofagia, 2005, 120 pp.
- VASILACHIS DE GIALDINO, Irene. La investigación cualitativa. In: VASILACHIS DE GIALDINO, Irene (coord.). *Estrategias de investigación cualitativa*. Barcelona, Gedisa, 2006, 280 pp.
- ZAGO, Luiz Felipe. Os meninos. Corpo, gênero e sexualidade em e através de um site de relacionamentos. Tese de Doutorado, Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013, 331 pp.

Recebido em 01/05/2016

Aprovado em 15/06/2016

Como citar este artigo:

- PEPLO, Fernando Franco. Hombres a un clic de distancia: aspectos metodológicos de una investigación online. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 369-385.

Artigos

Liderança Política: Virtù e Parresía

Silvana Maria Corrêa Tótoro¹

Miguel Chaia²

Resumo Trata-se da relação entre ética e política e suas ressonâncias na constituição e atuação da liderança política. Consideramos a ação política vinculada ao personagem que a empreende num jogo de relações de poder agonístico, relativo à disputa, luta e conflito. Seleccionamos do pensamento de Maquiavel o conceito de *virtù* e os estudos de Foucault sobre a *parresía* na democracia ateniense da Antiguidade. Esperamos introduzir a noção de *parresía* no debate atual da liderança política.

Palavras chave: Democracia; liderança política; ética; pensamento político.

Political leadership: Virtú and Parresía

Abstract *This text is about the relationship between ethics and politics and its resonances in the constitution and action of the political leadership. We consider political action linked to the character that engages the action in a game of relations of agonistic power, related to dispute, struggle and conflict. We selected in the thought of Machiavelli the concept of virtù and the Foucault studies on parresía in athenian*

¹ Departamento de Política e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – São Paulo – Brasil - silvanatotoro@gmail.com
² Departamento de Política e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – São Paulo – Brasil - mwchaia@pucsp.br

democracy of Antiquity. We hope to introduce the notion of parresía in the current debate of the political leadership.

Keywords: *Democracy; leadership; ethics; political thinking.*

Os períodos da Antiguidade clássica dos atenienses (século V a. C.) e o Renascimento Italiano (séculos XV e XVI), em que pesem suas diferenças, configuram-se em momentos de grande fortuna e invenções de novas possibilidades da política. Em comum, caracterizam-se pela quebra da ingerência de poderes externos à atividade política. Grandes personagens fizeram de suas realizações individuais e artísticas uma obra de arte e, com isso, gravaram seu nome na história (Burckhardt, 1991).

O homem político faz sua entrada em meio à política como um jogo incessante de relações de forças conflituosas, num regime agonístico. E a atividade política se move nesse jogo sem garantias prévias, seja de uma ordem natural que realiza a “boa sociedade”, seja de valores morais validados pelo costume ou por instâncias transcendentais que dirigem a ação.

A potência da política dos períodos selecionados advém, de um lado, da não configuração de um poder político como instância separada da coletividade e instituído de modo a assegurar esta separação. Referimo-nos à inexistência de um Estado estruturado em sua conformação de poder soberano. Por outro lado, não se configura na *pólis* democrática ateniense (século V a. C.) uma dominação fundada na divisão assimétrica e antagonica na coletividade dos cidadãos (Arendt, 1999; Castoriadis, 1987).

Isto posto, consideramos profícuo para um estudo da emergência da liderança política esses dois momentos da história, tomando por base os conceitos de *virtù* no *O Príncipe*, de Maquiavel, e o de *parresía*, estudado por Foucault. Em ambos os conceitos está presente um êthos político que passa longe da compreensão moral como código de condutas de valores universais que guiam o agir político. A *Virtù* e a *parresía*, como veremos a seguir, vinculam-se à potência do agir em meio ao jogo conflituoso de relações de forças. A veracidade do agir parresiasta está longe de uma concepção de verdade universal, assim como o homem de *virtù* não se posiciona como um agente da moral, pelo contrário, ele a desafia.

A *virtù* como a arte do governo em Maquiavel

Maquiavel inaugura o pensamento moderno com um conceito do êthos político distinto dos pensamentos antigo e medieval. Pode-se afirmar que, para o

autor, a *virtù* presta-se a superar os problemas colocados pela *fortuna* e também possibilita ampliar a realização do projeto do príncipe, além de sedimentar a honra e a glória deste governante. Assim, conforme Michel-Pierre Edmond (1993), a *virtù* não é redutível ao cálculo racionalista ou a uma estratégia política, mas trata-se de um exercício da liberdade. Esta qualidade não designa o meio para tomar o poder e conservá-lo, mas ela é um fim em si mesmo, suficiente enquanto energia própria ao príncipe.

A *virtù*, para Maquiavel, não se reduz a uma tecnologia de poder que movimentaria uma estrutura estatal com função estratégica dominante. Isto porque, em *O príncipe*, governo e *stato* se confundem, e, além disso, ambos estão na dependência das habilidades e da liberdade do príncipe em lidar com as circunstâncias. A razão de Estado como centralidade do pensamento filosófico configura-se, no nosso entender, no século XVII, particularmente com Hobbes. Para esse filósofo, a análise do governo se faz em termos da soberania do Estado.

Maquiavel delimita simultaneamente dois campos de fluxos políticos: por um lado, recorta a esfera do político com suas características específicas e próprias e, por outro lado, considera a *virtù* como uma propriedade colocada no homem para avançar em novas direções políticas e implementar projetos elaborados no interior das circunstâncias históricas.

Nesta direção, o capítulo XXV de *O Príncipe* é bastante elucidativo ao afirmar que a *fortuna* seja árbitra da metade das nossas ações, mas que a *virtù* é responsável pelo restante das possibilidades. Por isso, é melhor ao príncipe ser impetuoso do que dotado de cautela. A *virtù* possibilita que o príncipe se defronte com a *fortuna* e, simultaneamente, dê vazão às qualidades ou às energias que são próprias do homem em ação. Portanto, há uma especificidade no agir político do príncipe ao se considerar a *virtù*, pois supõe um gasto de energia potencializadora da ação, do cálculo e da estratégia selecionada.

Assim, imbuído da *virtù* e ampliando o conceito de liderança, pode-se pensar o príncipe como um líder inovador e fundador na esfera política, elaborando um projeto significativo fora do âmbito das instituições. O príncipe novo em Maquiavel desafia as leis e os costumes tradicionais (cap. VI). O príncipe se move em meio ao perigo e ameaças permanentes ao seu governo não só dos poderosos, mas do conjunto dos súditos que não desejam ser oprimidos e querem mudar de governo na esperança de melhorar. Daí a habilidade pessoal do príncipe em reunir meios da *fortuna* e da *virtù* para um governo razoavelmente seguro. Dizemos razoavelmente porque o príncipe se move em meio a relações conflituosas da parte dos poderosos que ambicionam a sua posição e da resistência criativa do povo.

O termo *virtù* remete à capacidade de um homem agir para conquistar e manter o poder político, sob duas circunstâncias relacionáveis ou não entre si. Primeiro, ao expressar e implementar um projeto político na forma inovadora das leis e costumes vigentes. E, segundo, como fundador de um *stato* utilizando-se de uma série de recursos para conquistar os súditos, assegurando a continuidade do mando. Assim, a *virtù* deve ser entendida como qualidade própria do homem agindo politicamente, afastada de questões morais, e que aliada à *fortuna*, permite as melhores possibilidades do êxito político, ainda que não haja garantia.

Para Maquiavel, se as coisas do mundo podem ser governadas pela *fortuna*, não basta acompanhar a sorte, como deixa explicitado no capítulo XXV de *O Príncipe*. A capacidade ou a qualidade política encontra-se na ação que consegue articular as coisas do mundo contra os fluxos torrenciais do acaso. A *virtù* potencializa os homens a tomarem providências, enfrentarem o presente e pensarem o futuro, organizando-se contra o ímpeto desenfreado das forças do acaso. Se a fortuna permite a complementação da *virtù*, esta, por sua vez, expande a política pela proposição (calculada) de novos experimentos.

A *virtù* não deixa de exigir um ato corajoso, vinculando-se a si mesmo na *práxis* de ações arriscadas em meio às forças contrárias. A *virtù* é um exercício voluntarioso de liberdade. Mas teria este ato corajoso o mesmo sentido que *parresía*? Em parte, quando se trata de um ato arriscado que desafia os valores de uma moralidade da conduta externa ao jogo político. Contudo, a *parresía* política é o dizer-a-verdade numa democracia de autogoverno dos cidadãos, pondo em risco a sua pessoa que não teme contrariar os valores da maioria. O príncipe arrisca a sua pessoa para ascender e se manter no governo. São riscos de natureza diferente, pois, em relação à *virtù* maquiaveliana, a franqueza parresiasta pode gerar a perda do governo.

A ética maquiaveliana traduz-se num ato arriscado e livre, está contida na figura do príncipe de *virtù*, impetuoso, combativo e audacioso. A política pode-se fazer como um exercício de risco e, no interior desta possibilidade, fazer com que o âmbito da política se amplie e inove pela ação de um *condottiere* que inventa soluções e reúne a multiplicidade dispersa num povo sob comando ou sob governo. Assim, a *virtù* é, simultaneamente, forma de conhecimento e esforço ativo que permite ao príncipe agir com retidão nas circunstâncias frente às necessidades.

Conforme o capítulo XVIII de *O Príncipe*, trata-se de maximizar as ações políticas, utilizando-se bem tanto das leis quanto da força animal. No combate político um príncipe deve saber bem empregar o animal e o homem, não

deixando escapar de sua boca nada que não seja repleto das qualidades do governante. O príncipe deve ser realmente piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso – caso não possua algumas destas qualidades, deve aparentar possuí-las. Há uma dissociação entre a fala e as ações do príncipe que simula e dissimula valores. Neste caso, ele age como um retórico que faz uso dos valores em benefício de seu governo. E se necessário for, age contrário aos valores morais que se reputam como orientadores do agir. Nesse sentido, a *virtù* e a *parresía*, como veremos a seguir, se distinguem.

A *virtù* em Maquiavel está presente no corpo do príncipe, manifestando-se na ação do sujeito envolvido com a ação política. Corpo e gestos, domínio do cálculo e enfrentamento das circunstâncias e da *fortuna* estão fundados na *virtù* e configuram-se em qualidades de um homem no agir político que busca o poder ou a conservação do poder, facilitando estas atividades políticas. O corpo do governante “virtuoso” permite maior coincidência com o corpo do povo “virtuoso”. Tais observações podem ser detectadas não só n’*O Príncipe*, mas também em *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1979), principalmente nos capítulos quinquagésimos do Livro Primeiro; nestes capítulos, Maquiavel trata da autoridade de um homem respeitado para conter a multidão excitada e da multidão ser mais sábia e constante do que o príncipe. Por isso, a República romana (dos séculos V ao I a. C) é vista por Maquiavel como um sistema político portador de grandes virtudes políticas, supondo-se assim uma correspondência com a presença corporal de um príncipe virtuoso.

Em Maquiavel é importante a presença do corpo do governante virtuoso e do povo republicano, na direção proposta por Isaiah Berlin (2000), para quem “as bênçãos da era clássica poderão ser restauradas (se a fortuna não for muito contra) por um volume suficiente de conhecimento e vontade, por *virtù* por parte de um líder, e por cidadãos apropriadamente treinados e conduzidos com bravura e habilidade” (Ibid.: 22).

Parresía e liderança política

A década de 1980, dentre outros acontecimentos, foi atravessada por um intenso debate sobre a democracia (Tótora, 1998) que mobilizou os intelectuais de diferentes correntes de pensamento. Emergiram, também, organizações populares e lutas sociais contra os regimes autoritários tanto na Europa quanto na América Latina. Na esteira desses movimentos e ideias vinha também uma ácida crítica aos regimes socialistas do leste europeu. Travou-se, nesta época, uma disputa em torno do sentido da democracia.

Em seu curso de 1983, *O governo de si e dos outros*, Foucault se insere no fluxo deste debate, deslocando sua análise para a Antiguidade, especificamente para o período da vigência da democracia direta dos atenienses dos séculos V e IV a. C. Dentre as inúmeras questões políticas suscitadas na ocasião, Foucault, livre de vínculos doutrinários, destaca a atuação ética dos indivíduos na política com base na pesquisa do termo antigo *parresía*. Com suas pesquisas, espera explicitar a relação da filosofia com a política, assim como contribuir com a discussão da democracia na atualidade³. Longe de uma adesão ou rejeição da democracia, Foucault a problematiza⁴. E sua leitura dos antigos irá ajudá-lo a problematizar o êthos político.

Antes de darmos início à explicitação da relação entre *parresía* e democracia na Antiguidade, cumpre-nos situar a pertinência atual deste debate no contexto desse início de século XXI. Diferentemente da adesão, nos anos 1980, ao regime da democracia representativa, as revoltas e mobilizações urbanas que se alastram há mais de uma década em todo o Ocidente atestam uma profunda rejeição aos políticos, sejam eles eleitos pelo método democrático ou não. As democracias rotinizaram a seleção de seus “líderes”⁵ por procedimentos democráticos (disputa partidária em eleições livres), mas sobre eles pesam inúmeras críticas, desafiando as análises que faziam da apatia política o maior perigo das democracias. E mais, as críticas incidem contra os que governam independente de serem escolhidos por métodos democráticos ou antidemocráticos.

Estaríamos diante de um esgotamento de uma política de representação com base na liderança profissional, segundo o conceito de Max Weber? A esse *status* somam-se o descrédito dessas “lideranças”, advindo do alto grau de corrupção, decorrente do uso do cargo político para a defesa de interesses próprios ou por favorecimento de grandes grupos econômicos. Corrupção, baixa qualidade política compreendida no âmbito do interesse público, perda da confiança

3 Neste curso, Foucault situa a relevância de sua pesquisa sobre a relação entre democracia e *parresía* na Antiguidade para a época atual. De acordo com ele, “numa época como a nossa em que se gosta de colocar os problemas da democracia em termos de distribuição do poder, de autonomia de cada um no exercício do poder, em termos de transparência e de opacidade, de relação entre sociedade civil e Estado. Talvez fosse interessante recuperar a questão do discurso verdadeiro e da cesura necessária, indispensável e frágil que o discurso verdadeiro não pode deixar de introduzir numa democracia” (Foucault, 2010: 170).

4 Em 1981, os franceses elegeram um presidente do Partido Socialista, François Mitterand, apoiado pelo Partido Comunista Francês. Para Foucault, no entanto, não cabe ao intelectual ou ao filósofo avaliar as ações do governante, e, tampouco, dizer aos políticos o que eles tem que fazer. Sua atuação se destaca como pesquisador, e não como porta voz dos que estão diretamente envolvidos nas relações de poder.

5 A utilização das aspas coloca a utilização do termo sob suspeita.

dos eleitores, dentre outros fatores, denotam a falência de um modelo de representação política liberal democrática que há mais de um século vem sendo alvo de críticas, mas também defendido e praticado.

Finley (1988)⁶ se posiciona criticamente em relação à concepção predominante da democracia moderna, particularmente, a redução do seu significado por Schumpeter (1984) como método de escolha dos governantes. Para o primeiro, o poder de tomar decisões é adquirido por meio da disputa dos partidos pelos votos do eleitorado. O problema, para Finley, reside no fosso que se abre entre, por um lado, as decisões dos governantes e, por outro, a passividade dos governados. Os primeiros governam livres da corresponsabilidade produzida por uma participação ampla dos cidadãos. A participação dos governados limita-se às eleições⁷. Segundo esse autor, a teoria da democracia de Schumpeter carrega uma herança das teorias elitistas de Mosca, Pareto e Michels. Nessa linha, a liderança política seria exercida por uma elite protegida da pressão das massas, ou da participação ativa daqueles que não têm a responsabilidade direta pelo exercício do governo. Os líderes dos partidos decidem pelo povo. Schumpeter difere dos demais elitistas no que tange à adoção do método democrático de escolha da elite que exercerá a liderança política em nome de todos.

Finley (1988) critica, nos anos 1970, o predomínio da concepção de democracia representativa enunciada por Schumpeter (1984) e se posiciona a favor da democracia direta da Antiguidade. Neste texto podemos inferir a defesa de uma concepção de liderança fortemente vinculada aos liderados, conforme praticada pelos atenienses, e não, como ele denomina, com base na época atual, de “falsos líderes” medíocres e manipulados por trás da cena (Finley, 1988: 37). Na democracia dos atenienses, o reconhecimento da liderança não implicava a renúncia ao poder decisório. A liderança era direta, pessoal e responsável perante a assembleia dos cidadãos. O líder aconselha, enfrenta outras posições e as decisões são tomadas e assumidas em conjunto com todos os cidadãos reunidos.

6 Finley (1988: 17-53) discorre comparativamente sobre a democracia ateniense dos séculos V e IV a. C. e a democracia representativa dos anos 1970.

7 Na mesma direção de Schumpeter, afirma Lipset (*apud* Finley, 1988: 25): “o elemento característico e mais valioso da democracia é a formação de uma elite política na luta para disputar os votos de um eleitorado em sua maior parte passivo”.

Numa abordagem diferente, Foucault (2010b)⁸ vai além da crítica circunscrita à democracia representativa moderna, ele refere-se a uma “crise de governo” na atualidade, mais explicitamente de uma “crise de governamentalidade”⁹.

Não basta contentar-se com a afirmação sobre a existência, no presente, de uma crise de governo. Cumpre, por sua vez, precisar os efeitos de poder dessa crise¹⁰. De acordo com Foucault, as relações de poder ou exercício de governo produzem saberes ou verdades. Foucault (2010a) recupera dos gregos o termo *aleurgia*, cujo significado diz respeito ao conjunto de procedimentos de manifestação da verdade. Esse termo é empregado para todo o exercício de poder que se realiza pela enunciação da verdade. Segundo Leme (2008: 184-185), com o emprego desse termo Foucault pode desvencilhar-se da dicotomia entre verdade e poder e desenvolver a ideia de “governo pela verdade” e, com isso, realizar um deslocamento do eixo do poder para o êthos.

Leme (Ibid.) chama a atenção para as colocações de Foucault (2001), no seu curso *Os anormais*¹¹, para o uso do grotesco, do ridículo, do infame, de certos personagens políticos como um dos procedimentos essenciais ao exercício de governos arbitrários. Esses personagens que Foucault denomina de “ubuescos”, ao invés de desqualificar o exercício do governo, reforçam a ideia que mesmo com eles, e apesar deles, o poder funciona, e com todo rigor, na “ponta extrema da sua racionalidade violenta” (Foucault, 2001: 17). Com isso, o seu efeito seria o da inevitabilidade de um governo.

Para uma formulação conceitual de liderança política seria profícua a sugestão de Foucault (2001: 15-17) sobre o funcionamento do “soberano infame”. Se situarmos o problema da liderança política *como um conjunto de mecanismos para fazer funcionar o governo e produzir efeitos de poder*, o líder infame, grotesco, a autoridade ridícula e todos os graus do que se poderia nominar de

8 Em conversa com D. Trombadori, em Paris, no final de 1978, Foucault discorre longamente sobre sua trajetória intelectual, suas pesquisas, escolha dos temas e problemas e esclarece o que entende por crise de governo no presente.

9 Foucault empregou pela primeira vez o termo *governamentalidade* no curso de 1978, *Segurança, Território e População*, para designar o governo das condutas dirigido à população com os recursos da economia política e dos dispositivos de segurança (Foucault, 2008). Trata-se, portanto, de conceito construído para a análise do exercício do governo na época moderna. No curso de 1983, entretanto, Foucault (2010a: 148) emprega o termo *governamentalidade* no mesmo sentido de *dynasteia*, que diz respeito ao jogo político, das suas regras, dos seus procedimentos e do indivíduo que o exerce.

10 Seguimos aqui a análise da crise feita por José Luis Câmara Leme (2008: 181-197).

11 Além de uma gama de obras literárias sobre o grotesco do funcionário político em Kafka, Balzac, Dostoiévski e de governantes em Shakespeare.

“indignidade do poder”, passam a ser relevantes para a análise e formulação conceitual. Segundo o filósofo:

Mostrando explicitamente o poder como abjeto, infame, ubuesco ou simplesmente ridículo, não se trata, de limitar os seus efeitos (...). Parece [segundo o autor] que se trata, ao contrário, de manifestar da forma mais patente a incontornabilidade, a inevitabilidade do poder, que pode precisamente funcionar com todo rigor e na ponta extrema da sua racionalidade violenta, mesmo quando está nas mãos de alguém efetivamente desqualificado (Foucault, 2001: 17).

Foucault (2010b), em conversa datada de 1978, como já mencionado anteriormente, refere-se à “crise de governo” no presente e a compara com a crise que provocou a dissolução da Idade Média. Seu intuito foi o de destacar um ponto de ruptura entre dois momentos históricos: um que termina e outro que se inicia e do qual nada se pode prever, pois o filósofo não arrisca nenhuma profecia. Será por meio da história, contudo, a partir de um problema posto no presente, que Foucault vai tomar distância do seu tempo e, assim, fazer a sua crítica. E, quiçá, contribuir para interceptar qualquer arranjo que restaure os mecanismos de governo vigente. Como dito por Foucault, não se deve propor solução para que ela “não nasça, de uma só vez, da cabeça de um intelectual reformador (...)” (Ibid.: 338). O autor, referindo-se às suas pesquisas e atuação política, recusa o lugar de porta-voz. Para ele, cabe aos agentes diretamente envolvidos o uso da palavra e da imaginação política. Isto porque os problemas arraigados na nossa vida cotidiana, como aqueles privilegiados em suas pesquisas – sexo, crime e loucura –, não são de fácil e rápida solução.

O trabalho intelectual consiste em situar-se no seu tempo e fazer um diagnóstico do presente, afirma Foucault¹², não para justificá-lo ou reforçá-lo, mas para ultrapassá-lo. O intelectual situa-se nas fissuras do presente e as aprofunda

12 Cf. Foucault, 2000. Foucault retoma a reflexão de Kant de 1784 publicada em periódico alemão acerca da resposta à questão da *Aufklärung*. Afirma que essa reflexão inaugura uma “atitude de modernidade”, descrita como um “modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir (...) como aquilo que os gregos chamavam de *êthos*” (Ibid.: 342). Assim, a novidade da reflexão de Kant seria essa atitude de modernidade “como uma diferença na história e como motivo para uma tarefa filosófica particular” (Ibid.: 341). Nessa mesma direção, ver Agamben (2010). Com base em Nietzsche, Agamben define a contemporaneidade como uma singular relação com o tempo, que, na medida em que dele se aproxima, também dele toma distância (Ibid.: 59). Uma aderência a determinada época, em que se está envolvido, incapacita a reflexão crítica. Uma segunda definição de contemporâneo é a percepção na sua época não das luzes, mas do escuro (Ibid.: 62).

impedindo que elas se reconstituam e se sedimentem. Como recurso metodológico à crítica do presente, o genealogista recorre à história para mostrar que ela é descontínua, e que determinados arranjos são a confluência de inúmeros acasos e encontros singulares irrepetíveis. Munido desse pensamento e movido pela crítica do presente, Foucault dá início a sua pesquisa da Antiguidade, interrompida por sua morte precoce.

Destacamos o seu curso de 1983, *O governo de si e dos outros*, em que o filósofo dedica-se, mais especificamente, ao problema da política, particularmente, à democracia direta dos atenienses, além da relação da filosofia com a política com base em Platão. Para desenvolver os temas-problemas selecionados, o autor, com certo ineditismo em relação aos estudiosos da Antiguidade, chama a atenção para o termo *parresía*, despercebido por eles. No curso de 1983, dedica-se ao estudo da *parresía* política, seja na democracia, seja na autocracia. Nesse último caso, irá destacar a ação do filósofo em relação à política.

Uma interrogação sem fim da atualidade.

Por *atualidade* entendemos, com base em Foucault, a interrogação do presente no qual nós fazemos parte e em relação ao qual devemos nos situar e precisar o campo das experiências possíveis (Foucault, 2010^a: 21)¹³. O autor esclarece o sentido dado ao campo das experiências em suas pesquisas, desenvolvidas em três eixos, que ele reputa como a sua contribuição original, bem como traduzem deslocamentos ou descontinuidades na sua trajetória de pesquisa. O primeiro eixo foi o da formação dos saberes, não a partir de uma teoria do conhecimento, mas da materialidade própria dos discursos, das regras de enunciação e das formas de verificação, ou seja, da verdade que é dita. O segundo eixo diz respeito à análise dos procedimentos e técnicas de *governamentalidade*. Trata-se do estudo do *como* o poder é exercido e dos seus efeitos na condução das condutas dos outros. Mais especificamente, consiste no estudo das tecnologias pelas quais uns governam os outros. O terceiro eixo refere-se à constituição dos modos de subjetividade que não diz respeito ao traçado de uma historicidade dos seus diferentes modos de ser, mas da análise das diversas modalidades de sua produção com base nas técnicas de si consigo mesmo. Esse último eixo permitiu um deslocamento de sua pesquisa para a Antiguidade greco-romana.

13 Antes de estabelecer os objetivos do curso de 1983, Foucault retoma a questão posta por Kant em 1784 acerca do que é a *Aufklärung*. Essa questão situa a interrogação do filósofo no presente do qual toma parte e exige uma atitude crítica. Uma ontologia do presente ou de nós mesmos seria, para Foucault, o sentido político da interrogação filosófica.

Grosso modo, temos: o eixo dos discursos, o eixo do governo ou governamentalidade e da sujeição, e o eixo da ética do sujeito e da liberdade.

Isto posto, cabe a seguinte questão: qual problema o presente põe para os objetivos desse estudo acerca da liderança política? Numa primeira formulação conceitual, pode-se situar a *“liderança política” como um conjunto de procedimentos e tecnologias que visam ao comando das condutas de uns sobre os outros. Nesse caso, a liderança política seria conceituada, portanto, como tecnologia de governo.*¹⁴

Situa-se esse estudo num problema do próprio presente que, grosso modo, se apresenta numa situação de crise, ou seja, as tecnologias e mecanismos da liderança política não funcionam mais, sem, contudo, outros virem a tomar o seu lugar. Abre-se uma fissura que possibilita novos experimentos. Nessa perspectiva metodológica, os estudos da democracia antiga são valiosos. Eles não visam ao resgate de nenhum modelo, mas ao modo de problematização da liderança política que na atualidade repercutiria numa nova conceituação. Para atingirmos esse objetivo, retomaremos a pesquisa de Foucault do termo grego *parresía* no seu sentido político.

Foucault dedicou-se nos dois últimos cursos, em 1983 e 1984, à genealogia da *parresía*. Particularmente no curso de 1983, ele objetiva ao estudo da *parresía* como procedimento de governo e, numa primeira tradução, como ao dizer-a-verdade o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e com os outros (Foucault, 2010a: 42). Nessa dupla articulação do termo se divisa uma abordagem do governo com base num *êthos*.

Foucault coloca três questões que orientam o seu percurso para uma “ontologia dos discursos da verdade (ou veridicção)”. A primeira refere-se à singularidade do modo de introduzir no real certo jogo de verdade. E essa pergunta exige que se considere o discurso da verdade como uma prática. A segunda diz respeito à invenção de um modo de ser do real com base na colocação do discurso de veridicção. Essa questão situa toda a verdade como um jogo de veridicção. E, por fim, a terceira alude ao modo de ser do sujeito condizente ao jogo da verdade. Essa última questão implica na noção de formas de subjetivação em sua relação com a noção de produção da subjetividade com base no *ethos* (Foucault, 2010a: 281).

14 Esse enunciado conceitual serve de orientação metodológica para uma pesquisa empírica que deverá precisar as tecnologias de comando empregadas pelo “líder” que assegura ao mesmo tempo o seu status político de liderança e o funcionamento do governo. Neste caso, o líder se apresenta dotado de capacidade de articulação política que resulta para si, seu estafe político e seguidores, sejam do seu partido, sejam de aliados, recursos próprios e um *lôcus* de poder.

Para definir *parresía*, Foucault opta, inicialmente, por dizer o que ela não é. Primeiro, não é um discurso que obedece a uma estrutura racional para a *demonstração* de uma verdade (Ibid.: 52). Segundo, não é uma técnica (*tékhnē*) ou arte de persuasão pertencente à *retórica* (Ibid.: 53), porque essa não exige do discurso o compromisso com a veridicidade (uma das traduções de *parresía*). Terceiro, não se trata de uma pedagogia ou arte de ensinar (Ibid.: 54), por se tratar a *parresía* de uma fala franca, cortante, abrupta. Quarto, não é uma discussão (Ibid.: 55) porque não situa no terreno da controvérsia (erística) em que se busca fazer triunfar aquilo que se toma como verdadeiro.

A *parresía* também não pode ser apreendida como *estratégia discursiva* ou um *enunciado performativo*, ou seja, como *dispositivo de poder*¹⁵. Isto porque a *parresía* abre para aquele que pronuncia a verdade um “risco de vida” a partir do efeito desse discurso no interlocutor. Eis um dos elementos fundamentais do dizer-a-verdade, a *coragem* daquele que pronuncia o discurso verdadeiro. E nisso reside o seu sentido político: “a coragem da verdade”.

O risco que exige coragem por parte daquele que diz-a-verdade diferencia o discurso parresiástico de qualquer enunciado performativo que se pauta pelas seguintes características: primeira, codificação institucionalizada para o controle dos efeitos do discurso; segunda, autoridade do enunciator em razão do lugar institucionalizado que ocupa; terceira, a garantia pelo estatuto ocupado de que, ao emitir um enunciado, este se realize tal qual foi emitido.

Feitos todos esses senões, Foucault faz, no nosso entender, a melhor formulação conceitual do termo *parresía*:

A parresía (...) é portanto uma certa maneira de falar. Mais precisamente, é uma maneira de dizer a verdade. (...) Uma maneira de dizer a verdade tal que abrimos para nós mesmos um risco pelo fato de dizer a verdade. (...) A parresía é uma maneira de abrir esse risco vinculado ao dizer-a-verdade

15 Por dispositivo de poder Foucault entende três coisas: Primeiro, “Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes seguimentos. [Segundo], demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. (...) [Terceiro], o tipo de formação que em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem portanto uma função estratégica dominante” (Foucault, 1992: 244-246). O dispositivo é de natureza estratégica, mantendo relações de forças sustentadas por configurações de poder e tipos de saber.

constituindo-nos de certo modo como parceiros de nós mesmos quando falamos, vinculando-nos ao enunciado da verdade e vinculando-nos à enunciação da verdade. Enfim, a *parresía* é uma maneira de se vincular a si mesmo no enunciado da verdade, de vincular livremente a si mesmo e na forma de um ato corajoso. A *parresía* é a livre coragem pela qual você se vincula a si mesmo no ato de dizer a verdade. Ou ainda a *parresía* é a ética do dizer-a-verdade em seu ato arriscado e livre. Nessa medida, para essa palavra *parresía* (...) poderemos (...) propor [como tradução] o termo “veridicidade”. O parresiasta, aquele que utiliza a *parresía*, é o homem verídico, isto é, aquele que tem a coragem de arriscar o dizer-a-verdade e que arrisca esse dizer-a-verdade num pacto consigo mesmo, precisamente na medida em que é o enunciador da verdade. Ele é o verídico. (Foucault, 2010a: 63-64).

Essa conceituação descritiva tornar-se-á mais clara na medida em que Foucault analisar dois modos distintos de uso da *parresía*: primeiro, o uso político na democracia ateniense do séc. V a. C., por meio da peça Íon, do trágico Eurípides, e dos discursos de Péricles registrados pelo historiador Tucídides; segundo, o uso filosófico em textos de meados do séc. IV a. C. de Platão, com destaque para a *Carta VII*, em que o termo *parresía* aparece como uma função necessária à política, independente da forma da constituição (*politéia*). Nesse último caso, por meio da *parresía* se estabelece o vínculo do filósofo com a política. Retomaremos com mais detalhes, à frente, essa discussão. Por ora, gostaríamos de registrar o emprego político que, de acordo com a definição acima, confere ao discurso uma modalidade arriscada de atuação política que, na medida em que vincula o sujeito à verdade dita, o constitui na perspectiva do seu êthos. Eis uma nova formulação da relação entre a ética e a política com profundas repercussões na produção de um sujeito ético (no caso desse estudo, da liderança política) no seu exercício arriscado da liberdade pelo dizer-a-verdade.

Foucault diferencia o “discurso performativo”, que é matéria para uma análise da “pragmática do discurso”, do que ele vai denominar de “dramática dos discursos” referida à *parresía*. Enquanto, no primeiro, a situação real de quem fala afeta ou modifica o valor dos enunciados, na “dramática do discurso” parresiasta o enunciado e o ato de enunciação afetam e modificam o sujeito, porque aquele que diz algo se vincula ao fato de ter dito e é atingido pelos efeitos da verdade enunciada. Dobra-se a força da veridicidade sobre si, para a constituição de si próprio, ou melhor, deixa-se afetar no seu modo de ser como sujeito. É isso que Foucault denomina de subjetivação de si por si.

Com base no exposto, podemos arriscar outra formulação conceitual para a *liderança política em que está em jogo o êthos do sujeito da ação política*. Bem diferente é o modo de subjetivação em que o sujeito é um produto dos *dispositivos de poder* e, ao mesmo tempo, contribui para o seu funcionamento. Trata-se, neste caso, de um assujeitamento.

As maneiras de se vincular como sujeito à verdade dita e se modificar na sua subjetividade podem ocorrer não somente por meio do discurso parresiasta do sujeito político, mas também do cientista, do filósofo, ou do profeta, desde que pronunciado fora dos vínculos institucionais ou contra eles. Isso porque os cientistas no interior das instituições científicas, os religiosos frente a sua instituição, como também os homens de partido, pronunciam o discurso da instituição a qual se prendem.

Frente ao exposto acerca da genealogia do discurso político, Foucault especifica o seu universo empírico. Destaca, inicialmente, a *parresía* política na peça Íon – apresentada no ano de 418 a. C. – que, para o autor, é uma peça “notável para expor a dramática do discurso verdadeiro” (Foucault, 2010a: 77). Nesse contexto, o governo se exercia pela dramática do dizer-a-verdade que, segundo Foucault, era denominada de *aleturgia* (manifestação da verdade por uma série de procedimentos ou governo pela verdade). Termo esse que torna indissociável o governo do êthos. O discurso de Péricles, registrado pelo historiador Tucídides, também irá constituir matéria empírica para a definição da *parresía* política, no contexto da liberdade democrática do século V a. C.

A *parresía* se define, tanto nos estudos da peça Íon como dos discursos de Péricles, como a fala mais alta em relação aos demais cidadãos e, também, sensata. Neste caso, trata-se de uma intervenção política, pela qual um homem, por meio do dizer-a-verdade, vai adquirir certa ascendência sobre os demais. Tal característica é que confere à palavra (*logos*) o poder na cidade em condições democráticas, porque assegura a liberdade de outras palavras num jogo político agonístico (disputa ou luta). É, portanto, pela palavra que o poder se exerce na *polis* democrática. E, mais, é pela *parresía* que um cidadão assume ascendência política sobre os demais. (Foucault, 2010a: 97-98).

A obediência política na democracia está vinculada ao exercício da palavra que persuade os demais comandados, numa disputa em que está assegurada a liberdade de outros também comandarem pela persuasão. A *parresía* se circunscreve nesse jogo político agonístico, no qual não se dobra o outro pela vontade, mas, sim, pelo convencimento (Ibid.: 98). Porém, diferentemente da arte retórica, essa persuasão se dá por meio da introdução no jogo político da coragem

da verdade, o uso da palavra franca – *parresía*, que coloca seu protagonista num duplo risco, de desagradar a multidão e da hostilidade dos demais oradores.

Antes de iniciar a análise da peça trágica *Íon*, Foucault revela a procedência de seu interesse em pesquisar o sentido de *parresía* na democracia. E este decorre da definição de democracia de Políbio (*apud* Foucault, 2010a: 139). Para esse historiador da República romana (séc. III a C.), a democracia é a forma de governo (*politeía*) que se caracteriza por duas noções, a *isegoria* e a *parresía*. Por que ele privilegiou apenas essas duas noções? Qual a diferença entre elas? Sabe-se que a *isegoria* refere-se à igualdade de direito à palavra, nos tribunais, nas tomadas de decisão nas assembleias, nas escolhas dos integrantes das funções públicas.

Foucault destaca a peça *Íon* (418 a. C.) para tentar precisar o sentido de *parresía*. Dentre os diferentes rituais de veridicção (manifestação da verdade) nesta peça, Eurípides denomina de *parresía* somente aquele que se refere à busca de *Íon* pelo direito político de exercer na sua cidade o poder pelo dizer-a-verdade. Para isso, ele precisa saber quem é a sua mãe, pois essa é a condição para que ele possa retornar a Atenas e fundar a democracia. “A *parresía* é que vai ser na pessoa de *Íon* o fundamento da democracia” (Foucault, 2010a: 144). De acordo com Foucault, existiria uma circularidade essencial entre *parresía* e democracia. “(...) para haver democracia é preciso haver *parresía*; para haver *parresía*, é preciso haver democracia” (Ibid.).

Esse caráter indissociável entre a *parresía* e a democracia significa que o uso da *parresía* como a fala franca, o dizer-a-verdade, pressupõe a constituição da cidade (*politeía*) que assegure o direito à palavra, a *isegoria*, que é constitutivo da cidadania. Mas a *parresía* é algo diferente de *isegoria*. Afirmar Foucault:

[A *Parresía*] é um elemento que, no interior desse âmbito da *politeía* democrática que dá a todos o direito de falar, permite que os indivíduos adquiram certa ascendência uns sobre os outros (...). A *isegoria* define simplesmente o marco constitucional em que a *parresía* vai atuar como sendo livre e, conseqüentemente, corajosa atividade de alguns que se adiantam, tomam a palavra, tentam persuadir, dirigem os outros, com todos os riscos que isso comporta. (2010a: 147).

Com o sentido posto anteriormente de *parresía* no interior de uma constituição democrática, podemos formular um enunciado de liderança política. *Por liderança política entendemos alguém que assume ascendência sobre os demais e exerce o comando sobre eles pelo uso da palavra franca com todos os riscos que isso comporta.*

Tucídides refere-se a Péricles, no momento de sua aparição na cena política, como um autêntico líder político dos atenienses, ou “o primeiro entre os atenienses, o que maior força tinha no falar e no agir” (Tucídides, 2013: 197). No relato do seu discurso em que aconselha os atenienses à recusa das imposições dos peloponésios (espartanos), advertindo sobre os riscos dessa decisão e da inevitabilidade de se escapar da guerra, Péricles se expõe em e para o público, cuja decisão envolve a todos. A liderança age com e pelo interesse comum¹⁶. Existe, entre líderes e liderados, uma relação de confiança medida pelas provas que ele dá na sua trajetória política. Constitui, portanto, a confiança (*pistis*) recíproca dos cidadãos entre si – não se pode esquecer que o líder é também um cidadão –, um elemento da subjetividade que assegura o bom exercício da democracia.

Foucault chama a atenção para a diferença entre *politeía* como marco constitucional que define os direitos dos cidadãos e a *dynasteía*, que designa o “exercício do poder (...), ou o jogo pelo qual o poder se exerce efetivamente numa democracia” (Foucault, 2010a: 147). Numa democracia, esse exercício se dá pela ascendência de alguns cidadãos sobre outros por meio do discurso que persuade. Assim posto, a *dynasteía* diz respeito ao problema da qualidade do personagem, em sua relação consigo e com os outros, no que ele é em seu êthos. A *parresía* seria o elo entre a condição formal, a *politeía*, e o exercício efetivo da política, a *dynasteía*, incluindo suas regras, seus procedimentos e o indivíduo que o exerce. Nada mais equívoco do que confundir-se a política com o político: ou seja, a atividade política, que define as relações consigo e com os outros, com o aspecto formal do poder político. Trata-se, pois, a política de um exercício de governo (a ascendência política de uns sobre os outros) pela palavra franca, pelo dizer-a-verdade e com a coragem em meio à relação agonística – na luta, na disputa, na liça.

Em suma, eis os quatro vértices do retângulo da *parresía* apontado por Foucault. O vértice constitucional ou formal da democracia, a *isegoria*, que garante a todos os cidadãos a igualdade de falar, opinar e participar das decisões públicas. Segundo, o vértice do jogo político, a *dynasteía*, a condição do exercício efetivo do governo, na qual se dá a ascendência e superioridade de alguns. Terceiro, o vértice da verdade ou o dizer-a-verdade, isto é, a necessidade de um

16 Na atualidade, a liderança política no sentido forte do termo é atribuída àqueles que catalisam mudanças sociais e lutam com e pelo interesse daqueles que comanda, numa situação de enfrentamento de posições divergentes e conflitantes.

logos sensato. Quarto, o vértice da coragem, em meio à luta, num discurso que disputa a supremacia com outros numa relação agonística.

O bom funcionamento da *parresía* com a democracia foi exposto por Tucídides em sua obra *História da Guerra do Peloponeso*, em referência aos discursos de Péricles¹⁷. Este, ao pronunciar seu “Discurso da Guerra”, utiliza um direito constitucional dado a todo cidadão do uso da palavra (*isegoria*). Ele pronuncia um discurso que reivindica para si mesmo e o qual se identifica, ou seja, um discurso da verdade pela qual conquistou a ascendência sobre os demais cidadãos. Péricles refere-se às possibilidades de sucesso e de fracasso, expondo-se ao risco de dizer-a-verdade em público em meio à luta. O “pacto parresiástico” celebrado em público com todos os cidadãos reunidos em Assembleia (*Ecclesia*) se dá nos seguintes termos: Péricles diz a verdade e os aconselha, mas se aceitarem, todos serão solidários nas consequências (Foucault, 2010a: 161-163). Mais tarde, quando este pacto foi rompido, Péricles arrisca-se ao pronunciar o que ficou conhecido por Tucídides como o “Discurso da Peste”, contrariando o povo e fazendo-lhes críticas.

Segundo Foucault, nos discurso de Péricles, tal qual relatado por Tucídides, divisam-se as qualidades de um parresiasta para o exercício, por meio de sua *parresía*, da ascendência política sobre os demais cidadãos, a fim de tornar a democracia governável. São as seguintes essas qualidades: ser verdadeiro, ser capaz de dizer-a-verdade, ser dedicado ao interesse geral, ser moralmente íntegro, ou seja, não ser corruptível (Foucault, 2010a: 165).

A democracia torna-se governável em razão do discurso verdadeiro. Foucault vai empregar o termo governamentalidade num sentido largo para designar o exercício do poder, conforme sua afirmação que “a emergência do discurso verdadeiro, está na própria raiz do processo de governamentalidade” (Ibid.: 169). Cabe frisar que, mais do que definir um método para cunhar os conceitos e, posteriormente, fixá-los em modelos, Foucault os constrói e os emprega em contextos históricos específicos. Daí, em razão de seu procedimento genealógico, a variabilidade de sentidos que eles assumem, que em nada tem a ver com a falta de rigor ou imprecisão do autor.

Retomando as razões da governamentalidade da democracia ou exercício imanente do poder, Foucault destaca dentre elas a *parresía*. É por essa última que se cria uma distinção no seio da igualdade democrática. E mais, essa

17 Trata-se dos seguintes discursos pronunciados por Péricles, em distintos momentos, na Assembleia dos cidadãos atenienses (*Ecclesia*): o “Discurso da guerra”, o “Discurso aos mortos na Guerra do Peloponeso” e o “Discurso da peste”.

distinção não se reveste em ameaça ao seu funcionamento, enquanto for possível a emergência de uma liderança política com as qualidades acima citadas, que Tucídides atribuiu a Péricles. Cabe ressaltar que o termo liderança política, em uma das possibilidades de conceituação adotada nesse estudo, concebe a atuação política com base numa relação política que privilegia o êthos do personagem, no caso, a coragem da verdade.

Em meados do século IV a. C., aprofundam-se os paradoxos presentes na relação entre democracia e *parresía*. O exercício desse governo se corrompe e abre-se um flanco para a crítica da filosofia. Foucault destaca dois paradoxos da democracia, são eles: primeiro, o vínculo inseparável entre a *parresía* e a democracia, mas esse discurso verdadeiro promove uma diferença na igualdade democrática; segundo, embora não exista democracia sem discurso verdadeiro, a própria democracia, na medida em que opera na disputa, no enfrentamento e no conflito, ameaça o discurso verdadeiro (Foucault, 2010a: 169-170).

O uso da palavra na democracia torna-se alvo de críticas no teatro, por meio da comédia, e, também, pelos filósofos. O discurso parresiástico não mais promove a ascendência de uma liderança qualificada por seu êthos da coragem da verdade ou *parresía*. Aqueles que fazem uso do direito à palavra utilizam-na para a defesa da opinião da maioria. Falta-lhes a coragem para contrariar a opinião corrente e, por isso, eles agem como bajuladores ou lisonjeadores, empreendendo um discurso demagógico. Os oradores dedicam-se a agradar a maioria em detrimento de um interesse público. Para Platão, a liberdade da palavra na democracia, ou melhor, o excesso dessa liberdade, em que todos podem dizer o que quiserem, estaria na origem da demagogia que corrompe essa forma de constituição (*politeía*)¹⁸. A liberdade da palavra se dissocia, nesse caso, da *parresía*, que não é simplesmente essa liberdade, mas é a franqueza ou a “profissão de verdade” que consiste na prática política efetiva que servirá de guia de uns pelos outros (Foucault, 2010: 171). O parresiasta difere, portanto, do demagogo, cuja etimologia é guia do povo.

Se a *parresía* na peça Íon de Eurípides articulava-se com a democracia, como também na própria definição de Políbio, em Platão essa noção de *parresía*

18 Foucault (2010: 168) destaca a crítica de Isócrates em seu “Tratado sobre a Paz”. Platão, no livro VIII da *República* (s/d), empreende uma crítica arrasadora da democracia. Por meio do seu método, analisa sucessivos estágios de corrupção das formas de governo à luz de um Modelo Ideal de constituição (*politeía*) e de virtudes da alma (*psykhé*) que compõem o caráter (êthos) do homem. Numa escala descendente de corrupção, a democracia ocupa o penúltimo lugar, abaixo da oligarquia e acima da tirania e, mais ainda, é da própria democracia que se origina a tirania. A cidade democrata, em razão do excesso de liberdade que corrompe a educação pelas virtudes, faz surgir os “demagogos” ou, nas palavras de Platão, os ambiciosos de poder e aduladores do povo (Platão, s/d: 400-401).

política sofre um deslocamento e terá lugar em outros regimes, dentre eles, a autocracia. Mas o sentido muda, pois a *parresía* constituiria na coragem de desafiar o governante. Foucault destaca a *Carta VII* de Platão, em que o filósofo relata a sua experiência política parresíasta junto ao tirano de Siracusa. O tipo de atuação política do filósofo na corte do tirano Dionísio se diferencia do exercício direto na política perante uma assembleia, aconselhando os cidadãos na tomada de decisão. Trata-se, contudo, de uma *parresía*, um dizer-a-verdade que aceita correr o risco do perigo que implica na livre interpelação da conduta do governante. Nesse caso, o filósofo tenta interferir na política por meio do conselho àquele que governa, arriscando contrariá-lo pelo uso da fala franca ou *parresía*.

Segundo Gros, por meio da análise da *Carta VII* de Platão, Foucault vai situar o próprio empreendimento filosófico. O ineditismo da análise de Foucault sobre Platão está no privilégio da atuação diretamente política desse filósofo. Trata-se de uma relação de exterioridade à política, diferindo da abordagem do diálogo *República*. Nesse último, Platão constrói um Modelo Ideal de cidade justa e de homem justo e atribui o governo ao rei-filósofo, cuja legitimidade advém do conhecimento e da prática desse Modelo.

Foucault, ao colocar em evidência a análise da *Carta VII*, pretende afirmar, segundo Gros (2010: 348), que “a atividade filosófica não deve se confinar apenas ao discurso, mas colocar-se à prova das práticas, dos conflitos e dos fatos. O real da filosofia será encontrado nesse confronto ativo com o poder”. E mais, Foucault também questiona a figura do rei-filósofo, e, na análise de outros diálogos de Platão, vai revelar que o que está em jogo não é o conhecimento que o governante detém, mas “um modo de ser, uma relação de si consigo mesmo” (Gros, 2010: 350). Eis mais uma contribuição original de Foucault para o debate atual acerca da relação entre filosofia e política que difere dos dispositivos de saber-poder.

Para finalizar...

Na primeira abordagem conceitual da liderança política confrontamos dois pensadores, Maquiavel e Foucault, particularmente, como base na formulação de dois conceitos, *parresía* e *virtù*. Priorizamos esses conceitos por tratar-se de atributos que conferem destaque ao exercício da política articulada à atividade da liderança.

Considerando a diferença nas abordagens e o contexto histórico em que os conceitos foram formulados, entendemos que ambos conferem relevância ao sujeito da ação política. Este atua em meio às relações de conflito, de luta e disputas que exigem daqueles que se pretendem à liderança o protagonismo

nas lutas sem garantias prévias. Comum a ambos é a ausência da soberania do Estado. Tanto a *virtù* quanto a *parresía* estão na proveniência, exercício e continuidade do poder político.

Por se tratar de uma qualidade política da liderança, a *parresía* e a *virtù* são adquiridas e perdidas em meio à luta. A *virtù*, segundo Maquiavel, se mede numa relação com a *fortuna*, não podendo, portanto, ser ensinada ou reduzida a uma qualidade inata de alguém. Isto porque as circunstâncias são mutáveis, exigindo dos protagonistas uma contínua adequação das ações.

A partir de um problema da atualidade, divisamos duas linhas conceituais distintas: a primeira, na época moderna, a liderança como uma tecnologia de poder ou, mais especificamente, de governo. Nesse caso, privilegia-se a análise das técnicas, procedimentos e mecanismos utilizados para o governo das condutas de uns sobre os outros. A liderança política seria parte dessa engrenagem e a qualidade dessa liderança se misura por meio do bom funcionamento dessa relação de poder.

A segunda linha conceitual situa, num primeiro momento, o vínculo entre democracia e *parresía*. A liderança política seria, no seio da democracia, um elemento de ascendência política pelo uso da fala franca, o dizer-a-verdade em público e para o público detentor dos direitos de cidadania os quais dizem respeito à tomada de decisões nas assembleias, participação nos tribunais e ocupação de funções públicas. A *parresía* situa-se em meio ao jogo agonístico. A liderança não se dissocia do seu êthos da coragem da verdade. O sujeito identifica-se com a verdade que pronuncia. O líder político utiliza o privilégio da liberdade da palavra para, com sua coragem da verdade, comandar os outros. A palavra franca exige coragem e expõe aquele que a pronuncia ao risco, numa democracia, de desagradar à opinião da maioria.

Um deslocamento da *parresía* política se dá com os críticos da democracia, em meados do século IV a. C., que acusam essa forma de governo de prevalência da fala demagógica, ou de um uso retórico¹⁹ sem compromisso com a veridicidade ou *parresía*. Sócrates, Platão, Xenofonte e outros filósofos antigos se posicionam criticamente em relação ao exercício da política na democracia. A coragem da verdade, com eles, não se faz no interior do campo político, mas como crítica externa ou em relação às instituições políticas, e não nas instituições políticas.

19 Caberia uma discussão a respeito do uso da retórica como recurso político para influenciar e guiar os outros para a tomada de decisões na Antiguidade. Assim como, na atualidade, o emprego do *marketing* político na construção da imagem da liderança política.

Sócrates percorre as ruas incitando, com seu método, qualquer um, seja cidadão ou não, ao cuidado de si. E a filosofia antiga e o filósofo se apresentam autênticos (étymos) agentes da *parresía*. Isto porque uma vida filosófica caracteriza-se por um modo de vida que é em si mesmo a manifestação da verdade. Viver filosoficamente é procurar mostrar, pelo êthos, a maneira como se vive.

Em relação à política com base nesse êthos filosófico, no caso a *parresía*, o filósofo interpela a conduta dos que governam com todo o risco implicado. Várias foram as maneiras, na Antiguidade greco-romana, de dirigir-se aos que governam: desde a educação dos príncipes (estóicos), passando pela insolência dos cínicos, até os círculos de oposição ao poder (epicuristas). Mas, com suas pesquisas sobre os diferentes estilos de vida filosófica e de relação com a política, Foucault afirma a atualidade de um modo de ser filosófico, como veridicção ou *parresía*.

Para concluirmos, afirmamos a pertinência para este estudo da liderança política desse modo de colocação do problema: uma crítica com base no êthos, ou seja, uma maneira de pensar e de sentir, um modo de agir e de se conduzir. Seguindo as sugestões de Foucault, entendemos ser importante construir linhas de pesquisa em torno da ética do sujeito ou dos modos de produção da subjetividade na perspectiva da atividade política.

Em suma, podemos distinguir dois grandes blocos de abordagem conceitual da liderança política. No primeiro bloco podemos reunir diferentes atuações políticas de liderança, tendo como diferencial a ascendência de uns sobre os outros, pelos seguintes fatores: dar início a algo novo, a fundação de novas instituições e arranjos políticos, catalisar grandes mudanças sociais; um êthos expresso na coragem da verdade no enfrentamento dos que governam, pondo em risco sua vida. Essa opção teórico-metodológica é profícua em razão de seu sentido aberto ao contexto histórico que inclui também os fluxos do pensamento e do agir segundo os valores a serem adotados.

No segundo bloco estão os líderes como efeitos do *dispositivo de poder* que, por sua vez, fazem com que esses mecanismos funcionem. Cumpre salientar que essas tecnologias não são estruturas generalizáveis que se aplicam igualmente em diferentes contextos históricos. Ao contrário, elas exigem um minucioso estudo descritivo de seu funcionamento, elas sofrem mutações e têm uma história descontínua. Tais lideranças podem variar numa escala que vai do tipo grotesco ao governante burocrata. Um mesmo personagem poderá, em determinado contexto e momento da história, se configurar como liderança que afronta os próprios mecanismos de governo e tornar-se, em outro momento, um líder que faz funcionar esses mesmos mecanismos.

A *parresía* (a fala franca, o dizer-a-verdade) se configurou, na Antiguidade, na *diferença ética* na constituição da subjetividade da liderança política. Disso decorre a distinção entre ética e moral. Esta última baseia-se na observância de um código moral, cabendo aos indivíduos, tal como são, obedecê-lo. Não existe um comprometimento com aquilo que se faz e com o que se fala, pois a obediência a um código moral imposto por um externo degrada a subjetividade em sujeição. Já a ética implica na construção de regras facultativas e mutáveis segundo as circunstâncias. Foucault insiste na articulação da ética com uma estética da existência. No sentido *da* política, a *parresía* é um procedimento que caracteriza o exercício da democracia na Antiguidade, como também, uma conduta da filosofia antiga em relação à política.

Retomando a ideia inicial que motivou este artigo, concluímos ser o conceito de *parresía* política, seja como atitude de resistência às formas autocráticas de governo, seja na democracia como exigência de compromisso ético das lideranças, significativo para entendemos que essa noção política traria importante contribuição para o debate atual e o enfrentamento da crise da liderança política. O pensamento político moderno e contemporâneo conferiu especial atenção ao conceito de *virtù* de Maquiavel. Entendemos que a sugestão de Foucault poderia mobilizar a discussão contemporânea acerca da liderança política.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2010.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Editora Forense, 9ª Edição, 1999.
- BERLIN, I. Introdução: A originalidade de Machiavelli, em MACHIAVELLI, Nicolo. *O Príncipe*. Trad. Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2000.
- BURCKHARDT, J. *A cultura do Renascimento na Itália*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- CASTORIADIS, Cornelius. A polis grega e a criação da democracia. In: *As encruzilhadas do labirinto/2*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. Rio/São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- EDMOND, M-P. Maquiavel. In : CHATELET, F., DUHAMEL, O., PISIER, E. (Orgs.) *Dicionário das obras políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- FINLEY, Moses. Líderes e liderados. In: *Democracia antiga e moderna*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

- FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e Escritos VI*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Política e ética: uma Entrevista. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e Escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FOUCAULT, Michel 1992a. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1992a.
- GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- LEME, José Luis Câmara. A crise da governamentalidade e o poder ubuesco. In: ALBUQUERQUE, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA, Alípio de (orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *O Príncipe*. Trad. Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1992.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1979.
- PLATÃO. *A República*. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (s/d)
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Trad. Sérgio Goês de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- TÓTORA, Silvana. A questão democrática: perspectivas teóricas e análise do pensamento político brasileiro da década de 1980. Tese de doutorado em Ciências Sociais – concentração em política. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Livro I. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- WEBER, Max. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. Trad. Maurício Tragtenberg. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- WEBER, Max (1979). A política como vocação. In: GERTH & WRIGHT MILLS (orgs.). *Max Weber*. Trad. Waltensir Dutra. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

Recebido em 18/04/2016

Aprovado em 20/05/2016

Como citar este artigo:

TÓTORA, Silvana Maria Corrêa; CHAIA, Miguel. Liderança Política: Virtù e Parresía. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 389-412.

Transformaciones jurídicas y “revolución de los derechos”: el caso argentino

Maximiliano Nicolás Campana¹

Resumen: La judicialización creciente de demandas políticas en Argentina, como la del matrimonio homosexual impulsado por sectores de la diversidad sexual, ha sido resultado de importantes transformaciones que el campo jurídico de este país ha venido sufriendo desde comienzos del siglo XX. El presente artículo, inspirado en las ideas de Charles Epp, pretende mostrar cómo el surgimiento de abogados y organizaciones de interés público han hecho del campo jurídico un espacio receptivo al avance y fortalecimiento de derechos colectivos.

Palabras clave: judicialización; matrimonio homosexual; abogados.

Legal changes and “the Rights Revolution”: the Argentine case

Abstract: *The growing judicialization of political demands in Argentina, such as gay marriage, driven by sectors of sexual diversity, was the result of important changes that have happened in the legal field, changes that have started during the early twentieth century. This article, inspired by the ideas of Charles Epp, aims to show how the emergence of public interest lawyers and public interest organizations have transformed the local legal field into a receptive place for the advancement and strengthening of collective rights.*

Key words: *judicialization; gay marriage; lawyers.*

¹ Doctorando del Programa de Doctorado en Derechos y Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Córdoba – Argentina – maxicampana@gmail.com

1. Introducción

El 22 de abril del año 2009 una pareja de hombres se presentó ante un Registro Civil de la Ciudad de Buenos Aires para solicitando su voluntad de contraer matrimonio. El Registro Civil se negó, y la pareja decidió acudir a la justicia, por entender que dicha negativa era inconstitucional. El 10 de noviembre de ese mismo año la jueza que entendía en este caso resolvió declarar la inconstitucionalidad de los artículos 172 y 188 del Código Civil Argentino “en cuanto impiden que los señores Alejandro Freyre y José María Di Bello puedan contraer matrimonio”. Esta sentencia planteó que “la medida estatal impugnada impide a los actores disfrutar de los derechos de que son titulares las parejas que acceden al matrimonio [...] (lo que) resulta discriminatoria”.

Esta sentencia constituyó la primera victoria política y jurídica importante de una campaña lanzada en el año 2007 por la recientemente creada Federación Argentina de Lesbianas, Gays, Bisexuales y Trans (FALGBT) que tenía por finalidad el reconocimiento legal del matrimonio a parejas del mismo sexo. De esta manera, los tribunales argentinos se convirtieron en un espacio central para disputar los significados de familia, igualdad, sexualidad y reproducción, y el poder judicial se consolidó como un campo para establecer además demandas políticas.

Lo cierto es que la consolidación del campo jurídico como un espacio propicio para judicializar demandas colectivas de determinados grupos fue resultado de un largo proceso de transformaciones históricas y sociales que se dieron en el país. El presente artículo tiene por finalidad exponer esas transformaciones, siguiendo las teorías de Charles Epp, con el fin de dar cuenta cómo fue posible que en Argentina se produzca una “revolución de los derechos”, y de qué forma el campo jurídico se constituye como un espacio de disputas políticas a diversas demandas sociales en Argentina.

2. Charles Epp y “la revolución de los derechos”

En 1998, el profesor estadounidense Charles Epp publicó *“La Revolución de los derechos: abogados, activistas y cortes supremas en perspectiva comparada”*². Para este autor, tanto la ampliación de derechos civiles como la democratización del acceso a la justicia es el resultado de la acción colectiva concertada “que surge tanto de una sociedad civil decidida como de la subvención pública”, (Epp, 2013: 293). En su obra, Charles Epp, describe y analiza diversos procesos

2 La versión en español es del año 2013.

de reconocimiento y ampliación de derechos civiles y políticos que se dieron en diversos países de tradición jurídica anglosajona del *common law* (Estados Unidos, India, Gran Bretaña y Canadá), concluyendo que estos procesos significaron una verdadera “revolución de los derechos”.

El autor, enrolándose en una posición marcadamente estructuralista, considera que para que esta revolución de derechos pueda materializarse, es necesario que exista lo que él denomina una “estructura de sostén” apropiada. Esta estructura de sostén estaría compuesta básicamente por la existencia de abogados/as defensores de derechos civiles y recursos financieros para sostener campañas de litigio a largo plazo (Epp, 2013: 25). Quizás el mayor límite de esta propuesta teórica es que difícilmente pueda explicar los avances en materia de derechos civiles que se han dado en aquellos países ajenos a la tradición jurídica anglosajona del *common law*.

Sin embargo, el caso argentino es particular, ya que si bien pertenece a una tradición jurídica de derecho continental, ha tenido la capacidad de generar una estructura de sostén (en términos de Epp) que permitió el avance de derechos civiles a partir de la judicialización exitosa de causas colectivas. Si bien la utilización de las cortes nacionales es un fenómeno que se viene dando en la mayoría de los países de América Latina, la experiencia argentina ha mostrado ser particularmente exitosa. De hecho, David Landau (2012) considera que a nivel de derecho constitucional comparado, hay pocos países donde existan instrumentos legales que permitan a los jueces ordenar a las instituciones públicas que cumplan con la Constitución Nacional (“*structural injunction-like devices*”) y que Argentina “es uno de los pocos países que ha intentado implementar verdaderos remedios estructurales” (Landau. 2012: 246). En términos de Epp, podríamos decir entonces que el campo jurídico argentino ha generado la estructura de sostén necesaria para que “la revolución de los derechos” pueda llevarse a cabo, a partir de diversas experiencias históricas que serán expuestas a continuación.

3. De abogados tradicionales a abogados “alternativos”: mutaciones en el campo profesional en Argentina

Retomando las ideas de Epp (2013), la “revolución de los derechos” dependería básicamente de la existencia de una estructura de sostén, estructura compuesta tanto por la existencia de abogados dispuestos a judicializar causas colectivas como también con la disposición de recursos económicos y financieros para solventar dicha judicialización. Desde la instauración de la democracia en Argentina 1983, se han dado importantes mutaciones en el país, y entre ellas se encuentra el surgimiento de profesionales del derecho dispuestos a romper

con el esquema tradicional, liberal y conservador, y que han sido denominados como “abogados alternativos” (Manzo 2014) o “abogados de interés público” (Meili 1998). Sin embargo, estos abogados no surgieron sólo a partir de la democracia, sino que sus orígenes deberían ser buscados entre la década de 1930 y 1950 cuando cambios en la legislación laboral crearon una reserva de “profesionales legales dispuestos a encarar conflictos no tradicionales, aumentando la demanda en abogados especializados en disputas laborales, y poniendo al público en contacto con ellos” (Smulovitz, 2010: 244). Según esta autora, este tipo de profesional alternativo (una especie de abogado en derecho social) se transformaría en el abogado de interés público debido a la instauración intermitente de sistemas democráticos y dictatoriales en el país.

a. La emergencia de los abogados “contra el fascismo”

La llegada del siglo XX trajo importantes modificaciones en las profesiones legales, y una masa de nuevos abogados se incorporaron al campo jurídico argentino, asumiendo a partir de los años 30 un rol “alternativo” al por entonces rol profesional tradicional y dominante, creando y organizándose en torno a diversas agrupaciones con la finalidad de defender a trabajadores, disidentes políticos y luchar contra el fascismo.

Según relata Tulio Ortiz (2004), hasta 1874, en Buenos Aires los estudios en Derecho se realizaban en el Departamento de Jurisprudencia de la Universidad de Buenos Aires (fundado en 1821). Este Departamento otorgaba el diploma de “licenciado” o “doctor” en jurisprudencia. La habilitación profesional requería de un período extra de formación teórica y práctica que culminaba en un examen final, a cargo de la Academia Teórico-práctica de Jurisprudencia, dependiente de la Cámara de Apelaciones. En 1874 se crea la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (FDUBA), sustituyendo al Departamento de Jurisprudencia, y convirtiéndose en el principal centro de formación de abogados del país.

Junto con estas reformas en la FDUBA se produjo un aumento en el número de alumnos inscriptos en las diversas universidades argentinas, duplicándose el número entre el año 1900 y 1910 a casi 6000 estudiantes. Este aumento parece haber sido impulsado por las diversas reformas educativas llevadas a cabo por la elite política conocida como “generación del 80”, sobre todo por la sanción de la ley 1420 de educación común, laica y gratuita de 1884 y por la reforma de los estatutos universitarios que determinaron la gratuidad de la universidad (Cuto-
lo, 1951; Vecchioli, 2006). Todas estas reformas se dieron durante un período

de grandes cambios demográficos y políticos en Argentina: demográficamente estaba caracterizado por la llegada masiva de inmigrantes europeos al territorio nacional, lo que significó también la incorporación a la profesión jurídica de inmigrantes e hijos de inmigrantes de las extracciones más bajas y medias de la población (Leiva 2005).

En el ámbito político, por su parte, el 10 de febrero del año 1912, el Congreso sancionaba la ley 8.871, conocida como “Ley Sáenz Peña”, estableciendo el voto universal, secreto y obligatorio para los ciudadanos argentinos varones mayores de 18 años. Con la nueva legislación, la conducción del país podía dejar de estar en manos de las élites tradicionales (Imaz 1964).

Las Facultades de derecho comenzaron a politizarse, y este activismo estudiantil se conformó no sólo como una primera forma de socialización en la política sino también como una instancia central en la conformación de una comunidad de pares que luego “se reconocerá como perteneciente a una nueva generación disconforme” (Vecchioli, 2006: 69). Esta nueva generación comenzaría a cuestionar los principios del derecho liberal tradicional, individualista y centrado en la propiedad privada, e instará a la consolidación de un nuevo derecho volcado al interés común (Smulovitz, 2010). En 1918 esta tendencia quedaría cristalizada en la denominada Reforma Universitaria de Córdoba, reforma que luego se extendería a las demás universidades del país, y que tenía por objetivo desafiar el orden universitario existente y democratizar el acceso a la educación superior. Con la reforma universitaria, quedaron plasmados los ideales de esta generación disconforme.

Sin embargo, la euforia estudiantil reformista sólo duraría hasta la presidencia de Alvear, quien revirtió gran parte de los avances que se habían obtenido los años anteriores, y quedaría completamente neutralizada a partir de 1930, cuando se produjo el primer golpe de estado del país. A partir de la década del treinta comienza a presentarse una época políticamente conflictiva, y el campo jurídico con un número creciente de abogados “recién llegados” y “sin causa” al mundo del derecho, hijos de inmigrantes o de sectores de clases medias y populares, que no podían insertarse en los sectores políticos, profesionales tradicionales o carecían de vínculos para ingresar al poder judicial. En este caso “estos *outsiders* comenzaron a explorar otros espacios de inserción laboral” (Vecchioli, 2006: 75) vinculados al asesoramiento legal y la defensa de trabajadores, inmigrantes, disidentes políticos y organizaciones gremiales y sindicales. Los primeros “abogados alternativos” del país entraban en escena.

Estos profesionales del derecho, junto a otros políticos e intelectuales asumieron el compromiso de denunciar las diversas situaciones de abusos cometidos

por parte del Estado contra trabajadores, disidentes políticos o sindicalistas y para ello constituyeron diferentes espacios y organizaciones, tales como la Liga Argentina por los Derechos del Hombre (LADH), el Comité Argentino contra el Racismo y el Antisemitismo³; la Organización Popular contra el Antisemitismo, el Comité Pro Aministía a los Presos y Exiliados Políticos de América⁴, la filial argentina del Socorro Rojo Internacional⁵, el Comité de Ayuda Antifascista⁶ y la Asociación Jurídica Argentina⁷ (Smulovitz, 2010: 245). En general, todos los miembros coincidían en que era necesario actuar públicamente contra el fascismo que se estaba diseminando y consolidando en el país a partir de la llegada de Uriburu (Leiva 2005).

De esta manera, la década del treinta trajo consigo la aparición de abogados que asumieron roles profesionales diferenciados, que se aglutinaban en torno a la defensa de los derechos del hombre y a la lucha contra el fascismo, denunciando el carácter fraudulento y autoritarios del gobierno de esa época, y que pensaban y practicaban el derecho desde una perspectiva alternativa, orientada a la protección de sectores vulnerables. Para Vecchioli (2006: 108) la utilización del derecho funcionaba como una estrategia que reivindicaban los principios liberales y republicanos de gobierno, principios que “otorgan un lugar central al derecho y que estos dirigentes habían interiorizado a lo largo de su formación profesional y militante. Estos valores eran defendidos y legitimados en oposición al “espíritu militarista” que promovía la conquista del poder público a través de las fuerzas armadas y resultada en un hecho ilegítimo: la fuerza sustituye al derecho”.

Luego del golpe de Estado de 1943, todas estas asociaciones comenzaron a desaparecer, y el discurso “contra el fascismo” se fue transformando en un

3 Organización cuya constitución rezaba que estaría integrada por “hombres libres, de ideas filosóficas y políticas muy diversas, reunidos para afirmar el respeto que la colectividad judía tiene como integrante de nuestra nacionalidad y con el propósito de denunciar públicamente la infiltración nazi-fascista y evitar que el antisemitismo adquiriera la misma monstruosa significación que en los países totalitarios”.

4 Agrupación dedicada a denunciar aquellos procedimientos que sean violatorios de las leyes y los derechos del hombre, pudiendo ser integrado por “figuras destacadas de la vida política sin distinción de credo ni de color político”.

5 El Socorro Rojo Internacional (SRI) fue un servicio social internacional organizado por la Internacional Comunista en 1922. Creada para que funcionara como una Cruz Roja internacional e independiente de cualquier organización o confesión religiosa. El SRI condujo campañas de apoyo a los prisioneros comunistas y reunió apoyo material y humanitario en situaciones específicas. En Argentina tenía por objetivo “organizar la lucha contra reaccionarios y fascistas”.

6 Esta organización, por su parte, se orientaba a trabajar en favor del derecho de asilo en América y contra la ley de residencia.

7 Este grupo era definido como una asociación orientada a la realización de acciones contra el fascismo y contra la guerra.

discurso “por la solidaridad”. La llegada de Juan Domingo Perón y el amplio reconocimiento al derecho de trabajadores y sindicatos convirtió a muchos de estos abogados en “profesionales con causa”, quienes se encargaron de representar los intereses de trabajadores y sindicatos (Vecchioli, 2006; Smulovitz, 2010).

b. De abogados sindicales a defensores de presos políticos

Desde el derrocamiento de Perón en 1955 hasta su regreso en 1973, el país se vio inmerso en período fuertemente caracterizado por la alternancia entre breves gobiernos democráticos y constantes golpes de estado caracterizados por gobiernos autoritarios. En este contexto, y fundamentalmente a partir del cordobazo⁸ un conjunto de profesionales del derecho comenzaron a generar diversos espacios asociativos tendientes a asumir la defensa jurídica de los llamados presos políticos y sociales, y a denunciar públicamente la inconstitucionalidad de los procedimientos represivos de la dictadura.

En general, se trataba de jóvenes profesionales que no pertenecían a familias tradicionales o vinculadas al mundo del derecho, y cuyas edades rondaban entre los 25 y los 35 años. La mayoría eran argentinos ya de segunda generación, pertenecientes a clases medias emergentes durante la presidencia de Perón, y que habían optado por la carrera de derecho por la rápida inserción laboral que ésta ofrecía⁹. La mayoría de ellos comenzó militando en agrupaciones estudiantiles universitarias y trabajó asesorando sindicatos y trabajadores. Este tipo de trabajo los acercó a ciertos sectores sociales más vulnerables desarrollando una mayor sensibilidad por las problemáticas sociales (Vecchioli 2006).

Entre los espacios asociativos que se crearon el más importante fue la Asociación Gremial de Abogados de Buenos Aires, que se constituyó ante la negativa de la Asociación de Abogados de Buenos Aires de repudiar públicamente las intervenciones militares a los abogados defensores de presos políticos, sobre todo a partir de la desaparición del abogado Néstor Martins. Ella nucleaba la mayoría de estos profesionales del derecho, que además en general pertenecían al cuerpo de abogados de la Confederación General del Trabajo de los Argentinos (CGTA) o formaban parte de los mismos círculos políticos y/o académicos.

8 El Cordobazo fue un importante movimiento de protesta ocurrido en Argentina el 29 de mayo de 1969, en la ciudad de Córdoba y que tuvo como consecuencia más inmediata la caída del gobierno de Juan Carlos Onganía.

9 Sin embargo también formaron parte de este colectivo abogados pertenecientes a familias política o económicamente importantes, tales como Hipólito Solari Yrigoyen (sobrino de Hipólito Yrigoyen); Gustavo Roca (hijo de Deodoro Roca); Silvio Frondizi (hermano de Arturo Frondizi) y Mario Landaburu (perteneciente a una familia que había participado activamente en los golpes de estado del país).

Desde la Gremial, generaron una red de trabajo conjunto para garantizar la defensa judicial de todos los militantes políticos y sindicales que eran detenidos, incluyendo aquellos pertenecientes a organizaciones armadas. Por lo general, estos abogados “se percibían como combatientes de una causa, y estaban dispuestos a levantarse en armas: las armas del derecho”. En sus propias palabras, ellos se lanzaban por “la lucha por el derecho” (Vecchioli, 2006: 201).

El triunfo del Peronismo en 1973 colocaría a gran parte de estos abogados en el centro de la escena política, comenzando todos ellos a ocupar lugares en las legislaturas provinciales o el Congreso Nacional, en funciones públicas, en las Universidades Nacionales o incluso en el Poder Judicial. Sin embargo, este período duró apenas un año, y con la restauración del Estado de sitio y el posterior golpe de Estado de 1976, estos profesionales comenzaron nuevamente a ser blancos de la represión estatal, siendo detenidos, desaparecidos o debiéndose exiliar (Smulovitz, 2010). Para entonces, la Gremial había dejado de funcionar, y “los propios abogados defensores se habían tornado víctimas de las represión del terrorismo de Estado” (Vecchioli, 2006: 210).

c. La última dictadura militar y los abogados por los derechos humanos

El último golpe de estado de 1976 trajo consigo importantes cambios políticos, y la persecución, tortura y desaparición forzada de cualquier disidente al régimen se volvieron moneda corriente¹⁰. Como consecuencia de ello, la mayoría de estos abogados defensores de presos políticos que lograron sobrevivir decidieron emigrar en carácter de exiliados políticos a México, Estados Unidos y fundamentalmente Francia¹¹ (Franco 2004).

En el exilio estos abogados y víctimas directas del terrorismo de estado se involucraron en distintas actividades y crearon diversos espacios para continuar con su lucha anti-dictadura desde donde se encontraban. En Francia fundaron el *Groupe d'Avocats Argentins Exiles en France* (GAAEF) y la *Commission Argentine des Droits de l'Homme*. Desde estos espacios, comenzaron a denunciar públicamente la complicada situación en la que se encontraban los abogados argentinos y articularon una red de relaciones institucionales internacionales que tendrían importantes impactos en su lucha. Su misión consistía en mantener viva las denuncias contra el régimen dictatorial argentino,

10 Para 1978 se calcula que 23 abogados habían sido asesinados, 109 estaban detenidos y 41 desaparecidos (Meili, 1998: p. 503).

11 Se calcula que entre 1974 y 1983 cerca de 3000 argentinos se habrían exiliado en Francia (Franco 2004).

convirtiéndose en verdaderos expertos en materia de derecho humanitario y derecho internacional de los derechos humanos¹² (Vecchioli 2006).

Paralelamente, en Argentina, se formaron nuevas agrupaciones de derechos humanos integradas por profesionales del derecho que además habían sufrido la desaparición de familiares directos y pretendían denunciar los abusos del régimen. Entre ellas se debe destacar el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) (Smulovitz, 2010). El CELS surgió en 1978, a partir de la reunión que tuvieron varios abogados quienes eran además parientes de desaparecidos, y se presentaría como un espacio enfocado en ejecutar acciones rápidas y decisivas en el ámbito judicial. En estos primeros años, las acciones “estuvieron relacionadas con la denuncia en el país y en el exterior, la documentación de los crímenes y la asistencia a las víctimas” (CELS, 2008). Más específicamente, el CELS se dedicó a trabajar en la preparación de casos que serían presentados ante el poder judicial según una “compleja taxonomía que distinguía “desaparecidos”, “detenidos sin proceso” y “detenidos por delitos políticos”, para lograr la revisión de condenas o muertes en prisión o en situaciones dudosas y la desaparición de niños entregados en adopción al personal militar luego del secuestro de sus padres” (Vecchioli, 2006: 242).

Para fundar el CELS, Mignone¹³ se inspiró en la experiencia de un profesional que él conocía y mantenía contacto, Leonard Meeker, quien además ayudó a dotar al CELS de importantes recursos financieros internacionales (el desembolso inicial fue de \$40.000 dólares estadounidenses), lo que permitió que sus miembros sean económicamente remunerados, y le dió un marcado perfil profesional y técnico a esta organización, ya que gran parte de estos recursos fueron utilizados para crear un equipo de abogados dedicados profesionalmente al litigio estratégico de causas judiciales (Smulovitz, 2010).

De esta manera, el CELS se convirtió en la organización por la defensa de derechos humanos más importante de Argentina. Además del apoyo financiero

12 La importancia de la red articulada por estos abogados fue de tal importancia que el 31 de enero de 1981 en el Senado Nacional Francés se llevó a cabo el “Coloquio sobre la desaparición forzada de personas”, donde expusieron la mayorías de estas organizaciones, junto a los principales referentes del movimiento, importantes abogados exiliados en París y organizaciones de Derechos Humanos argentinos (Vecchioli, 2006: 281).

13 El fundador el CELS fue Emilio F. Mignone, un abogado con un marcado perfil académico (había sido Rector de la Universidad de Luján hasta el golpe del '76), y que contaba con una importante red de contactos políticos (incluso llegó a entrevistarse con Emilio Massera, miembro de la junta militar que derrocó a Martínez de Perón), eclesiásticos e internacionales. El impulso que lo llevó a la creación del CELS se debió a que el 14 de mayo de 1976 fuerzas armadas invadieron su morada y se llevaron a su hija Mónica, quien terminaría engrosando el gran listado de desaparecidos.

inicial, sus arcas se engrosarían con importantes recursos aportados por diversos gobiernos, instituciones y fundaciones tales como la Fundación Ford, la *National Endowment for Democracy*, el *Center for Justice and International Law* y las embajadas de Holanda e Inglaterra (Vecchioli, 2006: 257).

d. La vuelta de la democracia y el surgimiento de los abogados “de interés público”

El retorno de la institucionalidad democrática a partir de 1983 significó el regreso al país de gran parte de estos abogados, quienes llegaban en calidad de especialistas en derechos internacional de los derechos humanos. Paralelamente comenzaron a florecer nuevos movimientos, asociaciones civiles, organizaciones no gubernamentales (en adelante ONGs) y grupos nucleados en torno a la defensa de ciertas causas. La experiencia del CELS había demostrado que los tribunales argentinos podrían servir además como espacios de resistencia, lucha y resignificaciones legales, y varias de estas nuevas organizaciones estarían dispuestas a profundizar esta nueva estrategia.

En estos primeros años, y ante el nuevo escenario político que se presentaba, estos profesionales del derecho comenzaron a poner en práctica el conocimiento legal y profesional que habían adquiridos en calidad de defensores de derechos humanos, con la finalidad de fortalecer las instituciones democráticas, expandir la agenda de los derechos humanos y promover la aplicación efectiva de políticas públicas y reconocimiento de derechos. Con el surgimiento de todas estas organizaciones, comenzó a surgir un nuevo perfil de abogado, el abogado de interés público, un profesional de derecho que se involucraría en causas colectivas o que pudieran impactar ampliamente en la sociedad, tales como vinculados a la pobreza, el medio ambiente, la salud colectiva, derechos de usuarios y consumidores, derechos ambientales o de minorías. Estos abogados judicializarán causas, promoviendo cambios dentro del derecho y las instituciones jurídicas, esperando que los efectos jurídicos transformadores se prolonguen más allá de los estrados judiciales e incidan en la sociedad toda (Manzo 2014).

El trabajo de estos abogados de interés público se intensificó gracias a la reforma constitucional de 1994, puesto que la nueva constitución nacional crearía nuevos marcos institucionales y normativos que permitirían darle un nuevo impulso a las causas diseñadas por los abogados de interés público, en un momento en que el Estado profundizaba la aplicación de políticas neoliberales y dejaba de hacerse cargo de varias funciones sociales que estaban bajo su órbita. En este sentido, Christian Curtis (2003) nota que la retirada del Estado de varias de sus funciones tradicionales durante los años noventa impulsó el

surgimiento de un nuevas organizaciones sin fines de lucro nucleadas alrededor de causas o temas. Ahora, con las nuevas herramientas que ofrecía la nueva constitución nacional, la práctica del derecho de interés público y la posibilidad de diseñar campañas a largo plazo de litigio estratégico comenzó a presentarse como una alternativa atractiva.

Este trabajo se profundizaría aún más tras la importante crisis que estalló en Argentina en el año 2001 y que significó una profunda ruptura institucional en relación a la representatividad política del Estado, abriendo “un ciclo acumulativo de reivindicaciones y luchas sociales por parte de múltiples organizaiones y de nuevas formas de acción colectiva, en contra de la pauperización y las condiciones de exclusión social de amplios sectores de la población” (Manzo, 2014: 09). Ante un sistema político partidario completamente desvalorizado e inmerso en la consigna de que “se vayan todos”, el sistema judicial se convirtió en uno de los pocos espacios legítimos para entablar demandas y esperar soluciones a los diversos conflictos sociales. Y en este momento, surge lo que Smulovitz (2008: 287) considera se trata de un un fenómeno novedoso: los tribunales se sitúan en el centro del escenario político, empiezan a ser fuertemente utilizados, y este escenario se colma de discursos legales y que invocan derechos, discursos que son usados como instrumentos políticos. Esta autora manifiesta que “[l]as cortes y los jueces están redefiniendo políticas públicas decididas por autoridades representativas y los ciudadanos y organizaciones sociales están utilizando a la ley para realizar demandas privadas y sociales”.

De este modo, en el país se comienza a experimentar una creciente judicialización de políticas públicas y el poder judicial se convierte en un actor central en reconocer y proteger derechos de ciertos grupos vulnerables y diseñar políticas ante la ausencia de respuestas de los otros poderes del Estado (Ryan 2011). Volviendo a Charles Epp, este autor considera que los cambios que se dieron en la profesión legal “contribuyeron enormemente a que se ampliara la base de sostén de la litigación a favor de los derechos y las libertades civiles” (2013: 97). Y también partiendo de fines del siglo XIX, muestra de qué manera el campo jurídico estadounidense fue sufriendo mutaciones similares al campo argentino, donde se incorporaron “abogados judíos, católicos y negros [creando] una base cada vez mayor de representación legal para grupos que antes no estaban representados en absoluto” (2013: 99). La existencia de profesionales del derecho dispuestos a afrontar causas judiciales colectivas son (desde la perspectiva de Epp) un elemento clave para que cualquier “revolución de los derechos” pueda llevarse a cabo. Y al igual que el proceso descrito por Epp, ahora Argentina también contaba con un conjunto de abogados de interés público nucleados en

torno a ciertas causas colectivas y dispuestos a embarcarse en campañas de litigio estratégico donde utilizarían los tribunales como los principales campos de disputas y reivindicaciones políticas.

e. El surgimiento y proliferación de organizaciones nucleadas en torno a causas colectivas

Pero según Epp la estructura de sostén necesaria para que se produzca una “revolución de los derechos” no sólo depende de la generación y disponibilidad de recursos humanos (fundamentalmente abogados), sino también de otros dos factores. El primero es el de la existencia de organizaciones efectivas de defensa de los derechos (2013: 88), y el segundo es sobre la disponibilidad de recursos financieros para llevar a cabo campañas de litigación (2013: 102).

Y en esta línea la emergencia de los “abogados de interés público” sólo puede entenderse por el surgimiento de diversas organizaciones que, inspiradas por la experiencia del CELS, comenzaron a judicializar causas vinculadas a cuestiones colectivas, entre las que se pueden mencionar aquellas relativas al medio ambiente, a la salud de la población, a las relaciones de consumo o a la protección o reconocimiento de derechos de sectores vulnerables de la población (índigenas, pobres, discapacitados, niños, niñas y adolescentes, entre otros). Entre las diferentes organizaciones que aparecieron una que comenzó a ocupar un lugar destacado en materia de litigio de causas colectivas fue la Asociación de Derechos Civiles (en adelante, ADC). Esta asociación, fundada en 1995 por un grupo de abogados y abogadas quienes habían estudiado o enseñado en universidades estadounidenses, decidieron crear esta asociación con el fin de replicar en el país el modelo de litigio instaurado en Estados Unidos. Alrededor de cien abogados de Buenos Aires se reunieron en el encuentro inaugural y más de un tercio de ellos decidieron convertirse en miembros permanentes de la misma.

Cuantitativamente, y en relación al surgimiento y proliferación de estas organizaciones, no existen muchos datos al respecto, por lo que cobra especial importancia el relevamiento llevado a cabo por Catalina Smulovitz y Daniela Urribarri (2006) que da cuenta que de todas las organizaciones que litigaban activamente en el país para el año 2005. De un total de 28 organizaciones, cerca del 15% fueron creadas antes del restablecimiento de la democracia en el país, un 40% surgió entre los años 1983 y 2001, y un 45% a partir del 2001¹⁴.

14 Dicho relevamiento define a estas organizaciones como “organizaciones no-gubernamentales de advocacy: Organizaciones dedicadas a actividades de promoción de derechos específicos, el control del Estado, la canalización de la demanda cívica, la defensa del medio ambiente, etc.” (p. 6) y reconoce dentro de dicha categoría a las siguientes: ADC; ACIJ; CEDHA; CEJIL; CELS; INECIP; AAPS; ARGENJUS;

Además, a partir del restablecimiento de la democracia, junto a estas organizaciones también surgieron distintos organismos (públicos o privados) quienes comenzaron a ofrecer asesoramiento gratuito (y en algunos casos representación legal), y fundamentalmente se establecieron varias Clínicas Jurídicas, la mayoría de ellas dependientes de instituciones universitarias o vinculadas a ellas, como en la Universidad de Buenos Aires (UBA), Universidad de Palermo (UP), Universidad Torcuato di Tella, Universidades Nacionales de Tucumán, de Comahue, de la Plata y de Córdoba (aunque varias de ellas ya dejaron de funcionar). Las Clínicas Jurídicas de la UBA y la UP se vincularon con asociaciones tales como el CELS y la ADC.

En general, no existen datos disponibles del número de personas que utilizan estos servicios, por lo que se pueden mencionar sólo algunos datos aislados. Así por ejemplo, en el ámbito de la Defensoría del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires, se sabe que en lo vinculado a la oficina municipal de la mujer hubo un importante incremento del número de reclamos, pasando de 10.984 en 1995 hasta 39.874 en 1999 (Smulovitz, 2010: p. 249). También son muy limitados los datos en relación de las consultas y casos llevados a cabo por las Clínicas Jurídicas. Según Sebastián Scioscioli (2005) la Clínica Jurídica de la UBA ha atendido unos 19017 reclamos en el año 2000; 20.239 en el 2001; 20.160 en el 2002, 10.4687 en el 2003 y 12.145 en el año 2004. Este abultado número se debe principalmente a que tiene unas quince sedes en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y el área metropolitana.

Desde la perspectiva de Margaret E. Keck y Kathryn Sikkink (1999) el apoyo financiero a las organizaciones que promueven el uso del litigio estratégico y de interés público es crítico para el desarrollo de estrategias legales que busquen impactar en la agenda política, y es por eso que la financiación exterior recibida por todas estas organizaciones se convirtió en un pilar fundamental no sólo para la planificación y el sostenimiento de acciones judiciales, sino para la misma existencia de estas organizaciones. Entre los mayores contribuyentes se deben mencionar USAID (Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo, en sus siglas en inglés); la Open Society, el British Council; la Fundación Nacional para la Democracia (en inglés, National Endowment for Democracy) y fundamentalmente, la Fundación Ford (Smulovitz, 2010).

Biosfera; CIPPEC; Conciencia; Ejercicio Ciudadano; FORES; Fundación Ambiente y Recursos Naturales; Fundación Atlas; Fundación Cambio Democrático; Fundación Contemporánea; Fundación El Otro; Fundación Nueva Generación Argentina; Fundación Vida Silvestre; Greenpeace; Habitat y Desarrollo; Ideas; IIED-AL; Instituto Social y Político de la Mujer; OIKOS; Poder ciudadano; Proteger.

La Fundación Ford, fundada en 1936¹⁵, comenzó a financiar programas tendientes a la promoción de la judicialización estratégica a partir del 1966, con la provisión de tres millones de dólares para el establecimiento del *International Legal Center* en los Estados Unidos. En América del Sur, fue a partir de los años 70 que comenzó a otorgar financiamiento, siendo el CELS la primera organización argentina en recibirlo en 1981 (Frühling 2000). Para la década de 1980, el dinero se destinó a distintas organizaciones no partidarias que trabajaran fundamentalmente en dos áreas: libertades civiles y políticas, por un lado, y acceso a la justicia y a los servicios legales, por otro. Durante esta década, fueron el CELS y la asociación de Abuelas de Plaza de Mayo quienes se beneficiaron de este financiamiento internacional, el que estaba fuertemente condicionado a que se llevaran a cabo estrategias judiciales o se trabajara en el marco de los derechos humanos. Para fines de los años 80 y durante la década del noventa, la fundación Ford comenzó a apoyar económicamente a diversas organizaciones que tuvieran por objetivos principales la judicialización de sus causas. La ayuda financiera recibida fue fundamental para el surgimiento y proliferación de estos grupos y organizaciones, las que sentaron importantes precedentes judiciales en materia de judicialización estratégica. Tal como menciona Catalina Smulovitz (2010: 249)

“Desde entonces, abogados y organizaciones de interés público han participado en la reforma legal de las instituciones, tales como en el proceso de nominaciones de la Corte Suprema, y han avanzado en los reclamos de interés público que incluyen casos de discriminación de clase contra las burocracias estatales, reclamos ambientales contra empresas públicas y privadas y reclamos vinculados a violaciones en la provisión de servicios de salud”

4. Conclusión

Para el año 2007, cuando era lanzada la campaña de judicialización del matrimonio entre personas del mismo sexo por parte de la Federación Argentina LGBT, el campo jurídico argentino había sufrido importantísimas transformaciones: contaba con un importante número de abogados activistas dispuestos a llevar esos casos judiciales en distintas partes del país (Campana 2011) y organizaciones de

15 La Fundación Ford fue establecida en Estados Unidos en el año 1936, a partir de un aporte inicial de 25.000 dólares realizado por Edsel Ford, hija de Henry Ford, el fundador de la compañía “Ford Motor”. La idea era financiar proyectos de carácter científicos, educativos o caritativos para el bien de la comunidad”. En 1953 la fundación se muda de Michigan a Nueva York, poco después comienza con la ayuda internacional. Actualmente la fundación es una organización independiente que destina alrededor de 500 millones de dólares a financiar proyectos en todo el mundo. Véase <http://www.fordfoundation.org/about-us/history>

interés público con recursos financieros para solventar esas campañas (Smulovitz, 2010). Así mismo, la reforma de la constitución nacional de 1994 había dotado a abogados de herramientas jurídicas necesarias para la judicialización de demandas colectivas (Maurino, Nino y Sigal 2005) y sectores del poder judicial se volvieron particularmente receptivos a estas demandas (Cardinaux, Clérigo, Aldao, & Ronconi, 2012; Oyhanarte, 2015). Todas estas mutaciones hicieron de la arena judicial un lugar propicio para exigir la ampliación del matrimonio a parejas homosexuales.

El 14 de Febrero del 2007, se lanzó “oficialmente” la campaña de litigio por el “matrimonio igualitario”. Se trataba del día de San Valentín (o de los enamorados) y la elección de ese día no fue casual. La idea era que los medios de comunicación alertaran que el día de los enamorados, una pareja de lesbianas solicitaba un turno para contraer matrimonio, y que éste sería denegado por el Estado, consiguiendo así tener la mayor cobertura en los medios nacionales posible. La finalidad era poder llegar ante la Corte Suprema de Justicia de la Nación solicitando la inconstitucionalidad del Código Civil en cuanto establecía que el matrimonio sólo podía ser celebrado entre una pareja compuesta por un hombre y una mujer.

Mientras este caso esperaba ser resuelto por el máximo tribunal de justicia en Argentina, hubo un cambio de estrategia judicial en el año 2009, y la Federación Argentina LGBT resolvió presentar sus demandas judiciales ante los tribunales locales de la ciudad de Buenos Aires, que se mostraban más receptivos ante estas demandas. Una nueva pareja se presentó antes la justicia, y el 10 de noviembre de ese año la jueza Gabriela Seijas del fuero contencioso administrativo de la ciudad de Buenos Aires resolvió el caso declarando la inconstitucionalidad de los artículos 172 y 188 del Código Civil, y autorizando a la pareja a contraer matrimonio. Dicha resolución judicial fue invalidada por la justicia civil, pero a partir de ciertas inconsistencias jurídicas la pareja de Freyre y di Bello pudo contraer matrimonio el 28 de diciembre del 2009, por medio de un decreto firmado por la gobernadora de la Provincia de Tierra del Fuego: el primer “matrimonio igualitario” se había llevado a cabo en Argentina. Esta estrategia judicial comenzó a multiplicarse, y en total unas 6 parejas pudieron casarse judicialmente hasta el dictado de la ley conocida como “ley de matrimonio igualitario” (Ley 26.618)¹⁶.

16 Sobre el proceso de judicialización y debate parlamentario en torno al matrimonio igualitario se recomienda leer Bruno Bimbi. *Matrimonio Igualitario: intrigas, tensiones y secretos en el camino hacia la ley*. Buenos Aires: Planeta (2010).

Desde la perspectiva de Charles Epp (2013), el éxito de la campaña de litigio llevada a cabo por el movimiento de la diversidad sexual argentino se debió fundamentalmente a la existencia de una estructura de sostén, que contaba tanto con recursos humanos (abogados y organizaciones dispuestas a judicializar sus demandas políticas), como también de recursos financieros destinados a solventar económica dicha campaña¹⁷.

En la actualidad, gran parte de grupos y movimientos sociales en Argentina (tales como los de derechos humanos, de la diversidad sexual, grupos pro-vida, ambientalistas, feministas y de consumidores) ven al poder judicial como un potencial aliado de sus demandas, y sus reivindicaciones políticas con mayor frecuencia se transforman en demandas judiciales. El lenguaje jurídico (y particularmente el de derechos humanos) está cada vez más presente en estos movimientos, produciéndose una “despolitización” de sus luchas y reivindicaciones, las que se “juridifican” y comienzan a debatirse con las reglas y lógicas del campo jurídico.

Podríamos decir entonces que la “revolución de los derechos” parece haberse dado también en Argentina, pero no debe perderse de vista que se trata una revolución que se limita al campo jurídico, y sus efectos no suelen ir más allá de su campo de acción. Los derechos pueden ganarse a través de la acción colectiva concertada, tal como menciona Epp, pero sin políticas públicas activas por parte del Estado y apoyo de la ciudadanía es difícil que esta “revolución de los derechos” pueda generar cambios sociales significativos.

Referências

- CAMPANA, Maximiliano. ¿Será Justicia? La cuestión del matrimonio igualitario en los tribunales cordobeses. In: SGRÓ RUATA, Candelaria et al. *El debate sobre matrimonio igualitario en Córdoba. Actores, estrategias y discursos*. Córdoba: Ferreyra Editores, 2011.
- CARDINAUX, Nancy, Laura CLÉRIGO, Martín ALDAO, y Liliana RONCONI. Perfil del juez/a de la Ciudad de Buenos Aires: Permeabilidad a las demandas de identidad de género. In: VON OPIELA, Carolina (Coordinadora). *Derecho a la Identidad de Género. Ley N° 26.743*, de Carolina Buenos Aires: La Ley, 2012. pp. 137-156.

¹⁷ Si bien la Federación no contaba con un importante nivel de recursos, la mayoría de ellos venían de financiamiento de organismos financiadores trasnacionales, organizaciones internacionales (como la Organización Internacional del Trabajo) y organismos dependientes del Estado. Algunos de ellos debían ser destinados para esta campaña, aunque la mayoría eran acordados a las organizaciones que luego aportaban a la campaña. Asimismo, la mayor parte de los abogados trabajaban en calidad pro bono, no cobrando por sus servicios profesionales.

- CELS. *Litigio estratégico y Derechos Humanos: la lucha por el derecho*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.
- COURTIS, Christian. “El desarrollo del derecho de interés público en la Argentina : avances, obstáculos, desafíos”. In BÖHMER, Martín y GOZÁLEZ M., Felipe (Ed.) Böhmer. *Clínicas de interés público y enseñanza del derecho*. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2003.
- CUTOLO, Vicente. *La Facultad de Derecho después de Caseros*. Buenos Aires: Elche, 1951.
- EPP, C. R. *La revolución de los derechos. Abogados, activistas y cortes supremas en perspectiva comparada*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013.
- FRANCO, Marina. Testimoniar e informar: Exiliados argentinos en París (1976-1983). *Cahiers. ALM. Nro. 8. Université de Paris 8. París*, 2004.
- FRÜHLING, Hugo. From Dictatorship to Democracy: Law and Social Change in the Andean Region and the Southern Cone of South America. In: MCCLYMONT Mary y GOLUB, Stephen. *Many Roads to Justice: The law related work of Ford Foundation Grantess around the world*, de,. Nueva York: Ford Foundation, 2000. Pp. 55- 87.
- IMAZ, José. *Los que mandan*. Buenos Aires: Eudeba, 1964.
- KECK, M., y K. SIKKINK. Transnational advocacy networks in international and regional politics. *International Social Science Journal*, 1999, pp 89-101.
- LANDAU, David. The reality of social right enforment. 53 *Harvard International Law Journal*, 2012, pp. 253.
- LEIVA, Alberto. *Historia del Foro de Buenos Aires. La tarea de pedir justicia durante los siglos XVIII a XX*. Buenos Aires: Ad Hoc, 2005.
- MANZO, Mariana. *Abogados de Movimientos Sociales y Organizaciones No Gubermanetales: usos estratégicos del derecho*. Córdoba: Tesis Doctoral - Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Córdoba, 2014.
- MAURINO, Gustavo, Ezequiel NINO, y Martín SIGAL. *Las acciones colectivas. Análisis conceptual, constitucional, procesal, jurisprudencial y comparado*. Buenos Aires: Lexis Nexis Argentina, 2005.
- MEILI, Stephen. Cause Lawyers and social movements: a comparative perspective on democratic change in Argentina and Brazil. In: SARAT A, SCHEINGOLD S., *Cause lawyering: Political commitments and Professional responsibilities*. Nueva York: Oxford University Press, 1998. pp. 487-522
- ORTIZ, Tulio. *Historia de la Facultad de Derecho*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2004.
- OYHANARTE, Martín. Public Law Litigation in the U.S. and in Argentina: Lessons form a comparative study. *Georgia Journal of International and Comparative Law*, 2015, pp. 02-61.

- PIGNA, Felipe. *Los mitos de la historia argentina 3: de la ley Sáenz Peña a los albores del peronismo*. Buenos Aires: Planeta, 2006.
- REBOURSIN, Olivier. Derribando algunos mitos: acerca de la Liga Argentina por los Derechos del Hombre en el nacimiento y desarrollo del “movimiento de Derechos Humanos”. *La Revista del CCC*, 2008, pp. 2.
- RYAN, Eduardo. *Democratic Governance and the Courts: The political sources of the judicialization of public policy in Argentina*. Austin: Tesis Doctoral - University of Texas at Austin, 2011.
- SMULOVITZ, Catalina. Judicialization in Argentina: Legal Culture or Opportunities and support structures? En COUSO, Javier, Alexandra HUNEUS y Rachel SIEDER (editores) *Cultures of Legality: Judicialization and Political Activism in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 234-253.
- SMULOVITZ, Catalina, y Daniela Urribarri. *Organizaciones sociales e incidencia en políticas públicas: actores y contexto en el caso argentino*. 2006. Disponible en: <<http://www.plataformademocratica.org/Projetos/Argentina.pdf>>. Acceso em: 07 oct. 2016.
- VECCHIOLI, Virginia. A luta pelo direito: engajamento militante e profissionalizacão dos advogados na causa pelos direitos humanos na Argentina. Rio de Janeiro: Tesis Doctoral - Museu Nacional. Programa de posgrado en antropología social. UFRJ, 2006.
- VEIGA, Raul. *Las organizaciones de Derechos Humanos*. Buenos Aires: CEAL, 1985.

Recebido em 17/12/2015

Aprovado em 27/03/2016

Como citar este artigo:

- CAMPANA, Maximiliano Nicolás. Transformaciones jurídicas y “revolución de los derechos”: el caso argentino. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 413-430.

A crítica segundo a crítica latino-americana¹

Eliska Altmann²

Resumo: Com base na noção de “auto-representação”, propomos um mapeamento sociológico do campo da crítica cinematográfica na América Latina, de modo a verificar como ele é construído por seus próprios agentes. Por meio de discursos e relatos, tratamos de identificar “tipos puros” que compõem o *métier*: “ilustrados” e “melancólicos”, “iniciados” e “propositivos” são construções conceituais extraídas de entrevistas com críticos argentinos, brasileiros, cubanos e mexicanos, realizadas entre os anos de 2006 e 2013.

Palavras-chave: Crítica cinematográfica; América Latina; auto-representação; recepção.

Criticism according to the Latin American critics

Abstract: *The article provides a sociological mapping of the field of Latin American criticism, whereby we check how it is made up of its own subjects, through their speeches and reports. For this purpose, there will be used - as primary sources - interviews, obtained by a research made over seven years in four countries: Argentina, Brazil, Cuba and Mexico.*

Keywords: *Film criticism; Latin America; self-representation; reception.*

¹ Este artigo é fruto de comunicação apresentada no II COCAAL – Colóquio de Cinema e Arte na América Latina, Memorial da América Latina (2014), e no XVII Encontro da SOCINE (2014), sob título homônimo. Trata-se de uma versão a ser publicada como capítulo do livro “Cinema e América Latina: debates culturais e estético-históriográficos” – selo Socine.

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) – Rio de Janeiro – Brasil – eliskaaltmann@gmail.com

Em “Confabulações da alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmos”, Marco Antonio Gonçalves e Scott Head definem do seguinte modo a auto-representação: “um modo legítimo de apresentar uma autoimagem sobre si mesmo e sobre o mundo que evidencia um ponto de vista particular” (2009: 19). O presente artigo se vale do conceito, na medida em que busca entender como a crítica latino-americana vê a si própria e se representa. Discursos de críticos argentinos, brasileiros, cubanos e mexicanos³ sobre si e seu campo evidenciam dois eixos principais. São eles: 1) a auto-representação/ representação do campo e 2) o objeto cinema e suas formas de recepção. Entendendo que “o indivíduo, a partir de sua potência de individuação enquanto manifestação criativa e através de sua interpretação pessoal, pode se auto-representar como pertencente a um mundo cultural que se constitui no momento mesmo de sua apresentação” e que “o mundo só pode ser produzido pelos indivíduos que fazem parte deste mundo e por isso sua imaginação pessoal está sempre situada: criando o mundo, eles próprios e suas perspectivas sobre este mundo” (Gonçalves & Head, 2009: 25-26), trataremos de verificar o “mundo” da crítica criado por indivíduos que dele participam, o modo como estes mesmos indivíduos narram a si próprios e, ao se narrarem, narram igualmente modos de operar neste mundo.⁴

Contrastes examinados numa comparação entre relatos de críticos do subcontinente sugerem uma distância entre mentalidades que poderia ser pautada por uma perspectiva etária. Contudo, seria cedo para conclusões sobre um possível corte geracional. No lugar de uma seleção temporal (ou espacial, por meio de países, por exemplo), outra nos pareceu mais produtiva: a do “tipo ideal” weberiano. Este recurso metodológico “cientificamente preferível” (Weber, 1999: 13) é constituído por uma abstração e pela combinação de vários elementos detectados na realidade. Em outras palavras, por expressar uma pureza conceitual, um “exagero” de determinados traços do mundo empírico, o tipo

3 Entrevistas disponíveis em <www.cinecriticos.com.br>. Acesso em: 07 out. 2016. Ao todo, os críticos entrevistados foram: Eduardo Antín, Eduardo A. Russo, Gustavo Noriega, Javier Porta Fouz, Luciano Monteagudo, Sergio Wolf, Silvia Schwarzböck, **da Argentina**; Alberto Ramos Ruiz, Dean Luis Reyes, Joel del Río, Luciano Castillo, Maria Caridad, Mario Naito, Tony Mazón, **de Cuba**; Carlos Bonfil, Fernanda Solórzano, Javier Betancourt, Jorge Ayala Blanco, José de la Colina, Leonardo García Tsao, Nelson Carro, Rafael Aviña, Tomás Perez Turrent, **do México**; e Andrea Ormond, Carlos Alberto Mattos, Cléber Eduardo, Daniel Caetano, Eduardo Valente, Francis Vogner dos Reis, Ismail Xavier, Jean-Claude Bernardet, José Carlos Avellar, Marcelo Janot, Marcelo Miranda, Marcus Mello, Pedro Butcher, Rodrigo Fonseca, Ruy Gardnier, **do Brasil**. O recorte aqui proposto – da construção de “tipos ideais” – é limitado para discussões mais amplas e fecundas como as diferenças (ênfatizadas nas entrevistas) entre críticas escritas para os meios de comunicação e aquelas produzidas na universidade, por exemplo. Exploraremos este e outros temas em trabalho futuro.

4 Para outra leitura do campo, ver Altmann, 2013.

ideal existe mais no plano das ideias do que nos próprios fenômenos. Assim, por meio de entrevistas, trataremos, aqui, de elevar agentes “de carne e osso” a uma condição “típica”. Neste texto, composto por fragmentos discursivos, não nomearemos seus autores, apenas extrairemos suas ideias, amplificando-as de modo a elaborar dois “tipos ideais” de críticos: de um lado, os “ilustrados” ou “melancólicos” e, de outro, os “iniciados” ou “propositivos”.

Auto-representação de tipos críticos: entre ilustrados e iniciados ou diletantes e “burocratas”

Do primeiro eixo tratado – auto-representação/ representação do campo – atentaremos tanto para a noção de biografia como produção de conhecimento (ou etnobiografia)⁵ quanto para a imagem do narrador, cuja arte de narrar, segundo Benjamin, em 1936 já estava em vias de extinção. De fato, a constatação de que “as ações da experiência estão em baixa” (Benjamin, 1994: 198) nos interessa menos do que a própria condição de experimentação. É experimentando ser crítico e vivenciando tal universo que o sujeito pode narrar a si mesmo e seu mundo (e se auto-representar). A narração, por meio do entendimento de etnobiografia, “é tida como simultaneamente constitutiva da experiência, do evento, do social e dos personagens-pessoas” (Gonçalves, 2012: 10). Assim,

no lugar de tratar a narrativa como distinta de práticas sociais “concretas”, a etnobiografia recusa a separação entre discurso, linguagem e experiência, insistindo na qualidade produtiva do discurso. [...] Em outras palavras, a etnobiografia implica uma dimensão metanarrativa da etnografia, em que o lugar da agência da própria narrativa etnográfica torna-se *objeto etnográfico* (Idem).

Seguindo esta premissa, a realidade sociocultural é apreendida a partir de uma experiência do mundo. Voltando a Benjamin e considerando o entendimento de que o narrador retira da experiência o que conta e incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes, propomos ao leitor uma “incorporação” do campo da crítica por meio de narrações (típicas). Quanto ao conceito de campo, vale notar que, para Pierre Bourdieu, ele representa um polo no qual atuam forças sociais, um mundo social específico que compreende uma luta simbólica entre agentes nele inseridos. Daí a importância, por exemplo, dos dois tipos em questão: “ilustrados” *versus* “iniciados”.

5 Para mais detalhes, ver Gonçalves, Marques e Cardoso, 2012.

Em “As regras da arte”, Bourdieu sugere que a construção do campo é a condição lógica para a construção da trajetória social.⁶ Sempre relacionado ao poder, o campo é descrito como um espaço de relações de força, cujas lutas internas (e externas) – entre agentes ou instituições – existem para a conquista de posições dominantes, seja por meio do capital econômico ou simbólico (1996a: 244). Para que um campo funcione, é preciso haver objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus*⁷ que impliquem conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do mesmo (1996b). Note-se que, no campo da crítica, os objetos em disputa são representados por discursos que defendem, por exemplo, de um lado, um cinema de arte e, de outro, a destabilização de antigas normas. Vejamos como ele é narrado por seus agentes, que o representam, bem como a tipos de críticos, por intermédio de *habitus* específicos. Extratos de entrevistas (biográficas) constituem, neste recorte, um olhar ampliado “do” crítico e de seu “ramo” na contemporaneidade:

“O crítico de cinema tem como primeira relação a arte na qual ele se inscreve: o cinema. A verdadeira crítica está sempre mais próxima do artista do que do público”.

“O que incomoda na crítica contemporânea é que o mundo dos jovens críticos parece se resumir ao mundo do cinema, e eles parecem esquecer que muitas vezes um filme dialoga mais com uma obra filosófica ou literária do que com a história do cinema que, aliás, é muito mais recente. Existem filmes que dialogam mais com a pintura, por exemplo, do que com o cinema, e um crítico tem a obrigação de passar tais informações aos seus leitores. Além disso, a crítica é fundamental para estabelecer um diálogo com o diretor”.

“Hoje em dia, a crítica que a gente lê nos jornais é geralmente uma sinopse opinativa. Não existe mais um espaço destinado a críticos que tiveram toda uma aprendizagem crítica. Então são figuras que saem do jornalismo direto para uma sala de cinema e nunca tiveram uma tradição de frequentadores

6 Segundo Bourdieu, “diferentemente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que é apenas na estrutura de um campo, isto é, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicação em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc.” (1996b: 71-72). A ideia, aqui, é transpormos tal entendimento ao campo da crítica.

7 O conceito de *habitus*, para Bourdieu, compreende estruturas mentais, incorporadas, por meio das quais os indivíduos apreendem o mundo social (1996b).

de cinemateca ou de salas de programação alternativa. E quando a crítica só é jornalismo opinativo é muito complicado chamar isso de crítica”.

“O desafio do jornalismo diário atual é que alguns jornais acabam se rendendo à ideia de que os leitores não entendem de cinema, incentivando textos didáticos. O exercício tênue é tentar fazer com que o texto crítico sirva para todo mundo e seja bom para o leitor ‘conhecedor’ e o leitor ‘que não sabe nada’. Então é preciso trabalhar o limite entre o iniciado e o diletante”.

A divisão (e disputa) entre leitores iniciados e diletantes reflete outra, encontrada nos relatos, que tem como representantes os dois tipos de críticos acima mencionados: 1) os “ilustrados”, que atuaram majoritariamente na década de 1960, adotando a teoria do *auteur* e tendo, sobretudo, os meios impressos como veículo de comunicação; 2) os “propositivos” que, embora reconheçam valores de outrora, entendem uma nova cosmologia do campo.

Os primeiros tipos, de um modo geral, não se formaram em cursos, mas em cineclubes. A consciência de pertencerem a um grupo social valorizado, com um *habitus* específico, apoiava-se na ideia de estarem a serviço de um projeto criador. O controle e a articulação destes agentes garantiam regras e práticas legitimadas pelo propósito de dever dar suporte a determinado autor ou cinematografia. Esta ideia e a política por ela inspirada asseguravam o campo e, ao mesmo tempo, conferiam seu prestígio.

Engenheiros-químicos, biólogos, matemáticos, médicos se auto-representam como cinéfilos “amantes” ou diletantes, contrariamente a neófitos, formados em cursos de cinema e jornalismo, tidos, muitas vezes, como “burocratas”. De forma a visualizar o campo narrado por meio de disputas entre “poéticos-diletantes” e “técnicos-burocratas”, citamos trechos que enfatizam o primeiro bloco e desmistificam esta representação do segundo:

“A crítica atual passa por um momento muito ruim, sobretudo por estar voltada a frivolidades, à influência norte-americana, contrariamente à geração da *Cahiers du Cinéma*. Uma crítica improvisada, feita por pessoas que não sabem escrever e tampouco conhecem cinema. Hoje em dia não existe uma geração de relevo como houve na década de 1960. Com isso, vejo um futuro nefasto para a crítica de cinema, principalmente devido a um fenômeno mundial: através de *blogs*, qualquer um expõe sua opinião publicamente. As grandes companhias de distribuição se preocupam mais com os *blogs* do que com a própria crítica, uma vez que têm mais capacidade influenciar de forma mais imediata o espectador. O que interessa hoje é o entretenimento”.

“As escolas de cinema não se interessam por filmes antigos, não se interessam por uma tradição cinematográfica. Os cineclubes desapareceram, as cinematecas não funcionam e tampouco existe uma curiosidade por parte dos cursos de formação”.

“Até os anos de 1950/60 uma pessoa se tornava crítico de cinema porque gostava de cinema e invadia as redações dos jornais. Não eram jornalistas profissionais. Hoje em dia o crítico é escolhido dentro de um possível grupo de jovens jornalistas [...] Ele é apenas um profissional de mídia incorporado ao trabalho. Ele já recebe toda informação de decifração do filme dos próprios meios de produção. Não há, portanto, um enriquecimento na relação com o filme”.

“Pertencem a um grupo de pessoas que, nos anos 1950, começaram suas carreiras, sem saber que eram carreiras, no cineclube. Somos anteriores à existência de escolas, cursos sistemáticos e provimos da onda cultural cinematográfica posterior à Segunda Guerra. [...] Eu coloco sob suspeita todas as pessoas que acham o seu tempo melhor do que o tempo de hoje. Nós somos críticos ensaísticos. Deve estar havendo uma perda de qualidade, uma perda quantitativa da crítica escrita, impressa. Só que não estamos mais na época dos suplementos literários. Então é importante perguntarmos onde está a reflexão (e se a reflexão hoje se dá como antigamente). Creio que se entrarmos na internet, encontraremos muita coisa. Então, não adianta ficar sonhando com o que fazíamos nos anos 1950 ou 60”.

“A atividade crítica, que todo mundo poderia supor que tinha morrido, nasceu de uma forma interessante e voluntária, em que pessoas fazem por amor sem pensar em remuneração. A maior parte dos críticos que trabalha na internet é de cineastas ou atua no setor em outras atividades. Atualmente, o acesso a filmes e textos se dá graças à capacidade de circulação da internet. O campo, assim, parece muito mais plural”.

O suposto empobrecimento da cultura cinefílica, a escassez de espaços “clássicos” para a crítica e sua falta de renovação são problemas constatados por críticos, que expressam pontos de vista geralmente pessimistas em relação às transformações sofridas no campo. Verifica-se a concordância de alguns deles com a ideia de que a nova cinefilia tem adotado uma forma de recepção cinematográfica distinta da tradicional. Daí conclui-se que a nova escritura não

estaria mais pautada num tempo histórico cinematográfico, e que a instituição cinema teria perdido sua unidade lógica com a proliferação de outras formas de audiovisual. Questões que emergem dessas narrações são as seguintes: para ser crítico não é preciso uma formação/ especialização, basta o amor ao cinema? A formação (atual) desinforma e burocratiza a relação entre o crítico e o cinema? Com a diminuição da importância das redações de jornais, para onde foi a reflexão crítica? O modelo “estabelecido” da crítica teria cedido lugar a uma especialização esvaziada do campo? Em quais sentidos a proliferação de cursos de crítica e de cinema e da internet representam uma mudança histórica?

Objeto cinema e sua recepção: entre arte e indústria, passividade e emancipação

Passando de tipos críticos e do campo da crítica a seu objeto – o cinema – é possível observar nos relatos o entendimento de que, além de assimilar linguagens de outras culturas audiovisuais, o cinema na contemporaneidade teria se desvinculado de seu formato específico, podendo ser visto na televisão, no museu, na universidade, no computador. Tal fato é considerado como responsável pelo incremento em sua importância, se comparado ao que ocorria há 50 anos, quando do nascimento da crítica moderna. Entretanto, para certos críticos, seu conteúdo estaria diminuindo gradualmente, uma vez que o consumo do cinema se equipararia a outros bens e espetáculos. Simultaneamente à perda de certa aura cinematográfica, a nova recepção envolveria uma anulação da esperança estética, política e social antes existente. O espalhamento da função do cinema ocasionaria uma dispersão do papel da crítica, que buscaria, sem encontrar, novos pontos de diálogo com a obra, com os meios e com o público. Ela é descrita como uma função que perdeu espaço para o jornalismo cinematográfico, resumindo-se a notas promocionais, entrevistas e matérias afins. Nesse contexto, a crítica compreenderia um mecanismo que reforçaria a produção industrial, deixando de lado toda uma reflexão sobre narração, fundamentos e propostas filmicas.

O leitor do crítico, por sua vez, tampouco estabeleceria um diálogo por meio de uma atitude crítica e reflexiva. O que se criaria dessa relação seria uma distinção entre *espectador* e *consumidor*, sendo o segundo a categoria esperada (ou privilegiada) pela indústria, e a crítica, uma instância a instalar certo mal-estar no sistema de produção.

Das narrações dos críticos, verificam-se dualismos que envolvem, de um lado, uma recepção “cult”, propiciada por espaços de arte, como os cineclubes, que teriam deixado de existir e, de outro, uma suposta perda da capacidade

reflexiva facilitada pela indústria que arrebanha “massas”. Se tivéssemos que encaixar tais visões em categorias, poderíamos sugerir que criam pontes com perspectivas frankfurtianas, configurando, em certo sentido, uma negação da ideia de “espectador emancipado” que veremos abaixo. Vamos aos relatos:

“O que acontece recentemente é que os centros de produção mais autorais, mais independentes, as cinematografias que se fazem fora do grande eixo industrial perderam espaço de difusão. Este fato faz com que a formação de um grupo de cinéfilos informados sobre a variedade da produção mundial deixe de ser algo possível na mesma intensidade dos anos 1950. O modelo de produção cinematográfica se repete no modelo de geração dos novos críticos de cinema. O que se privilegia nos meios de comunicação é o crítico que trabalha nos mesmos padrões de cinema gerados em Hollywood”.

“Não faz sentido um crítico escrever, com as mesmas ferramentas, sobre um filme comercial e um filme de arte. Igualmente, um crítico literário não pode escrever sobre Octavio Paz e livros vendidos em bancas de jornal, de valor puramente comercial. Assim, um dos graves problemas da crítica, em cem anos de cinema, é não saber discernir sobre seu objeto de estudo. Faria sentido analisar um filme como *Piratas do Caribe* em termos estéticos? Não”.

“A crítica só fala para aqueles que gostam de cinema como arte. Aqueles que não pedem para o cinema entretê-los, mas que pedem para o cinema construir um mundo de uma forma que não viram antes. É só dentro desse nível de exigência que pode funcionar a crítica. Dentro da exigência de um simples entretenimento a crítica é vã porque se reduz aos julgamentos de gosto, a uma pura arbitrariedade”.

“A pauta hegemônica não se restringe ao campo do cinema, mas configura outros meios de expressão e veículos de comunicação como um todo, uma vez que empresas comunicacionais estão ligadas a grandes corporações de controle, que promovem uma integração tanto em relação a temas, formas e conteúdos, como certa autoridade sobre bens artísticos e sua recepção. Hollywood gera um tipo regular de produto a ponto de sua própria oposição acabar sendo uma maneira de confirmar aquele mesmo produto. Tal fato propicia o risco da limitação de criações autorais em maior escala, e o mesmo ocorre com a crítica, já que é possível observar, com alguma

regularidade, padrões de imposição e controle da grande indústria sendo amplamente assimilados”.

“A crítica no mundo atual é quase nula. O que tem mudado nesse sentido, nos últimos 30 anos, é a forma de consumir filmes. Antes se via filmes, agora se consome acontecimentos midiáticos em que a opinião do crítico não tem a menor importância”.

“O risco de um crítico que só vê filme, e não lê literatura, por exemplo, se tornar um mau crítico é grande. O melhor crítico é o erudito. A erudição é fundamental para um bom crítico”.

A disposição dos fragmentos acima citados pauta-se em posições fechadas no que concerne a uma rejeição “do que é fácil no sentido ético e estético, de tudo o que oferece prazeres imediatamente acessíveis e, por conseguinte, descreditados como ‘infantis’ ou ‘primitivos’ (por oposição aos prazeres de uma suposta arte legítima)” (Bourdieu, 2007: 449). A distinção determinada compreende uma “estilização da vida” em função da valorização de uma linguagem que deve ser cultivada como forma de erudição (Idem: 168).

O persistente debate que opõe o cinema (requeitado) de arte ou de autor ao (fácil) industrial e massivo sustenta-se, em grande parte, em argumentos da Teoria Crítica, segundo os quais algo não pode ser considerado arte se for produto da indústria. Sabe-se que, ao investigarem a autodestruição do esclarecimento, Adorno e Horkheimer (1997) encontraram na Indústria Cultural um elemento de regressão do esclarecimento à ideologia, de supressão da subjetividade.⁸ A padronização do modo de produção industrial gera, segundo os autores, a alienação dos sujeitos modernos, que reduzem suas individualidades a uma tendência universalizante. Não é difícil comparar tal perspectiva a representações encerradas e fatalistas da crítica.

O que teríamos do outro lado seria o reconhecimento da emancipação do espectador por parte de uma crítica propositiva e democratizada, em meio à qual se encontra o segundo tipo descrito: os críticos “iniciados”, que aprenderam lendo trabalhos de gerações anteriores, muitos deles tornando-se professores de novos cursos de crítica e cinema, curadores, cineastas etc. Ao ver a pluralidade

8 Pode-se fazer uma relação entre o conceito de Indústria Cultural e o de espetáculo tratado por Guy Debord (1997). Ao situar o espetáculo no regime da externalidade, o autor o entende como uma desapropriação do sujeito, que se torna passivo e alienado.

de espaços e opiniões com otimismo, apontando para a riqueza da descentralização de padrões “exemplares”, o grupo introduz uma pauta similar àquela proposta por Jacques Rancière (2010), ao escrever em “O espectador emancipado” sobre o “paradoxo do espectador”. O entendimento sugere que, ao olhar imóvel para uma cena, o espectador encontra-se separado tanto da capacidade de conhecer quanto de agir. Refutando tal passividade, Rancière chama o espectador ao conhecimento e à ação. Numa adaptação de suas palavras, entendemos, juntamente com “novos” críticos que

o que se deve buscar é um cinema sem espectadores, um cinema onde os espectadores vão deixar esta condição, onde vão aprender coisas em vez de ser capturados por imagens, onde vão se tornar participantes ativos numa ação coletiva em vez de continuarem como observadores passivos. O espectador deve ser libertado da passividade do observador. Ele deve ser impelido a abandonar o papel de observador passivo e assumir o papel do cientista que observa fenômenos e procura suas causas. Portanto, precisamos de um novo cinema, um cinema sem a condição do espectador. O espectador é ativo, assim como o aluno ou o cientista. Ele observa, ele seleciona, ele compara, ele interpreta (2010: 109).

A necessidade de um novo cinema coaduna-se à necessidade de uma nova crítica, já atuante. É possível constatar discursos consonantes com tais ideias, como os abaixo citados:

“Nesse novo modelo não tem mais ninguém dizendo para ninguém como é que é. Cada um acha o seu caminho. E não é difícil, porque a internet é o próprio caminho. O jornal/a informação não é mais um grupo de editores que senta em reunião para decidir o que vai ser lido no dia seguinte. Isso acabou. Está acabando. E a crítica não é mais um grupo privilegiado que decide o que as pessoas vão ver no fim de semana. Assim, a crítica parece voltar às origens. Ela não quer convencer ninguém de nada nem dizer que é melhor que alguém. Ela passou a dispensar uma cultura arrogante pautada no ‘eu sei, você não sabe’. Temos que viver com essa democracia, com essa pluralidade. Entendo que este modelo é potencialmente mais interessante que o anterior”.

“O desafio do cinema é, como disse Benjamin, ser uma arte ‘reproduzível’, mas, ao mesmo tempo, arte. E a crítica de cinema só pode existir na medida em que concilia esses dois aspectos – os críticos mais interessantes

tentaram conciliar num só texto os elementos da ‘alta cultura’ com o ‘gosto ingênuo’. A melhor crítica, portanto, é aquela que sabe olhar o cinema como alta cultura e espetáculo popular, como um fenômeno de massa”.

“Não faço distinções entre o cinema dito comercial e o alternativo – não entendendo que o primeiro é melhor que o segundo. Este raciocínio não me parece adequado ao exercício crítico”.

Ao entendermos que críticos “propositivos” ampliam o olhar sobre o cinema e sua recepção, compreendemos igualmente que tal complexificação implica um novo entendimento político a conferir igualdade de poder entre espectador e cineasta ou espectador/ leitor e crítico.⁹ Nessa nova configuração, o espectador/ leitor é tão potente e criativo quanto o artista ou o crítico, deixando de ser caracterizado como passivo ou como captado pela indústria. Essa última instância, inclusive, ganha novos contornos e interpretações, deixando de ser vista exclusivamente como algo “ruim”. Desse modo, ao se constituir de formas mais complexas, a instituição crítica deixa de se propor a descobrir verdades e passa a revelar validades em sistemas de signos específicos.

Mudança estrutural da esfera crítica

Em “Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa”, Jürgen Habermas descreve o conceito de *public*, na França do século XVIII, atentando para a transformação da esfera artística em bens culturais (de mercado) e sua consequente “abertura” de público. Segundo o autor, à medida que obras de arte em geral passam a ser produzidas como mercadorias, o que implica a “perda da sua aura e a profanação de seu caráter outrora sagrado”, sua acessibilidade e debate também se tornam gerais, todos devendo e podendo participar. Entretanto, “onde o público se estabelece como grupo fixo de interlocutores, ele não se coloca como equivalente ao *grande* público, mas reivindica aparecer de algum modo como seu porta-voz, talvez até como seu educador” (1984: 53). Desse modo, averigua-se a formação do campo da crítica. Segundo Habermas,

9 Segundo Ranciére, “a emancipação parte do princípio da igualdade. Ela começa quando dispensamos a oposição entre olhar e agir e entendemos que a distribuição do próprio visível faz parte da configuração de dominação e sujeição. Ela começa quando nos damos conta de que olhar também é uma ação que confirma ou modifica tal distribuição, e que ‘interpretar o mundo’ já é uma forma de transformá-lo, de reconfigurá-lo” (2010: 115).

nas instituições da crítica de arte, da crítica literária, teatral e musical é que se organiza o julgamento leigo do público já chegado à maioridade [...] A nova profissão que corresponde a isso recebe, no jargão da época, o nome de ‘árbitro das artes’. O ‘árbitro’ assume uma tarefa dialética peculiar: ele se entende ao mesmo tempo como mandatário do público e como seu pedagogo. Os árbitros de arte podem conceber-se como porta-vozes do público, pois não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a do argumento e se sentem solidários com todos aqueles que se deixam convencer por argumentos. Ao mesmo tempo, podem voltar-se contra o próprio público se, como especialistas, clamavam contra ‘dogmas’ e ‘moda’, apelando para a capacidade de julgamento daqueles que não haviam tido uma boa formação. No mesmo contexto dessa evidência, também se explica a posição efetiva do crítico: à época ela ainda não é uma profissão no sentido estrito. O árbitro de arte continua a ter algo de amador: seus pareceres só valem enquanto não contraditos, neles o julgamento laico se organiza sem, no entanto, tornar-se, através da especialização, outra coisa que não o julgamento de um homem particular entre todas as demais pessoas particulares que, em última instância, não podem considerar válido nenhum outro julgamento que não o próprio. Ao mesmo tempo, precisam fazer, porém, com que sejam ouvidos por todo o público que transcende o círculo estrito dos salões, dos cafés e sociedades fechadas, mesmo à época de seu maior florescimento. As revistas, que antes eram correspondências manuscritas, logo se tornam impressos mensais ou semanais que passam a ser instrumentos publicitários dessa crítica (1984: 57-58).

Como instrumentos da crítica de arte institucionalizada no século XVIII, os jornais consagram-se à arte e à crítica cultural. A partir de então, a literatura e a arte tornam-se possíveis graças à crítica. De modo análogo, o público chega a esclarecer-se, e a “se entender como processo vivo do Iluminismo” (Idem), mediante a apropriação crítica. Contudo, com as transformações do mundo social e a democratização dos saberes ao longo dos séculos, a crítica passa a se ver (e a se discursar) fora daquela perspectiva iluminista, percebendo sua (suposta) desnecessidade.

Verificamos tal questão por meio de frases, como a do crítico brasileiro José Carlos Avellar de que “talvez o desafio que o cinema agora propõe à crítica se encontre na aparente desnecessidade da crítica. Ela já não integra o espaço cinematográfico, ou continua parte dele em outra forma, latente, ainda não revelada de todo”. Tal sentença, proferida em meados da década de 1990, coincide, de certo modo, com a afirmativa de Terry Eagleton em “A função da crítica” de que

“a voz da crítica só tem sido alvo das atenções gerais quando, no ato de manifestar-se, emite uma mensagem colateral sobre a forma e o destino de toda uma cultura [...] Atualmente, à parte de sua função marginal de reproduzir relações sociais dominantes, ela se acha quase que inteiramente privada de sua *raison d'être*” (1991: 100).

Tal processo parece encontrar evidências nos relatos contemporâneos, nos quais “porta-vozes” da crítica refletem sobre seu papel:

“No lugar de um ‘fim’ da crítica existe, sobretudo nos países latino-americanos, um sentimento de nostalgia pela perda do espaço da crítica no jornal. Contudo, ao mesmo tempo em que acontece a perda daquele espaço ‘canonizado’, ‘sagrado’, acontece o surgimento de críticos que não precisam da legitimação de um jornal. A chegada das revistas eletrônicas possibilita o surgimento de uma geração muito talentosa que logo é incorporada por universidades, por festivais de cinema, curadorias”.

“A crítica de cinema tinha um *status*, entre os anos de 1950 até a década de 1970, com seu auge nos anos 60, quando houve os cinemas novos e a nova crítica. Aquele *status* estava muito ligado com o *status* do próprio cinema – descolado de uma perspectiva hollywoodiana, de entretenimento em direção a um cinema de reflexão, tanto em relação ao pensamento quanto como reflexão do próprio mundo. A crítica passou por esse mesmo processo fazendo-se de forma mais aprofundada. Entretanto, há fatos naquele contexto histórico que não podem ser abdicados: naquele momento, quem tinha um espaço no jornal era um privilegiado. Existiam pouquíssimos jornais e a mídia e os meios de comunicação eram muito mais afunilados do que hoje. Não existia a televisão como existe hoje, muito menos a internet. Esses meios tornam o exercício da crítica mais capilarizado e disperso. Naquela época existiam áreas de poder que eram os jornais e os grandes colunistas. A impressão que se tinha (e se tem hoje do passado) era que tudo o que era dito era muito importante. É necessário desmistificar essa visão. Com a multiplicação dos meios de difusão e repercussão do evento cinematográfico, aquele poder foi tão pulverizado que a impressão que se tem é de decadência ou involução – visão que, igualmente, deve der desmistificada, porque hoje temos uma reflexão crítica profunda, convivendo com guias de consumo, só que sem uma área de poder tão clara. Atualmente é possível encontrar uma cinefilia ilustrada, mas não mais com o tom exibicionista anterior. Além disso, o receptor antes anônimo, que não tinha espaço de

exposição ou de poder, passa, com as novas possibilidades de interação, a expor raciocínios muitas vezes surpreendentes. Estudantes de cinema e cinéfilos, por exemplo, têm a oportunidade de expor ideias ‘ilustradas’ – por que não?”

“A crítica se tornou uma atividade deslocada para livros, para a Universidade, para a internet – sendo estes os ‘outros’ e novos espaços de sua legitimação. O crítico que escrevia todos os dias nos jornais, que tinha um espaço e uma relação direta com os leitores, e que chegava ao jornalismo com uma formação linguística, deixou de existir não por um desejo próprio, mas porque as redações dos jornais não mais se interessam por esse tipo de profissional”.

“Quando abrem as escolas nos anos 1960 e a reflexão se desloca para a Universidade, a crítica cinematográfica vivencia a mesma querela da crítica literária do século XIX”.

As narrações aqui expostas sobre experiências no campo da crítica implicam um reforço discursivo e uma intelectualização que são parte essencial do processo que chamamos de crítica.¹⁰ O conceito envolve movimentos de legitimação, supondo que agentes, além de canonizarem e descanonizarem autores e métodos, se autocanonizam e se questionam concomitantemente. Ao se redefinirem continuamente e colocarem pressupostos em xeque, críticos geram novos processos para cancelar e afirmar seu campo, relegitimando cinematografias, veículos e formas de recepção.

Assim, não menos importante que refletir sobre possíveis *status* da crítica cinematográfica nos dias de hoje, acreditamos ser a necessidade de tomar conhecimento de seus instrumentais internos, atentando para as suas constantes auto-representações. A compreensão desses processos permite outra, mais ampla e profunda, sobre o modo como capacidades artísticas e reflexivas, políticas e sociais articulam-se e reestruturam-se num mundo que igualmente trata de reestruturar modos de olhar, comunicar, ler e representar.

¹⁰ Em trabalho intitulado “É possível uma ‘críticação’ da crítica?”, apresentado no 38º. Encontro Anual da Anpocs, em Caxambu (2014), expomos o conceito de modo a desenvolvê-lo para futura publicação. Além deste trabalho, consideramos importante citar referências nos estudos sobre recepção e América Latina, como Alea (1994) e Nuñez (2009), e textos exemplares sobre o cinema no continente, como Avellar (1995), Paranaguá (1984), Bessone e Queiroz (1997), Villaça (2005), entre outros.

Referências

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ALEA, Tomás Gutiérrez. *Dialética do espectador*. São Paulo: Summus, 1994.
- ALTMANN, Eliska. “Formação, campo e ocaso: registros da crítica cinematográfica na América Latina”. *Sociologia & Antropologia*. v. 03-05, pp. 296-311, 2013.
- . É possível uma “critificação” da crítica? Trabalho apresentado no 38º. Encontro Anual da Anpocs. GT02: Arte e cultura nas sociedades contemporâneas. Disponível em:
<[HTTP://PORTAL.ANPOCS.ORG/PORTAL/INDEX.PHP?OPTION=COM_DOCMAN&TASK=DOC_VIEW&GID=8829&ITEMID=456](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8829&itemid=456)>. Acesso em: 08 out. 2016.
- AVELLAR, José Carlos. “Arte da crítica, crítica da arte”. *Revista Nossa América*. pp. 42-46, 1996.
- . *A ponte clandestina: Birri, Glauber, Solanas, Getino, García, Espinosa, Sanjinés, Alea – teorias de cinema na América Latina*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 1995.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BESSONE, Tânia M. T. & QUEIROZ, Teresa A. P. (Orgs.). *América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário*. São Paulo: Edusp, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- . *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996b.
- . *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Editora Zouk, 2007.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EAGLETON, Terry. *A função da crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GONÇALVES, Marco Antonio & HEAD, Scott (Orgs.). *Devires Imagéticos: a etnografia, o outro e suas imagens*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- GONÇALVES, Marco Antonio, MARQUES, Roberto & CARDOSO, Vânia Z. (Orgs.). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- NUÑEZ, Fabián. O que é “Nuevo Cine Latinoamericano”? O cinema moderno na América Latina segundo as revistas cinematográficas especializadas latino-americanas. Tese de doutorado, UFF, 2009.

PARANAGUÁ, Paulo Antonio. *O cinema na América Latina – Longe de Deus e perto de Hollywood*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Revista Urdimento, Florianópolis, v. 1, n. 15, pp. 107-122, out. 2010.

VILLAÇA, Mariana. O Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficos (ICAIC) e política cultural em Cuba (1959-1991). Tese de doutorado, USP, 2005.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Recebido em 19/06/2015

Aprovado em 27/01/2016

Como citar este artigo:

ALTMANN, Eliska. A crítica segundo a crítica latino-americana. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 431-446.

O *Ethos* da Inovação Social: implicações ético-políticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes¹

Adriane Vieira Ferrarini²

Resumo: No Brasil, verifica-se uma carência de estudos de caráter crítico-reflexivo sobre a inovação social. Este texto visa analisar a inovação social a partir da aplicação do conceito de *ethos* subjacente a cada ambiente (público, empresarial ou social) em que ela é produzida. Trata-se de pesquisa exploratória realizada por meio de análise bibliográfica, a qual concluiu que o *ethos* permite identificar racionalidades (formalista ou substantiva), intencionalidades ético-políticas e intensidades democráticas, lançando luzes sobre a produção de diferenciações que questionam o caráter agnóstico e pragmático comumente atribuído à inovação social.

Palavras-chave: inovação social; ambientes; *ethos*; sociedade civil.

The Ethos of Social Innovation: ethical-political implications for the study of practices produced in different environments

Abstract: *A lack of critical and reflective studies about social innovation is verified in Brazil. This text aims to analyze social innovation from the application of the concept of ethos underlying each environment (public, business or social) in*

1 A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) por meio do Edital 001/2013 – Pesquisador Gaúcho (PQG).

2 Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – São Leopoldo – Brasil – adrianeferrarini@gmail.com

which the innovation is produced. It is an exploratory research developed through literature analysis, which concluded that the ethos allow the identification of rationalities (formalist or substantivist), ethical-political intentionalities and democratic intensities, casting light on the production of differentiations that question the agnostic and pragmatic character - commonly assigned to social innovation.

Keywords: *social innovation; environment; ethos; civil society.*

“Podemos falar de uma inovação social quando as mudanças alteram os processos e relações sociais, alterando as estruturas de poder preexistentes.”
(Sonia Fleury)

Introdução

Processos socialmente transformadores e inovadores sempre existiram, alterando-se historicamente em torno de causas, contextos, formas e atores sociais envolvidos. Nas últimas duas décadas, o debate teórico e a emergência de experimentalismos em torno do que se convencionou chamar de inovação social ampliaram-se significativamente devido a três razões fundamentais. A primeira refere-se ao aumento dos problemas sociais e ambientais, da pobreza e das desigualdades decorrentes da globalização de um modelo de desenvolvimento pautado na separação entre o social e o econômico, com primazia da maximização de lucros ao invés da satisfação das necessidades humanas e do bem-estar. A segunda razão, relacionada à primeira, é que esse quadro tem demandado intervenções por parte dos governos, organismos internacionais, empresas e sociedade civil, as quais evidenciam um crescente esbatimento de fronteiras entre os diferentes atores e setores. Políticas públicas participativas, responsabilidade socioambiental, economia social e solidária e *social labs*, dentre outras, são experiências de cogestão em diferentes níveis e formatos por distintos setores da sociedade. A terceira razão diz respeito a uma incorporação de sistemas interpretativos e interventivos do campo tecnológico e econômico pelo campo social, o que engendrou formatos organizacionais contemporâneos que envolvem a necessidade de otimização de recursos, efetividade de ações e capacidade de transferência, mensuração e disseminação de resultados.

Desenvolvido na interface entre diferentes disciplinas científicas e na articulação de atores sociais sob os mais diversos arranjos operacionais, o aporte da inovação social tem buscado respostas às necessidades de gestão e de compreensão dos processos de transformação social por meio da produção de

conhecimentos em torno de critérios, indicadores, dinâmica, processo, resultado, modos de difusão e especificidades dos ambientes propulsores, atribuindo ao social certa “materialidade”. Com isso, o mote da inovação social torna-se um facilitador do engajamento de indivíduos, grupos e comunidades em processos capazes de contribuir para a melhoria das condições sociais e da qualidade de vida, o que pode explicar o crescente interesse por parte do meio acadêmico e do campo interventivo.

A inovação social possui um aporte relativamente bem estruturado, inter e transdisciplinar, flexível, participativo e sintonizado com as demandas da sociedade contemporânea. Trata-se de uma ideia com potencial de contribuição para uma sociedade mais justa e democrática. Estudos sobre inovação social tem se disseminado na Europa e Estados Unidos especialmente a partir da década de 1990. No Brasil, sua expansão é mais recente, predominando estudos na forma de *cases*. Tais estudos inegavelmente contribuem para a disseminação e reaplicação de experiências socialmente inovadoras, mas também podem levar ao risco de concepções agnósticas que conduzem à ideia de salvacionismo indiscriminado, a modismos ou mesmo à incorporação da inovação social a uma racionalidade instrumental, vindo a absorver ou reduzir potencialidades transformadoras propaladas e levando à perda de sua credibilidade como aporte voltado, efetivamente, à produção de valor social.

Frente à escassez de debates de caráter mais crítico no Brasil, capazes de incidir sobre dimensões epistemológicas e ético-políticas, este texto tem o objetivo de analisar a inovação social a partir das especificidades de cada ambiente em que ela é produzida (empresarial, público e o dito ambiente social – ou dos movimentos e organizações sociais). O texto parte do princípio de que a inovação social adquire certas especificidades de acordo com o ambiente em que emerge e se inscreve, pois os atores, a lógica, os recursos e a intencionalidade ético-política não são os mesmos. Entende-se que a análise dessas especificidades, insuficientemente reconhecidas como relevantes, pode contribuir para o aprofundamento crítico-analítico acerca da inovação social.

Para tanto, será proposto e aplicado o conceito de *ethos* à inovação social. A distinção de *ethe* específicos, que representam racionalidades e intencionalidades de cada setor da sociedade, ao invés de demarcar fronteiras rígidas, pretende contribuir para o estabelecimento de permeabilidades mais nítidas e – porque não dizer – social e cognitivamente mais justas. Isso não descaracteriza ou desprivilegia grupos para o ato de produzir inovação social; ao contrário, pretende elucidar a diversidade presente, minimizando os riscos de análises indiscriminadas pela aceitação quase consensual que o tema provoca por voltar-se a

causas sociais, pela aspiração democrática e pela possibilidade de conferir certa concretude e transparência aos resultados imateriais.

1 Gênese da inovação social: racionalidades em disputa, interação e interdependência

Durante séculos, a inovação foi compreendida como processo intrínseco ao campo tecnológico, tendo se constituído em força motriz das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que conduziram à consolidação da sociedade capitalista moderna e a seus desdobramentos no mundo contemporâneo globalizado. A gestão da inovação desenvolveu-se historicamente sob a égide de uma racionalidade da teoria econômica clássica, pautada na assertiva de Lionel Robbins (1945, p. 16) de que a economia é “a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre finalidades e recursos escassos com usos alternativos” (Coraggio, 2009; Raud-Mattedi, 2005; Abramovay, 2004). Posteriormente, a economia neoclássica, advogando-se neutra e exata pelo rigor do método matemático, formula teses sobre o comportamento humano a partir da teoria da escolha racional, para a qual “os indivíduos, tomados como unidades de análise e posicionados à base da dinâmica social, agem racionalmente, ponderam meios e fins em favor de interesses próprios e maximizam suas preferências individuais” (Gaiger & Corrêa, 2011: 37).

Karl Polanyi (1977) afirma que essa acepção dominante ou formal redundou no conceito de economia como sinônimo de mercado ou de economia de mercado, equívoco que o autor justifica por meio de dois argumentos bastante atuais. Em primeiro lugar, os economistas neoclássicos teriam tomado a parte pelo todo, supondo a economia como sistema autorregulado e desimbricado (*desimbedded*) é suficiente que todas as economias – inclusive pré-modernas – teriam sido mercantis em sua essência. Em segundo lugar, Polanyi argumenta que sistemas históricos se especificam pelo modo como instituem outras duas formas de intercâmbio na produção substantiva da vida material para além da mercantil: a reciprocidade e a redistribuição. A reciprocidade diz respeito a trocas horizontais entre parceiros, baseadas em princípio de simetria, e a redistribuição é a contrapartida de entidade hierarquicamente instituída e socialmente legitimizada, com base na centralidade (papel desempenhado pelo Estado na sociedade moderna). Para o economista, portanto, a confusão entre o conceito formal (mercantil) e o substantivo teria sido um erro da ciência moderna (Coraggio, 2009; Vinha, 2003; Granovetter, 1985).

Sem a pretensão de aprofundar esse controverso debate, a realidade parece reiterar ou evidenciar o erro teórico-epistemológico apontado por Polanyi por meio

das consequências concretas do desenvolvimento instaurado sob as premissas da teoria econômica neoclássica. O predomínio do princípio econômico do mercado conduziu a um desenvolvimento global alavancado por espetacular avanço da tecnologia, da produtividade e da riqueza no mundo, mas também ao aumento surpreendente das desigualdades, da pobreza e da degradação ambiental.

Apesar de o berço da inovação relacionar-se à tecnologia e à economia formalista, ela também contém em si uma busca de novas formas de revelar necessidades e de cooperar, muito menos ancoradas em rendimentos e consumo, e mais na capacitação individual e coletiva para encontrar soluções para os problemas locais (Moulaert, 2000). Acrescida do atributo “social”, a inovação reveste-se de qualidade cidadã e transcende o sentido estrito da geração de valor econômico (Farfus & Rocha, 2007). A gênese da inovação e sua transposição ao contexto social podem ser melhor compreendidas por meio das distinções entre a inovação tecnológica – engendrada numa lógica mercantil – e a social, que tende a incorporar a pluralidade de princípios econômicos e dos modos de cooperar.

Figura 1

Tipo de inovação	Inovação tecnológica	Inovação social
Características		
Valor	É apropriado pelo indivíduo ou organização;	É criado e compartilhado;
Estratégia	Busca de vantagens competitivas;	Cooperar para resolver questões sociais de forma duradoura e com impacto;
Lócus	Centrada na empresa com altos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) para a criação de produtos e obtenção de diferenciação no mercado;	Voltada para ações comunitárias, com recursos escassos e esforços pequenos e locais;
Processo	De dentro para fora, por meio de etapas sequenciais definidas e controladas por ferramentas específicas de gestão;	Pela participação dos envolvidos durante todo o projeto. É uma construção social de geração de soluções dependente da trajetória. Aprendizagem coletiva;
Difusão do conhecimento	Mecanismos de proteção intelectual procuram impedir que uma ideia ou tecnologia venha a ser copiada e utilizada por concorrentes.	Mecanismo de difusão (redes, fóruns, centros etc.) favorecem a replicação e a expansão dos resultados a outras comunidades.

Fonte: Quadro produzido a partir de Bignetti (2010).

Apesar de a gestão da inovação social possuir definições, modelos e requisitos distintos da tecnológica, admite-se a possibilidade e mesmo a existência de permeabilidades e zonas de diálogo.

Elas não representam dois conjuntos mutuamente excludentes. Ao contrário, é indiscutível que muitas inovações tecnológicas possuem caráter social e que inovações sociais podem lançar mão da tecnologia, particularmente no emprego das chamadas tecnologias apropriadas ou, mais amplamente, das tecnologias sociais (Pol & Ville, 2009; Dagnino *et al.*, 2004 *apud* Bignetti, 2010: 7).

A identificação da gênese e de suas características básicas não garante uma definição consensual de inovação social. Contudo, é recorrente a sua vinculação ao aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais não atendidas pelo mercado, à inclusão social e à capacitação de segmentos em desvantagem, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral (Murray, Caulier-Grice & Mulgan, 2010). “Novas soluções” e “criação de valor social” estão no cerne de qualquer definição de inovação social; elas visam desencadear mudanças mais ou menos intensas das relações de poder em que se encontram os envolvidos e reduzir sua vulnerabilidade face aos processos de mercado ou sua dependência de instituições públicas ou do terceiro setor (André & Abreu, 2006).

A inovação social é, em sua essência, um fenômeno inter e transdisciplinar, já que os processos e práticas de atores inovadores tendem a ultrapassar fronteiras entre as disciplinas científicas e de marcos regulatórios das estruturas governamentais. Sob uma perspectiva sociológica, contudo, o social não é mero adjetivo, mas algo substantivo, prevalência do humano em torno do qual as outras dimensões devem orbitar. “O ser humano é a medida”, frase célebre e título da crônica de Luis Fernando Veríssimo por ocasião da abertura do Primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2001, expressa bem essa ideia. Para o economista Amartya Sen (2000), a centralidade do social se expressa por meio de sua definição do crescimento econômico como um meio para a expansão das liberdades humanas – finalidade superior do desenvolvimento – numa inversão da lógica dominante.

A primazia do social sobre o econômico, preconizada pela inovação social, a vincula à necessidade de reflexões acerca da racionalidade econômica subjacente, seja a mercantil (voltada à maximização dos lucros) ou a substantiva (que visa a maximização do bem-estar), a qual, por sua vez, interfere na intencionalidade e na intensidade. Há, portanto, um elo indissociável entre inovação social e o contexto de sua geração na medida em que ela assume um compromisso

com a redução das desigualdades e com a melhoria da qualidade de vida por meio da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, o que põe em cheque a conceituações pragmáticas e “desenvolvedoras” de soluções.

2 A sociedade civil no enfrentamento das expressões da questão social e como *lôcus* de inovação

A ampliação e complexificação dos problemas sociais evidenciam limites nas intervenções das estruturas políticas e econômicas para resolver problemas que afetam vários setores e nações. A promessa das soluções de mercado tem-se revelado inadequada e insuficiente. A tarefa de regulação recaiu para o Estado, mas as ferramentas clássicas e estruturas governamentais departamentalizadas ou setorializadas tendem a reforçar velhos modelos ao invés de criar novos (Murray, Caulier-Grice & Mulgan, 2010). Além disso, a crise do Estado Providência – especialmente nos países europeus – ou o reforço das orientações neoliberais que desprivilegiam o investimento público na esfera social, bem como a exclusão social (potencial e efetiva) que lhe está associada, engendra novas necessidades e problemas de natureza coletiva (Comeaus, 2004 *apud* André & Abreu, 2006). A sociedade civil é chamada a participar de forma mais ativa no enfrentamento das consequências socioambientais da globalização, sendo designada

no seu uso corrente como quase equivalente à definição de Terceiro Setor: uma rede de organizações civis, resultante do esforço e vontade de associação voluntária dos cidadãos, distintas tanto das instituições coercitivas do Estado (ou mesmo em oposição a ele), como das instituições lucrativas do mercado, mobilizando os cidadãos para causas públicas e promovendo pela sua acção a estabilidade e efectividade das democracias (Monteiro, 2004: 150).

Os movimentos sociais e as organizações sociais são expressões de forças vivas da comunidade e de processos populares de mobilização. Eles aglutinam um capital social plasmado na luta contra processos de opressão, exploração e pela garantia de direitos. Sousa Santos trata da emergência de uma *sociedade providência*, que ele define como:

redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss (1995: 1).

O predomínio da providência estatal nas sociedades modernas não significa que tenham deixado de vigorar outras formas de proteção social, especialmente em sociedades em que o Estado nunca atingiu o seu pleno desenvolvimento. A providência societal é assentada em princípios muito diferentes da estatal: em vez da solidariedade abstrata, a concreta; em vez da cidadania, a reciprocidade; em vez do cálculo distributivo, o investimento emocional.

No entanto, as relações sociais de que ela dá conta não são resíduos de formas de sociabilidade pré-moderna. São antes constitutivas de uma forma específica de sociabilidade moderna que caracteriza diferentes padrões, alguns dos quais transpostos da sociedade anterior (pré-modernos), mas que, uma vez integrados na nova constelação, adquirem um significado social e uma lógica de reprodução diferente (moderna). Cabe hoje compreender a emergência de outras formas de sociedades-providência com maior grau de formalização, funcionalmente diferenciadas e com uma articulação mais orgânica com a providência estatal ou com a providência mercantil, a qual vem sendo teorizada em conceitos como o terceiro setor. A regulação privada não tem necessariamente de ser mercantil, podendo também ser comunitária, ou, por outras palavras, a sociedade civil não é equivalente do mercado; ao contrário, incorpora também o setor privado não lucrativo. Além disso, as organizações formais de regulação social privada têm sempre contado com uma forte interferência – facilitadora ou bloqueadora – do Estado (Sousa Santos, 1995).

Este quadro de diferenciações e de limitações da matriz tripolar (Estado, mercado e sociedade) de regulação social relaciona-se com a emergência da inovação social na década de 1990. Apesar de haver diferenças entre os teóricos que analisam a perspectiva institucional da inovação social, eles compartilham uma visão comum: não consideram o setor público e a sociedade civil como opostos. Skocpol (1996) aponta que as relações históricas entre organizações da sociedade civil e o setor público são mais complementares do que opostas e salienta a importância de políticas de bem-estar inclusivas na construção da sociedade civil (Hulgaard & Ferrarini, 2010).

No Brasil, a constituição da sociedade civil precisa ser compreendida em meio a uma trajetória marcada por processos de escravidão, colonialismo e longos períodos de ditadura. Práticas e políticas eram predominantemente assistencialistas e tinham o objetivo de amenizar as expressões da questão social e manter a coesão social, nunca se aproximando das verdadeiras causas da pobreza. Isso acabou por promover a formação de identidades subalternizadas, na qual os sujeitos sentem-se responsáveis pela própria pobreza porque desconhecem sua história e seus direitos, além de perpetuar a dependência.

A Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, representou um marco histórico de início das reformas no sentido de ampliação e democratização das políticas sociais brasileiras. Curiosamente, ela é gestada em meio a processos de aplicação do receituário neoliberal na América Latina que caracterizaram as décadas de 1980 e 1990. Isso pode ser compreendido a partir de uma participação ativa da sociedade civil, protagonizada por forças que subteraneamente se rearticularam em meio e logo após o período de ditadura – em especial representadas por alas progressistas da Igreja Católica – e que fortaleceram um caldo de cultura política afeita aos valores democráticos e libertários.

Ainda assim, o Brasil não ficou fora das imposições macroestruturais da época, passando por processos de privatização do Estado, redução de investimentos na área social, precarização das políticas de recursos humanos, refilantropização da assistência, desresponsabilização do Estado e transferência de responsabilidades para a sociedade civil. Novamente, a participação da sociedade civil na política pública não pode ser entendida de forma apressada e maniqueísta como mera reação às lacunas da regulação, mas numa ocupação de espaços gerados pelo seu próprio trabalho político e gerador de novas oportunidades. Essa indissociabilidade entre sociedade civil e Estado é fortemente representada pela literatura (principalmente europeia e canadense) sobre inovação social por meio da ênfase que ela atribui ao esbatimento das fronteiras entre os diferentes setores como uma das características fundamentais desse novo paradigma.

O novo século da política pública brasileira é exemplar em evidenciar tal esbatimento, apresentando-se como um divisor de águas no enfrentamento à questão social. Indicadores sociais e econômicos evidenciam esforços do Estado, que foram capazes de ampliar a redistribuição social, reduzir desigualdades e ativar a participação (estruturada e estruturante) da sociedade civil no planejamento, deliberação, fiscalização e execução das ações de políticas, programas e serviços. A sociedade civil, que esteve na base da criação de políticas públicas mais democráticas, passa a ser demandada a ocupar espaços instituídos em conselhos de direitos e de políticas setoriais. Isso fomentou arranjos na forma de criação de organizações não-governamentais aptas a cogerir programas e políticas sociais, evidenciando os rumos e tendências do social no sentido de uma profissionalização de suas estruturas e práticas.

Com isso, se pretende reconhecer e afirmar que o ambiente dito social é *lôcus* genuíno de ações socialmente inovadoras nas lutas historicamente travadas contra formas de opressão e violação de direitos. Mesmo quando se trata de inovações no âmbito do Estado – e até mesmo do mercado – elas são possíveis

por meio de pressões e pautas geralmente oriundas de empreendedorismo social, associativo ou solidário. Esse tipo de empreendedorismo se caracteriza por surgir de baixo para cima, ser movido pela necessidade (e não pela oportunidade), ser muitas vezes imprevisível, prescindindo de aportes metodológicos, capital, habilidades ou recursos para implementar ações em grande escala de forma promissora.

A inovação social no âmbito do terceiro setor geralmente acontece fora das instituições e, frequentemente, contra elas. Ela costuma ser o resultado de uma mobilização em torno de um objetivo, protagonizada informalmente por um movimento social ou por uma organização (André & Abreu, 2006: 128). Porém, é comum o estabelecimento de dinâmicas instituídas e instituintes que integram, sucessivamente, processos e resultados de mudanças sociais (Baremblytt, 1996).

Pensar a inovação no âmbito social demanda também o reconhecimento da sociedade civil como plural e contraditória. Para Sousa Santos (1995), seu lado positivo caracterizado pelo altruísmo, solidariedade e reciprocidade deve ser analisado em conjunção com o seu lado negativo, que diz respeito à ausência ou violação de direitos, discriminação sexual das mulheres e paternalismo nas relações sociais. O autor questiona se a sociedade civil se constituirá numa forma de regulação social que aponta para novos paradigmas de emancipação social ou, em que medida, significará uma nova forma de autoritarismo social, desta vez em estreita articulação com a regulação estatal, como uma espécie de face privada do autoritarismo estatal.

Esse questionamento não tem resposta simples, tampouco generalizável, mas contribui para alicerçar as questões deste artigo. É em meio a esta dialética complexa que a intencionalidade ético-política da inovação social será pensada por meio do conceito de *ethos*, que é uma noção com interesse essencialmente prático. De modo genérico, o conceito sociológico de *ethos* remete para a síntese dos costumes de um povo, indicando traços característicos de um grupo e adquirindo um valor de identidade social e cultural. Sem prejulgar o modo como esses traços e identidades podem eventualmente ser explorados nas diversas problemáticas, salienta-se princípios elementares acerca do *ethos* (Maingueneau *apud* Mota & Salgado, 2008):

- é uma noção discursiva construída e não uma “imagem” do locutor exterior à sua fala;

- é fundamentalmente um processo interativo;

- representa um comportamento socialmente instituído, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada numa determinada conjuntura sócio-histórica.

Trazida para o âmbito da inovação social, o *ethos* relaciona-se ao ambiente em que ela é produzida, o que inclui seus atores sociais, intencionalidade ético-política e características da inovação. Cada setor pode gerar inovação social, com características e racionalidades próprias, mas eles também interagem e transformam-se mutuamente. Porém, a existência de zonas permeáveis não leva à extinção de suas dinâmicas próprias e conteúdos autorreferenciais, até porque mercado, Estado e sociedade civil possuem procedimentos e prerrogativas próprias que, se não os determinam completamente, lhes impõem formatos operacionais, restrições e prioridades.

Cabe registrar que a inovação social não é gerada espontaneamente, mediante a existência de uma necessidade e de sujeitos mobilizados em torno dela; a inovação social depende de um ambiente propulsor e de condições propícias para acontecer. Esta constatação pode contribuir para se identificar a real existência de inovação ou mesmo para subsidiar a criação de ambientes inovadores em todos os setores da sociedade.

3 Ambientes socialmente inovadores: características, requisitos e dimensões

Phills, Deiglmeier & Daile (2008) consideram que analisar mudanças sociais por meio de uma lente de inovação apresenta a vantagem de que essa lente é agnóstica no que se refere às fontes de criação do valor social. Para os autores, a inovação social transcende setores, níveis de análise e métodos em sua trajetória de descoberta dos processos, estratégias, táticas e teorias de mudança que produzem um impacto duradouro.

Importa que as organizações produzam inovações em diferentes contextos e oportunizem a criação de novas metodologias que promovam não somente a superação de desigualdades, mas a realização e autorrealização dos sujeitos que criam e disseminam o conhecimento (Farfus & Rocha, 2007: 31).

Os ambientes socialmente inovadores podem ser descritos a partir de duas dimensões fundamentais. A **primeira** refere-se à dimensão organizacional. Senge (*apud* Farfus & Rocha, 2007) considera que a inovação social, voltada ou não ao mercado, somente pode ocorrer quando houver aprendizagem organizacional, compreendida como processo estruturado e contínuo. As organizações que aprendem devem desenvolver continuamente a capacidade de se adaptar e mudar por meio da criatividade e inovação.

O estímulo e a condução do processo de aprendizagem, por meio de um conjunto de ações que engloba aspectos técnicos, sociais e comportamentais,

devem contemplar: domínio pessoal, por meio do autoconhecimento; questionamento dos modelos mentais, ideias enraizadas, generalizações e imagens que influenciam o modo pelo qual as pessoas vêem o mundo e a si mesmas para permitir a construção e adoção de novas maneiras de pesquisar, testar e melhorar; formação de visões compartilhadas, em que um objetivo percebido como legítimo leva as pessoas a dedicarem-se, aprenderem de forma espontânea e construir uma visão comum e partilhada; capacidade de aprendizagem em equipe para a ação coordenada, que tem início com o diálogo que possibilita aos vários membros a troca de experiências, ideias e conhecimentos; adoção de pensamento sistêmico, que significa a percepção das relações entre as partes e da importância de cada uma em relação ao todo.

André & Abreu (2006) apresentam outras três características de um meio criativo e inovador. Em primeiro lugar, a **diversidade sociocultural**, que pressupõe estar aberto ao exterior e que potencializa o contato com o novo no sentido da alteridade, possibilitando novos produtos, saberes e valores. Em segundo lugar, a **tolerância** para permitir o risco de inovar, mas com uma rede de proteção – tal como no trapézio – pois o insucesso de uma iniciativa arriscada não poderia ser penalizado. Caso isso acontecesse, seria demasiado rígido, hierárquico e normativo. Em terceiro lugar, a **democracia** correspondente à participação ativa dos cidadãos. Esse tipo de democracia está longe de se esgotar no sistema representativo e nos atos eleitorais, implicando acesso à informação e ao conhecimento necessário para possibilitar a tomada de decisão. A decisão precisa ser socialmente reconhecida e deve ser exigida a responsabilização de quem decide.

Essa cultura para a inovação – necessária para compor um ambiente propulsor – encontra-se muito ligada: (1) a lógicas organizacionais contemporâneas mais flexíveis e democráticas e inspiradas na ideia de rede; (2) a uma mudança paradigmática da concepção de aprendizagem como processo que transcende a dimensão cognitiva e que considera a articulação do saber acadêmico com o popular; (3) à necessidade de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e formação; (4) à promoção ou inserção em conexões globais. O ambiente inovador também apresenta uma eliminação de fronteiras entre arte, ciência e tecnologia e, de modo semelhante à inovação tecnológica, oferece recursos (conhecimentos e saberes em geral) necessários ao processo e dinâmica para consolidação e difusão das inovações, contando com a presença quase constante de agentes altamente qualificados numa primeira fase e de capital relacional (interno e externo, local e global).

A **segunda dimensão** dos ambientes de inovação social, proposta neste artigo, é a ético-política, que se caracterizará aqui como a capacidade de promover empoderamento, alterar correlações de poder e oportunizar o acesso a recursos materiais e imateriais. A participação – termo recorrente e central na inovação social – torna-se balizadora para a análise da inovação social, remetendo ao debate sobre a distinção entre processo e resultado.

Até algum tempo atrás, especialistas do campo do empreendedorismo social prestavam pouca atenção à maneira como o valor social era produzido, importando muito mais que as inovações gerassem benefícios. O risco é que o processo poderia ser orientado de cima para baixo, em ambientes de trabalho paternalistas, sem a ambição de oportunizar a participação dos segmentos interessados, ou ainda, poderiam ser iniciativas de baixo para cima em caráter meramente informal, sem vínculos com as estruturas de poder da sociedade. Nesses casos, mesmo que importantes critérios para o empreendedorismo social fossem atendidos – como reinvestimento dos resultados na comunidade e busca de soluções para problemas sociais – muitas organizações ou empresas sociais não se distinguiriam das convencionais em suas práticas cotidianas (Hulgaard & Ferrarini, 2010).

Definida como processo, a inovação social se diferencia do modelo dominante de “inovação fechada” (baseada no controle *Control of ideas and input, and control of the innovation environment such as the factors used to develop the output* ideias e do ambiente) e adquire contornos semelhantes à noção de inovação aberta, na qual muitos sujeitos estão envolvidos de forma intencional, o que inclui diversos fatores envolvidos, como: tecnologias, sujeitos (pesquisadores e empregadores) e condições de produção. In this paradigm innovation is a matter of research and development within the firm boundaries of the company or organization. Ideas, resources and projects enter in one end of the innovation process, where they are processed and developed. Na inovação aberta, nenhuma empresa ou instituição é capaz, isoladamente, de controlar a entrada de ideias, processos e tecnologias que concorrem para o resultado; o processo ocorre dentro e fora da organização. O resultado decorre da colaboração de muitos atores e tende a ser mais exitoso do que um produto restrito voltado para determinado mercado, representando uma mudança de paradigma (Chesbrough, 2006).

Por um lado, caso a atenção seja dada apenas ao resultado, isso não significa que a inovação social deixa de ser importante, pois estará garantindo a criação de um valor social, tal como o combate à pobreza, justiça social, acesso à água potável, democracia participativa e outros efeitos relativos a benefícios

coletivos (ver também *Murray et al.*, 2010). Entretanto, o impacto nas relações e redes sociais envolvidas na criação de valor pode ser baseado em procedimentos e processos que mantém e, inclusive, reforçam velhas estruturas de poder, inviabilizando uma mudança real. É, portanto, no âmbito dos processos que a inovação assume maior importância (André & Abreu, 2006).

Por um lado, caso a atenção seja dada apenas ao resultado, isso não significa que a inovação social deixa de ser importante, pois estará garantindo a criação de um valor social, tal como o combate à pobreza, justiça social, acesso à água potável, democracia participativa e outros efeitos relativos a benefícios coletivos (ver também *Murray et al.*, 2010). Entretanto, o impacto nas relações e redes sociais envolvidas na criação de valor pode ser baseado em procedimentos e processos que mantém e, inclusive, reforçam velhas estruturas de poder, inviabilizando uma mudança real. É, portanto, no âmbito dos processos que a inovação assume maior importância (André & Abreu, 2006).

Na tentativa de superação desse impasse, estudos recentes, em perspectiva integrada, têm definido a inovação social como a combinação do resultado (finalidade social) com o processo (Mulgan, 2007; *Murray et al.*, 2010), com ênfase no caráter participativo da inovação aberta e colaborativo da aprendizagem. Nesta perspectiva, o produto da inovação social não pode ser isolado do processo ou da forma como a inovação foi organizada (Hulgaard & Ferrarini, 2010: 259).

Neste estudo, duas questões são levantadas a partir da dimensão de integração entre processo e resultado. A primeira questão é a possibilidade de identificação da intensidade democrática da inovação social conforme sua capacidade de atender à perspectiva integrada. Isso poderá suscitar uma produção de tipologias e indicadores de baixa, média e alta intensidade, vindo a contribuir para que a inovação social, por falta de diferenciação ou atributos mais claros, recaia numa vala comum em que tudo ou qualquer melhoria social seja considerada inovadora.

Trazendo essa reflexão teórica para o campo da prática, cabe perguntar se poderíamos denominar como inovação social, de forma quase indiscriminada, iniciativas nas quais o processo ou o resultado expressam a reprodução de práticas manipulatórias e interesses corporativos. Em outras palavras, neste caso, mesmo que o resultado seja relevante, se não oportunizar participação e empoderamento dos envolvidos no processo, não poderia ser considerado inovação social. Poderia ser inovação organizacional ou comercial. Ainda assim, é comum que essas práticas muitas vezes sejam vinculadas erroneamente a um discurso de inclusão social. Por exemplo:

a Coca-Cola na Índia lançou garrafas pequenas cujo preço corresponde ao valor de uma moeda: trocar as últimas moedas dos pobres por Coca-Cola foi apresentado como “inclusão comercial”. Estamos aqui muito longe da aabedoria e eficiência do Grameen Bank de Yunus (Dowbor *apud* Farfus & Rocha, 2007: 44).

A segunda questão, em consequência da primeira, busca analisar a possibilidade de relacionar o ambiente em que a inovação é produzida com a qualidade ou intensidade que a inovação social pode apresentar. Poder-se-ia afirmar que ambientes sociais, caracterizados por serem espaços populares, mais informais e democráticos, oportunizariam inovações mais qualificadas em termos de processo e resultado? Ainda que essa resposta não possa ser obtida de forma simples, sua busca remete à necessidade de valorização e de utilização de indicadores quantitativos e qualitativos capazes de mensurar a intensidade da inovação. Além disso, também vai remeter ao tema já referido da racionalidade e intencionalidade ético-política que, ao refletir sobre o para que e para quem a inovação se destina, complementa e contextualiza a própria utilização de indicadores.

4 Inovação social: para quê? Para quem?

A inovação social não apresenta pretensão revolucionária, mas discute e propõe mudanças sociais autênticas e comprometidas, o que a insere no campo do debate sociológico sobre transformação e emancipação social. Considerando as características e requisitos de um ambiente para a inovação social, pode-se afirmar que o *ethos* e a racionalidade subjacente aos ambientes social, empresarial e público interferem *a priori* na qualidade e impacto da inovação?

Por um lado, é possível inferir que os requisitos para a inovação social podem ser encontrados em cada um dos ambientes, dependendo muito mais de arranjos e características locais. Por exemplo, conforme já referido, mesmo em movimento sociais emancipatórios pode-se encontrar lideranças e dinâmicas autoritárias e ambientes menos propícios à inovação social, assim como é possível haver práticas participativas numa corporação com estrutura hierárquica definida.

Por outro lado, há que se considerar que os formatos organizacionais e o *ethos* interferem numa escala mais ampla. Neste caso, o ambiente empresarial traria os maiores desafios para a produção de inovação social devido à sua imersão numa racionalidade mercantil, que tem justamente na exteriorização de custos sociais e ambientais – mais abrangentes e precedentes à própria empresa – um fator fundamental de aumento da competitividade. Estudos (Santos, 2002; Mészáros, 2002; Soares, 2002; Guattari, 2003; Guattari & Rolnik, 1993) apontam

que as motivações empresariais para o desenvolvimento de inovação social são oriundas de pressões públicas e objetivam a minimização de prejuízos sociais de suas próprias intervenções ou a melhoria da imagem de suas marcas no mercado.

Nesse contexto, a inovação social serviria para a manutenção da racionalidade capitalista, dada a possibilidade de agregar valor e competitividade ao produto, tornando-o socialmente “correto”. Ainda que com “boas intenções”, há limites na possibilidade de reduzir a margem de lucro. Além disso, muitos dirão que a empresa já cumpre sua função social ao gerar empregos e oferecer produtos e serviços, não devendo também esperar-se que ela tenha *knowhow* – ou deva ter – em metodologias participativas e projetos sociais. Inegavelmente há um segmento empresarial progressista e um terreno fértil para debates e experimentações sobre limites e possibilidades de genuínos processos de inovação social. Contudo, um debate que não recaia numa visão maniqueísta, tampouco ingênua, é complexo e requer, mais uma vez, diferenciações e qualificações.

Quanto ao ambiente público, a inovação está associada à transformação das estruturas de gestão pública como forma de inclusão dos interesses dominados, para além da forma tradicional de representação, bem como à capacidade de gerar processos sinérgicos entre as instituições estatais democratizadas e as organizações da sociedade. O Estado tem papel de destaque no tocante ao fortalecimento de sua função intermediadora, sem chamar a centralidade para si, mas garantindo espaços democráticos de formação, discussão e deliberação guiadas pelo princípio da justiça social. Nessa perspectiva, ele se caracteriza como Estado-facilitador dos processos sociais (Lacerda & Ferrarini, 2013).

Isso não significa desconsiderar a importância das ações localizadas e com resultados focais, muito antes pelo contrário; elas podem mudar trajetórias de vida e trazer bem-estar e desenvolvimento para indivíduos, grupos e comunidades. Cada sujeito ou comunidade que possa ser tocado, já faz valer o esforço. Além disso, longe de residual, o pequeno e o local adquirem renovada significância quando inscritos numa perspectiva emancipatória que rompe epistemologicamente com a monocultura da escala, tal como concebe Boaventura Santos (2002).

Contudo, há que se ter cuidado quanto ao risco de transformar a inovação social em panaceia salvacionista, ocultando que sua presença crescente nos discursos e práticas acompanha o aumento da desigualdade, pobreza e da degradação ambiental em nível global na última década. Cabe lembrar que inovações sociais com maior impacto nas relações de poder raramente são absorvidas e que dinâmicas engendradas fora do âmbito mercantil têm dificuldades de se manter.

Considerações finais

A inovação social adquire crescente importância no debate acadêmico e nos espaços sociais, públicos e empresariais de construção de agenda e de intervenção voltada à melhoria das condições de vida de indivíduos, grupos e comunidades. Apesar de ser um campo de estudos relativamente novo, a inovação social é herdeira de um denso campo de debates teóricos e disputas por práticas pretensamente emancipadoras ou solucionadoras de problemas da humanidade. Outros conceitos – como tecnologia, empreendedorismo, capital e a própria economia – que passaram a carregar o “adjetivo social” – também precisaram redefinir a carga semântica e conceitual.

O discurso da inovação social é empolgante e apropriado às expectativas e necessidades contemporâneas. A prática, contudo, é bem mais complexa e eivada de contradições e desafios. Não há dúvidas acerca do potencial da inovação social em contribuir para a superação do quadro de desigualdades sociais, mas é preciso olhar com cautela as possibilidades e limites da inovação social. Exemplo disso é o fato de que as ações de inovação social, do financiamento e dos atores sociais envolvidos na melhoria das condições sociais no mundo crescem de forma simultânea às desigualdades, pobreza e degradação ambiental.

A análise da matriz tripolar da regulação social moderna enriquece o espectro de alternativas. Se fica evidente a crescente articulação entre Estado, mercado e sociedade civil, também é verdadeiro que esses setores possuem condições, ideais e recursos distintos, podendo ser concomitantes, complementares, concorrentes ou contraditórios.

No campo da inovação social predomina uma ideia um tanto agnóstica ou pragmática acerca dos múltiplos agentes e ambientes inovadores, o que serve ao objetivo louvável de difundir práticas e métodos que têm contribuído para a promoção de melhorias sociais. A ressalva a ser feita é que a reflexão acerca da racionalidade subjacente à inovação social permite identificar usos instrumentais na lógica da melhoria da marca da empresa para ampliar competitividade e lucro, captação de recursos e *marketing* para organizações sociais ou capitalização política para reeleição de governos tidos como mais democráticos e voltados às causas populares.

Mesmo não sendo possível ou desejável relacionar de forma estrita a superioridade de um ambiente sobre o outro na geração de práticas socialmente inovadoras, pois isso depende muito de arranjos e atores locais, é necessário destacar a importância da sociedade civil na gênese dos processos históricos de luta e transformação social nas condições e especificidades já referidas.

É necessário inquirir a racionalidade subjacente, para não se correr o risco de que, em escala mais ampliada, acabe por se reproduzir exatamente o que o aporte da inovação social pretende superar, ou seja, ações paliativas, reformistas e parciais (ainda que sob novas roupagens). O debate sobre a racionalidade e a intencionalidade ético-política da inovação social pode oportunizar a futura construção de referências e indicadores capazes de definir a intensidade da inovação a partir da qualidade da participação gerada e da alteração de relações de poder – requisitos fundamentais, porém difíceis de serem atingidos e mantidos.

Para ser socialmente inovadora, as iniciativas precisam garantir que cada um dos atores envolvidos realize a parte que lhes cabe como copartícipes da inovação, de acordo com a sua vocação, disposição e estrutura organizacional. A promoção de inovações sociais requer que se considere o processo de gestão e a respectiva capacidade de empoderamento dos atores, sendo desejável a migração da democracia representativa para formas mais participativas que, em última análise, desloquem as ações de poder das atuais estruturas estatais ou privadas para a esfera pública organizada. O compromisso solidário com a transformação, o reconhecimento e a valorização do conhecimento do outro, o princípio da sustentabilidade do desenvolvimento, a busca da multiculturalidade no processo e as metodologias para emancipação dos indivíduos são requisitos e aprendizagens necessárias para a inovação social que, acima de tudo, coloca a todos o desafio de “aprender a aprender”.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*, v.16, n. 2, Novembro 2004, pp. 35-64.
- BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.
- BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, Abril de 2011, pp. 3-14.
- CHESBROUGH, Henry. W. *Open Innovation: Researching a new paradigm*. Oxford, Oxford University Press, Comeaus, 2004.
- CORAGGIO, José Luis. (Org.). ¿Que é slo económico? *Materiales para un debate necesario contra el fatalismo*. Buenos Aires, Ciccus, 2009.
- FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza. (orgs.). *Inovações sociais*. Curitiba, SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. (Coleção Inova; v. 2).
- FERRARINI, Adriane Vieira. *Pobreza: Possibilidades de construção de políticas emancipatórias*. São Leopoldo, Oikos, 2008.

- FLEURY, Sonia. Observatório da inovação social. In: *Congresso Internacional delClad sobre la Reforma del Estado y de laAdministración Pública*, 9, 2001, Buenos Aires, 2001.
- GAIGER, Luiz Inácio Germaný; CORRÊA, Andressa S. O diferencial do empreendedorismo solidário. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, Abril2011, pp. 34-43.
- GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. *The American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, Novembro 1985, pp. 481-510.
- GUATTARI, Felix, & ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petropólis, Rio de Janeiro, Vozes, 1993.
- HOWALDT Jüergen.; SCHWARZ, Michael. *Social Innovation: Concepts, research fields and international trends*, 2010. Disponível em: <http://www.internationalmonitoring.com/fileadmin/Downloads/Trendstudien/IMO%20Trendstudie_Howaldt_englisch_Final%20ds.pdf>. Acesso em 15 dez. 2014.
- HULGAARD, Lars; FERRARINI, Adriane Vieira. Inovação Social: rumo a uma mudança experimental na política pública? *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 2, Julho 2010, pp. 256-263.
- LACERDA, Luiz Felipe Barboza; FERRARINI, Adriane Vieira. Inovação Social ou Compensação? reflexões acerca das práticas corporativas. *Polis*, v. 35, n. 1, Dezembro 2013, pp.1-16.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- MONTEIRO, Alcides. *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Col. Laboratório dos Poderes Locais. Coimbra, Quarteto, 2004.
- MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOULAERT, Frank. *Globalization and Integrated Area Development in European Cities*. Oxford, Oxford University Press, 2000.
- MULGAN, Geoff; TUCKER, Simon; SANDERS, Ben. *Social Innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated*. London, The Young Foundation, 2007. Disponível em: <http://eureka.bodleian.ox.ac.uk/761/1/Social_Innovation.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2014.
- MURRAY, Robin; MULGAN, Geoff; CAULIER-GRICE, Julie. *How to Innovate: the tools for social innovation*. London, NESTA/The Young Foundation, 2009.
- MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff. *The Open Book of Social Innovation*. London, NESTA/The Young Foundation, 2010. Disponível em: <http://www.nesta.org.uk/sites/default/files/the_open_book_of_social_innovation.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

- MULGAN, Geoff. *Social Innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford, Said Business School, 2007.
- ONU – *The Inequality Predicament: report on the world social situation 2005* – Department of Economic and Social Affairs – UN, New York 2005. Disponível em : <http://www.ilo.org/public/english/region/ampro/cinterfor/news/inf_05.htm>. Acesso em: 08 out. 2016.
- PHILLS Jr. James A; DEIGLMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. Rediscovering Social Innovation. *Stanford Social Innovation Review*, Fall2008. Disponível em: <http://www.ssireview.org/articles/entry/rediscovering_social_innovation/>. Acesso em: 16 dez. 2014.
- POLANYI, Karl. *The Livelihood of Man*. New York, Academic Press, 1977.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- RAUD-MATTEDI, Cécile. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 1, Abril 2005, pp. 59-82.
- ROBBINS, L. *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. London: Macmillanand Co. Limited, 1945.
- SANTOS, B. de S. Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 42 Maio, 1995.
- SANTOS, B. de S. (Org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOARES, G. M. P. S. Responsabilidade Social Corporativa: por uma boa causa!? *RAE-eletrônica*, 3 (2): 2-15, 2004. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1666&Secao=FOR.ESTCRI&V>>. Acesso em: 15/ abr. 2012.
- VINHA, V. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. *Econômica*, 3(2), 207-230, 2003.
- VÁSQUEZ-BARQUERO, A. *Desarrollo, Rede e Innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid: Pirâmide, 1999.

Recebido em 08/05/2015

Aprovado em 23/04/2016

Como citar este artigo:

FERRARINI, Adriane Vieira. O *Ethos da Inovação Social: implicações ético-políticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes*. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 447-466.

Corpos em situação de rua: entre práticas de normalização e resistência

Daiane Gasparetto da Silva¹

Flávia Cristina Silveira Lemos²

Dolores Galindo³

Resumo Considerando os fluxos, idas e vindas a determinadas condições de vida, busca-se pensar a produção de desigualdade social e econômica no intuito de trazer à análise os pormenores das relações de força dinâmicas que possibilitam o rompimento de vínculos, os quais estavam aparentemente estabilizados. Algumas situações são experimentadas como rupturas completamente estanques, desvinculadas de um contexto móvel que permite reconfigurações. Por fim, embora alguns sujeitos em vias de desfiliação possam ter em suas histórias certo modo de existir singular, em cada acontecimento é possível verificar que alguns sujeitos são conduzidos para fora do circuito de determinadas relações sociais de exclusão.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia /Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – Brasil - dai_gasp@hotmail.com

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFPA. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPQ-PQ2 – Belém – Brasil - flaviacslemos@gmail.com

3 Professora de Psicologia Social da Universidade federal do mato Grosso (UFMT) – Cuiabá – Brasil - dolorescristinagomesgalindo@gmail.com

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Psicologia Social; Sociologia; Singularidade; Desigualdades.

Bodies in the streets: between standardization practices and resistance

Abstract *Considering the flows back and forth to certain conditions of life, we try to reflect on the production of social and economic inequality in order to bring to analysis the details of the dynamic power relations that enable the breaking of bonds, which were apparently stabilized. Some situations are experienced as completely watertight breaks, disconnected from a mobile context that allows re-configurations. Finally, although some subjects in disaffiliation routes may have in their unique way of certain stories exist in every event we can see that some subjects are conducted out of the circuit of certain social relations of exclusion.*

Keywords: *People on the streets; Social Psychology; sociology; uniqueness; Inequalities.*

Introdução

O artigo tem um formato de ensaio, abordando alguns conceitos e aspectos dos processos de desfiliação social de pessoas em situação de rua, os quais foram trabalhados em parte de uma pesquisa de mestrado com continuidade no doutorado. A metodologia transitou entre aportes de Deleuze, Foucault, Castel e Guattari, tanto na analítica de documentos quanto na criação de arquivos por meio de conversas com a arqueologia dos saberes, a genealogia dos poderes e a cartografia dos processos de subjetivação nos entremeios das práticas de existência das pessoas em situação de rua, em Belém do Pará.

Todavia, esse artigo é um recorte de diagramas dos fluxos das idas e vindas, realizados em determinadas condições específicas dos percursos da pesquisa, no que tange à busca do pensar a produção de desigualdade social e econômica, no intuito de trazer à análise alguns pormenores das relações de força dinâmicas que possibilitam o rompimento de vínculos, os quais estavam aparentemente estabilizados e cristalizados. Algumas situações de vida nas ruas são experimentadas como rupturas completamente estanques, desvinculadas de um contexto móvel que permite reconfigurações existenciais.

Há, ao longo do texto, uma aposta na postura ética, estética e política de não homogeneizar o conceito de exclusão e, muito menos, generalizá-lo para as pessoas, às quais estão situadas na periferia da sociedade, não em sentido restritamente espacial, mas também em termos de acesso aos direitos básicos.

Comumente desligados da esfera do trabalho e, conseqüentemente, de fontes de renda estáveis, estão sujeitos à precarização da alimentação, da saúde, dos cuidados com o corpo. Mas há também aqueles que mantêm determinados padrões de vida, mesmo estando em rumos de desfiliação, o que demonstra a complexidade na discussão sobre o tema, posto que, em alguns casos, as fronteiras entre o que faz ser considerado ou não um desfiliado são muito tênues.

Segundo Castel (1997), quando tudo é colocado em um mesmo patamar denominado “exclusão”, as estratégias de reparo, quer dizer, de inserção social, são privilegiadas ao invés daquelas que visam prevenir, atenuando os fatores que propiciam certo desequilíbrio social. Para o autor, as pessoas, antes de serem visadas como excluídas por intervenções especializadas, precisariam ser consideradas como capazes de produzir, implicando, então, ações de estímulo à sua vinculação às redes da sociedade. Por essa razão, as mudanças no que tange à “exclusão” não se dariam por meio de atividades reparadoras, porém, por meio da adoção de novas medidas que possibilitassem o tratamento social do desemprego e até mesmo a inserção de indivíduos vistos como inválidos em decorrência das condições socioeconômicas.

Em alguns casos, quando, por exemplo, parte da população é discriminada explicitamente, Castel (1997) destaca haver exclusão propriamente dita, mas sendo raras no presente as situações de exclusões radicais que desvinculam os sujeitos por completo dos grupos sociais. Já na visão de Passetti (2005), a sociedade contemporânea, que pode ser caracterizada como sociedade de controle, prevê o abarcamento de todos nas políticas instituídas, mesmo que seja pela via de inclusões excludentes, as quais podem ceder espaços para os sujeitos em categorizações de desqualificação.

Entre os diversos grupos que podem ser vistos pelo viés da desfiliação estão aqueles nomeados de imprestáveis: os denominados vagabundos que destoam de uma conjuntura social (CASTEL, 2010), mantida por uma rede cujos pontos deveriam se ligar para a manutenção de uma esperada coesão. A elaboração do discurso que atrela esse segmento à noção de infâmia aponta para efeitos que se veem difusos na sociedade como um todo, propagando preconceitos frente a um cenário capitalista, o qual desprivilegia os que estão fora dos padrões de consumo em lógica empresarial das relações. Castel (2010), ao fazer um apanhado histórico sobre os vagabundos – que tende às vezes mais ao contexto francês e europeu –, auxilia na reflexão das estratégias de afastamento desses sujeitos cujos traços podem estar reatualizados no presente, em diferentes regiões do globo.

Segundo o autor, no século XVI, a estigmatização desse grupo populacional infame caracterizava-o como ocioso por não trabalhar (sequer com a terra, para garantir seu sustento), sendo também visto como desprovido de fé e lei. De acordo com essa lógica, a ausência de emprego e recursos, assim como de vinculação a uma comunidade determinariam a condição de vagabundagem. Lançados à sorte dos que “não têm raízes”, dos que perambulam fazendo de qualquer lugar sua morada, sua “inutilidade” aparecia vinculada à noção do parasita que depende de outros para existir.

No Antigo Regime, com o intuito de distanciá-los dos principais centros, muitos foram banidos, deixados à revelia, vagando sem destino. Todavia, por esse procedimento ser avaliado como uma alternativa sem eficiência – já que os “indesejados” apenas eram deslocados –, logo passou a ser desprezado. Condená-los à morte e às galeras (a fim de serem capturados para sua utilização como mão de obra), deportá-los para as colônias ou sujeitá-los a trabalhos em reclusões e depósitos foram outras medidas adotadas em nome da ordem social, mas igualmente sem sucesso, o que as levou a ser abandonadas depois de tantas mortes.

Interessante pensar que, por mais que na atualidade a condenação à morte não seja mais usada como meio formal de extinção do “problema dos vagabundos”, ainda há hoje parcela da sociedade que usa esses artifícios para se ver livre desses sujeitos, tal como se observa nas ocorrências que envolvem assassinatos de pessoas em situação de rua, em centros urbanos do Brasil. O deslocamento forçado dessa população para outras localidades é igualmente notado em casos pontuais, o que ficou claro, por exemplo, nas ações higienistas em algumas cidades, durante a Copa do Mundo de 2014, no Brasil. E, embora as instituições asilares mencionadas por Castel não sejam exatamente as mesmas da atualidade, a lógica reaparece materializando-se na diferença, na produção de novos depositários de corpos vagabundos os quais se erguem sob a demanda da proteção.

Na opinião de Castel (2010), por estar o dito vagabundo, em muitos casos, imerso em condições ultrajantes, a transgressão da lei aparece para si como uma possibilidade de obtenção de algo que precisa ou almeja. No entanto, apesar de não ser uma regra envolver-se em infrações, ele acaba por ter sua aparência conectada a daquelas pessoas cujas condutas são consideradas como potencialmente criminosas. Acerca desse paradigma negativo do vagabundo, o autor enfatiza que o mesmo é um discurso do poder, o qual pode ser usado por gestores sociais em ações repressivas que visem, no mínimo, a formas provisórias de lidar com os efeitos de uma situação complexa de desigualdade. A partir das proposições de Castel, a reflexão é enriquecida quando não tomada pelo simples viés da falta, mas de todos os elementos que

compõem as trajetórias de vida, da desfiliação que passa pelas perdas e pela configuração de outras redes de inventividade em busca de estilísticas de existir no espaço dos entremeios.

Processos de subjetivação na cidade

A presença de pessoas em processo de desfiliação social, em contextos urbanos inquieta uma grande parcela da população e os órgãos governamentais, uma vez que ela produz inúmeras situações adversas à esperada ordem social. Nas cidades, o número crescente de pessoas em situação de rua agrava essa problemática e expõe violações de direitos evidenciadas nas condições precárias de vida.

Em função de o modo particular de viver nas ruas propiciar inúmeras problematizações pertinentes à análise do funcionamento da sociedade, torna-se cada vez mais importante estudar o trajeto para a rua (assim como aquele que se dá em sua permanência nela) como forma de entender as ramificações da questão. Para Frangella (2004), a trajetória de pessoas em situação de rua envolve uma história gradual de perdas e desvinculações, tendo como ponto de chegada a rua e, conseqüentemente, um tipo de esvaziamento territorial e identitário anterior. Em muitos momentos, essas pessoas, antes de se encontrarem na situação-limite de estar nas ruas, já passaram por um processo de ampla circulação por inúmeros circuitos, o que se observa em casos de indivíduos que rompem com as conexões familiares, passam por vários trabalhos, mas que voltam das ruas para casa. Segundo a autora, o trânsito de crianças e adolescentes, por exemplo, acontece de forma diferente, posto que os recursos e as perspectivas para saída da rua são maiores para os jovens do que para os adultos.

Ao longo dessas trajetórias de desfiliação, são vistos processos de subjetivação específicos, os quais, segundo Deleuze (1992), dizem respeito à produção de modos de existências, podendo estes ser considerados tanto éticos quanto estéticos. Já em uma perspectiva com Foucault, Castro (2009) ressalta que os modos de subjetivação são relativos às práticas que constituem os sujeitos, as quais podem ser compreendidas de dois modos, com base na análise realizada por Revel (2011): 1) práticas de objetivação e 2) constituição do ser humano por meio de um conjunto de técnicas de si. De acordo com Rodrigues e Baptista (2010), as modificações realizadas nas cidades ao longo da história não se restringiram ao âmbito físico-espacial, uma vez que elas se mostraram profundamente relacionadas às alterações nos modos de existência, no interior do campo da subjetividade. Nessa direção, os autores propõem:

[...] adentrar as questões que concernem às articulações entre subjetividade e espaço através de sua tessitura co-constitutiva, e não de modificações que se abatem sobre duas realidades epistemológica e ontologicamente distintas. Em outras palavras, propomos uma análise dos processos que narram as tramas e embates que constituem o indivíduo – enquanto suporte hegemônico da experiência moderna – e o espaço ordenado e racional das grandes cidades. (Rodrigues & Baptista, 2010: 423).

É no espaço onde ocorrem os embates e se engendram as estratégias e táticas, o que não confere à relação entre subjetividade e lugar um caráter de unificação e ausência de história. Pelas noções mencionadas e considerando as diversas forças que cruzam os indivíduos, ao longo de seus percursos na cidade, vale a pena pensar nos aspectos específicos que auxiliam na consolidação de modos de existência nas ruas, os quais se contrapõem ao que Lemos, Chaves e Prado Filho (2012) chamam de mundo privado e intimista, associado aos novos modos de objetivação e subjetivação na modernidade.

De acordo com os estudos de Frangella (2004), a vinculação aos espaços urbanos por parte de indivíduos em situação de rua inclui também processos adaptativos, os quais são notabilizados pelas alternativas de sobrevivência encontradas e pelas formas de sociabilidade possibilitadas pela situação de rua. Nesse sentido, são tidas como elementos importantes as amizades construídas nesse contexto, além das pessoas e instituições que auxiliam prestando assistência. Um dos aspectos da dinâmica dessa população é marcado pelo deslocamento nômade, o qual é ocasionado pela busca de recursos e pela contínua expulsão de lugares usados para descanso.

Nessa direção, observa-se que existem diferentes intensidades de circulação, as quais variam de acordo com os níveis de ajuste desses indivíduos ao espaço urbano. E é a partir dessas intensidades de movimento errante e das distintas experiências urbanas que são criadas as redes territoriais de circulação desses indivíduos. Em meio a esse percurso itinerante, as pessoas em situação de rua, frequentemente, buscam por espaços não utilizados, podendo também apropriar-se temporariamente de locais destinados à passagem de pessoas e carros, ou seja, espaços públicos de circulação.

Nota-se, assim, que as práticas sociais de pessoas em situação de rua são marcadas por essa circulação constante, o que propicia, por exemplo, trabalhos peculiares a esses contextos, como os serviços temporários. Nas alternativas de sobrevivência utilizadas por essa população, encontram-se também a mendicância, a vigilância de carros, a prostituição, o roubo, “opções” (ou “imposições”) que, fora da esfera do prestígio social, contribuem ainda mais para diferentes tipos de estigmatização da pobreza.

Nesse processo de experimentação da cidade, tendo em vista a condição de estar nas ruas, os caminhos percorridos estão igualmente aliados a um caráter ético, relativo ao modo de se conduzir. Por isso, é preciso tentar entender de que forma são construídas tais rotas, a fim de entrar em contato com os aspectos de invenção de vidas expostas que testemunham sobre uma determinada história local e contribuem a seu modo para a afirmação de uma política da existência.

Resistências como campos de possíveis

As violações de direitos sociais estão presentes em todas as cidades, o que pode ser visto em várias situações do cotidiano. Os frequentes casos de extermínio de pessoas em situação de rua, remoção de famílias pobres que habitam espaços de especulação imobiliária, entre outros exemplos, apenas sublinham um cenário marcado por interesses que segregam grupos, principalmente em função de aspectos econômicos. Na realidade contemporânea, as pessoas em situação de rua chamam bastante atenção em espaços públicos, por transformá-los em áreas de intensa utilização. Por diversas vezes, seus corpos ficam camuflados nas calçadas, confundindo-se com a sujeira impressa nos pavimentos cobertos por cimento. Nesse sentido, seus corpos, marcados por aspectos da desigualdade social, acabam transformando-se em extensões do espaço, à medida que, para muitos, sequer são vistos como pessoas, porém, como empecilhos à manutenção da boa ordem social.

No intuito de problematizar, a partir de registros corporais, o processo de desfiliação social de indivíduos que se encontram nas ruas, é relevante sublinhar alguns aspectos gerais acerca da relação entre corpo e espaço urbano, para pensar a questão do testemunho corporal que se dá frente à violação de direitos. Por tal razão, na sequência, serão apresentadas algumas noções que ajudam a compor a reflexão sobre esse assunto. O funcionamento incessante das cidades abarca os corpos, fazendo-os trabalhar, na maior parte do tempo, sob a mesma lógica da aceleração dos automóveis e das demandas de produção. Assim, o espaço urbano, imbuído por valores socioculturais, revela-se como um lugar de acolhimento e repulsa aos indivíduos que por ele transitam. Assinala Bauman (2009: 35):

É nos *lugares* que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. E é nos *lugares*, e graças aos *lugares*, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se, e correm risco de decepção – e, a bem da verdade, acabam decepcionados, na maioria das vezes.

Com base nessa ideia e na noção de que a corporeidade humana se constrói com as vivências, pode-se sustentar que o espaço participa de modo único na configuração corporal de seus habitantes, principalmente pelas particularidades que o compõem. Os indivíduos agem por meio de gestos e movimentos, que são considerados como técnicas corporais constituídas por meio da cultura. Dessa forma, há em cada grupo social um modo específico de uso do corpo, o qual está atrelado ao contexto no qual os indivíduos se encontram. Nesse sentido, há de se considerar também as questões de adequação e adaptação culturais impostas ao sujeito, que o levam a desenvolver novas formas de expressão corporal em relação ao meio. Ao pensar o corpo pelo filtro dessas perspectivas, é possível traçar inúmeras relações entre os vários elementos presentes no espaço que, em contato com a esfera corporal, criam novas linhas de entendimento. Nesse sentido, Mendes (2010: 115) propõe a reflexão sobre o corpo com base no conceito de rizoma, destacando que:

[...] o corpo, assim como o rizoma, conecta-se a outros corpos e também ao meio, assim como destaca-se pelo caráter de heterogeneidade entre os corpos. Como o rizoma, o corpo também se caracteriza pela multiplicidade de informações nele impressas, bem como de outros corpos e, consequentemente, de caminhos por onde essas informações entram e saem. Assim como a individualidade de um sujeito se constrói na experiência da coletividade, conforme argumentado anteriormente, a unidade de um rizoma se dá a partir da multiplicidade. Como em um rizoma, em que qualquer ruptura pode vir a gerar uma nova linha, no corpo a apreensão ou aprendizagem de qualquer informação pode gerar novos percursos em busca de outras informações a receber ou a transmitir. Neste fluxo de agenciamentos, são constantes as desterritorializações e reterritorializações do corpo.

Em virtude de o rizoma estar sempre no espaço do entre, tanto na superfície quanto na profundidade, sua configuração não permite localizar o início e o fim de suas linhas. Ele pode ser caracterizado por seis princípios: 1) conexão; 2) heterogeneidade; 3) multiplicidade; 4) ruptura a-significante; 5) cartografia; 6) decalcomania (Deleuze; Guattari, 1995a).

O princípio de conexão diz respeito à possibilidade de qualquer ponto do rizoma se conectar a outros pontos. A heterogeneidade aponta para o fato de não haver obrigatoriedade de um determinado traço do rizoma fazer referência a outro semelhante. O princípio da multiplicidade diz que “[...] uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas,

dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade)” (Deleuze; Guattari, 1995a: 16). Dessa maneira, compreende-se que as multiplicidades são definidas pelas linhas abstratas, de fuga ou de desterritorialização, as quais mudam de natureza ao estabelecerem conexão com outras. Já o princípio da ruptura a-significante mostra que no rizoma sempre poderá haver rompimentos, os quais provocam a criação de linhas de fuga, ocasionando uma nova reconfiguração rizomática. Quanto ao princípio de cartografia e decalcomania, os autores ressaltam que não se pode tomar um rizoma a partir de um modelo estrutural ou gerativo, sendo necessário, portanto, que o rizoma seja visto da perspectiva do mapa e não do decalque. Desse modo, propõe-se a ideia de que o rizoma, enquanto mapa, favorece a conexão entre os pontos, posto que

[...] o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (Deleuze; Guattari, 1995a: 22).

Com base nessa noção, é necessário tomar cuidado com o decalque, uma vez que ele estruturaliza o rizoma, organizando, estabilizando e neutralizando as multiplicidades de acordo com os seus eixos de significância e de subjetivação. Tomando como referenciais os princípios apresentados, os corpos dispostos no espaço da cidade podem ser vistos como um conjunto de linhas que se configura pela lógica do rizoma, o que propicia a existência de linhas duras, fluidas, bem como as de fuga, as quais se conectam em meio às forças que ligam o sujeito aos acontecimentos.

Para Jacques (2008), as linhas de fuga são aquelas de caráter micropolítico, que produzem resistência diante do que se impõe como modelo aceitável para a sociedade. Nesse sentido, no dia a dia, os sujeitos em contato com fatores sociais, culturais, econômicos, entre outros, podem agenciar mudanças em si. Por essa perspectiva, a corporeidade dos indivíduos está estreitamente regada por esses aspectos da relação do corpo com das multiplicidades proporcionadas pelo espaço. Segundo Paola Berenstein Jacques (2008), a escrita da cidade no corpo (e vice-versa), chamada de corpografia, pode ser estudada pelos padrões corporais de ação, que são os gestos e movimentos propiciados pela experiência urbana (Jacques, 2008). Com base nesse princípio, é possível pensar, fundamentado na corpografia urbana, o processo de ocupação dos espaços públicos

e o modo como as forças, presentes nestes lugares estão relacionadas às vidas dos transeuntes. Os agenciamentos e escritas corporais propiciam uma experimentação mais intensa do espaço e de seus efeitos e as pessoas em situação de rua podem ser consideradas como deslocadas das regras temporais e sociais, beirando quase uma situação de refugiadas urbanas.

Ao lado dessa ideia, para Jacques (2008), as errâncias podem favorecer este outro tipo de velocidade no cotidiano, já que elas desviam rotas e desfazem roteiros, contribuindo para as rupturas a-significantes (Deleuze; Guattari, 1995a). Ao entregar-se à errância, o sujeito pode se perder, desorientando-se mesmo diante dos projetos urbanísticos que prezam pela condução. Suas atitudes podem ser lentas, no sentido de ignorar a lógica de celeridade do dia a dia, e seu corpo pode ser tomado pela materialização das reverberações de seus atos errantes (Jacques, 2008).

Importante ressaltar, com Deleuze e Guattari (1995a), que a lentidão não corresponde à aceleração ou retardação do movimento, mas à racionalidade do tipo de movimento, ou seja, que está presente no âmbito das condutas. O testemunho, conforme Agamben (2008), que por uma via tem valor de prova, pode também ser visto como o que compõe o testemunho daquele que não tem meios para testemunhar, o que indica o seu aspecto inventivo, já que está no espaço do entre, ou seja, na fronteira da língua, do que pode ou não ser dito. Ao tomar a perspectiva de arquivo, proposta por Foucault (2007), que corresponde à lei do que pode ser pronunciado, é possível salientar que o testemunho (Agamben, 2008) difere dele por estar entre o dentro e fora do sistema de construção de frases possíveis, não garantindo a verdade dos fatos do enunciado presente no arquivo, porém, o seu aspecto de exterioridade.

Com base nesse fator, os testemunhos, tidos como discursos menores frente aos oficiais, podem tecer ações micropolíticas articuladas – a partir de premissas estabelecidas por Deleuze e Guattari (1997) – tanto aos movimentos e ao que está no plano de visibilidade (narrativa extensiva), quanto à velocidade e aos afetos (narrativa intensiva). Pelas pontuações sobre esses dois tipos de narrativa, afere-se que o corpo se escreve pelo aspecto tanto do espaço liso (que abriga os acontecimentos, forças) quanto do espaço estriado (configurado por propriedades). Salientam Deleuze e Guattari (1997: 163):

O espaço liso são as intensidades, os ventos e ruídos, as forças e as qualidades tácteis e sonoras, como no deserto, na estepe ou no gelo. Estalido do gelo e canto das areias. O que cobre o espaço estriado, ao contrário, é o céu como medida, e as qualidades visuais mensuráveis que derivam dele.

Considerando o exposto, os testemunhos das pessoas em situação de rua, que surgem em razão das marcas da desfiliação social, podem auxiliar nas tentativas de escrita de uma história que abarque as minúcias dos encontros, provocando debates sobre o que gera inquietação no mundo e movendo, assim, de acordo com Suely Rolnik (1995), o pensamento, posto que ele serve de ponte ao fazer com o que está na esfera sensível seja visto e dito. Conclui-se, portanto, que o trabalho intelectual aliado a uma ética também se mostra como luta política, ao passo que provoca diálogos, narrativas testemunhais que se dão pela produção da diferença em nível artesanal, pelas costuras errantes.

De acordo com Foucault (2009), ao longo dos séculos XVII e XVIII, as disciplinas se constituíram como formas de dominação e se caracterizaram como “anatomia política” e “mecânica do poder”, em função de objetivar do corpo humano sua obediência e utilidade, a partir de uma coerção contínua que esquadrinhasse tempo, espaço e movimentos. Diferentemente da escravidão, da domesticidade, da vassalagem e do ascetismo e “disciplinas” do tipo monástico, as disciplinas aqui abordadas estão relacionadas à busca pela produção de corpos dóceis, ou seja, submissos e exercitados, que aumentem as forças de utilidade econômica e diminuam as de utilidade política, a fim de obter expansão das aptidões e da sujeição. Atenta às minúcias, a via disciplinar se define como uma política do detalhe, presente não só em lugares fechados, uma vez que organiza um espaço analítico e difuso, infiltrando-se em arquiteturas, na classificação dos corpos, no monitoramento dos gestos. Ao mesmo tempo em que fixa os indivíduos, permite sua circulação, com base em princípios de organização e controle.

Lemos, Cardoso Júnior e Alvarez (2013) sublinham que, na sociedade disciplinar, em virtude da mobilidade e dinamismo dos arranjos que favorecem as articulações em rede, é a disciplina como um mecanismo em meio aberto que se apresenta de forma generalizada, em detrimento do modelo de instituição asilar que funciona como exceção.

Então, a sociedade disciplinar se organiza de acordo com a contiguidade de vários espaços disciplinares, onde funções, embora diferentes entre si quanto a seu objetivo, se interconectam no sentido de que obedecem ao mesmo diagrama ou organização. Dessa forma, o ideal da sociedade disciplinar é maximizar o exercício da função em cada espaço para que as várias funções disciplinares se encadeiem sem lacunas. A sociedade disciplinar também precisa aumentar os espaços disciplinares, a fim de que o deslocamento dos indivíduos entre os vários espaços não interrompa a continuidade da normalização. (Lemos; Cardoso Júnior; Alvarez, 2013: 102).

Importante ressaltar que na disciplina há também incitação, produção, para além de uma noção de controle repressivo, em função da fluidez das forças que a compõem e dos jogos de saber e poder dos quais ela faz parte. Dessa maneira, é oportuno ter em vista a multiplicidade de conexões que são operadas no campo disciplinar, a fim de abarcar seus paradoxos e a especificidade dos contextos.

Em virtude de o corpo estar inserido em uma ampla rede parece bastante interessante, além da disciplina, as definições de biopolítica e biopoder, propostas por Foucault (1999), a fim de se obter uma compreensão diferenciada acerca das relações entre corpo e poder. A biopolítica, concebida como uma tecnologia do biopoder está voltada para a população, aos seus fenômenos aleatórios e de conjunto, com o objetivo de manter a sociedade em equilíbrio por meio de mecanismos de regulamentação. Assim, ao focar na população que é composta por multiplicidades de variadas ordens, como biológica, científica e política, a racionalidade biopolítica, ao mesmo tempo em que se infiltra pelos diversos campos para controlar os corpos, tentando mantê-los dentro de estados globais de estabilidade e regularidade, também os estimula a buscar por suas potências, as quais possam garantir o aprimoramento da vida.

Vista, portanto, como uma tecnologia do corpo, tal qual a disciplina, diferencia-se desta última por se voltar aos corpos em aspecto coletivo, enquanto os mecanismos disciplinares os tomam a partir de sua individualidade. No entanto, disciplina e biopolítica aparecem relacionadas à norma que por estas circula e opera simultaneamente ao deslizamento das existências e corpos nos entremeios das tramas de invenção e resistências às normas. Afirma Foucault (1999: 302);

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficientemente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação.

Partindo do exposto, nota-se que tanto os cuidados do corpo como a gestão da vida são atravessados pelo biopoder, o qual busca se efetivar por meio de aspectos de normalização. Em função de a sociedade contemporânea, permeada pela medicalização constante, estar cada vez mais voltada para o

enquadramento de pessoas como “anormais”, são vistas inúmeras estratégias biopolíticas que legitimam práticas higienistas e racistas. Foucault (1999) sublinha que o racismo procura distinguir os que devem viver dos que devem morrer, trazendo também a noção da relação biológica, a qual justifica a extinção do outro em nome da sociedade, de sua defesa.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. [...] Portanto, relação não militar, guerreira ou política, mas relação biológica. E, se esse mecanismo pode atuar é porque os inimigos que se trata de suprimir não são os adversários no sentido político do termo; são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população. Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é possível no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. (Foucault, 1999: 305-306).

Nesse sentido, é importante perceber como os discursos segregacionistas podem estar articulados a diferentes pontos da sociedade, os quais os fazem funcionar também fora de uma lógica meramente de Estado. Tal racionalidade pode ser vista com a legitimação da violência pautada na crescente expectativa de pessoas que querem se afastar das ditas “impurezas” sociais, tais como a pobreza, que, estigmatizada pela virtualidade criminosa, é tida como um obstáculo ao desenvolvimento dos centros urbanos.

Considerações finais

Para Foucault (2012), emaranhadas as estratégias de controle da sociedade, que vão além das desempenhadas pelo Estado, estão as práticas de governo de condutas, as quais podem ser mais bem entendidas a partir da noção de governamentalidade. Esta se refere às formas variadas de governar presentes desde o século XVIII, permitindo a sobrevivência do Estado por meio de técnicas de governo que se dão em seu exterior e interior.

De acordo com o *Vocabulário de Foucault* (Castro, 2009), há dois modos de entendimento da governamentalidade que estão em conformidade com os dois eixos da noção foucaultiana de governo (dos outros e de si): 1) governamentalidade

política, que se debruça sobre a racionalidade, técnicas e modos de instrumentalização do governo, tendo como foco a população; 2) o encontro das técnicas de dominação sobre os outros e as técnicas de si, que, por sua vez, possibilita a ocorrência de processos de resistência. Nesse sentido, a análise da governamentalidade envolve as artes de governar, as quais comportam:

[o] estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (as formas políticas da governamentalidade) e as relações entre o governo de si e o governo dos outros. Nesse campo estariam incluídos: o cuidado de si, as diferentes formas de ascese (antiga, cristã), o poder pastoral (a confissão, a direção espiritual), as disciplinas, a biopolítica, a polícia, a razão de Estado, o liberalismo. (Castro, 2009: 191).

Segundo Foucault (2012), em virtude de a arte de governar ter, inicialmente, buscado amparo no modo de operar da soberania (voltada para a questão do território), e por não ter ignorado o modelo de família, ficou, a princípio, sem constituir um espaço próprio, sofrendo, assim, uma espécie de bloqueio pela noção de economia (relativa no momento apenas à família e sua casa). Contudo, após a eclosão da questão da população, a arte de governar pôde ser desbloqueada, com base no desenvolvimento da ciência do governo que levou à centralização da economia – antes concentrada na família – no que foi chamado pelo autor de nível de realidade caracterizado como econômico, com base no qual as particularidades da população passaram a ter ênfase em outra esfera, não restritas ao campo da soberania. Desse modo, a economia no século XVIII passou a ocupar outro lugar, diferentemente daquele que ocupava no século XVI, quando era vista apenas como uma forma de governo (arte de governar a família), junto aos outros dois tipos: da moral (governo de si mesmo) e da política (ciência de bem governar o Estado). A governamentalidade, para o autor, portanto, diz respeito ao Estado de governo que foca na questão populacional e faz uso dos instrumentos fornecidos pelo saber econômico, controlando por meio dos dispositivos de segurança a sociedade.

Em meio às diferentes estratégias de controle do espaço, do corpo e da população, é importante sublinhar as brechas que permitem a manifestação de resistências, as quais se dão por meio de tensões que incitam as lutas na busca por transformações. O ato de resistir, que não se restringe a ser contrário a uma determinada força, está implicado na produção da dobra, assim caracterizada por Deleuze (1992, p. 127), com base em uma analítica foucaultiana:

Trata-se de “duplicar” a relação de forças, de uma relação consigo que nos permita resistir, furtar-nos, fazer a vida ou a morte voltarem-se contra o poder. Foi o que os gregos inventaram, segundo Foucault. Não se trata mais de formas determinadas, como no saber, nem de regras coercitivas, como no poder: trata-se de *regras facultativas* que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida.

Por essa perspectiva, o corpo em situação de rua, pensado também pelo prisma do exercício de resistência, mostra suas potências de luta que comprovam o desvio das práticas de normalização, bem como o enfrentamento de situações adversas, deixando o registro da violência vivida em si mesmo e demarcando, a partir das marcas corporais, um tipo de existência feroz. Não à toa, cicatrizes de cortes e marcas de bala denunciam algo além do ato violento: o da sobrevivência. E não à toa também o andar fora do tempo padronizado da cidade sugere práticas de liberdade que vão além da marginalização dos “anormais”, as quais apontam, segundo Foucault (2004), para condutas realizadas com base em um trabalho de si que o sujeito realiza sobre si mesmo.

Assim, observa-se que, embora as capturas sejam extensas, o paradoxo se mostra presente, já que o resistir pelas brechas se configura não apenas pela negatividade, ou seja, como uma oposição ao que é imposto, mas também como forma de invenção, de criação de modos de vida. Por fim, com base nas lógicas disciplinares e biopolíticas, assim como no desenvolvimento do conceito de governamentalidade, é possível redimensionar a reflexão a propósito dos dispositivos de normalização das condutas, do domínio dos corpos e de suas respectivas relações com a questão da população em situação de rua e com a sua produção de resistências.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. O que resta de Auschwitz. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BEAUJOU-GARNIER, Jacqueline. Geografia urbana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

- CASTEL, Robert. A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- _____. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org.). Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 1997. pp. 17-50.
- _____. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- _____. A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones? Petrópolis: Vozes, 2011.
- CASTRO, Edgardo. Vocabulário Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- _____. O governo da vida. *Ecopolítica*, v. 3, pp. 69-98, 2012.
- CÉSAR, Janaína Mariano; SILVA, Fabio Hebert da; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. O lugar do quantitativo na pesquisa cartográfica. *Fractal*, v. 25, n. 2, pp. 357-372, 2013.
- COSTA, Luis Artur; ANGELI, Andréa do Amparo Carotta de; FONSECA, Tania Mara Galli. Cartografar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Org.). Pesquisar na diferença: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. pp. 45-48.
- DELEUZE, Gilles. Diferença e Repetição. Tradução Luis Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. Conversações, 1970 – 1972. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. ; GUATARRI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (vol. 1). Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a.
- _____. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (vol. 2). Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b.
- _____. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (vol. 7). Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. A Vida dos Homens Infames. In: MOTA, Manuel Barros da (Org.). Michel Foucault: Ética, estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, Manuel Barros da (Org.). Michel Foucault: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. pp. 264-287 (Ditos e escritos V).
- FRANGELLA, Simone Miziara. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2004.
- GALINDO, Dolores; MARTINS, Mário; RODRIGUES, Renata Vilela. Jogos de armar: narrativas como modo de articulação de múltiplas fontes no cotidiano da pesquisa. In: SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO,

- Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento; CORDEIRO, Mariana Prioli (Org.). A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.
- GALLO, Sílvia. Conhecimento, transversalidade e Educação. Para além da interdisciplinaridade. *Revista Impulso*, Piracicaba: UNIMEP, v. 10, n. 21, pp. 115-133, 1997.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2011.
- JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. São Paulo: Arqutextos/Vitruvius, 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.093/165>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- JUSTO, José Sterza. Errâncias e errantes: um estudo sobre os andarilhos de estrada. In: JUSTO, José Sterza; SAGAWA, Roberto Yutaka (Org.). Rumos do saber psicológico. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. pp. 125-139.
- _____; NASCIMENTO, Eurípedes Costa do. Errância e delírio em andarilhos de estrada. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. pp.177-187, 2005.
- LEMO, Flávia Cristina Silveira. Problematizar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Org.). Pesquisar na diferença: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. pp. 191-193.
- _____; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia e Sociedade*. Florianópolis, v. 21, n. 3, 2009.
- _____; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello; ALVAREZ, Marcos César. Instituições, confinamento e relações de poder: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault. *Psicologia & Sociedade*. v. 26, pp. 100-106, 2013.
- _____; CHAVES, Sílvia Nogueira; PRADO FILHO, Kleber. In: LEMO, Flávia Cristina Silveira et al. (Org.). Transversalizando no ensino, na pesquisa e na extensão. Curitiba: CRV, 2012. pp. 21-31.
- _____; LOBO, Lília Ferreira Lobo; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. In: LEMO, Flávia Cristina Silveira et al. (Org.). Transversalizando no ensino, na pesquisa e na extensão. Curitiba: CRV, 2012. pp. 45-53.
- MAGNI, Claudia Turra. Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua de Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- ORTEGA, Francisco. Amizade e estética da existência em Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão ao corpo. In: PAGOT, Angela Maria. O louco, a rua, a comunidade: as relações da cidade com a loucura em situação de rua. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

- PASSETTI, Edson. Para o neoliberalismo a democracia começa no mercado, entrevista de Edson Passetti a Rafael Evangelista. *Com Ciência*. v. 67, 2005.
- _____. Governamentalidade e violências. *Currículo sem Fronteiras*. v. 11, n.1, pp. 42-53, 2011.
- REVEL, Judith. *Dicionário de Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- RODRIGUES, Ana Cabral; BAPTISTA, Luis Antônio dos Santos. Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. *Psicologia & Sociedade*. v. 22, n.3, pp. 422-429, 2010.
- ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos Estudos*. v. 89, pp. 89-109, 2011.
- ROLNIK, Suely. Ninguém é deleuziano. Entrevista a Lira Neto e Silvio Gadelha. *O Povo*. Caderno Sábado. Fortaleza, 1995.
- VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*. v. 23 n. 3, pp. 454-463, 2011.
- ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.

Recebido em 03/04/2015

Aprovado em 03/02/2016

Como citar este artigo:

SILVA, Daiane Gasparetto da; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; GALINDO, Dolores. Corpos em situação de rua: entre práticas de normalização e resistência. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 467-484.

Resenha

Em defesa de uma sociologia em escala individual

Paulo Eduardo Moruzzi Marques¹

Resenha do livro:

LAHIRE, Bernard. *Dans les plis singuliers du social: individus, institutions, socialisations*. Paris, Éditions La Découverte, 2013.

A obra de Bernard Lahire² constitui um convite para olhar por ângulos estimulantes o campo de debates em torno de questões centrais para a sociologia. Seu recente livro, *Dans les plis singuliers du social*, é concebido como meio de tornar mais visível o sentido geral de seu trabalho. Em relação a outros títulos do autor (Lahire, 2002; 2005; 2012), trata-se de um texto mais condensado, cujo eixo de reflexão gira em torno dos desdobramentos do social nos indivíduos.

No livro, Lahire defende insistentemente que é de grande interesse para as ciências sociais focalizar a “fabricação social do indivíduo”, o que significa realizar uma sociologia em escala individual. De fato, seu estudo minucioso sobre a teoria do *habitus* (Lahire, 2001), ou seja, a ideia de um social incorporado sob forma de disposições duráveis para agir, sentir e acreditar, o leva a desenvolver sua proposta de exame do mundo social a partir da escala do indivíduo.

Para tal propósito, o autor desenvolve inicialmente uma análise sobre o lugar dos indivíduos nas ciências sociais, lembrando que durante muito tempo a

1 Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada (PPGI-EA/USP) – Piracicaba/SP – Brasil – pmarques@usp.br

2 Bernard Lahire é professor de sociologia na École Normale Supérieure de Lyon e diretor do grupo de pesquisa sobre a socialização (CNRS/Université Lyon II/ENS-LSH).

sociologia negligenciou o indivíduo para concentrar suas luzes em grupos, instituições e movimentos sociais. Neste sentido, a construção do campo de conhecimento da sociologia se forja com o desejo de rompimento com a psicologia, procurando explicar o “social pelo social”. Em grande medida, os fundadores da disciplina situaram fora do campo do conhecimento sociológico os problemas individuais, julgados próprios à investigação psicológica ou psiquiátrica. As disciplinas destes últimos campos deveriam se encarregar dos indivíduos, mas não as ciências sociais, em particular a sociologia.

Deixando, portanto, pensar por muito tempo que os indivíduos, com seus temperamentos, comportamentos, excentricidades, pouco ou nada interferem no mundo social, a sociologia lançou poucas luzes para o fato de que os indivíduos são, finalmente, o produto das experiências sociais, na família, na escola e em todas as instituições. Nesta linha de raciocínio, Lahire discute a concepção de Durkheim segundo a qual a sociologia se interessa pelos fatos exteriores aos indivíduos. Com efeito, poderíamos adequadamente pensar esta exterioridade como realidade que nos é preexistente e na qual cada um de nós está mergulhado. Efetivamente, não se inventa a língua, a moeda, o casamento, o direito (em suma o conjunto das instituições econômicas, políticas, culturais, religiosas e morais) a cada geração.

Porém, é indigesta a formulação de Durkheim (1973) segundo o qual as maneiras coletivas de agir e de pensar constituem uma realidade situada fora dos indivíduos que, em cada momento do tempo, conformam-se a tal situação. De fato, as maneiras preexistentes de agir e pensar sobrevivem aos indivíduos justamente em razão destes últimos incorporarem e carregarem desde o nascimento até a morte tais maneiras de agir, pensar e sentir.

Com sua abordagem, Durkheim concebe uma personificação do coletivo, dotando o social de atributos classicamente ligados aos indivíduos (tais como espírito e consciência), o que incomodará em grande medida os estudos sociológicos posteriores. Lahire considera que o emprego destas expressões pode ser sociologicamente útil, enquanto metáfora, para assinalar desta maneira que existem por exemplo hábitos, crenças ou sentimentos mais ou menos compartilhados por um grupo social sob o efeito das condições comuns de vida material, simbólica, educativa e/ou religiosa.

Nesta reflexão sobre as relações indivíduo e sociedade, Lahire se apoia na obra de Norbert Elias (1994) para esclarecer inicialmente que nossos meios linguísticos conduzem frequentemente a uma concepção atomizada segundo a qual indivíduo e sociedade são realidades distintas. Para favorecer outro olhar sobre tal relação, Elias propõe o conceito, central em sua obra, de “interdependência”.

Assim, seus estudos sociais focalizam as configurações históricas de relações de interdependência que produzem os indivíduos os quais, por sua vez, contribuem para a existência dinâmica destas relações.

Desta maneira, a consciência de um indivíduo toma forma (desde a socialização na infância) nas relações de interdependência com os outros e com os produtos objetivados das atividades humanas. Portanto, insiste Lahire, o comportamento individual não é nem produto de uma pura interioridade nem tampouco o efeito de um contexto exterior, mas o fruto das relações passadas e presentes de interdependência agindo sobre o indivíduo. Se é pertinente pensar em comportamento individualista, este fenômeno não coloca em questão a “fabricação social do indivíduo”, ou seja, o caráter socialmente determinado do comportamento individual pelas forças das instituições, dos quadros socializadores e das normas de convívio social.

A propósito, Bernard Lahire retoma neste livro uma linha de reflexão que foi mais desenvolvida em sua obra anterior (Lahire, 2012). Trata-se de seu desejo de que os estudos sociais desenvolvam um equilíbrio explicativo entre as propriedades sociais incorporadas pelos atores e aquelas objetivadas nos contextos de ação. De maneira pertinente, o autor propõe que uma via estimulante de pesquisa sobre as práticas e comportamento dos indivíduos deve tomar em consideração tanto uma reconstrução dos tipos de disposições mentais e comportamentais incorporados pelos atores graças à interiorização de experiências sociais passadas quanto as características particulares do contexto da ação. Nesta ótica, Lahire considera pouco frutífero a polarização sociológica entre a ênfase excessiva nas disposições incorporadas e o foco exclusivo no contexto da ação (tal como frequentemente deixa pensar a corrente pragmática), o que responderia antes de tudo às lógicas de concorrência e distinção no campo científico.

Para representar sua proposta, Lahire elabora formulações que explicitem tanto as disposições ou o passado incorporado quanto o contexto presente. As práticas dos atores podem assim ser pensadas como o resultado de uma equação cujas variáveis são o quadro contextual que pesa sobre aqueles envolvidos (as exigências das situações) e as disposições socialmente constituídas.

Nesta ordem de ideias, Lahire salienta, então, o interesse sociológico de evidenciar as inúmeras variações das práticas no âmbito de uma “sociologia da pluralidade disposicional e contextual”. De um lado, a socialização passada no seio de um mesmo ator é heterogênea, o que resulta em múltiplas disposições, muitas vezes contraditórias, e, de outro lado, os contextos de atualização destas disposições são muito variados.

O livro instiga então a uma reflexão sobre os mecanismos subtis de ativação ou inibição das múltiplas disposições incorporadas pelos indivíduos em razão da frequência de uma pluralidade de contextos sociais. Deste modo, a ativação de uma ou outra disposição em determinado contexto é o produto da interação entre forças internas e externas. Em outras palavras, trata-se de conceber relações de forças entre disposições mais ou menos interiorizadas ao longo da socialização no passado (forças internas) e elementos do contexto que pesam sobre o desenrolar da ação (forças externas).

Com esta perspectiva, Lahire estima que um determinismo fundado unicamente sobre o meio social de origem é redutor e impotente para tudo explicar. Assim, o autor propõe uma análise sociológica mais subtil, que permita investigar a relação entre o social incorporado (em razão do meio familiar, da formação escolar etc.) e os contextos relacionais, práticos e institucionais nos quais o social incorporado é estimulado a se atualizar.

Se as pesquisas realizadas sobre grandes populações permitem oferecer um quadro simplificado de comportamentos ligados às condições sociais associadas a faixas etárias, gênero, origem social, formação profissional, Lahire nos convida a examinar mais de perto a complexidade dos fatores que intervêm sobre cada indivíduo singular (singularidade, aliás, que é também produto do social) em razão do entrelaçamento de disposições e de condições variáveis para seu acionamento. Em nossas sociedades muito diferenciadas, os indivíduos frequentam muito comumente vários tipos particulares de ambientes socialmente constituídos. Nesta linha, a sociologia em escala individual proposta por Bernard Lahire deve considerar que os indivíduos atravessam diferentes esferas de atividades em contextos distintos, o que permite levantar muitas questões instigantes: Como a diversidade exterior é incorporada nos indivíduos? Como experiências socializadoras distintas, e mesmo contraditórias, podem coabitar um mesmo corpo? Como tais experiências se estabelecem mais ou menos profundamente em cada um e como elas intervêm em diferentes momentos da vida social dos indivíduos?

No penúltimo capítulo do livro, Lahire desenvolve ideias visando tratar desta fabricação social dos indivíduos a partir de uma reflexão sobre os processos de socialização. O autor propõe que estes últimos podem ser pensados em termos da transformação de um ser biológico em ser social graças ao efeito de múltiplas interações desde seu nascimento com outros indivíduos e com todo o mundo material produzido pela história.

Com este ponto de partida, Bernard Lahire pondera que a noção de socialização, para ter uma efetiva utilidade sociológica, muito além de lembrar o

caráter socialmente construído dos atores individuais, deve conduzir a análises finas dos quadros (instâncias, instituições), modalidades (formas, técnicas), tempos (momentos da vida, duração, intensidade) e efeitos (disposições a acreditar, sentir, agir) dos processos socializadores. De forma bem fundamentada, Lahire propõe que a socialização passa assim de uma noção “amorfa” para um conceito científico susceptível de ser mobilizado para o desenvolvimento de estudos precisos de casos, o que exige notadamente a realização de entrevistas longas e a observação direta de comportamentos.

Com esta ótica, o autor assinala a importante distinção realizada no âmbito da sociologia entre a socialização primária (no seio da família) e secundária (nas escolas, nos universos profissionais, nas instituições políticas, religiosas, culturais, esportivas etc.). Esta importância se associa às particularidades da socialização primária, quando a criança incorpora um único mundo concebível na mais ampla e completa dependência social e afetiva em relação aos adultos que a cercam. Trata-se de um processo intenso, precoce e, por muito tempo, sem concorrência, o que explica o peso da origem social em termos de comportamentos e preferências. Mesmo se a família detém cada vez menos o monopólio da educação infantil, ela continua a exercer um papel de filtro no que se refere às escolhas de diferentes naturezas em torno da criança. Porém, neste ponto, Lahire adverte que o universo familiar não é homogêneo na medida em que os cônjuges não compartilham, na maior parte das vezes, as mesmas propriedades sociais (origem, posição, nível e tipo de formação), o que tem consequências na socialização das crianças. Por outro lado, a precocidade cada vez maior da frequência de universos sociais distintos da família pelas crianças, notadamente pelo acesso crescente da mulher no mundo profissional, permite levantar questões sobre a sucessão primária-secundária da ação socializadora.

Seja como for, as sociedades profundamente diferenciadas, com padrões de socialização muito distintos, levam à “fabricação” de um patrimônio de disposições incorporadas nos indivíduos bastante heterogêneo. Com tal concepção, a análise de quais disposições são ativadas ou inibidas em diferentes contextos de ação pode se tornar mais perspicaz.

No último capítulo de seu livro, Lahire se alimenta do conhecimento produzido pelas neurociências, iluminando o efeito decisivo das interações sociais no organismo humano, para reforçar suas interpretações. Nesta linha, o autor discorre sobre a imprescindibilidade dos processos de socialização em razão da imaturidade biológica da criança, aspecto muito específico da espécie humana. Com efeito, nosso cérebro se caracteriza por ter um desenvolvimento muito lento de sua forma final, propriedade que torna as crianças extremamente

vulneráveis. Desta forma, elas são, por um longo tempo, dependentes dos adultos, tornando a socialização uma etapa indispensável, longa e custosa para a formação de indivíduos bem integrados socialmente.

Enfim, este livro de Bernard Lahire oferece muitos elementos para uma reflexão fecunda sobre as relações sociais a partir de um foco no indivíduo. Sua defesa de uma sociologia em escala individual se constrói de maneira muito instigante, fornecendo muitas luzes para que o olhar sociológico seja mais profundo e elucidativo.

Referências

- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico. Os pensadores*, vol. XXXIII, Tradução de Margarida Garrido Esteves. São Paulo, Abril, 1973.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.
- LAHIRE, Bernard. *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques*. Paris, La Découverte, 2001.
- LAHIRE, Bernard. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- LAHIRE, Bernard. *L'esprit sociologique*. Paris, La Découverte, 2005.
- LAHIRE, Bernard. *Monde pluriel: penser l'unité des sciences sociales*. Paris, Seuil, 2012.

Recebida em 25/06/2015

Aprovada em 14/12/2015

Como citar esta resenha:

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Em defesa de uma sociologia em escala individual. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 487-492.

Normas para o envio de originais:

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) e abstract, palavras-chave (no máximo cinco) e título, ambos em português e inglês; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em *itálico*, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês - A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional - Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil - xxxxx@ufscar.br

Indicação do Financiamento da Pesquisa - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Notas de Rodapé - Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo

do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas - As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders*- Estudos de Sociologia do Desvio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com
Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Procedimentos de Avaliação:

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, o qual encaminha as peças para consultores *ad hoc*. Quando há pareceres contraditórios o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Não são aceitos trabalhos já publicados, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo dos trabalhos assinados é da exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, assim como a seleção de descritores (palavras-chave).

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão:

Tamires Bonani

Diagramação:

Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br

